

# A CLÍNICA PSICANALÍTICA

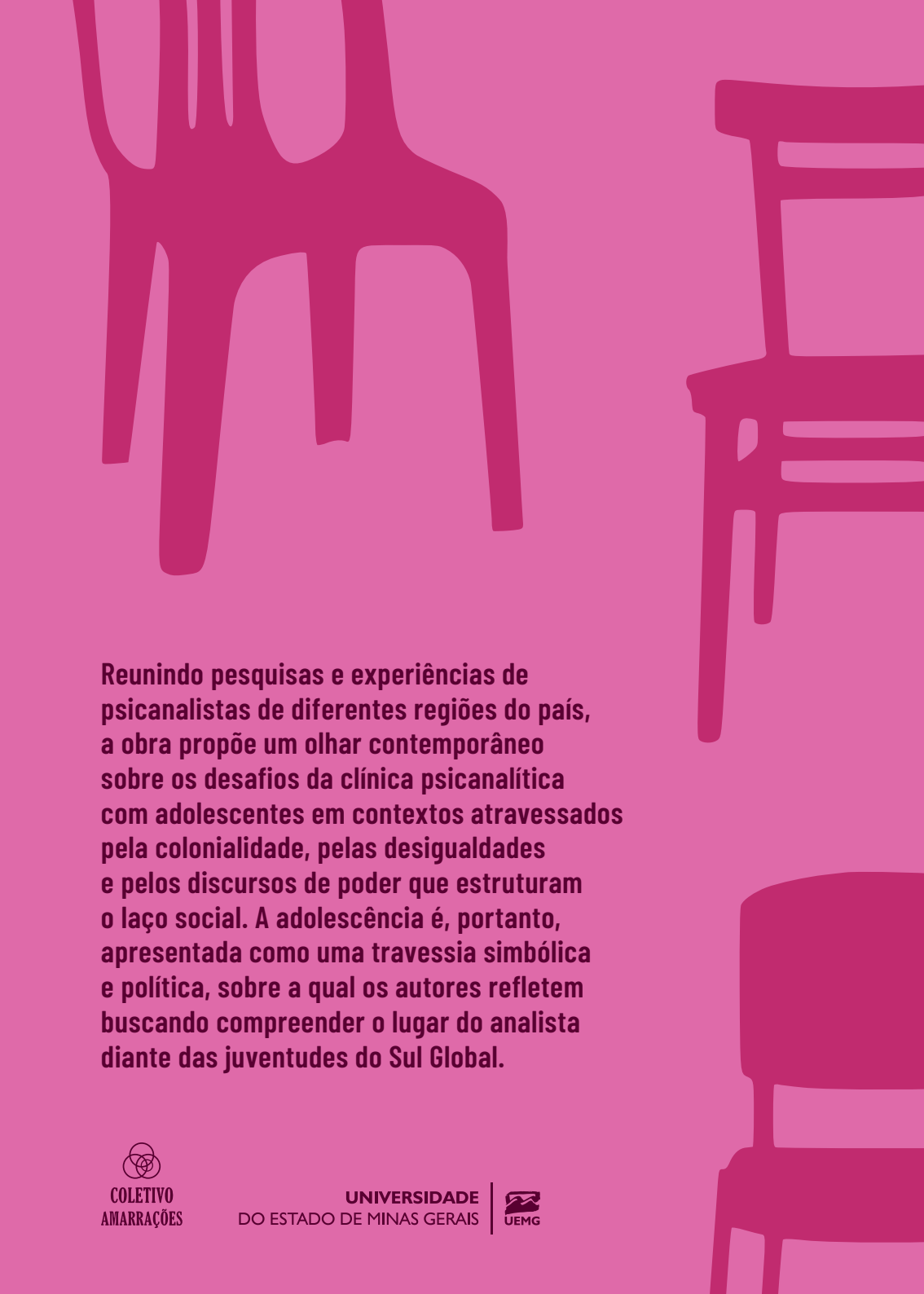


## COM ADOLESCENTES na GEOPOLÍTICA PÓS-COLONIAL

Andréa Máris Campos Guerra (org.)

editora





Reunindo pesquisas e experiências de psicanalistas de diferentes regiões do país, a obra propõe um olhar contemporâneo sobre os desafios da clínica psicanalítica com adolescentes em contextos atravessados pela colonialidade, pelas desigualdades e pelos discursos de poder que estruturam o laço social. A adolescência é, portanto, apresentada como uma travessia simbólica e política, sobre a qual os autores refletem buscando compreender o lugar do analista diante das juventudes do Sul Global.

**A clínica psicanalítica  
com adolescentes na  
geopolítica pós-colonial**

## **Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)**

**Lavínia Rosa Rodrigues**

*Reitora*

**Thiago Torres Costa Pereira**

*Vice-reitor*

**Raoni Bonato da Rocha**

*Chefe de Gabinete*

**Silvia Cunha Capanema**

*Pró-reitora de Planejamento, Gestão e Finanças*

**Vanesca Korasaki**

*Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação*

**Patrícia Maria Caetano de Araújo**

*Pró-reitora de Graduação*

**Moacyr Laterza Filho**

*Pró-reitor de Extensão*

## **Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais (EdUEMG)**

### ***Conselho Editorial***

**Thiago Torres Costa Pereira | UEMG**

**Amanda Tolomelli Brescia | UEMG**

**Ana Elisa Ribeiro | CEFET-MG**

**Fuad Kyrillos Neto | UFSJ**

**Matheus Tymburibá Elia | UFMG**

**Moacir Henrique Júnior | UEMG**

**Ynaê Lopes dos Santos | UFF**

**Thiago Torres Costa Pereira**

*Editor-chefe*

**Gabriella Nair Figueiredo Noronha Pinto**

*Coordenadora administrativa e editorial*

# **A clínica psicanalítica com adolescentes na geopolítica pós-colonial**

Andréa Máris Campos Guerra (org.)

editora



Belo Horizonte, 2025

## ***Expediente***

Antônio de Andrade, Amanda Rabelo Chaves, Carolyni Procópio,  
Luna de Castro e Trindade Monografias & Edições

*Revisão*

Sofia Carvalho e Thales Rodrigues

*Projeto gráfico*

Thales Santos

*Capa e diagramação*

Este livro foi submetido à avaliação por duplo parecer às cegas, feita por pesquisadores(as) doutores(as), e à aprovação pelo Conselho Editorial.



Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença pública Creative Commons 4.0 Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações. Direitos desta edição reservados à Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Rodovia Papa João Paulo II, 4143. Ed. Minas, 8º andar, Cidade Administrativa, bairro Serra Verde, BH-MG, CEP: 31630-900.

(31) 3916-9080 | e-mail: [editora@uemg.br](mailto:editora@uemg.br) | [editora.uemg.br](http://editora.uemg.br)

[@EditoraUEMG](https://www.facebook.com/EditoraUEMG) [@editora\\_uemg](https://www.instagram.com/editora_uemg) [EditoraUemg](https://twitter.com/EditoraUemg) [Editora UEMG](https://www.linkedin.com/company/EditoraUEMG)

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

A111 A clínica psicanalítica com adolescentes na geopolítica pós-colonial /  
[recurso eletrônico] / Organizadora : Andréa Máris Campos Guerra -  
Belo Horizonte : EdUEMG, 2025.  
1 recurso online (322 p.)

Modo de acesso: WWW

Publicação digital (e-book) no formato PDF.

ISBN 978-65-86832-51-8

1. Psicanálise. 2. Educação. 3. Adolescência. I. Guerra, Andréa Máris Campos.

CDU 159.9

---

Biblioteca responsável: Andréia Alves Fonseca – CRB6/003656

## **Prefácio**

Sejam bem-vindas as pesquisas em psicanálise orientadas pela geopolítica que marca a experiência humana. Seja especialmente bem-vinda uma clínica em psicanálise que assuma essa orientação como condição incontornável da sua realização. Seja bem-vindo o livro que o leitor tem em mãos: testemunho vivo de esforços de articulação entre os termos da adolescência e do território à clínica e à época, que, quando tomada na ordem do acontecimento, imprime direcionamento ético-político ao fazer do psicanalista.

Há algum tempo, nós, psicanalistas, interessamo-nos em investigar as relações entre sujeito e época. Repetimos à exaustão a orientação de Lacan em nossos textos: “Deve renunciar à prática da psicanálise todo analista que não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época” (Lacan, [1953] 1998, p. 321). Com essa direção, alguns de nós nos lançamos em ações clínicas sobre os territórios anteriormente não imaginados como espaços possíveis para uma psicanálise acontecer (Clínicas de Borda, 2023) e invertemos a questão: estaria a psicanálise em condição de responder a tais realidades experienciais? Se sim, como?

Esse “como” inclui dimensões fundamentais da clínica que são profundamente conectadas, interdependentes, mas que não se sobrepõem. Foi preciso dar conta da dimensão material do acontecimento clínico:

as questões do lugar/espço físico do atendimento e do pagamento entraram em jogo e foram repensadas para sustentar as experiências transferenciais nas quais nos lançávamos, e essas experiências, por sua vez, despertavam questões que demandavam que revisitássemos as nossas ideias e concepções sobre o que impacta e decide a constituição da subjetividade. A essa altura, já estava claro: se não pudéssemos operar essa volta, corríamos o risco de reproduzir o problema que pretendíamos enfrentar, qual seja, a patologização da vida e, principalmente, a sua versão mais comumente invisibilizada, a patologização da pobreza (expressão que apenas aponta para a complexidade da questão em jogo).

Retomo essa história para situar que não é de hoje que a pergunta que organiza este livro acompanha o fazer de uma psicanálise que se incomoda (Guerra, 2022). De diversas formas, ela tem se tornado uma orientação partilhada por aqueles que se dedicam à realização e à teorização do fazer analítico nas bordas dos mundos. Sustentá-la, porém, nos contornos da experiência adolescente traz outros tensionamentos para o debate. Nessa condição, as questões pelas quais temos nos interessado assumem seus tons e seus desvios (isso que chamamos de inflexões).

*A clínica psicanalítica com adolescentes na geopolítica pós-colonial* tece suas interrogações de uma maneira decidida: não se pergunta **se** as respostas do sujeito são afetadas pela trama pós-colonial que marca seu lugar no mundo. Ao contrário, e considerando os elementos teóricos e clínicos que a psicanálise nos oferece – e que vou resumir aqui com a sentença-guia, “o sujeito se constitui na relação com o Outro” –, os textos aqui reunidos se interessam em discutir como tal afetação se processa (o que ela processa no sujeito) e, principalmente, no que podemos apoiar nossas intervenções clínicas.

Para fazer clínica em psicanálise, sabemos todos, é necessário escutar (com o sujeito) de que maneira e por quais caminhos ele, o sujeito, se produz como resposta ao que recebe do Outro; é dali que ele encontrará o seu quinhão possível de liberdade, a sua liberação, para inventar suas respostas. O que por muito tempo não consideramos – no sentido de que não tematizamos ou não discutimos mais decididamente – é que esse Outro não é e nunca foi entendido por Lacan como universalizável. O Outro simbólico tem endereço e, ao situar o sujeito na filiação, traz consigo a dimensão da história, invariavelmente contingenciada, daquele que “vem chegando na linguagem” (Katz, 2024).

Se essa contingência se realiza no “interesse específico” e no “nome vetor” agenciados pelas funções materna e paterna (Lacan, [1969] 2003), é necessário lembrar que o exercício de tais funções é sustentado pelas pulsões, o que, por sua vez, situa o sujeito no laço com o Outro e o livra da virtualização na linguagem.

Mais além (ou aquém – mas, certamente, mais ainda), o Outro diante do qual o sujeito se constitui como resposta guarda um lugar para esse sujeito. E esse lugar é invariavelmente tecido por combinações que incluem a história familiar e os marcadores sociais de raça, classe, gênero, sexualidade e deficiência que sustentam a experiência do sujeito e também a daqueles que o recebem (isso que chamamos de família) no laço social.

A adolescência, como acontecimento lógico, funda para o sujeito – que se inaugura na relação com os significantes que vêm do Outro – mais um tempo de separação. Separação essa que, também em termos lógicos, institui-se pela leitura, por parte do sujeito, dos termos da sua

alienação ao campo do Outro. Vale lembrar que separar não quer dizer apagar, mas sim assumir posição diante de, responsabilizar-se por. Nesse sentido, o sujeito reedita sua resposta: aceita ou recusa o que lhe vem do Outro, e, nesse compasso, necessariamente o transforma e transforma-se. Ao considerarmos o movimento dialético que esse ato engendra, é possível dizer que o sujeito, no tempo da adolescência, ao formular as suas respostas, reescreve-se como resposta ao Outro – demonstrando com esse movimento, inclusive, que o sujeito nunca para de se constituir (Katz, 2024).

Considerar, então, a lógica da adolescência recoloca as questões de âmbito ético-político à psicanálise. É a pergunta que o livro se faz e que Andréa Guerra anuncia em sua apresentação – “como os adolescentes respondem inconsciente e politicamente ao discurso de sua época? E como o mundo adulto intervém aí?” – para, em seguida, direcionar a atualidade do debate – “Como escutar clinicamente esses adolescentes sem considerar sua adesividade aos nomes do pior, que restringem seu campo simbólico e semântico, assim como territorial e de vida? Como não ouvir o silêncio racializado pela branquitude nos dispositivos públicos de saúde, educação, assistência social e socioeducação? Como incluir na escuta clínica essa estrutura neo-colonial? Como, enfim, enquanto psicanalistas, pensar nossa práxis a partir destas considerações?”.

A abordagem clínica das experiências adolescentes referidas no livro como pós-coloniais – experiências que se fundam sob os significantes da segregação –, por todas as razões acima apresentadas, não pode excluir a abordagem desses termos, de modo a oferecer condições para que o sujeito os leia e os interprete. Sabemos, porém, que, na condição de analistas, só seremos capazes de sustentar essa

operação se reconhecermos a dimensão geopolítica como determinante da subjetivação. E sabemos também, sob a mesma condição de analistas, que a interpretação, a localização e a valoração desses termos é o trabalho do sujeito de, na condição de analisante, torná-los próprios. Cabe, portanto, uma operação de separação – de desalienação – dos significantes que conformam o sujeito ao campo do Outro. Venham esses significantes de discursos que o capturam ou de discursos que o sustentam, no caminho de uma análise, o sujeito vai separar seus elementos, instabilizar conexões (vai fazer vacilar o par S1-S2), para, como já foi dito, aceitar esses significantes numa possível nova ordem relacional, ou, quem sabe, para recusá-los. Nesse balanço, ao reordenar seus termos, vai transformá-los e, necessariamente, transformar-se. Ao analista, cabe sustentar esse percurso desde o seu lugar-função (Petri, 2008).

É assim, sob tal tensionamento, que podemos armar as condições de uma análise acontecer nos mais diversos desenhos de *settings* que inventarmos para torná-la acessível a quem sofre e quer falar disso. E é assim também que a clínica da psicanálise se realiza como acontecimento orientado pela política da psicanálise: a distribuição do poder que toda experiência de separação abre como possibilidade.

Com o objetivo de introduzir esse livro, não posso deixar de mencionar que, desde que se sabe que a adolescência não coincide necessariamente com a puberdade, desde que ela foi inventada, a lógica do seu acontecimento incide, também, sobre a dinâmica de alienação e separação. A redistribuição do poder é, afinal, a reivindicação da resposta adolescente à época. Silenciar tal reivindicação, venha de onde vier o adolescente que interroga a si e ao Outro sobre seu lugar, é, certamente, agir contra a transformação. Escutá-la, porém,

parece importante dizer, não é, e nunca foi, obedecê-la (repetindo a alienação em novos termos). Silenciamento e obediência, sabemos, dificultam a dialetização dos termos que se jogam entre o sujeito e o Outro, e é por isso que a transferência aqui precisa, efetivamente, dar lugar ao saber que está do lado de quem fala sobre si e sobre o mundo que habita.

Nesse caminho, entendo, uma psicanálise se articula interseccionalmente com outros dispositivos discursivos que, na experiência neocolonial, discutem e, cada um à sua maneira, disputam o poder concentrado nos discursos hegemônicos – sempre desenvolvimentistas (que supõem a adolescência como uma fase do desenvolvimento humano ainda inacabado) e universalistas (que interpretam todas as experiências adolescentes com a mesma chave de leitura).

O livro que o leitor tem em mãos é, antes de tudo, um convite para que possamos considerar caminhos pelos quais uma psicanálise pode contribuir para que o sujeito, marcado e localizado pelos significantes da segregação, possa se situar em termos próprios, **radicalizando a condição de colonizado pela força contra-hegemônica de liberação** – força essa que, sabemos, a experiência de uma análise, ao incidir sobre a alienação do que foi designado para o sujeito no campo do Outro, pode constituir.

É como diz a canção: “Enquanto os homens exercem seus podres poderes / Índios e padres e bichas, negros e mulheres / E adolescentes fazem o Carnaval” (Podres poderes, 1984). Que na condição de psicanalistas, possamos nos fazer acompanhar da reivindicação tão própria da adolescência que clama, na dimensão da sua experiência, pela transformação do já estabelecido. Que sejamos capazes de nos

somar àqueles que “velam pela alegria do mundo”, e, com eles, enfrentar a segregação e suas formas de fazer sofrer.

Boa leitura!

**Ilana Katz<sup>1</sup>**

---

1 Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) com a tese: *Alfabetização: perspectivas da articulação sujeito e escrita* (2011) e pós-doutora pelo departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP. Participa da Rede de Pesquisa Saúde Mental Criança e Adolescente (RePesq SMCA), é conselheira do Instituto Cáue – Redes de Inclusão e do Projeto Redes do médio Xingu e assessora de cuidado no Micélio – um programa de coformação de jornalistas-floresta da plataforma Sumaúma. E-mail: ilanakatz1970@gmail.com

## Referências

CLÍNICAS DE BORDA. **Coleção clínicas de borda**. São Paulo: n-1 Edições, 2023.

GUERRA, Andréa Máris Campos. Manifesto por uma psicanálise decolonizada. *In*: GUERRA, Andréa Máris Campos (org.). **O mundo e o resto do mundo**: antíteses psicanalíticas. São Paulo: n-1 Edições, 2022.

KATZ, Ilana. Criança como método para ler Lacan. **Traço**: Revista de Psicanálise do Instituto Gerar, São Paulo, nov. 2024.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem. *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 238-324. Trabalho original publicado em 1953.

LACAN, Jacques. Nota sobre a criança. *In*: LACAN, Jacques. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 369-370. Trabalho original publicado em 1969.

PETRI, Renata. **Psicanálise e infância**: clínica com crianças. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

PODRES poderes. [Compositor e intérprete]: Caetano Veloso. *In*: VELÔ. Caetano Veloso. Rio de Janeiro: Polygram/Philips, 1984. 1 CD.

## ***Apresentação***

A psicanálise é um saber oriundo do centro europeu, do Império Austro-Húngaro, originalmente desenvolvido pelo judeu Sigmund Freud. Com a descoberta de que o inconsciente rege decisões sem ser percebido, produz afetos dissonantes, cria memórias inacessíveis e habita o sujeito como um estranho familiar, Freud suspeitou da razão ocidental moderna. Ele se alinhou aos mestres da suspeita que transformaram o pensamento ocidental, racional e iluminado no século XX. Essa espécie de memória, atravessada pela pulsão – força que, entre o somático e o psíquico, persegue sempre a satisfação –, produz vicissitudes que incidem sobre a experiência adolescente.

Se, para a medicina, a adolescência é uma experiência orgânica, hormonal e, para a sociologia, um fenômeno social e histórico, para a psicanálise, ela implica um acontecimento simbólico e pulsional. Na adolescência, as vias de satisfação deixam de se alojar autoeroticamente no próprio corpo e passam a encontrar em outro corpo o prazer genital. Freud fala em unificação das pulsões genitais, antes dispersas de modo autoerótico nas zonas erógenas oral, anal e fálica. Ele também fala em introversão da libido que pode temporariamente encontrar satisfação de modo narcísico, ou seja, no amor por si mesmo através do encontro com pessoas do mesmo sexo, e não de modo anaclítico.

Com a virada do século XXI, as novas tecnologias e o mundo virtual das redes sociais, a pandemia de covid-19, o acirramento das desigualdades globais, as experiências de governos autoritários e neofascistas, as denúncias de racismo e sexismo estruturais e a crise climática deram ensejo a desafios antes impensados para a clínica psicanalítica com adolescentes. Aliás, forjaram uma nova lente que reconfigurou mesmo a perspectiva do olhar sobre o que podemos chamar de adolescência num mundo tão plural que, assim, se descortinou. Nele, muitos adultos se perdem quanto à função de orientação e mesmo de autoridade simbólica.

Neste livro, um conjunto de pesquisadoras(es) psicanalistas se dedica a trazer os relatos de suas experiências clínicas e de suas pesquisas sobre a atualidade da adolescência, sem perder de vista a geopolítica de seu pertencimento. Busca-se compartilhar orientações e estabelecer direções para a escuta clínica do que se escreve nos corpos, atravessados pelas avenidas de classe, raça e gênero da juventude de nosso agora. Este livro é o testemunho de sua reunião na forma de capítulos que transmitem o ofício de psicanalistas situadas(os).

A obra se encontra dividida em duas grandes seções. A primeira, intitulada “Contexto geopolítico e periferia global: adolescências interseccionalizadas”, traz seis artigos que buscam teorizar com a psicanálise, em diálogo com campos conexos, sobre adolescência e internet, adolescência e crime, adolescência e raça. São capítulos oriundos de análises que atualizam a discussão, sem perder de vista a estrutura da travessia da infância com suas mutações e transformações na passagem para a vida adulta. Na segunda seção, “A clínica periférica: insurgências adolescentes”, são reunidas intervenções psicanalíticas inovadoras do método clínico junto a adolescentes, coletivos e instituições.

Caracterizado pelo ineditismo metodológico, o coletivo responsável pelo livro expõe os desafios que enfrenta, as respostas que constrói e os resultados passíveis de demonstração de seus efeitos. Traz assim para a pessoa leitora inúmeras fontes inspiradoras – sempre guiadas pelo fio da psicanálise –, para pensar raça; gênero e classe; criação e arte; tecnologias narrativas; intersetorialidade; saúde mental; e assistência social.

A presente obra convida o público a desafiar seu saber e a concebê-lo de um novo modo ao tomar a psicanálise como um saber-fazer com o corpo, com o inconsciente e com a pulsão que não dispensa o território onde acontece. Ao contrário, toma suas coordenadas ao lado desses elementos estruturais que, dispostos em novas configurações, convidam a psicanálise a se renovar no frescor do novo, que sempre vem, quando seu sujeito é o adolescente.

Desejamos ventos leves e marcadores novos na navegação pela obra!

**Andréa Máris Campos Guerra**  
**Sandra Djambolakdjian Torossian**

# Sumário

|                                                                                                                                      |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Introdução – O atravessamento da colonialidade<br/>no inconsciente: os adolescentes do Sul Global</b>                             | <b>20</b>  |
| Andréa Máris Campos Guerra                                                                                                           |            |
| <b>CONTEXTO GEOPOLÍTICO E PERIFERIA GLOBAL:<br/>ADOLESCÊNCIAS INTERSECCIONALIZADAS</b>                                               | <b>46</b>  |
| <b>Adolescências, tempo e virtualidade<br/>no atravessamento da pandemia</b>                                                         | <b>47</b>  |
| Nádia Laguárdia de Lima                                                                                                              |            |
| <b>Pandemia, incidência do digital<br/>na vida dos jovens e efeitos subjetivos</b>                                                   | <b>67</b>  |
| Carolina Nassau Ribeiro                                                                                                              |            |
| <b>Sobre os deslocamentos do desejo no filme <i>Cafarnaum</i></b>                                                                    | <b>78</b>  |
| Jaqueline Imbrizi, Julia Bartsch e Gabriel Inticher Binkowski                                                                        |            |
| <b>Errância, lampejo, enlace</b>                                                                                                     | <b>99</b>  |
| Emília Estivalet Broide e Miriam Debieux Rosa                                                                                        |            |
| <b>Jovens negras da periferia e aposta na democracia</b>                                                                             | <b>114</b> |
| Cláudia Maria Perrone, Juliana Martins Costa Rancich,<br>Gabriela Gomes da Silva e Flávia Tridapalli Buechler                        |            |
| <b>Crime, trabalho e profissionalização:<br/>o que podem os adolescentes e jovens da periferia?</b>                                  | <b>129</b> |
| Lucas Caetano Pereira de Oliveira, Bianca Ferreira Rodrigues,<br>Juliana Marcondes Pedrosa de Souza e Jacqueline de Oliveira Moreira |            |

|                                                                                                                                     |                |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| <b>A CLÍNICA PERIFÉRICA: INSURGÊNCIAS ADOLESCENTES</b>                                                                              | <b>152</b>     |
| <br><b>O adolecer como sintoma de denúncia social:<br/>o trabalho com grupos para letramento racial</b>                             | <br><b>153</b> |
| Aline Souza Martins, Mayara Oliveira de Carvalho<br>e Henrique Ibrahim Tenório                                                      |                |
| <br><b>A posição ético-política da escuta-flânerie<br/>e a cena ética em Butler</b>                                                 | <br><b>173</b> |
| Rose Gurski e Dieine Mércia de Oliveira                                                                                             |                |
| <br><b>Relatos de uma intervenção com adolescentes em<br/>cumprimento de medida socioeducativa de internação</b>                    | <br><b>193</b> |
| Nara Gleisia Ferreira e Pedro Teixeira Castilho                                                                                     |                |
| <br><b>Intersetorialidade: desafios da articulação<br/>entre as políticas sociais na atenção ao adolescente</b>                     | <br><b>217</b> |
| Ana Cláudia Castello Branco Rena                                                                                                    |                |
| <br><b>Luíza e a reinvenção de sua história</b>                                                                                     | <br><b>245</b> |
| Leônia Cavalcante Teixeira, Janara Pinheiro Lopes, Evilene Abreu<br>Silva, Olga Damasceno Nogueira de Sousa e Suênia de Lima Duarte |                |
| <br><b>Negritude e subversão do sujeito:<br/>a arte como dispositivo clínico-político</b>                                           | <br><b>267</b> |
| Taiasmin da Motta Ohnmacht e Luciane De Conti                                                                                       |                |
| <br><b>Projeto de vida e futurabilidade:<br/>a adolescência como um analisador do tempo</b>                                         | <br><b>294</b> |
| Maria Cristina Gonçalves Vicentin e Yliah Cavalcanti Sardinha                                                                       |                |
| <br><b>Sobre os(as) autores(as)</b>                                                                                                 | <br><b>310</b> |

Introdução

# **O atravessamento da colonialidade no inconsciente: os adolescentes do Sul Global**

Andréa Máris Campos Guerra

“Não importa o que eu faça, sempre vão me acusar. É como se eu usasse uma camisa com um alvo.” “Tire a camisa, então!” “Não sou eu quem a veste em mim.”

O Laboratório Psicanálise e Laço Social na Contemporaneidade (Psilacs) da Universidade Federal de Minas Gerais se dedica, em uma de suas iniciativas, à escuta de adolescentes da periferia brasileira por meio do Programa Já É. Também realiza pesquisas sobre juventude periférica, sistema socioeducativo e microtráfico ilícito de drogas nas periferias urbanas do Brasil como uma das cinco piores formas de exploração do trabalho infantojuvenil. O diálogo acima é recorte de uma conversa psicanalítica, realizada com três psicanalistas e um coletivo de onze adolescentes autores de ato infracional dentro de um centro socioeducativo, no qual eles cumpriam medida socioeducativa de privação de liberdade.

Prisão, exploração e castigo. Embora não sejam exclusivos dela, são destinos que perpetuam nossa tradição colonial, escravista e patriarcal. Essa herança incide diretamente na forma como a sociedade brasileira se organiza hoje, como nossa economia avança e como nosso modelo político se estabelece. Marca colonialmente o laço social como estrutura sem palavras, discurso que articula o modo como o gozo se distribui entre sujeitos, instituições e regulações. Os adolescentes que recebemos são negros, pobres e periféricos, muitas

vezes não binários. São os herdeiros diretos da escravização sem reparação de nosso país. Suas respostas inconscientes não seriam afetadas por toda essa trama pós-colonial?

Gostaria, nesta introdução, de desenvolver o modo como testemunho a afetação desses corpos jovens pelo discurso e pela geopolítica à qual pertencem. Assim, situo a perspectiva estrutural e estruturante com que a escuta psicanalítica se efetiva em sua ética orientada. Para isso, buscarei situar a perspectiva decolonial no tratamento dos processos identificatórios. Retomarei a necropolítica como estratégia, o racismo como sua ideologia e os efeitos de alienação subjetiva como seu legado para brancos e negros. Tomarei como mote a experiência clínica com adolescentes no Sul Global – jovens homens negros e periféricos –, buscando mostrar que essa lógica é universal e não particular a esse território. Finalmente, com isso, busco situar ao(a) leitor(a) desta obra a práxis psicanalítica em qualquer circunstância e com qualquer sujeito com quem ela se realize.

## **As adolescências no Sul Global**

A adolescência, para nós da psicanálise, é a mais delicada das transições. A passagem da infância tutelada para a conquista da autonomia na vida adulta é marcada por distintos trabalhos de elaboração subjetiva. Seja no nível pulsional do corpo, dos arranjos de gozo, do eu e da imagem, da relação com a lei simbólica e com a autoridade, os adolescentes atravessam um denso período de elaboração (Stevens, 2004). O gozo, tal qual aqui o tomamos, implica a dimensão do que afeta o corpo como uma espécie de sofrimento prazeroso, não domesticado pela linguagem, mas referido ao modo como a pulsão traça seus caminhos em busca da satisfação.

Tudo que há de admirável e de indesejável na nova geração é determinado por esse desligamento [da autoridade simbólica]. A menos que levemos em consideração nossos quartos de crianças e nossos lares, nosso comportamento para com os professores [e o mundo adulto] seria não apenas incompreensível, mas também indesculpável (Freud, [1914] 1976a, p. 305).

Freud nos convida aqui a entrar nos quartos e lares infantis e mirar suas janelas – quando elas existem. Ora, eles são sempre muito distintos, tomando apenas o Brasil, país continental, como referência. Telas-janelas sem interação, conhecer as crianças sem casa porque são moradoras de ruas, subir os morros da favela com casas em papelão de um cômodo apenas, imergir no ambiente rural, no sertão nordestino e suas modernas usinas, adentrar a Floresta Amazônica com seus adolescentes indígenas suicidas não produz o mesmo efeito de resposta adolescente (Katz, 2022). Se nas periferias e favelas, muitas vezes, os adolescentes sequer possuem seus próprios quartos, na classe média brasileira os apartamentos possuem uma “área de serviço” com quartinhos, em geral sem janelas, para funcionárias domésticas dormirem em seus empregos, como antigamente as escravizadas eram obrigadas a fazer.

Considerando essas diferenças e seu impacto, buscarei enunciar a questão deste livro, a partir da experiência de escuta de adolescentes autores de ato infracional. Ela ganha, a cada passo analítico, uma complexidade nova e pode ser enunciada na questão: por que alguns adolescentes – penso naqueles da periferia, negros, homens e atravessados pela experiência da infração –, são identificados como corpos matáveis, sem nem mesmo suas vidas serem passíveis de luto? “Se eu morrer hoje, amanhã faz dois dias”, dizem. Os movimentos

civis de denúncia e resistência a esse absurdo, como os das mães em luta(o), assinalam essa estrutura. Porém, a maior parte da sociedade civil silencia e ignora essas mortes. Nossa prática clínica de escuta psicanalítica poderia acontecer às expensas dessas considerações? Quais efeitos estaríamos a reproduzir dentro da diversidade de *settings* analíticos que este livro testemunha? Não deveríamos incluir, necessariamente, essa dimensão interseccional e geopolítica na teoria e na clínica psicanalítica, já que ela é estrutural?

Nossa hipótese nasce da estrutura inconsciente que nos habita. Se somente as mortes que deixam a zona simbólica da colonialidade – que dehumaniza e torna os corpos subalternos matáveis – são contabilizadas efetiva, simbólica e politicamente como morte, poderíamos deduzir que algumas vidas são humanizáveis, enquanto outras não. Isso é estrutural. Nessa zona do não-ser (Fanon, [1952] 1993, p. 26), uma linha abissal separa e invisibiliza o critério da humanidade, repartindo-a entre os que podem viver e os que devem morrer. O real dessa violência mortífera compõe uma operação articulada simbólica e imaginariamente, com efeitos sobre qualquer sujeito que dela participa.

Supomos que os adolescentes autores de ato infracional, em sua maioria oriundos das regiões periféricas, negros, homens e pobres, são identificados – e respondem se identificando – aos nomes do pior (Lacadée, 2011). Eles circunscrevem o mórbido conjunto estrutural daqueles que devem morrer no Brasil, pois suas vidas estão fora do campo semântico da humanidade, tal qual construído pelo modo colonial de saber (Grosfoguel, 2016). Necropolítica é o nome dessa estratégia contemporânea do direito soberano de matar em países permanentemente em estado de exceção e de sítio. Neles, soma-se ao estado de exceção a emergência e a noção ficcional do inimigo,

configurando a base normativa e ideológica do poder. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos e subgrupos, estabelecendo uma cesura biológica entre uns e outros pelo racismo. “A raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente” (Mbembe, 2018, p. 18).

Se a fronteira que torna invisível a matabilidade do conjunto de determinada classe de sujeitos é rompida, a zona de segurança se esvai e qualquer corpo se torna ameaçado. Nesse momento de ruptura, o real da morte pode simbolicamente desvelar e nomear o real do gozo que rege colonialmente o laço social. Ele se desnuda e nos damos conta, com horror, ainda que brevemente, dessa operação. O horror soma ao medo a repulsa, acrescentando-lhe novo afeto do qual pode emergir nova defesa inconsciente. Como afeto político (Safatle, 2015), o horror pode tomar destinos diferentes: acirrar o ódio, incitar mais violência, desmobilizar o medo com a indiferença, ou, ainda, deslocá-lo, abrindo a condição da coragem e da amizade política (Mbembe, 2021; Motta, 2004). É desta última maneira, pensamos, que as rebeliões e as conflagrações encontram um saldo pulsional que pode conduzir a mudanças políticas efetivas de um lado e, de outro, que a psicanálise pode abrir nova condição analítica para trabalhar a subjetividade do neocolonizado. Este livro se orienta por esta dimensão ética.

## **Identificação e gozo na base da necropolítica**

Tomarei a identificação como eixo para análise dessa problemática da subjetividade neocolonial e necropolítica mais ampla. Busco, assim, evidenciar como o sujeito do inconsciente, o *fallasser*, é afetado pela imanência do laço social e como sua cor, seu gênero, sua classe interferem no modo como a violência estruturante do laço

social incide traumáticamente sobre seu corpo como acontecimento de linguagem.

Freud ([1921] 2020) diferenciou três fontes de identificação: a primeira ligada ao pai pela operação inconsciente de sua incorporação na organização primária da libido; a segunda ligada à escolha de objeto, que regride à identificação, através da introjeção de um traço do objeto pelo Eu; e, finalmente, a terceira, mobilizada pelo desejo de se colocar na mesma situação que o outro. Nesta última fonte, não é o laço com a pessoa ou com o objeto, mas a identificação ao desejo do Outro que leva a cabo a operação.

Lacan ([1961-1962] 2003a) retoma a discussão da identificação em um de seus seminários, mostrando que ela se refere ao traço e ao significante, não estando atrelada ao objeto ou à pessoa em si mesmos. Depois, desdobra a dimensão identificatória como identificação ao gozo, a partir do ponto-limite da linguagem, face ao qual, como objeto, o sujeito busca suturar o que falta ao Outro. O sujeito se identifica, então, como corpo de gozo a esse ponto vazio que acredita poder suturar com seu ser. Gozo, traço e significante, assim, modalizam, em Lacan, modos identificatórios com efeitos distintos.

Nós nos habituamos, na psicanálise, a reproduzir esse esquema teórico, sem, entretanto, situá-lo no plano geopolítico e histórico do qual participamos. Nessa perspectiva, tomamos a ideia de Outro inconsistente na atualidade para compreender que o corpo toma o lugar da alteridade (Lacan, [1968-1969] 2008) neste ponto em que fraquejam as narrativas emancipatórias que conferem unicidade ao “discurso do Mestre” moderno. Com os estudiosos da colonialidade/modernidade, entretanto, encontramos o avesso sombrio desse discurso da racionalidade moderna (Dussel, 1993), como discurso exótico e regressivo

do Mestre, discurso do colonialismo como variante do discurso do capitalista (Guerra, 2022, p. 167).

Nele, reconfigura-se o plano discursivo em elipse decolonial (Guerra, 2021). Constatamos o Outro como espelho plano, a partir do qual a configuração da cena do mundo dentro da cena discursiva se compõe inconscientemente pela imposição imperial apoiada no Ideal de Eu, universalizantemente constituído como sendo o Si do homem branco, cisheteropatriarcal, burguês e cristão. Insígnias que congelaram, como hieróglifos fatídicos (Fanon, [1952] 1993, p. 95), a experiência ocidental moderna sobre seu avesso colonial. O Supereu agencia o gozo a partir desse plano sensível e estrutural.

O que se passa, a nosso ver, em nosso século, é o desvelamento dessa cena, até então relativamente encoberta e fetichizada, o que ameaça a consistência discursiva da modernidade. O Outro, dela derivado como tesouro de determinados significantes, como elemento simbólico do suposto “Universal”, foi abalado em sua, até então, sólida construção. A alteridade se reconfigura, pois ela não está mais assentada nos semblantes, cujo pacto sustentava o discurso do Outro universalizado da razão emancipatória moderna. Dessa maneira, resta o corpo localizado como alteridade de gozo. E o corpo, por seu turno, participa do modo como o discurso inclui ou exclui suas condições de gozo.

Assim, acedemos a uma lógica complexa quanto aos efeitos identificatórios no mundo contemporâneo, concebida a partir de sua geopolítica. Decorrente da precariedade constitutiva, a busca por um complemento identificatório para o sujeito pode ser pensada tanto

[1] na vertente simbólica, como complemento significativo, [2] quanto referida à materialidade do gozo. Outra vertente poderia estar [3] no nível do traço, anterior à representação do sujeito no nível significativo, em que a identificação se daria a partir das pistas, das pegadas, ou até mesmo do que cai de um corpo (Mandil, 2007, p. 1).

E acrescentarei aqui, para fins de responder à questão que levanto como guia de leitura desta obra, uma quarta via: [4] aquela da identificação aos nomes do pior que o discurso colonial forja. Nela, o sujeito responde identificatoriamente ao imperativo de gozo que advém da segregação do conjunto semântico fundado pela política de morte que configura o que é humano, imposta pelo Outro social. Ela recorta o não humano do conjunto do que se configura e se mantém violentamente como humanidade. Esta quarta via busca responder ao destino subjetivo e político selado pelos efeitos da colonialidade nos países herdeiros da ocupação imperial.

Eu me deterei na analítica da passagem inconsciente da adolescência periférica, pobre, masculina e negra brasileira a título de testemunho da práxis orientadora da psicanálise. Porém, o que desenvolverei aqui se aplica como base para pensar os efeitos da colonialidade na subjetividade do colonizado de modo ordinário (Fanon, [1952] 1993). Ela se desvela como um imperativo de gozo, orquestrado inconscientemente pelo Supereu, apoiado no Ideal de Eu que rege o pacto narcísico da branquitude como uma de suas heranças. Alguns aspectos se destacam estruturalmente aqui e servirão de guia neste livro.

Partindo do matema da identificação simbólica regida pelo Ideal de Eu em Lacan, I(A), sua base é a extração de um traço do Outro incorporado simbolicamente ao Eu, crescendo-lhe a característica do

objeto fonte da identificação. Nesses termos, a identificação pode ser tomada como uma operação de extração significativa do Outro, pelo qual o sujeito encontraria seu complemento simbólico. O jovem da periferia, negro, portaria, assim, o destino significativo do suspeito. “Como eles não viram que ele estava usando o uniforme?”, pergunta a família de Marcos Vinícius, 14 anos, morto a tiros pela polícia do Rio de Janeiro no Complexo da Maré. Esse seria um primeiro aspecto dos processos identificatórios, o da identificação ao significante.

Porém, como hoje vacilam os significantes-mestres da racionalidade emancipatória supostamente global e se descortinam a violência, a injustiça e a desumanidade que a cimentaram e forjaram os semblantes que conferiam a ilusão de totalização e unicidade às grandes narrativas modernas, o real do gozo que elas ocultavam, então, aparece. Os significantes-mestres que agenciavam o corpo normativo perdem seu valor de referentes universais. Foi ao preço da depredação ecológica, da devastação econômica, dos totalitarismos políticos, da violência de gênero e do racismo estrutural que esse discurso higiênico e hipoteticamente neutro se desmantelou, sob a crítica advinda como modo colonial de poder, de saber, de ser e de gênero. Miller e Laurent (2005) propõem o matema I(A) para explicar esse efeito, mostrando sua disjunção na base contemporânea dos processos identificatórios.

Se o Outro já não se apresenta de forma consistente e unitária, se já não é possível extrair dele um significante com sentido estável sobre o qual apoiar a identificação, devemos dirigir nossa atenção para a pluralização dos significantes S1, na perspectiva do enxame (*essaim*), significantes que não necessariamente decorrem da tradição mas que, enquanto semblantes, seriam capazes de operar como um

complemento simbólico, ainda que desaparelhados de um Outro consistente (Mandil, 2007, p. 4).

Um segundo aspecto, assim, refere-se à entrada do corpo, corpo de gozo, como recurso que distingue e articula essa extração, pois pelo corpo também é possível reconhecer a qualidade adjetiva do Outro nos processos identificatórios. Assim, podemos pensar a identificação no nível da materialidade do gozo, do modo como a satisfação se articula pulsionalmente no corpo, além e distintamente daquela regida pelo significante no nível da linguagem articulada. Aqui teríamos como resultante as identificações alienadas ao modo de gozo do corpo do colonizado que produz uma instabilidade no nível dos ideais.

O corpo do colonizado goza fora do regime do Outro imperial por não ser aí incluído como humano. Assim se produz um efeito de esfacelamento, de fragmentação, decorrente do desaparelhamento do Outro, concebido como unidade universal imperial. Em termos fanonianos, o colonizado não é um homem, pois ele é o Outro. Na medida em que contestam sua humanidade, ele se põe a questionar se é ou não um homem (Fanon, [1952] 1993, p. 94). Isso coloca em xeque a noção de humanidade como tal, dado que ela se orienta pela equivalência entre os corpos que passa a não mais existir com a colonialidade, especialmente com aquela imposta pela escravização.

Esse duplo nível do processo identificatório, no qual o “Humano” se funda discursivamente no que o contradiz como “Não Humano”, está na base da necropolítica, assim legitimada na construção da figura do inimigo. Há um duplo efeito decorrente dessa base identificatória nos países herdeiros de processos de colonização. Primeiro, em relação ao nível da identificação quanto ao significante, dele deriva o que se configura como roupagem do traço no ponto em

que o significante-mestre inscreve o homem branco, cisheteropatriarcal, europeu, burguês e cristão como insígnia do “Humano”, do “Moderno”, do “Racional”, assim universalizado como ideal, deixando fora desse aparelho discursivo tudo o que dele difere.

Por outro lado, num segundo movimento do efeito do processo identificatório, é no nível do corpo que o colonizado esbarra num limite de gozo. Do corpo também decorre, como extração identificatória de um traço do Outro, um lugar. Se “o significante é a causa do gozo” (Lacan, [1972-1973] 1985, p. 30) e como, para gozar, o sujeito carece de um corpo, pode-se daí depreender o uso do corpo de gozo como segundo efeito do processo identificatório. “O esquema corporal, atacado em vários pontos, desmoronou, cedendo lugar a um esquema epidérmico racial” (Fanon, 1993, p. 105). Sobre o corpo do colonizado, marcado em geral pela distinção étnica ou racial, o signo da diferença induz a um modo de gozo que dismantela qualquer ilusão de unidade. “Entre meu corpo e o mundo se estabelece uma dialética efetiva” (Fanon, 1993, p. 104).

Finalmente, podemos nos perguntar pelos efeitos identificatórios decorrentes do nível do traço, dos modos de representação do sujeito que estariam situados num nível elementar e anterior à representação significante. Nesse sentido, seria o caso de buscar os elementos que indicariam a presença de um sujeito indeterminado, mas que, diferentemente do sujeito do significante, estaria em relação direta com uma materialidade de gozo. O que seria esse efeito de identificação? Estaria correlacionado a objetos dejetos, restos, ponto de satisfação capitalista? Poderíamos entendê-los a partir do objeto *a*, seja pela via da *fantasia* ( $\$ \leftrightarrow a$ ), seja pela via da insígnia no par ordenado ( $S1 - a$ ) (Miller; Laurent, 2005).

Com a insígnia, o modo como o sujeito se nomeia e se localiza como corpo pode estar referido a um uso singular dos pedaços de gozo. No filme *Querô*, o adolescente protagonista dá testemunho dessa radicalidade ao se nomear com um pedaço do gozo mortífero da mãe, que se matou queimando-se com querosene (Guerra, 2009). Identificação com valor de nomeação que atravessa significante e corpo na mais radical relação de alteridade a partir do objeto.

## **Adolescências colonizadas**

Nossa pergunta-guia orientadora deste livro e articulada a partir da geopolítica brasileira do nosso agora, transforma-se, assim, nesta introdução, na formulação acerca da seguinte questão: como pode uma morte tornar-se signo de rebelião, enquanto 50 mil outras passam como naturais em um mesmo período de um ano? Longe dos essencialismos, referir-me-ei à experiência local, material e articulada discursivamente como racismo. Valho-me, então, da noção de raça como discurso em ação (Lacan, 2003b, p. 462-463) no Brasil. A linha dos homicídios contra a população jovem negra brasileira na última década mostra uma constância devastadora e aterrorizadora. São 130 mortes por dia, quase 50 mil por ano, e as faixas de idade entre 10 e 19 anos e entre 20 e 29 anos são as de maior vulnerabilidade (Ipea, 2022). Para buscar entender como essas mortes se naturalizam como não passíveis de luto, como normalidade abismal, enquanto outras se tornam insígnias de luta, retomo duas recentes mortes-insígnias jovens.

A primeira é a morte histórica do ambulante Mohamed Bouazizi, de 26 anos, em 2010, que ateou fogo no próprio corpo e encerrou, com seu ato, o mandato do ditador-presidente Ben Ali na Tunísia. Ela desencadeou o movimento da Primavera Árabe em dez países,

manifestando-se como uma onda de protestos e revoluções no Oriente Médio e no Norte do continente africano, em que a população foi às ruas para derrubar ditadores ou reivindicar melhores condições sociais e de vida.

Podemos lembrar também a morte da jovem curda no Irã, em setembro de 2022. Mahsa Amini, de 22 anos, foi apreendida pela Polícia de Costumes pelo uso frouxo do *hijab*<sup>1</sup> e declarada morta três dias depois. A divulgação dessa imagem instalou o maior movimento de resistência política ao autoritarismo de Estado na história do Irã e ameaçou, pela primeira vez, o poder do líder supremo iraniano, o aiatolá Ali Khamenei, na teocracia que reina no país.

Não jovem, nem adolescente, o assassinato por asfixia do afro-americano George Floyd, de 47 anos, em 2020, pela polícia de Minneapolis, nos EUA, mobilizou o mundo ocidental em prol do antirracismo. O movimento, marcado por sua frase “*I can’t breathe*” (“não consigo respirar”) no momento da violência policial, tornou-se o índice do movimento político global “Vidas negras importam”. Nós o retomamos para pensar interseccionalmente raça e inconsciente.

São mortes de jovens que dão testemunho do valor de uma vida e, por isso, tornam-se estopins de movimentos populares. Quando uma morte representa uma violação à experiência humana de liberdade de circulação e ameaça direitos difusos, coletivos ou individuais, enfim, direitos humanos, ela ultrapassa a transcendência da experiência e se transforma em um elemento político imanente e simbólico. Torna-se, ao mesmo tempo, causa e símbolo de uma luta. Faz insígnia, sinal, e

---

1 O *hijab* é o lenço com que as iranianas devem cobrir seus cabelos, orelhas e pescoços nas ruas.

se mobiliza como atentado ao direito humano mais fundamental de todos: o direito à própria humanidade.

A única vez que, em seus seminários, Lacan ([1959-1960] 1997)<sup>2</sup> mencionou os direitos humanos fundamentais foi para se referir ao único bem que temos: o gozo do corpo. Sobre ele, ninguém legisla. E se o faz em nome da grade dos direitos humanos, o resultado é que “o gozo se seca para todos”. Em outras palavras, a inviolabilidade do uso do corpo não é passível de regulação. Entretanto, vivemos juntos, no espaço comum das cidades e dos países com suas regulamentações. Sobre o gozo do corpo, alteridade mais radical que guarda o excesso que nos ultrapassa como *fallasseres* (Lacan, [1968-1969] 2008), recaem as leis, os códigos de conduta, os pactos normatizadores locais, nacionais e internacionais.

Assim, se concordamos com Lacan que não haveria o comum no gozo de cada corpo, do qual só se usufrui na própria solidão, também não

---

2 Aula de 22/02/1967, seminário 14, sobre a fantasia fundamental (inédito): “*Pour situer la psychanalyse on pourrait dire qu'elle vient à être constituée partout où la vérité se fait reconnaître seulement en ceci qu'elle nous surprend et qu'elle s'impose. Exemple pour illustrer ce que je viens de dire, il ne m'est pas donné, ni donnable d'autre jouissance que celle de mon corps. Ça ne s'impose pas tout de suite mais on s'en doute et on instaure autour de cette jouissance qui est bien, dès lors mon seul bien, cette grille protectrice d'une loi dite universelle qui s'appelle les droits de l'homme. Personne ne saurait m'empêcher de disposer, à mon gré, de mon corps. Le résultat de la limite, nous le touchons du doigt, du pied, nous auprès, psychanalystes, c'est que la jouissance est tarie pour tout le monde*”.

Tradução nossa: “Para situar a psicanálise, poder-se-ia dizer que ela se constitui onde quer que a verdade se dê a conhecer apenas na medida em que nos surpreende e se impõe. Exemplo para ilustrar o que acabei de dizer, não me é dado, nem pode ser dado, outro gozo que não seja o do meu corpo. Isso não se impõe imediatamente, mas suspeitamos disso e estabelecemos em torno desse gozo – que é, portanto, meu único bem – essa grade protetora de uma chamada lei universal que se chama direitos do homem. Ninguém pode me impedir de dispor do meu corpo como eu quiser. O resultado do limite – tocamos com o dedo, com o pé, nós, psicanalistas – é que o gozo se seca para todos”.

podemos deixar de verificar, com ele próprio, que “a intrusão da política só pode ser feita reconhecendo-se que não há discurso [...] que não seja do gozo” (Lacan, [1969-1970] 1992, p. 74). Portanto, paralelamente às identificações que estabilizam modos singulares de gozo, como nas travessias adolescentes, nomes sociais recaem, como insígnias, índices de nomes do pior, sobre o conjunto de corpos determinados para serem inimigos, configurando comunidades de gozo, imaginária e simbolicamente seguras, ao seu redor (Lacan, [1968] 2003c), num modo discursivo estabelecido.

Como então entender que uma decisão radicalmente singular de imolar com fogo o próprio corpo torne-se índice de uma insurreição, de um movimento político intercontinental? E, na contramão, como é possível que centenas de mortes cotidianas, muitas vezes fruto da própria violência de Estado, sequer se inscrevam na vida pública como atentados a direitos básicos, quiçá apareçam como notícias na mídia?

Como se vê, a relação entre gozo, corpo e política traz, sob a perspectiva psicanalítica, uma complexidade específica que esta obra revela. Ela permite desnudar como o modo colonial de poder hierarquiza corpos e delimita simbolicamente destinos através da regência de ideais nos discursos em que se movimenta a classificação racial (Quijano, 2000). Ela atravessa os corpos adolescentes de modos distintos e também toca os brancos e adultos de outra maneira. Desvelada essa hierarquia, flagrantemente necropolítica, nossa inquietante indagação retorna: como os adolescentes respondem inconsciente e politicamente ao discurso de sua época? E como o mundo adulto intervém aí? Um analista não deveria incluir esse embate em sua práxis?

## **A humanidade e o racismo**

Para avançar mais um passo nessa hipótese, precisamos entender por que algumas vidas valem mais que outras. Ora, para alçar o estatuto universal de direito fundamental, uma vida precisa estar escrita em um modo legislado de pertencimento. Entretanto, a estrutura discursiva cria modos de partilha do gozo, que tornam legítimo, pelo discurso, um regime de semblantes que regulamentam o valor da vida. Esses semblantes tornam-se normatizadores quando alcançam o valor de lei, juridicamente assentada no aparelho repressivo do Estado. O regime de semblantes, adotado como lei, torna natural e, com isso, normaliza corpos e modos de vida. O avanço do conhecimento legitima esses semblantes ao cientificizar o problema. O que deveria ser combatido se torna, muitas vezes, assim, o que o Estado e a ciência sustentam: os sistemas excludentes e hegemônicos que garantem a injustiça social, a distribuição desigual de riquezas e acessos e o direito de quem pode viver e de quem deve morrer. Assim, configura-se econômica e politicamente o modo de gozo racista com efeitos estruturantes.

Para que essa estrutura subjaza perpetuando-se – seja sob a força da violência, seja sob a docilização dos corações e das mentes –, ela precisa se assentar num sistema compartilhado de valores. Nele, o valor soberano da vida torna-se índice regulatório supremacista. Por isso, tanto Foucault (1999) o define em termos de biopolítica – “fazer viver e deixar morrer”, esquadrinhando a dimensão racista do Estado – quanto Mbembe (2018) o recolhe como necropolítica – “quem pode viver e quem deve morrer”. Passamos a funcionar numa espécie de nós contra eles. O negro, o pobre, a pessoa trans, o imigrante se tornam o outro a ser eliminado. Aqui, em termos singulares, cada

adolescente negro e periférico brasileiro precisará se confrontar com o nome do pior que lhe é atribuído.

O lado sombrio, em termos societários, dessa oferta identificatória aos nomes do pior é o delineamento do conjunto de quem pode viver. Há uma função simbólica em jogo na mortalidade juvenil negra brasileira: ela cria a ilusão da segurança e a crença na superioridade da branquitude. Portanto, quando essa zona do inimigo perde seu contorno, ela perde também sua eficácia simbólica de proteção e todos se sentem passíveis de eliminação. Dessa maneira, nasce o processo identificatório com o morto que libidiniza de outra maneira o laço social. Ele se torna índice do comum, mesmo o gozo sendo vivido apenas na solidão do corpo de cada um. Aqui pode nascer uma aderência imaginária a mitos salvacionistas numa ponta e, na outra, a insurgência política, ambas como efeito do deslocamento pulsional provocado.

Temporariamente se rompe a mestria do discurso que controla superegoicamente o regime do gozo, sob semblantes que vigoram no limite territorial e simbólico de seu alcance. Esse fenômeno disruptivo atravessa o singular da experiência de uma morte individual. Arrebanha os conjuntos particulares que se encontravam dispersos e em oposição, separados em suas comunidades de gozo. E, assim, a experiência de vida ameaçada ou eliminada arvora-se à categoria universal de direito. Por se tornar índice do comum ameaçado, essas mortes passam a representar uma experiência possível para qualquer sujeito, ocultando o gozo predatório, regente desse império discursivo.

Para isso, entretanto, a vivência da morte precisa estar atrelada à noção de vida com valor agregado – vida que merece ser vivida.

A vida precisa estar associada a um valor que concerniria a todos os humanos; de onde emerge a questão: o que é o humano? Quem é humano? Perguntas que fazem eco à obra de Primo Levi (2013) *Se questo è un uomo*, que em português ganhou valor interrogativo: *É isto um homem?* A afirmação original guarda, sintaticamente, esse valor de interrogação.

## **Enfim, o adolescente e o atravessamento inconsciente da colonialidade**

A questão colocada pelo livro encontra, sob a lente de Frantz Fanon, uma direção. Ao discutir o modo fundante com que o racismo organiza as civilizações pós-coloniais, Fanon evidencia sua matriz simbólico-discursiva. “O negro quer ser branco. O branco incita-se a assumir a condição de ser humano” (Fanon, 1993, p. 27). Assim, no modo colonial de poder, de saber, de ser e de gênero, inventa-se uma referência universal, imposta pelas conquistas e avanços imperiais, renovada neocolonialmente. Um duplo narcisismo ou dois sistemas de referência são assim criados. Eles, porém, se articulam sob a soberania do Branco apoiado na ficção de ele ser O Universal e O Humano, impondo-se sobre o que figura como O Outro. Em suas configurações atuais, geopoliticamente distribuídas pelo globo terrestre, podemos incluir sob a mesma *insígnia* do negro no Brasil curdos, tutsis, latinos, imigrantes e apátridas de outros continentes e territórios.

Por que naturalizamos, então, algumas mortes como normais e alguns adolescentes como inimigos? A razão, complexa, como vimos, pode ser dita de modo simples: porque não concebemos esses jovens como humanos – nem eles próprios se representam assim. Necropoliticamente, eles devem morrer para garantir uma suposta

segurança do gozo, distribuído entre as comunidades-bolha dispersas pelo globo.

Há uma repetição gozosa na eliminação diária e permanente do *inimigo*, franqueada pela identificação singular de cada sujeito, cada qual à sua maneira, ao ideal da branquitude ocidental que agencia silenciosamente, porque superegoicamente, modos de gozo, adestrados de modo inconsciente. É desde dentro que assentimos ou não com o racismo e com a consequente política de morte que ele engendra. E, se um adolescente se cola ao nome do pior, ele aparentemente estaria selando sozinho seu destino mortífero. Entretanto, é assim que se cria, discursivamente, um circuito que se retroalimenta. Por isso, a necessária ampliação da leitura política do modo de gozo sádico, racista e colonial urge. Ela institui uma complexidade de outra ordem a ser considerada sob a lente psicanalítica.

Retomo, enfim, para abrir esta obra, o contexto da juventude periférica brasileira. Cenas de adolescentes arrastados em carros até a morte, pregados e surrados em postes, atacados com vigas de ferro ou armados até os dentes nas lajes de seus barracos nas favelas urbanas são diárias. Como interpretar, da mesma maneira, a inserção de crianças e adolescentes nas piores formas de exploração do trabalho infantojuvenil, como o tráfico de drogas, depois de desvelada essa estrutura? Como escutar clinicamente esses adolescentes sem considerar sua adesividade aos nomes do pior, que restringem seu campo simbólico e semântico, assim como territorial e de vida? Como não ouvir o silêncio racializado pela branquitude nos dispositivos públicos de saúde, educação, assistência social e socioeducação? Como incluir na escuta clínica essa estrutura neocolonial? Como, enfim, enquanto psicanalistas, pensar nossa práxis a partir dessas considerações?

Para que uma morte desloque a cena do mundo, ela precisa deslocar um corpo da zona do não-ser, do Inumano. Carece, para que isso se efetive, quebrar o cimento do racismo estrutural e a estrutura de exercício do modo colonial de poder. Precisamos reconfigurar simbolicamente a própria noção de Humanidade para que modos de vida plurais possam habitar a zona do ser. Mas sobretudo será necessário tratar o gozo que resta de toda operação simbólica. Afinal, “basta um mais-de-gozar para que se constitua um racismo” (Lacan, [1970-1971] 2009, p. 29).

É o racismo que, sobre a alteridade do gozo do corpo, impõe uma hierarquia que justifica a normatividade dos direitos, distribuídos de modo desigual e violento. É o racista que cria o inferiorizado que, por sua vez, epidermiza a inferioridade como resposta violentamente subalternizada. “Para o negro a alteridade não é outro negro, é o branco” (Fanon, 1993, p. 93). Com a colonização, produziu-se uma ferida absoluta no colonizado. Ela não se cristalizou ainda, permanece aberta – o que franqueia essa identificação ao gozo e acaba por promover uma repetição da cena racista necropolítica.

Não à toa, falar é suportar o peso de uma civilização. E, dessa topologia, testemunhamos o valor político e clínico de um psicanalista quando atento ao horizonte da subjetividade de sua época e de sua geopolítica. É preciso agir sobre o sujeito e sobre o *fallasser*, assim como sobre o discurso e sobre os arranjos de gozo no processo dito civilizatório. Se uma outra solução é possível, ela implica uma reestruturação do próprio mundo (Fanon, 1993).

## Conclusão

A adolescência não precisa ser nem o futuro nem o fim de uma civilização. Nesse sentido, cada jovem deveria ter seu campo semântico aberto a configurações variadas. E a adolescência pobre, negra, migrante, minoritária ou periférica não deveria ser eliminada sumariamente como se sua morte varresse do mundo a pobreza, a desigualdade e a violência. Como veículo de transmissão de modos possíveis, sempre renovados, de falar a língua dos homens, as adolescências não deveriam ser, simplesmente, uma travessia para outros mundos possíveis? Aniquilar um jovem é matar essa possibilidade. Assassinar cento e trinta adolescentes diariamente é genocídio, o que implica cada corpo que coabita esse cenário.

Como um psicanalista participa dessa cena? Ao escutar clinicamente qualquer sujeito, a dimensão inconsciente singular participa da consolidação de um modo de agenciar o gozo. A operação de separação dos significantes-mestres de cada sujeito desloca o que faz para ele ilusão de unidade discursiva. O psicanalista, porém, está na cena do mundo. E, se opera como objeto causa de desejo, mobiliza também o discurso. Estar atento à sua geopolítica na escuta clínica, compor o debate democrático e interferir no modo como o saber psicanalítico se articula e se transmite são modos de impactar a própria ordem do mundo. Como elemento dessa cadeia discursiva, o ato analítico participa de sua continuidade ou de sua ruptura. Não há neutralidade.

O programa de pesquisa iniciado pela Rede Internacional de Amarrações em 2014 encontra, assim, inflexão geopolítica e espaço-tempo próprio para pensar a teoria e a clínica psicanalíticas com adolescentes. Volta-se à investigação de como corpos neocolonizados pelo capital neoliberal, pelas redes sociais e pela

necropolítica respondem traumática e inconscientemente ao discurso de sua época, que atravessa telas virtuais, aglomerados, instituições, consultórios e obras cinematográficas.

Aporta, finalmente, sob a lente psicanalítica, no texto que escreve, com as adolescências e juventudes de nosso século, novos nomes para o mal-estar. Diante da diversidade de experiências brasileiras que testemunham a herança transgeracional ganhar novos ares, os adolescentes interrogam o tempo e a história. Participam daquilo que Lacan nomeou “a cena dentro da cena”, numa topologia que inclui o inconsciente e sua lógica não cronológica.

O resultado desse percurso de interrogações, sustentado por pesquisadoras(es) do Norte ao Sul do Brasil, pode ser resumido na pluralidade de formas de adolescentes realizarem sua travessia da infância ao mundo adulto, como quem atravessa um túnel desde seus dois lados, como lembra Freud ([1905] 1976b). Outro e linguagem numa saída e corpo e gozo na outra ponta encontram-se como elementos de borda nessa delicada transição.

Cada capítulo deste livro empenhou-se no esforço de formalizar e aplicar conceitos teóricos da clínica psicanalítica à experiência adolescente. Não deseja falar no lugar do jovem, nem lhe conceder a palavra, já que ela é pública, é de quem a toma como sua, como própria. Prefere antes testemunhar modos de fazer a psicanálise avançar no horizonte de nosso agora quando acompanha um jovem em sua trajetória. Acreditamos que o resultado será uma psicanálise mais atenta às diferenças materiais, sem perder de vista o valor e o peso das palavras em seu horizonte ético.

## Referências

- DUSSEL, Enrico. **1492: o encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 1993. Trabalho original publicado em 1952.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FREUD, Sigmund. Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. 8. Rio de Janeiro: Imago, [1914] 1976a. p. 285-310.
- FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do Eu. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras incompletas de Sigmund Freud – Cultura, Sociedade e Religião**. Belo Horizonte: Autêntica, [1921] 2020. p. 137-232.
- FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. 8. Rio de Janeiro: Imago, [1905] 1976b. p. 285-310.
- GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31. n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- GUERRA, Andréa Máris Campos. **Sujeito suposto suspeito: a transferência no Sul Global**. São Paulo: n-1 Edições, 2022.
- GUERRA, Andréa Máris Campos. A psicanálise em elipse decolonial. *In*: GUERRA, Andréa Máris Campos; LIMA, Rodrigo Goes (org.). **A psicanálise em elipse decolonial**. São Paulo: n-1 Edições, 2021. p. 253-281.
- GUERRA, Andréa Máris Campos; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; LIMA, Nádia Laguárdia de. Nem mesmo filhos da mãe: uma história de meninos sem lei. *In*: CONGRESSO DE PSICANÁLISE, DIREITO E LITERATURA: FICÇÕES DA LEI, LEI DA FICÇÃO, 1., 2009, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Milton Campos, 2009. p. 155-169.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **Mapa de homicídios do Brasil**. São Paulo: Ipea, 2022.

KATZ, Ilana. Infâncias contra hegemônicas para descolonizar a psicanálise. *In*: GUERRA, Andréa Máris Campos (org.). **O mundo e o resto do mundo**: antíteses psicanalíticas. São Paulo: n-1 Edições, 2022. p. 183-259.

LACADÉE, Philippe. **O despertar do exílio**: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 9**: a identificação. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, [1961-1962] 2003a.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 16**: de um Outro ao outro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1968-1969] 2008.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 20**: mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1972-1973] 1985.

LACAN, Jacques. Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de uma análise de uma função em psicologia. *In*: LACAN, Jacques. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003b. p. 29-90.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 7**: a ética da psicanálise. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1959-1960] 1997.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1969-1970] 1992.

LACAN, Jacques. Proposição de 09 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. *In*: LACAN, Jacques. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1968] 2003c. p. 148-263.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 18**: de um discurso que não fosse do semblante. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1970-1971] 2009.

LEVI, Primo. **Se questo è un uomo**. Torino: Einaudi, 2013.

MANDIL, Ram. A psicanálise e os modos contemporâneos da identificação. **Opção Lacaniana Online**, [s. l.], n. 4, 2007. Disponível em: <http://www.opcaolacaniana.com.br/antigos/n4/pdf/artigos/RAMIdenti.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. São Paulo: n-1 Edições, 2021.

MILLER, Jacques-Alain; LAURENT, Eric. **El Otro que no existe y sus comités de ética**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

MOTTA, Manoel Barros. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, Riverside, v. 6, n. 2, 2000.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Cosac Naif, 2015.

STEVENS, Alexander. Adolescência, sintoma da puberdade. **Curinga**: clínica do contemporâneo. Belo Horizonte: EBP-MG, n. 20, nov. 2004.

**CONTEXTO GEOPOLÍTICO  
E PERIFERIA GLOBAL:  
ADOLESCÊNCIAS  
INTERSECCIONALIZADAS**

# **Adolescências, tempo e virtualidade no atravessamento da pandemia**

Nádia Laguárdia de Lima

## **Adolescências na pandemia**

O retorno às aulas presenciais após a pandemia da covid-19 desencadeou uma experiência de intensa angústia em adolescentes, especialmente nos alunos de escolas públicas. O elevado número de jovens em sofrimento psíquico nos levou a interrogar quais são os efeitos dessa crise sanitária, social e política de nosso país sobre os adolescentes.

A gestão da pandemia no Brasil se inseriu em um quadro mais amplo do capitalismo neoliberal avançado, em que se verifica uma naturalização da ideia de que a liberdade dos sujeitos “se traduz em experiências de autolegislação, de autogoverno, de autogestão” (Safatle, 2020, p. 11-12). As profundas disparidades sociais foram agravadas pela maneira disfuncional com que o governo geriu a crise no Brasil e pelas medidas adotadas anteriormente que retiraram apoios à pesquisa científica, à educação, à saúde e ao serviço público em geral. A maior parte da população que habita a periferia das grandes cidades foi exposta aos piores contextos sanitários em relação ao vírus. As precárias condições de vida deixaram muitos adolescentes e seus familiares mais sujeitos ao contágio pelo vírus e às suas consequências, como mortes, sequelas diversas, adoecimentos, fome e miséria, e, portanto, mais vulneráveis ao sofrimento psíquico.

As disparidades sociais também se apresentaram no campo da educação. A desigualdade entre escolas públicas e privadas situou os jovens em patamares muito diferentes de acesso à educação. Enquanto as escolas privadas investiram em equipamentos e em formação tecnológica para a adoção imediata do ensino remoto, a maioria das escolas públicas apresentou dificuldades em realizar as atividades pedagógicas para a implementação do ensino remoto. Além disso, os adolescentes mais pobres não puderam contar com os recursos tecnológicos adequados para o ensino online, nem com o apoio pedagógico familiar, seja pelo fato de os responsáveis dedicarem-se a outras atividades profissionais ou emergenciais, seja por não terem formação escolar adequada para orientar os jovens na realização das atividades ou pela extrema pobreza.

É preciso lembrar ainda que o confinamento social não foi uma realidade para todos os adolescentes. No período crítico da pandemia, muitos jovens, especialmente os negros, pobres e moradores da periferia, oscilavam entre a casa e a rua, devido a condições insalubres, à violência doméstica ou à necessidade de contribuir com o sustento da família. E nos casos em que fizeram o confinamento domiciliar, alguns foram expostos a negligências e até mesmo a violências intrafamiliares.

O distanciamento social promoveu a aceleração da experiência tecnológica. No entanto, enquanto alguns adolescentes desfrutaram de tecnologias de ponta, com acesso ilimitado à internet, tantos outros ficaram limitados em seu uso. Apesar dessas restrições, alguns adolescentes alunos de escolas públicas fizeram uso das redes sociais nesse período, o que, por um lado, possibilitou a interação social e, por outro, intensificou o sofrimento psíquico. A crise sanitária agravou o estado de isolamento coletivo na medida em que a tela se tornou

o principal dispositivo de encontro entre as pessoas. A exclusividade dos laços por meio virtual constituiu uma sociedade “sem contato” (Sadin, 2022).

Soma-se a esse cenário as condições próprias da travessia adolescente, momento de maior vulnerabilidade psíquica. Como salientam Imbrizi e colaboradores (2021), é importante diferenciar vulnerabilidade social de vulnerabilidade psíquica. A primeira diz respeito às dificuldades próprias do cotidiano e de suas relações, nos âmbitos de saúde, emprego, estudo, cultura e segurança, enquanto a segunda “retoma o desamparo estrutural do sujeito, que é sempre (re)atualizado como momentos de operações psíquicas que lhe exigem mudanças de posições subjetivas frente ao corpo, à morte e ao outro” (Imbrizi *et al.*, 2021, p. 180). Nessa perspectiva, a adolescência é marcada pela vulnerabilidade psíquica, pois ela implica um reposicionamento do sujeito em relação ao corpo, ao real do sexo e ao outro.

Tendo em vista as considerações acima, este texto apresenta uma reflexão acerca dos efeitos da pandemia sobre os adolescentes, a partir da escuta de alunos da rede pública do ensino fundamental e médio. Dentre as diversas questões abordadas pelos jovens, destacamos a sensação geral de uma “suspensão” da adolescência. Os principais fatores que contribuíram para esse fenômeno, segundo eles, foram: o fechamento das escolas, o confinamento familiar e a imersão virtual. Tomando a adolescência como um tempo lógico, analisaremos os três aspectos acima a partir da dimensão temporal.

## **A interrupção do tempo escolar**

No período de 2021 a 2022, realizamos a pesquisa interdisciplinar “Que escola pós-pandemia?”, que integrou pesquisadores dos campos da psicologia, da medicina e da comunicação de duas universidades de Belo Horizonte.<sup>1</sup> O objetivo central da investigação foi escutar os adolescentes, alunos de escolas públicas, sobre os efeitos da pandemia em sua relação com a vida escolar. Como dispositivo de escuta, realizamos grupos de conversação de modo online e presencial no período de confinamento social e no retorno às escolas.

A resposta à questão sobre que escola desejariam frequentar no contexto pós-pandêmico encontrou-se em grande medida comprometida, pelo menos ao esperarmos algo mais direto dos jovens a partir de um saber advindo da experiência. Entretanto, tal resposta pode ser extraída da complexidade que nos foi apresentada nas narrativas por eles empreendidas. Entendemos que esta complexidade apresenta duas dimensões principais: uma de aspecto constitucional e outra de contexto atual.

No aspecto constitucional encontram-se os problemas gerados pela imensa desigualdade socioeconômica brasileira, que produz efeitos desde as famílias, e, individualmente, em cada um de seus membros, até o nível das grandes instituições, como as que ofertam serviços nos campos da saúde, da segurança e da educação. Neste último, a insuficiência de políticas voltadas para a educação afeta diretamente a vida escolar, o que incide sobre diversos dos seus aspectos fundamentais, dos seus recursos mais elementares ao investimento em

---

1 Essa pesquisa contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), conforme Edital nº 001/2021 – Demanda Universal, processo APQ-01218-21.

inovações metodológicas e técnicas. Nesse contexto de indefinições e pouco empenho em desenvolver um projeto político para a educação de base e em nível nacional, os jovens são os principais prejudicados.

O segundo aspecto diz respeito exatamente ao contexto atual, ou seja, aos reflexos da pandemia, que exigiu adaptações sociais em grande escala e em curtíssimo tempo. Nesse sentido, novamente ficou patente como as populações mais pobres foram as principais atingidas pela pandemia. De fato, esse aspecto decorre do primeiro e não é mais que um acirramento das dificuldades já experimentadas pelas populações mais pobres. Portanto, ficou evidente que a condição de precariedade do contexto social dessa parcela da população comprometeu uma avaliação crítica da escola, na medida em que, por estarem confinados em casa, sentiam saudades da instituição escolar e dos seus espaços. À exceção daqueles que tiveram referências de escolas mais bem-organizadas e com melhores recursos, a maioria dos jovens mostrou-se sem condições de sonhar com uma escola ideal.

Apesar dessa constatação, um ponto se destacou: com o retorno às escolas, o acolhimento pelos professores foi apontado como fundamental para a retomada da vida escolar. De modo geral, a importância do binômio “escola-professor” na vida dos jovens foi reforçada por praticamente todos os participantes na pesquisa, mesmo não havendo qualquer idealização da escola que possuem hoje, a qual descrevem como um espaço de alegria, mas também conflituoso e tedioso: *“O problema não é a escola... tem aulas interessantes e aulas ruins”*. Percebe-se que a sensação de desamparo experimentada na pandemia reforçou a importância da escola e do professor que, segundo os adolescentes, *“cuida, protege e demonstra confiança na gente”*.

A transferência, como Freud nos ensinou, é a via de acesso ao saber. Em seu texto “Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar”, Freud ([1914] 1996) descreve que, em um dado momento, se deparou com sua idade e a remeteu, com certo estranhamento, à idade de seus professores, interrogando-se: “Será possível que os homens que costumavam representar para nós protótipos de adultos sejam realmente tão pouco mais velhos que nós?” (p. 247). Em seguida, o autor apresenta uma importante reflexão sobre a transferência amorosa e sua relação com o saber na adolescência.

Mas a obra de Freud foi escrita há mais de um século. De lá para cá a sociedade passou por inúmeras transformações: a queda dos ideais, a crise das instituições, a desvalorização dos mestres e o avanço do capitalismo que, no Brasil, assumiu a forma neoliberal, com incidências na educação escolar. Como ressalta Laval (2019), a escola atual passa por uma crise crônica de legitimidade, que assume múltiplas formas. Os professores exercem uma profissão que perdeu muitos de seus benefícios simbólicos e materiais. As dificuldades escolares foram agravadas por políticas liberais que acentuaram a marginalização de parte importante da população e agravaram a desigualdade social. Uma das principais transformações sofridas pelas escolas nas últimas décadas diz respeito à monopolização progressiva do discurso e da ideologia neoliberal: “Presenciamos, no campo da escola, a transmutação progressiva de todos os valores em mero valor econômico” (Laval, 2019, p. 23). A defesa da plena autonomia dos indivíduos, que devem ser empresários de si mesmos, está em harmonia com a ideia de que as instituições devem servir a interesses próprios.

Se, há algumas décadas, o acesso ao saber passava pelo amor ao mestre, que ocupava para o sujeito o lugar de Ideal, ela hoje se dá no isolamento, com os *gadgets*, ou seja, sem o Outro. Os discursos

a que estão expostos os sujeitos do capitalismo avançado indicam um modo de laço em que o sujeito se vê convocado violentamente ao gozo, seja sob a forma de consumo e lucro, seja sob a forma de sofrimento (Rosa, 2006). A pressão das solicitações do mercado e das distrações audiovisuais aprisionam o desejo subjetivo na jaula do interesse privado e do consumo. O gozo da mercadoria se torna a forma social dominante do prazer dos sentidos e do espírito. Os jovens são facilmente desviados da satisfação intelectual pela “socialização-atomização” mercantil e, por isso, é mais difícil que se interessem pela cultura transmitida pela escola (Laval, 2019).

Nesse mundo marcado pela fragilização do registro simbólico, a voracidade do mercado se impõe com as suas próprias leis. A ascensão da tecnociência e a mercantilização do conhecimento acentuaram o declínio social da instituição escolar. A escuta dos adolescentes nos mostrou que a função primordial da escola hoje não é mais a de transmissão de conhecimento, mas a de socialização. Essa função social da escola é especialmente importante no momento da adolescência, quando o sujeito busca separar-se da autoridade dos pais e identificar-se com os pares. Nas palavras de uma jovem: *“a escola é o único lugar em que posso ser adolescente”*. Para os adolescentes que vivem em comunidades desassistidas, muitas vezes a escola representa ainda o único espaço de defesa dos direitos humanos e de garantia de alimentação.

Os adolescentes destacaram que a pandemia provocou uma interrupção no tempo, com a suspensão das atividades escolares presenciais. A instituição escolar contribui para a estruturação simbólica do espaço-tempo. As temporalidades inauguradas pela escola, que incluem as disciplinas, os horários e os ritmos das atividades, organizam a vida cotidiana. Com a interrupção do ensino presencial e sua

substituição pelo formato online, a aprendizagem escolar invadiu o ambiente familiar, promovendo uma superposição de espaços e tornando mais tênues os limites entre o privado e o público. A desconstrução das coordenadas simbólicas que sustentavam o espaço social agravou a experiência de desamparo dos adolescentes, especialmente daqueles que estão em situação de vulnerabilidade social. Assim, os professores que se mostraram mais sensíveis ao sofrimento dos adolescentes e disponíveis para escutá-los favoreceram a adaptação dos alunos ao novo contexto. No retorno às aulas presenciais, constatou-se que a prioridade da escola não poderia ser a transmissão do conhecimento, mas o acolhimento dos jovens.

## **O confinamento domiciliar e a descontinuidade temporal**

Além do projeto de pesquisa descrito acima, com a retomada das atividades nas escolas, fomos demandados, por algumas escolas da rede pública, a “intervir” junto a adolescentes que apresentavam dificuldades de socialização, concentração e adaptação à rotina escolar.<sup>2</sup> Coordenadores e professores nos disseram que os adolescentes perderam o laço, que já era frágil, com a escola, e a rotina escolar deixou de fazer sentido para eles. Segundo os professores, *“Os adolescentes não se adaptam às regras e às atividades escolares”, “não conseguem se concentrar nas atividades pedagógicas” e “perderam o traquejo social”*.

---

2 Projeto de extensão “A conversação psicanalítica como um dispositivo de intervenção nas instituições”, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Em uma das escolas, os professores destacaram um fenômeno que nomearam como uma “infantilização” generalizada dos adolescentes. Segundo eles, antes da pandemia havia uma aproximação entre meninos e meninas a partir dos 11 anos, e alguns começavam a “ficar” no pátio da escola. No entanto, depois da pandemia, os professores perceberam os adolescentes “mais infantilizados”: *“os meninos e as meninas ficam separados na sala, não existem encontros no pátio da escola, e na hora do recreio eles querem brincar no parquinho e usar os brinquedos das crianças mais novas”*.

Em conversações psicanalíticas com os adolescentes, eles descreveram uma sensação comum de que não viveram a adolescência, de que o tempo não passou no período da pandemia: *“O tempo parou”; “O corpo cresceu e a mente parou”; “A mente não evoluiu com o corpo”; “Eu tenho 12 anos com mente de 10”; “Eu queria voltar para a escola e brincar no parquinho, mas não posso mais”; “Eu perdi a adolescência”; “Ficar em casa o dia todo era muito ruim, acho que tive depressão”*.

Os adolescentes elaboraram, à sua maneira, uma distinção entre puberdade e adolescência. Enquanto a primeira se refere às transformações corporais, a segunda é caracterizada pelas modificações “na mente”.

Para a psicanálise, o que está em jogo na puberdade não é propriamente a transformação biológica, mas o real acionado pela maturação sexual que se manifesta no corpo. Nesse momento, o púbere é surpreendido por um excesso pulsional que transborda o seu corpo. Esse encontro com um novo gozo do corpo tem para cada sujeito o impacto de um encontro com o real, ou seja, com aquilo que é impossível de simbolizar e *imaginarizar*. Trata-se de um excedente de excitação ao qual o sujeito não sabe como responder. Os

adolescentes não contam com um saber no real que lhes permita ir ao encontro do Outro sexo (Lacan, [1974] 1985).

A adolescência, por sua vez, é uma operação simbólica de tratamento do real, que permite ao sujeito se endereçar à alteridade e se reposicionar no laço social. Trata-se de um tempo subjetivo indissociável da experiência social e dos modos de vida de uma cultura e de uma época. A partir do encontro traumático com o real acionado pela puberdade (instante de ver), a adolescência é um tempo para compreender, que implica para cada sujeito uma preparação para o ato sexual, que supõe a assunção e o consentimento a uma posição subjetiva em relação ao gozo: identificação ao sexo e eleição de objeto (Freud, [1905] 1987; López, 2019). Para Lacan (1975), esse tempo de preparação para o ato sexual inclui dois tempos lógicos. O primeiro envolve o inconsciente. Pela via do inconsciente, algo do gozo de um sujeito se cifra em sua singularidade. A fantasia se atualiza, permitindo ao jovem identificar-se e consentir a uma posição de gozo. Trata-se de uma relação do sentido com o gozo (Lacan, 1975). No segundo tempo, os jovens experimentam, nas primeiras vicissitudes da vida sexual com seus parceiros, um gozo, denominado por Lacan “gozo feminino”, que excede o gozo fálico. Trata-se de um gozo que fracassa para cada um e que expõe a inexistência da relação sexual (Cosenza, 2015; Lacan, 1975; López, 2019). Esse tempo em que “não há relação sexual” está em relação estrutural com o primeiro tempo, no curso do qual, ao contrário, a relação sexual existe, é representável para o sujeito e funciona como um véu inconsciente do furo da não relação sexual. É exatamente nessa tensão dialética entre o que pode fazer existir a relação sexual e o encontro traumático com sua inexistência que se estrutura a iniciação sexual do adolescente (Cosenza, 2011).

A escuta dos adolescentes possibilitou que cada um nomeasse, de maneira própria, o sofrimento psíquico desencadeado pela pandemia. Assim, disseram ter ficado “desmotivados”, “tristes”, “deprimidos”, “angustiados” e alguns sinalizaram ter pensado em suicídio nesse período. A irrupção da pandemia constituiu para muitos uma vivência traumática, na medida em que a rede de significações constitutiva da realidade do sujeito foi desfeita de um momento para outro, precipitando efeitos de ruptura que afetaram a sensação de estabilidade.

Desde os seus primeiros escritos, Freud já definia o trauma como um acontecimento disruptivo que o aparelho psíquico não é capaz de simbolizar. Lacan, em *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* ([1964] 1998), faz uma aproximação entre o trauma e o real. O real é apresentado pelo autor como o inassimilável, que rompe como estranho ao funcionamento da “homeostase subjetivante que orienta todo o funcionamento definido pelo princípio de prazer” (Lacan, 1998, p. 57). Nessa perspectiva, o real é um elemento que não pode ser absorvido pelo funcionamento próprio ao processo primário. O real é o surgimento de algo que não é organizado pela rede dos significantes e pela fantasia. A irrupção de um acontecimento traumático rompe com a couraça homeostática da realidade sustentada pela fantasia.

O excesso pulsional se encontra além da capacidade psíquica de representação, conduzindo à angústia. No seminário sobre a “angústia”, Lacan ([1962-1963] 2004) introduz o conceito de *angústia* ligado ao real, mais especificamente ao objeto *a*. A experiência subjetiva da angústia aponta para o surgimento do que não deveria surgir, o objeto de pura falta que ali surge para indicar que esse lugar lógico deve permanecer vazio. Se a angústia não é sem objeto, trata-se, contudo, de um objeto totalmente impossível de ser pensado, o objeto *a* como um resto impossível de simbolizar. Assim, Lacan introduz uma

dimensão da angústia relacionada com a irrupção de um objeto que não pode ser resolvido por uma operação simbólica; ou seja, a angústia é um afeto que assinala um real impossível de ser absorvido pelo simbólico. As crises de angústia, descritas pelos adolescentes, apontam para esse ponto real que não se deixa absorver pelo simbólico. Essa falha em inscrever os acontecimentos numa rede simbólica foi descrita pelos adolescentes como “a mente parou”. Com a irrupção do real da pandemia, não foi possível cifrar algo do gozo pela via do inconsciente.

Nas palavras de uma adolescente: *“Eu não pude conviver com outros adolescentes para pensar diferente dos meus pais”*. A adolescente nos mostra que a permanência em casa junto aos pais e o afastamento dos pares dificultou a construção de laços identificatórios fora da cena familiar. Para Freud (1987), é na puberdade que o sujeito irá se desprender da autoridade dos pais, movimento que provoca o avanço cultural graças à oposição da nova geração frente à antiga. Nessa perspectiva, o afastamento dos espaços sociais que oportunizam a convivência entre adolescentes, como a escola, reduz as possibilidades de identificação e, portanto, dificulta a inscrição do sujeito no campo social mais amplo.

## **A imersão virtual: o tempo acelerado**

A pandemia da covid-19 colocou os jovens em contato com uma experiência radical de descontinuidade temporal. As atividades diárias, os intervalos temporais e os deslocamentos entre espaços eram rituais simbólicos que contornavam a experiência. As coordenadas simbólicas que até então os orientavam na vida foram abruptamente desfeitas, gerando sentimentos de ruptura da continuidade e de

incerteza em relação ao futuro. Os adolescentes disseram: *“fiquei sem chão”, “perdi a noção do tempo”, “não consegui me organizar”*.

No confinamento domiciliar, fizeram um uso intenso das tecnologias digitais. Sobre o uso das redes sociais nesse período, comentaram: *“quando eu não tinha nada pra fazer, eu entrava no TikTok e no Instagram, mas ficava mal vendo um tanto de gente curtindo a vida, nem parecia que estava na pandemia”; “tem muita briga também, mais por causa de política”; “minha mãe ficava me passando só coisa ruim, de gente morrendo”; “gente morrendo e um tanto de gente na boa, comendo até, indo pra praia, fazendo festa”; “eu uso o celular só quando minha mãe me empresta, aí eu fico só jogando”*.

A intensificação das mudanças, que já vinham sendo operadas no laço social em função de sua digitalização por meio das redes sociais, ganhou maior impulso na pandemia. Se as tecnologias digitais foram muito importantes para a manutenção dos laços nesse período, não podemos negligenciar os efeitos subjetivos da supressão das interações corpo a corpo e da exclusividade das trocas em meio virtual.

A cultura digital instaura um novo modelo que orienta a economia e a vida social, promovendo a sensação de aceleração do tempo. O sistema financeiro passa a depender cada vez mais da circulação acelerada de informações. Desse modo, o fluxo, a análise e a gestão dos dados configuram uma nova forma de riqueza, inserindo-se a digitalização na cultura da produtividade, da competitividade e da eficiência (Gurski; Lima, 2023). Se a vivência contemporânea da temporalidade é marcada pela ideologia da produtividade, a gestão capitalista das redes implica uma aceleração cada vez mais intensa das trocas sociais, própria do modo de vida neoliberal, que faz com

que os indivíduos sejam capturados e internalizem uma aceleração própria do modo de vida produtivo empresarial.

Walter Benjamin, em seu ensaio “O narrador” ([1987] 2012), já considerava que a velocidade das transformações tecnológicas imprimia um ritmo acelerado à vida moderna, levando ao empobrecimento de uma dimensão fundamental do saber e da memória, que é a transmissão da experiência, através das formas narrativas. Se a experiência provê sentido à vida, preservando alguma sabedoria acumulada que nos permita enfrentá-la, a modernidade tornou os indivíduos disponíveis para aceitar qualquer coisa que lhes seja apresentada sob a forma de novidade. A experiência é substituída pela vivência, que corresponde ao que, do vivido, produz sensações e reações imediatas. A vivência produz reações imediatas, mas não envolve modificações no psiquismo. Ela corresponde ao uso que fazemos de grande parte de nosso tempo, sob o domínio da vida produtiva nas condições contemporâneas (Khel, 2009).

Com o avanço do capitalismo neoliberal e da tecnociência, a velocidade das transformações tecnológicas foi intensificada, imprimindo um ritmo ainda mais acelerado à vida social, promovendo o domínio do fugaz, do transitório. A temporalidade no contexto da cultura digital passa a ser tecida por uma sequência de instantes, sendo vivida como um permanente estado de urgência, condizente com a ideologia neoliberal. O neoliberalismo tem instituído um indivíduo fluido e autoengendrado na instantaneidade, conduzindo-o a uma ilimitada exploração, que desarticula possibilidades para o advento do sujeito e o legado simbólico inerente ao laço social (Alemán, 2016).

Além da aceleração que dita o ritmo das nossas vidas, as tecnologias digitais introduziram algo inédito em relação ao laço social. As redes

sociais redefiniram os laços sociais e os marcos que determinavam nossas vidas em comum, na medida em que esses sistemas têm o dom de habilitar uma relação *à la carte* com a informação. Os sistemas digitais favoreceram a constituição de um imaginário que se alimenta da ilusão de autossuficiência que só pode levar a um distanciamento entre o espaço comum e o sujeito, que passa a se ver dentro de uma esfera própria e, ao mesmo tempo, situada à margem, proporcionando um isolamento coletivo (Sadin, 2022).

Outra mudança proporcionada pelas plataformas digitais é o fato de não precisarmos buscar as informações, pois elas nos chegam a todo instante, antecipando os nossos desejos. Os algoritmos das plataformas digitais são programados para manter os “consumidores” o maior tempo possível na tela, e, portanto, mais expostos às publicidades e mais propícios ao consumo. Somos bombardeados por informações e publicidades conforme os nossos padrões de busca na internet, o que nos mantém em constante estado de distração e em circuitos fechados de gozo.

No período da pandemia, a procura por informações sobre o vírus nas redes sociais impulsionou o bombardeio de notícias e imagens sobre o tema, que nos chegavam ininterruptamente. A disseminação de todo tipo de informação trouxe maior insegurança às pessoas, que compartilhavam teorias conspiratórias sobre o vírus e a vacina, receitas milagrosas, orientações médicas de todo tipo, previsões catastróficas, orientações preventivas, entre outros.

Vivemos uma crescente alienação digital, que pode ser pensada como uma impossibilidade subjetiva de perceber o alcance e o significado da nossa relação com os dispositivos tecnológicos. Os sujeitos experimentam um efeito anestésico ao serem expostos diariamente a

um número indeterminado de informações e imagens, a uma série de técnicas de influência das plataformas e a uma grande quantidade de estímulos (Dessal, 2019; Lima, 2006).

A aceleração e o excesso, proporcionados pelo capitalismo digital, visam a uma captura do tempo psíquico, a um tamponamento da divisão do sujeito. Nessa perspectiva, a adolescência, enquanto um tempo lógico de elaboração simbólica do real da puberdade, fica elidida.

### **Considerações finais: um tempo para compreender o real da puberdade**

As mudanças abruptas na vida dos adolescentes, provocadas pela pandemia, desencadearam uma sensação de descontinuidade temporal. O jovem foi reduzido a seu corpo de vivente, privado do encontro corpo a corpo e, ao mesmo tempo, hiperconectado, bombardeado de informações e ofertas de objetos mais-de-gozar.

Vimos como o capitalismo associado ao desenvolvimento tecnológico imprime um ritmo acelerado às formas de vida, com efeitos no laço social e na subjetividade. A aceleração do tempo alcançou o seu ápice na cultura digital, constituindo-se de uma sequência de instantes de urgência, a qual comprime o tempo para significar a experiência a partir de uma narrativa, dificultando a elaboração do real traumático. A imersão virtual no período crítico da pandemia potencializou o seu efeito de captura do tempo psíquico. É nesse sentido que compreendemos a fala da adolescente: o corpo desenvolveu e a mente parou.

Aprendemos com Freud sobre a importância da lógica do *a posteriori* nas elaborações inerentes ao funcionamento psíquico. Os acontecimentos psíquicos só são passíveis de decifração *a posteriori*. É preciso, como nos indica Lacan (1998), de um tempo para compreender, para só depois, então, concluir, partir para o ato.

A adolescência é a construção de um saber sobre a puberdade, que envolve a assimilação subjetiva. A precipitação, não sustentada pelo tempo de compreender, não produz as condições do saber do inconsciente (Gurski; Lima, 2023).

Nesse contexto de hiperconexão digital, a oferta da escuta nos diversos espaços sociais implica um posicionamento ético, que visa ao sujeito, como pura singularidade, em um contexto social e político específico. A psicanálise busca fazer furos nesse discurso social atual que visa impor-se como um discurso hegemônico, silenciando a subjetividade. Através dos dispositivos clínico-políticos, é possível abrir espaços para a circulação da palavra e para a produção de laços alteritários, conferindo um lugar de sujeito àquele que fala. Ao apostar na singularidade, o psicanalista opera a partir das falhas do seu saber, criando o tempo e o espaço para que o sujeito possa advir.

## Referências

ALEMÁN, Jorge. **Horizontes neoliberales en la subjetividad**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2016.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, [1987] 2012.

COSENZA, Domenico. Iniciação na adolescência: entre o mito e a estrutura. **A Gente**: Revista de Psicanálise, Salvador, v. 3, n. 9, nov. 2015. Disponível em: [http://www.institutopsicanalisebahia.com.br/agente/009/003\\_domenico\\_cosenza.html](http://www.institutopsicanalisebahia.com.br/agente/009/003_domenico_cosenza.html). Acesso em: 10 dez. 2020.

COSENZA, Domenico. **A iniciação sexual do adolescente**: entre a falta e a sexualidade. São Paulo: Escuta, 2011.

DESSAL, Gustavo. **Inconsciente 3.0**: lo que hacemos con las tecnologías y lo que las tecnologías hacen con nosotros. Buenos Aires: Xorói Edicions, 2019.

FREUD, Sigmund. Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. 8. Rio de Janeiro: Imago, [1914] 1996. p. 281-288.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. 7. Rio de Janeiro: Imago, [1905] 1987. p. 129-256.

GURSKI, Rose; LIMA, Nádia Laguárdia de (org.). **Psicanálise, educação e política na universidade e na cidade**. São Paulo: Benjamin Editorial, 2023.

IMBRIZI, Jaqueline Maria; SILVA, Mariana Desenzi; LEMOS, Isabela Mendes; TEIXEIRA, Leônia Cavalcanti; ROSA, Miriam Debieux. Máquina de moer sonhos: a pandemia e os sonhos das juventudes. *In*: DUNKER, Christian; PERRONE, Cláudia; IANNINI, Gilson; ROSA, Miriam Debieux; GURSKI, Rose (org.). **Sonhos confinados**: o que sonham os brasileiros em tempos de pandemia. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 171-192.

KHEL, Maria Rita. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 20**: mais, ainda. Tradução de Magno Machado Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1974] 1985.

LACAN, Jacques. **Le séminaire, livre XX: encore**. Paris: Éditions du Seuil, 1975.

LACAN, Jacques. **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1964] 1998.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 10: a angústia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1962-1963] 2004.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIMA, Nádia Laguárdia de. O fascínio e a alienação no ciberespaço: uma perspectiva psicanalítica. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, 2006. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672006000200005&script=sci\\_abstract](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672006000200005&script=sci_abstract). Acesso em: 26 nov. 2022.

LÓPEZ, Guillermo. **Adoles(seres): la orientación a lo real en la clínica psicoanalítica com adolescentes**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2019.

ROSA, Miriam Debieux. Ética e política: a psicanálise diante da realidade, dos ideais e das violências contemporâneos. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 25-40, 2006.

SADIN, Eric. “Vivemos uma ruptura civilizatória”. [Entrevista cedida a] Rubén H. Ríos. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 10 maio 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/618409-vivemos-uma-ruptura-civilizatoria-entrevista-com-eric-sadin>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SAFATLE, Vladimir. **Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

# **Pandemia, incidência do digital na vida dos jovens e efeitos subjetivos**

Carolina Nassau Ribeiro

## **Introdução**

Durante a pandemia de covid-19, experimentamos um aumento da procura por tratamento psicanalítico, sobretudo mediado por dispositivos virtuais. Concomitante a esse aumento, foi possível escutar dos próprios adolescentes um recrudescimento do uso de aplicativos de redes sociais para se comunicarem com os amigos, já que não podiam mais se encontrar em ambientes presenciais, e, também, do uso de jogos com interação online. Os adolescentes trouxeram questões relacionadas não apenas ao uso das redes nos atendimentos, apontando também para os pontos de enlaçamento social que elas provocam. Sendo assim, neste breve ensaio, interessa-nos debater os efeitos do digital na vida dos adolescentes, sem a pretensão de esgotar o tema.

## **A incidência do digital**

Como ressaltado, observamos entre os adolescentes um excesso do uso de *gadgets* – sobretudo dos *smartphones*, com seus aplicativos de redes sociais – e de jogos online, que se tornaram um ponto de encontro virtual. Não pretendemos condenar as novas tecnologias,

uma parte já intrínseca do cotidiano, mas questionar e apontar alguns de seus efeitos na sociedade.<sup>1</sup>

De acordo com um artigo de Caroline Miller ([s. d.]), publicado no Child Mind Institute, existe uma correlação entre mídia social, depressão e suicídio. Por meio de pesquisas e estudos realizados, a autora afirma haver um aumento de 65% nas taxas de suicídio de adolescentes do sexo feminino nos EUA entre 2010 e 2015, o que coincide com o surgimento do *smartphone* em 2007. Além disso, há um crescimento significativo das taxas de depressão entre esse público nesse mesmo período. A hipótese é que o aumento do contato virtual diminuiu os encontros presenciais e, por conseguinte, as trocas simbólicas e a sensação de realização e prazer geradas pelas atividades do mundo real.

Para Caroline Miller ([s. d.]), a plataforma do Instagram produz, sobretudo em meninas adolescentes, a insatisfação com a imagem corporal e a sensação de inadequação. Em nossa prática clínica, as jovens reclamam que o acesso diário às imagens de pessoas que lhes parecem perfeitas, cujas vidas são supostamente ideais e glamourosas nas redes sociais, faz com que sintam que suas vidas são comuns demais. No ambiente virtual, todos parecem mais bonitos, mais magros, mais ricos e mais incluídos socialmente.

Desse modo, uma adolescente de 14 anos, com uma família estável e um bom desempenho escolar, decidiu procurar a análise porque não se sentia satisfeita com o seu corpo, apesar de sua aparência dentro dos parâmetros considerados “adequados” para o discurso social vigente. A analisante afirma seguir algumas celebridades estadunidenses no Instagram e, ao se comparar a essas jovens, que utilizam

---

1 Daremos mais ênfase aos efeitos negativos, pois são os que mais aparecem em nossa prática clínica.

a rede como vitrine profissional, angustia-se e sente que a sua vida não é legal. Inclusive, com relação aos colegas, a impressão é de que estão todos experimentando uma vida mais interessante que a sua.

Percebemos, então, existir uma tendência entre os usuários das redes sociais, como o Instagram, em mostrar apenas uma versão “perfeita” de si mesmos (a melhor foto ou uma cena forjada de um passeio ou viagem). Isso parece ultrapassar o mundo digital, ao limitar as possíveis trocas – as que se passam no campo da linguagem – entre os jovens, viabilizando brechas de elaboração diante da emergência do Real que experimentam. Desse modo, as imagens exibidas tendem a se fechar em uma suposta percepção de completude e de uma imagem idealizada de si mesmo – e, por isso mesmo, irrealizável, sobretudo ao crivo do Supereu.<sup>2</sup>

Assim, escuto frequentemente dos adolescentes a afirmação: “*eu não sinto que sou o suficiente*”. Se esse sujeito em fase de mutações físicas e psíquicas acredita que não é ou que nunca será o suficiente, com a força pulsional vinda das acusações do Supereu, não é difícil que conclua, muito rapidamente, ser essa uma vida banal, ordinária e com ideais inalcançáveis, indigna de ser vivida.

Os jovens afirmam, desse modo, serem vítimas de uma nova “patologia”, denominada “Fomo” (*fear of missing out*), entendida como o medo de estar perdendo alguma coisa (Elhai *et al.*, 2021). O termo se

---

2 Freud ([1923] 2011) formulou a segunda tópica em que o aparelho psíquico é dividido em três instâncias: o Eu, o Isso e o Supereu. O Supereu é uma instância crítica, constituído como efeito do complexo de Édipo e da assimilação de leis e normas sociais, possui um caráter coercitivo e voraz, como um imperativo categórico. Trata-se de uma voz crítica que pode ser “hiper moral e tornar-se cruel” (p. 68). Vale lembrar que, na constituição do Supereu, há uma desfusão pulsional a deixar uma pura quota de pulsão de morte que se volta cruelmente contra o Eu, com uma intensidade pulsional violenta, acusando-o de jamais ser o suficiente.

refere a uma espécie de “inveja” gerada pelas redes sociais. Desse modo, o adolescente está em seu quarto, sentindo-se sozinho, com dificuldades de socializar e assistindo aos outros de sua idade vivendo experiências aparentemente prazerosas e agradáveis, enquanto só ele perde a suposta festa do “gozo”.

A vida social é um aspecto de extrema relevância para jovens e, com as redes sociais, eles acreditam ser possível quantificar o interesse que despertam nos seus pares. Observamos uma preocupação excessiva com o número de seguidores e com a quantidade de visualizações e curtidas que obtêm quando postam algum conteúdo (geralmente, imagético). A impressão é de que isso funciona como uma espécie de espelho distorcido a refletir o reconhecimento do campo do Outro.

Os adolescentes se identificam, também, com “celebridades” do mundo digital e se angustiam quando se sentem “flopados” – termo utilizado para se referir à pessoa cuja conta em rede social não possui um número significativo de seguidores ou de reações positivas, como *views* e *likes*. Assim, cada vez mais solitários, presos em um jogo imagético, os jovens ambicionam possuir mais seguidores no mundo virtual do que amigos no antigo grupo do mundo real, com os quais se identificavam a partir da confluência de gostos e interesses.

Isso posto, não raro, escuto dos adolescentes que eles não gostam de receber os amigos em casa, pois preferem virar a noite conversando ou jogando em chamadas, por meio de dispositivos digitais. Esse modo de socialização virtual implica efeitos que ainda não são passíveis de mensuração; porém, existe a perda do olhar e da voz, que são objetos da pulsão. As relações se revelam extremamente voláteis, haja vista que na presença de conflitos ou mal-estar se bloqueia

o interlocutor ou simplesmente não o responde mais, deixando-o no “vácuo”.

Portanto, há indícios da perda de diferentes modos de produzir laços sociais importantes para esse período da vida. Os adolescentes que passam muito tempo em redes sociais diminuem a prática de atividades saudáveis, como o esporte, e apresentam dificuldades em se concentrar e insônia, pois não param de verificar as redes sociais e, frequentemente, passam a noite conectados (Ehmke, [s. d.]). Os jovens hiperconectados estão normalmente exaustos, pois não fazem intervalos nas interações virtuais e, curiosamente, o sentimento de solidão é ampliado (Ehmke, [s. d.]).

Apesar de não considerar que as redes sejam a fonte do adoecimento psíquico, Hugo Monteiro Ferreira (2022) afirma que a denominada “geração do quarto” está conectada com o mundo por meio das redes digitais, mas não consegue conversar em casa e, muitas vezes, em outros espaços da vida social. Passam muitas horas experimentando a cibercultura, mas não encontram alternativas de expressão com as pessoas mais próximas: “[as] redes sociais são lupas que mostram o silenciamento dentro de casa” (Ferreira, 2022, p. 30).

Para o autor de *Geração do quarto*, os jovens almejam informações rápidas, mas não as buscam nos livros, jornais, revistas ou qualquer outra fonte de informação que implique a palavra escrita. Geralmente, recorrem aos vídeos do YouTube e formam suas opiniões a partir daí. Ademais, é nessa plataforma que encontram os seus ídolos, suas fontes de inspiração e identificação.

Hugo Monteiro Ferreira (2022) aborda, também, a relação do adolescente com o tempo. Para o autor, os jovens só consideram existir o

agora: “[é] preciso entender que essa geração pensa a vida pelo ‘já’, e quando o ‘já’ não lhe vem, tende a não suportar o ‘aguardar um instante’, o ‘instante seguinte’” (Ferreira, 2022, p. 88). O acesso às informações e às tendências musicais, por exemplo, é muito rápido e esperar parece uma tarefa impossível.

Segundo Dias e colaboradores (2019), as condutas de risco acontecem, do mesmo modo, nas redes virtuais. Devido à falta de referências nesse tempo de passagem, o corpo adolescente vulnerabiliza-se e, muitas vezes, as autolesões acontecem na tentativa de estancá-lo pela via do simbólico. Assim, é possível que o jovem apresente comportamentos de risco na internet, passíveis de produzir efeitos fora da virtualidade nesses sujeitos.

Comumente, os jovens buscam as redes sociais como apoio simbólico para apaziguar o seu sofrimento, mas encontram o descaso e o sarcasmo. Um jovem, 13 anos, relatou em análise ter contado ao seu grupo de amigos do Discord<sup>3</sup> suas ideias suicidas. Em resposta, foi profundamente criticado. Disseram-lhe que por reclamar demais “ninguém o aguenta”. Após esse episódio, o jovem fez muitos cortes em seu corpo. Os adolescentes afirmam que esses cortes apaziguam uma dor que eles não conseguem transpor para o campo discursivo. É como se as marcas autoinfligidas tivessem a função de escrever, no corpo físico, uma dor não passível de tradução no campo simbólico.

O filósofo sul-coreano Byung Chul Han (2018) afirma que, se o século passado foi o tempo das massas, hoje vivemos uma espécie de *enxame digital*. Se na massa de cem anos antes era possível localizar um nós que se constituía a partir da anulação do eu, na atualidade

---

3 Plataforma de comunicação online projetada para integração de comunidades de jogos digitais via áudio, vídeo e texto.

nos deparamos com indivíduos que se juntam virtualmente, mas não desenvolvem nenhum nós, nem externam nenhuma voz coletiva: “[o] habitante digital da rede não se reúne. Falta a ele a *interioridade da reunião* que produziria um *Nós*” (Han, 2018, p. 29, grifos do autor). Existe, então, uma erosão do comunitário em prol de uma egotização crescente, em que o social (*socius*) dá lugar ao solitário (*solus*). Como consequência, atendemos jovens trancados em seus quartos, com pouco interesse pela vida social e raros laços afetivos capazes de os atrelarem a uma comunidade em que algum traço do comum possa ser compartilhado.

Para Byung Chul Han (2018), o *smartphone* é um dispositivo que abole os modos complexos de pensamento e promove um enfraquecimento da amplitude temporal, o que implica um incremento do curto prazo e o ocultamento do longo prazo. Ainda, a temporalidade da mídia digital é o presente imediato em que as informações enviadas e recebidas se desenrolam sem a mediação de intermediários. Segundo o filósofo, esse é o fenômeno de “desmediatização”, ou seja, não existe a figura de um mediador na leva de conteúdos – todos produzem e são impactados por dados, a todo tempo, sem nenhuma mediação de um terceiro.

Para Jacques-Alain Miller (2015), os adolescentes hodiernos experimentam o que ele nomeia como sendo uma “autoerótica do saber” – ou seja, se antes da era digital o conhecimento pertencia ao mundo do adulto, agora está acessível com um simples clique que se dá em uma máquina. Acrescentamos às reflexões do estudioso a habilidade de manuseio dos dispositivos digitais estar, hoje, com os adolescentes e não com os mais velhos (que, inclusive, aprendem acerca dos novos aparatos tecnológicos com os mais novos). Assim, o adulto – outrora o portador do conhecimento – mediava um saber que, atualmente, é

acessível sem a necessidade de seu intermédio. Parafraseando Lacan, Miller afirma que agora “o saber está no bolso” (Miller, 2015, p. 40) e o efeito é uma queda do Outro do saber.

Podemos pensar, a partir do que Miller (2015) apontou sobre a “autoerótica do saber”, que o adulto/educador não possui mais a função de mediar o saber, pois este não precisa mais passar pelo campo do Outro para chegar ao sujeito adolescente. O conteúdo que os jovens acessam não passa por nenhuma seleção prévia, a não ser aquela dos algoritmos. Não há uma curadoria anterior que aponte o que será acessado, tudo é passível de ser exibido como material a ser consumido. O cotidiano ou a opinião de qualquer um pode ser visto por uma criança ou por um adolescente.

Observamos, portanto, uma fragilização do sujeito em relação ao campo discursivo, cujo efeito, a nosso ver, pode ser uma mudança da relação do adolescente com o tempo. Na plataforma TikTok, uma das mais acessadas do mundo, os adolescentes se atêm a vídeos que duram não mais que alguns segundos. Uma jovem adulta, por exemplo, afirma estar “viciada” na plataforma e que não consegue mais assistir a vídeos longos, filmes ou séries. Dessa forma, se o adolescente já é imediatista, o digital potencializa essa lógica como se a única possibilidade temporal fosse o “agora”. Vivemos uma época de tempos curtos e isso nos parece fundamental para compreender o excesso de precipitações da clínica atual com os adolescentes. A experiência do digital, a nosso ver, implica uma fragilização dos laços sociais reais e um incremento radical da vivência do curto prazo. Tudo dura segundos. O sucesso de uma música dura dias. O interesse por uma pessoa pode durar não mais que algumas horas. Tudo é muito volátil.

Miller (2015) aponta, assim, uma “mutação do simbólico” que envolve o declínio do patriarcado, a destituição da tradição e o déficit do respeito. Os adolescentes são especialmente suscetíveis a essa degradação da lei que, no fim da obra de Lacan, é vista como um sintoma. Desse modo, o discurso da ciência não mais se vincula à voz do pai. Os registros tradicionais sofrem um forte desgaste, intimidados pelas novas formas de comunicação e uma falta de respeito generalizada, fruto de um individualismo democrático que se impõe. Chama a atenção do autor a demanda vazia de respeito vocalizada por alguns adolescentes.

## **Considerações finais**

Muitas evidências parecem apontar para as novas formas de enlçamento social, diretamente relacionadas à incidência do digital. Muitos jovens estão trancados em seus quartos, vivendo uma vida quase que completamente virtual, com pensamentos mortíferos e praticando autolesões quase que diárias. São solitários e possuem poucos recursos simbólicos. Não se trata de condenar a incidência do digital. Não há como voltar. Existem pontos positivos, claro, mas, infelizmente, o que temos colhido dos adolescentes a partir da escuta revela que eles estão sofrendo muito, e com saídas pela via de atos radicais que tangenciam o real do corpo, como nos casos das lesões autoprovocadas. Parece-nos valioso que a psicanálise siga contribuindo com esse debate.

## Referências

DIAS, Vanina Costa; LIMA, Nádia Languárdia de; VIOLA, Daniela Teixeira Dutra; KELLES, Natalia Fernandes; GOMES, Patricia da Silva; SILVA, Candida Rosa da. Adolescentes na rede: riscos ou ritos de passagem? **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 39, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003179048>. Acesso em: 29 mar. 2023.

EHMKE, Rachel. How using social media affects teenagers. **Child Mind Institute**, New York; San Francisco, [s. d.]. Disponível em: <https://childmind.org/article/how-using-social-media-affects-teenagers/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

ELHAI, Jonathan D.; YANG, Haibo; MONTAG, Christian. Fear of missing out (Fomo): overview, theoretical underpinnings, and literature review on relations with severity of negative affectivity and problematic technology use. **Brazilian Journal of Psychiatry**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 203-209, 2021.

FERREIRA, Hugo Monteiro. **A geração do quarto**. Quando crianças e adolescentes nos ensinam a amar. São Paulo: Record, 2022.

FREUD, Sigmund. O eu e o id. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. v. 16. São Paulo: Companhia das Letras, [1923] 2011. p. 13-74.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.

MILLER, Caroline. Does social media use cause depression? **Child Mind Institute**, New York; San Francisco, [s. d.]. Disponível em: <https://childmind.org/article/is-social-media-use-causing-depression/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

MILLER, Jacques-Alain. **Em direção à adolescência**. Intervenção de encerramento da 3ª Jornada do Instituto da Criança. [S. l.]: [s. n.], 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/29817233/Em\\_dire%C3%A7%C3%A3o\\_%C3%A0\\_adolesc%C3%Aancia\\_Jacques\\_Alain\\_Miller\\_por\\_Nathalie\\_Tufenkjian](https://www.academia.edu/29817233/Em_dire%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_adolesc%C3%Aancia_Jacques_Alain_Miller_por_Nathalie_Tufenkjian). Acesso em: 29 mar. 2023.

## **Sobre os deslocamentos do desejo no filme *Cafarnaum*<sup>1</sup>**

Jaquelina Imbrizi

Julia Bartsch

Gabriel Inticher Binkowski

---

<sup>1</sup> Partes das ideias contidas neste capítulo foram publicadas anteriormente em um artigo na revista *Estilos da Clínica*: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/200133>.

Em tempos sombrios, há que se reforçar o valor das produções artísticas e culturais, ressaltando as articulações entre psicanálise e politização da arte. Na perspectiva proposta por Freud ([1919] 2021) no texto *O incômodo*, há de se pensar a estética não só como o estudo da beleza, mas como “o estudo das qualidades de nosso sentir” (p. 47). O psicanalista enfatiza o efeito estético no leitor da literatura fantástica, que produz certo descentramento do Eu, e o desfecho da história, que não indica para um final estruturado e feliz que vise apaziguar esse leitor. Ou seja, há o poder das obras de arte de incomodar, revirar ou subverter. Assim, como propôs Rancière (2009), as próprias bases da hipótese do inconsciente freudiano se assentam no aspecto revolucionário da arte e de sua dimensão estética.

Por sua vez, o filósofo Althusser (1996, p. 134) reflete sobre os aparelhos ideológicos do Estado associados ao fato que “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”. Nesse sentido, as produções culturais funcionam poderosamente, tendo-se que, se em seu contexto histórico o autor marxiano apontava a escola como um desses aparelhos principais, junto à família e a outras instituições, aqui, apontamos que manifestações culturais, como os filmes, podem exercer um papel específico de interpelar as pessoas que delas usufruem e provocar deslocamentos de posições subjetivas dos espectadores e das espectadoras. Em trabalho anterior realizado por Imbrizi, Martins e Rosa (2019) foi possível discutir algumas dessas ideias de modo a

entender as produções culturais no contemporâneo como um poder midiático que intervém sobre a vida psíquica dos sujeitos, modelando suas subjetividades. Ou seja, a nossa hipótese é que a interpelação ao sujeito seja a de convidá-lo a se desacostumar, tirá-lo da sua zona de conforto diante das desigualdades geopolíticas que dificilmente aparecem nas telas das televisões ou do cinema vinculados às produções acachapadas da indústria cultural. Este é o conceito estruturante da crítica cultural presente nas ideias dos autores da primeira geração da chamada Escola de Frankfurt (Benjamin, 2012; Horkheimer; Adorno, [1947] 1984), acompanhando as noções de inconsciente óptico, as diferenças temporais entre as camadas geológicas da cultura e a construção de uma política da arte.

A partir das ideias de Freud e Althusser, podemos afirmar que o cinema pode produzir um deslocamento nos espectadores, afastando-os de suas zonas de conforto, principalmente quando priorizamos, aqui, um tipo de produção audiovisual que temos denominado “o cinema como a arte da denúncia” (Imbrizi; Stelmo, 2023), como objeto da cultura que denuncia as condições desumanas nas quais vivem imigrantes e crianças pobres de várias partes do mundo. São produções audiovisuais que se encaixam em certo gênero cinematográfico relacionado ao comprometimento político de seus realizadores e que, ao denunciar tragédias e crueldades, visam sensibilizar os espectadores e as espectadoras para as questões éticas que exigem transformações estruturais na sociedade. Ou seja, o cinema como arte da denúncia se refere à sua capacidade de produzir questionamentos e denunciar o sofrimento de crianças em suas linhas de errância na contemporaneidade. Assim posto, quais interpelações seria possível produzir no espectador e na espectadora?

No que se refere aos autores da primeira geração da Escola de Frankfurt, Walter Benjamin, em seu texto “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, preocupado com o potencial da transmissão dos ideais revolucionários na política da arte, afirma:

Tendo em vista que a superestrutura se modifica mais lentamente que a base econômica, as mudanças ocorridas nos setores de produção precisam de mais de meio século para refletir-se em todos os setores da cultura. Só hoje podemos constatar sob quais formas isso se deu. Tais transformações devem por sua vez comportar alguns prognósticos (Benjamin, 2012, p. 179).

Entre os prognósticos estão as tendências evolutivas da arte, principalmente no que se refere à reprodutibilidade das imagens acompanhadas dos sons, e seus impactos na subjetividade e na percepção dos receptores das manifestações culturais. O autor enfatiza também certa “estética da guerra” nas artes, o que ele também denomina de “estetização da política”. Uma resposta possível à estetização da política seria a politização da arte que interferiria diretamente na percepção dos espectadores e das espectadoras.

O cinema soviético, já no início da segunda década do século XX, trouxe um formato que visava, de maneira didática, propagar o movimento revolucionário por meio de uma “narrativa alienante” (Vanoye; Goliot-Lété, 2012, p. 26). Da mesma forma, temos a chamada “propaganda” dos filmes de Leni Riefenstahl durante o período do nazismo alemão, representante da estetização da política. Posto isso, e considerando o poder de transmissão pela via da sétima arte, o que propomos aqui é pensar na produção fílmica como um denunciador

das mazelas sociais e políticas e do sofrimento a elas relacionados, tirando o espectador de sua zona de conforto.

A partir dessa perspectiva, perguntamo-nos se seria possível escolher entre as produções audiovisuais contemporâneas aquelas que viabilizam uma crítica à ideologia, de modo a colocar o espectador frente a frente com a violação de direitos das crianças e adolescentes. Ao fazer esse movimento, seria possível interpelar o sujeito a ponto de envolvê-lo na perspectiva de que ele é corresponsável pela violência, pela crueldade que parece ter como alvo crianças e adolescentes mundo afora? Um dos efeitos da politização da arte seria o de desencadear uma percepção mais aguçada sobre a crueldade nossa de cada dia e, para o que nos interessa neste capítulo, sobre a crueldade contra as crianças e os adolescentes. Apostamos aqui em certa potência da arte de produzir deslocamentos do desejo no telespectador, produzir afetos que direcionem o sujeito com vistas à transformação das condições sociais e intelectuais que perpetuam a desigualdade social/econômica/cultural. Estaríamos no campo da crítica à estética da guerra e da crítica à estética da crueldade?

Para este capítulo, nós escolhemos uma produção audiovisual que não visa entreter, mas incomodar espectadores de modo a provocar mal-estares, descentramentos do Eu, deslocamentos de desejo e aguçamento da percepção, a fim de desnaturalizar a violação de direitos e historicizar as raízes das desigualdades sociais. Trata-se do filme libanês intitulado *Cafarnaum*, que, apesar de ser finalizado de modo apaziguador – com o lindo sorriso do protagonista solicitado pelo retratista –, demanda que o espectador e a espectadora acompanhem muito sofrimento durante toda a narrativa e uma quantidade excessiva de crueldade contra nossos infantes, na linha tênue da premissa de que a arte imita a vida.

## **A politização da arte no cinema de Nadine Labaki e a estética da crueldade no filme *Cafarnaum***

O filme *Cafarnaum*, lançado em 2019, é dirigido por Nadine Labaki, diretora e roteirista crítica das desigualdades sociais. A diretora libanesa vem se destacando em sua trajetória profissional por abordar temáticas sociais em suas produções cinematográficas, nas quais, muitas vezes, a narrativa fílmica é atravessada por questões de gênero, pela crítica da política da guerra e pela estética da crueldade que escancara as violações de direitos das infâncias e das juventudes “em situações sociais críticas” (Broide; Broide, 2016).

A questão da mulher na cultura libanesa é abordada em dois de seus filmes. Um deles é a película intitulada *Caramelo* (2009), cuja trama se passa em um salão de beleza diante dos preparativos para um casamento entre pessoas heteroafetivas, buscando dar destaque para as violências de gênero cotidianas e para os impasses e ambivalências nas trocas de experiências de diferentes mulheres que são frequentadoras do salão. O outro filme é *E agora, aonde vamos?* (2012), no qual a diretora apresenta um vilarejo isolado do mundo, cercado por minas terrestres remanescentes de guerras que ficaram em um tempo passado, mas que insistem em assombrar o presente, delineando a convivência conflituosa entre católicos e muçulmanos no pequeno território em questão. O ponto nodal da narrativa é a mudança da posição subjetiva das mulheres, protagonistas na trama, em suas relações com os maridos e filhos, que produz transformações capazes de conter o ciclo de violência que assolava o local. Trata-se de um libelo, um filme-denúncia, para tempos de guerra como os que estamos vivendo, o que vem a coroar trajetória de Nadine Labaki

como diretora crítica às desigualdades sociais, às condições de vida dos imigrantes e às violências de gênero na contemporaneidade.

Por sua vez, o filme *Cafarnaum* obteve reconhecimento internacional e recebeu o Prêmio do Júri no Festival de Cannes, tendo sido indicado ao Oscar de Melhor Filme Estrangeiro no ano de 2019. Em entrevista para um jornal (France Presse, 2019), Labaki afirma que intencionava, com esse filme, propor questionamentos sobre o sofrimento das crianças que estão abandonadas pelas políticas sociais e educacionais no Líbano, seu país, com ênfase nos imigrantes, principalmente nas mulheres que são mães e estão em situação ilegal, desprotegidas pelo Estado, e que precisam salvaguardar seus bebês. Ela afirma que produções cinematográficas podem provocar debates e sensibilizar espectadores e representantes políticos para que transformações aconteçam em seu país. Há posicionamento político na escolha do elenco, além do ator sírio Zain Al Rafeea, tanto a atriz Yordanos Shiferaw quanto a mãe do ator mirim Boluwatife Treasure Bankole são refugiadas etíopes no Líbano e foram detidas durante as filmagens por imigração ilegal.

Em *Cafarnaum*, a narrativa fílmica acompanha a trajetória de Zain, um menino sem documentos ou registro de nascimento. Nas primeiras cenas do filme, em um exame médico, o espectador se depara com a afirmação do profissional de saúde que atende Zain: ele não tem mais dentes de leite e deve ter entre 12 e 13 anos. Sim, o púbere não foi registrado por seus pais, por suposto ele não existe legalmente. Ou seja, ele pode ser considerado como um estrangeiro em seu próprio país, pois sua existência não é reconhecida pelo Estado.

Do ponto de vista da história singular de Zain, há cenas suas brincando com seus amigos com armas feitas de madeira, simulando um

conflito armado entre os brincantes; há o lúdico, em modos de correr, fumar um cigarro, batucar um instrumento, mesmo quando necessita cuidar dos irmãos por imposição de seus pais. As irmandades são várias, sete ou mais, que dormem amontoadas em colchões espalhados pelo chão do apartamento localizado no segundo ou terceiro andar de um prédio. O que separa as divisões dos cômodos no espaço da moradia são tecidos, transparentes e coloridos, pendurados nos lugares de passagem para garantir um mínimo de privacidade entre os familiares.

Zain quer ir para a escola e observa a Kombi – lotada de crianças e mochilas penduradas – que leva estudantes para a instituição escolar. Em uma conversa em que interroga seus pais sobre a possibilidade de se instruir, já percebe que não será fácil tal empreitada, sendo o pai dependente da ajuda financeira precária do púbere no que se refere à subsistência de sua família. A mãe pondera que se ele for para a escola também trará como contrapartida um pouco de alimento para a casa e cita um adolescente das redondezas que conseguiu a proeza de ir para a escola e em troca receber os mantimentos necessários para alimentar sua família. A fome assola todas as crianças que aparecem no filme e, no Brasil, ela igualmente ressurgiu como um fantasma que retorna no governo de extrema-direita, consequência das eleições do ano de 2018. Um país que atingiu áureos tempos durante governos mais progressistas, que tiraram o Brasil do Mapa da Fome, passou a viver um retrocesso, sobretudo nos avanços dos direitos sociais e civis da população em situação de vulnerabilidade social. Segundo informações do site do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome,

Entre 2002 e 2013, caiu em 82% a população de brasileiros considerados em situação de subalimentação.

O relatório também mostra que o Indicador de Prevalência de Subalimentação atingiu no Brasil nível menor que 5%, abaixo do qual a organização considera que um país superou o problema da fome (MDS, 2023, [n. p.]).

Zain é esperto o suficiente para oferecer uma contraproposta aos seus pais: ele vai estudar de manhã e no período da tarde poderá continuar a trabalhar no armazém do bairro. O espectador não tem tempo de descobrir se isso se efetivou, mesmo que momentaneamente, pois é neste ponto da história que aparece o primeiro antagonista, o dono do estabelecimento comercial que emprega o nosso personagem principal e que já está em uma negociação avançada com os pais de Zain para desposar uma de suas filhas. Zain resiste, não gosta da ideia e faz de tudo para proteger a irmã, pois sabe de antemão que esse casamento seria a destruição da vida e da infância da menina.

Nadine Labaki, ao apresentar a família de Zain composta em conformidade com as tradicionais figuras de pai, mãe e irmãos, coloca em questão o que seria uma família nuclear, alvo de questionamentos neste início de terceiro milênio, um conceito zumbi para muitos autores (entre eles Anthony Giddens, 1995). Isso porque, apesar de ser uma instituição em extinção, seu espectro continua vivo a pautar os nossos ideais de felicidade e, também, as jurisprudências e o bojo legislativo da maioria dos países, assim como segue operando enquanto fantasia ideológica de normalidade para operadores do campo social e psicológico. A prática do casamento entre meninas e adultos apresentada no filme ainda é uma realidade corrente entre muitas comunidades e regiões do planeta, ferindo sobretudo nossas concepções mais progressistas que se pautam numa defesa ativa da preservação da infância e da adolescência como espaços de experimentação e desenvolvimento. Pois, as cenas iniciais do filme já apresentam o

nosso protagonista em plena audiência em um tribunal de justiça, no qual está sendo ouvido porque pretende processar os pais por colocarem filhos no mundo sem terem condições de acolhê-los. Zain quer impedir que os pais tenham, irresponsavelmente, mais um filho, além dos que se amontoam na residência precária. Um adolescente que ousa questionar seus progenitores, inverte os papéis e tem mais responsabilidade do que mãe e pai juntos. Há também querelas religiosas em alusão ao fato de que a mãe compreende a questão como um chamado de Deus, pois a nova criança que virá talvez pudesse substituir uma de suas filhas que morreu: a irmã querida do nosso protagonista que, aos 11 anos, não sobreviveu a uma gravidez precoce.

Na pesquisa *Trajetórias interrompidas* (2017), realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) do Ceará, há a indicação de que juventudes que morrem em situação de violência de Estado, no Brasil, têm em seus percursos o fato de que estão fora das instituições escolares, estão fora do mercado formal de trabalho. São filhos de mães adolescentes. Mães que não tiveram apoio (familiar e institucional) nem a companhia dos pais das crianças para oferecer condições dignas de vida para si e seus filhos e foram impedidas de acessar instituições educativas, culturais e de saúde. A gravidez na adolescência faz parte do ciclo de violência a que crianças e jovens são submetidos no Brasil. Qual é a estrutura e a rede de apoio para o processo de socialização e de constituição psíquica dessas crianças e das suas jovens mães?

Vemos as mães que perderam seus filhos como se fossem o fim de uma cadeia de violências em luto e em luta, e quando assistimos ao filme e à trajetória de Zain percebemos que há um sofrimento inenarrável para proteger seus irmãos e garantir a eles e o mínimo de acesso às instituições sociais e culturais.

O fato de se interpor ao casamento da irmã é o acontecimento que divide a vida de Zain em um antes e um depois. O protagonista se rebela contra a decisão de seus pais de oferecer uma menina para um homem muito mais velho. A despeito disso, ele cria um plano mirabolante para impedir o casamento da irmã. A cena da escada, na qual a mãe puxa a filha para um lado e o adolescente a puxa para outro, é desesperadora para os espectadores. O movimento da câmera acompanha a tensão da cena na escadaria do prédio e avança pela rua de chão batido e sem saneamento básico. O pai dirige uma moto e sai a toda a velocidade com a menina aos prantos sentada no banco traseiro. Portanto, é com o seu próprio corpo que Zain se joga na frente dos pais para tentar impedir a aberração de uma criança casar-se com um adulto. Ele perde a briga e se sente impotente após uma tentativa de fuga na qual intencionava levar a irmã como companhia, com o objetivo de protegê-la de um casamento sem amor e às custas de pratos de comida ou de trocas financeiras entre a família e o pretendente. A despeito de seu plano de fuga não ter êxito, ele mantém o desejo de ficar longe dos pais e de não compactuar com as diversas modalidades de opressão contra as mulheres que estão aparentemente naturalizadas na cultura de seu país.

Zain pega um ônibus com o pouco dinheiro que supostamente deveria deixar com os pais, viaja por um tempo e desce no meio do caminho, encantado com as luzes de um parque de diversão. Nesse momento, ele se metamorfoseia, novamente utiliza seu corpo de criança, brinca e sorri ao encontrar o homem-barata, usufrui de um dos brinquedos do parque de diversões e tenta escapar da monstruosidade humana. A fome é grande e ele se refugia em um restaurante no qual trabalha a sua futura amiga, Rahil, uma mulher negra, imigrante, que está no país ilegalmente e é mãe de uma criança que ainda não completou um ano. Com a convivência com o homem-barata e com Rahil, que

luta para manter seu bebê vivo e conseguir os papéis que possam tirá-la da condição de indocumentada, Zain encontra, talvez, a possibilidade de afeto.

Por estar ilegalmente no país, Rahil precisa garantir sua existência usando a identidade tomada de alguém que, possivelmente, fez um percurso similar ao seu. Toma-lhe o nome e o rosto, acrescentando ao seu uma pinta falsa que precisa desenhar diariamente para que se assemelhe ao da foto do documento e, assim, todos os dias é outra pessoa. Tegrit é o nome da mulher que consta em sua documentação falsa fornecida por Aspro (Alaa Chouchnieh), o atravessador que diz querer ajudá-la a conseguir a cidadania libanesa.

Rahil é a primeira a dar comida para matar a fome de Zain. Na sequência das cenas, ela leva Zain para a sua casa para alimentá-lo e, ao mesmo tempo, ter alguém para cuidar de seu filho enquanto despende energia em seu trabalho de faxineira. Antes disso, o filho ficava escondido em um pequeno espaço no banheiro do restaurante e era amamentado às escondidas. Portanto, Zain volta à sua rotina de criança que cuida de outras crianças, no caso de um bebê. Em função da situação de ilegalidade em que vivem e por medo de serem descobertos, Zain não pode sair de casa e ser visto pelos moradores do território. Assim, inventa estratégias para ver a luz do dia e para assistir a um pouco de televisão. Através de um espelho, capta a imagem da televisão do vizinho e dubla os personagens do desenho animado. O que acalenta o nosso personagem principal é a chance de também ser criança e de inventar histórias e personagens. Entre um momento e outro, ele também batuca, produz sons e sonhos nos móveis precários da casa. Mais um paradigma universal: as crianças que insistem em brincar, mesmo e apesar das precariedades inerentes ao ambiente.

Estamos falando de casa/lar por pura expressão idiomática, pois as tomadas da diretora também indicam a precariedade de um espaço habitacional em Beirute, no Líbano. As condições de moradia no prédio em que Zain residia com os pais formam um *continuum*, com tomadas de câmera nas quais a diretora mostra as paredes gastas das escadarias, a falta de iluminação e o desprovido dos apartamentos em prédios que ocupam um bairro inteiro.

Vários antagonistas estão presentes na narrativa fílmica, pois estamos discutindo funções específicas na engrenagem capitalista, que colocam em movimento a roda do progresso que gira sem sair do lugar. São pessoas cruéis, frias e dispostas a sobreviver por meio da exploração do trabalho, da exploração sexual e do tráfico de pessoas. Portanto, o filme mostra a estrutura perversa de uma sociedade: uma engrenagem que produz sujeitos que repetem em suas ações e pensamentos a violência a que também estão sendo submetidos. O próprio pai de Zain é um dos seus antagonistas. Outro é o dono do estabelecimento comercial, um adulto que acha natural um dos preceitos de sua cultura: o de esposar crianças. Assim, o filme coloca em destaque inimigos violentos da infância, homens, em sua maioria, que estão prontos para fazer o “serviço sujo” (Arantes, 2011), que colaboram com a lógica perversa do capitalismo como única forma de sobrevivência e que transformam as mulheres em objetos. Para reforçar tal impressão, a diretora as retrata de modo subserviente, com a mãe de Zain submetida aos mandos e desmandos do marido e Rahil aceitando todo o tipo de humilhação, seja no espaço de trabalho, seja por parte do intermediador de documentos, a fim de manter o seu bebê vivo e junto a ela.

Quem parece não se dobrar aos ditames cruéis da sociedade capitalista é Zain, que vai enfrentando os obstáculos com uma postura ética,

responsável e de humanidade inabalável. Uma responsabilidade para além dos ciclos de vida, um infante – que podemos ver representado por aquele que, antes sem voz, num determinado momento passa a tomar a palavra – versado na ética do respeito ao outro em meio a tantas adversidades, que exercita a alteridade de uma política do semelhante, que se revela no cuidado para com a irmã e as outras crianças que o circundam. Zain não se posiciona no lugar de vítima e luta com todas as forças contra aquilo que significa injustiça contra ele e contra seus irmãos e irmãs. Ele não se deixa seduzir pela posição de resto em que todos os discursos e condições sociais querem colocá-lo e luta por seu lugar de sujeito, contra tudo e contra todos, criando armas e artifícios com os objetos e símbolos que estão ao seu alcance.

Podemos afirmar que Zain não interioriza e não se identifica como dejetivo na sociedade capitalista. Por meio de um gesto de sublevação ele se interpõe ao casamento da irmã e, através de um ato violento, tenta matar o homem que representa toda a engrenagem da exploração sexual de gênero em sua cultura. Por via da raiva e da violência ele se rebela contra o sistema que o oprime e foge para outras paragens, produzindo deslocamentos do seu desejo e colocando os pais como réus no sistema de justiça.

Apostamos que o filme de Labaki, ao apresentar uma criança que entende a estrutura jurídica do tribunal como o órgão reparador da lacuna deixada por sua estrutura familiar, aponta para a necessidade de mudar as condições que geram a desigualdade social. Ao tentar se interpor às injustiças sociais e de gênero que atravessam a cultura de seu país, o filme teria o poder de produzir algo no espectador.

Teríamos então um despertar da responsabilidade de cada um de nós diante das nossas crianças, adolescentes e jovens que passam fome e estão em condições precárias de vida? Ou seja, o filme teria a potência de produzir deslocamentos do desejo do espectador e da espectadora?

## **Deslocamentos territoriais, psíquicos, de desejos e de posições subjetivas**

Jacques Derrida é um filósofo que nos convida a pensar as relações entre psicanálise, psicanalistas e a crueldade. No caso do filme aqui em foco, o trazemos para pensar a crueldade contra as nossas crianças.

Freud muitas vezes nomeou e sobrenomeou esses princípios, por exemplo, o princípio de prazer ou o princípio de realidade, como sobrenomeou “mitologicamente” o que lhes põe em crise, para além ou aquém dos princípios, a saber uma certa pulsão de morte que, justamente na origem de toda a crueldade, pode tomar a forma destruidora de um sadismo, de uma ferocidade que a libido narcisística teria deslocado do eu para exercê-lo sobre o objeto – a menos que não seja aquela de um masoquismo primário sobre o qual Freud dedicou também uma hipótese. Quais seriam as formas inéditas de crueldade que um psicanalista do ano 2000 deveria interpretar com renovado frescor, fora e dentro da instituição? Haverá quanto ao político, ao geopolítico, ao jurídico, à ética, consequências, ao menos lições a tirar da hipótese de uma irreduzível pulsão de morte que parece inseparável disso que se chama obscuramente crueldade,

em suas formas arcaicas ou modernas? Para além dos princípios, haverá ainda, dando alguns passos a mais, um para além do além, um além da pulsão da morte e, portanto, da pulsão de crueldade? (Derrida, 2001, p. 45-46).

O cinema tem sido também um aliado da psicanálise para pensar as questões do seu tempo, ao colocar em tela a crueza da violação de direitos das nossas infâncias, ao propor e explicitar uma estética da crueldade que dialoga com as ficções e as realidades contemporâneas. Mais ainda, o cinema se localiza, em seus efeitos subjetivos e políticos, num verdadeiro desfiladeiro, carregando, por um lado, um considerável arcabouço dos mitos e ideologias do contemporâneo, sobretudo do capitalismo (Mano, 2018), mas também insistindo como meio e proponente de denúncias desse mesmo mundo no qual vivemos. Ainda, seguindo com Derrida (2012), o cinema e outros dispositivos tecnológicos se encontram no espectro do fabuloso e do fantasmático, ou seja, não se encontram no campo que distingue o verdadeiro do falso. Trata-se daquilo que o filósofo da desconstrução aponta como sendo o temível do poder performativo das mídias.

O poder vem acompanhado de grandes responsabilidades, como já foi tratado por filósofos como Platão em sua discussão sobre o Anel de Gíges:<sup>2</sup> o que fazemos quando temos um poder e podemos até passar despercebidos ao usá-lo? Seguindo em nossa discussão, conferimos ao cinema um poder vetorial na subjetividade contemporânea e, se usado seguindo uma certa ética, ele pode provocar transformações efetivas importantes.

---

2 Mito grego apresentado em *A República* de Platão. Narra a história do pastor Gíges, que encontra um anel mágico que dá poder de invisibilidade a quem o usa. No mito, Gíges usa o anel para adquirir poder e riqueza e tornar-se rei.

Quando tratamos dos temas dos deslocamentos do desejo do espectador e da espectadora na abordagem psicanalítica, pensamos que os mecanismos psíquicos do deslocamento e da condensação se entrelaçam, estando presentes tanto na formação de sintomas como nos atos falhos, na produção dos chistes e no trabalho do sonho. Os mecanismos inconscientes estão presentes também na associação com obras estéticas, através da experiência de fruição destas pelo espectador. Nos casos de migração forçada e de contextos nos quais o sujeito se encontra submetido aos poderes e ditames do outro, da autoridade e da alteridade, como nos trazem Rosa e colaboradores (2009), esses mecanismos se aproximam, na medida em que o desejo do sujeito está em se libertar das situações relacionadas à opressão vivida no país de origem. O vagar sem rumo como manifestação do desejo de deslocamento territorial se dá até o encontro com um território que apresente maior ideia de proteção, além de permitir que o sujeito se desloque psiquicamente, de maneira que suas identificações imaginárias, há tempos cristalizadas, sejam colocadas em xeque, identificações estas condensadas e que representavam um certo aprisionamento a situações de emergência. Além disso, esses casos são um tanto paradigmáticos da política capitalista e neoliberal do cenário global atual, em que as forças da biopolítica se imprimem particularmente nas subjetividades marginais (Binkowski, 2022).

Compreende-se assim os atos de errância e nomadismo em migrações territoriais como possíveis formas de estabelecer uma chamada “abertura radical” que fomenta o questionamento das relações de poder. A migração territorial é um processo que mobiliza e enlaça motivações sociais, políticas, econômicas e subjetivas – a relação com a nova terra e os novos laços terão as marcas desses processos. Essa condição tem a potência de relativizar toda relação fixa do sujeito com o poder, de modo que o olhar do exilado, migrante ou

refugiado, e do infante pode, por sua exterioridade, ser perturbador para a cidade, gerando hostilidades e violências. Também pode assim abalar a identidade do sujeito, tomada aqui como a ficção de si mesmo (Rosa *et al.*, 2009).

O desejo de deslocamento geográfico das personagens de *Cafarnaum* é concreto e territorial. Trata-se do afastamento de suas origens, ameaçantes à manutenção de suas existências, no imaginário de outro lugar onde poderão viver longe do que lhes provoca angústia. Rosa e demais autores acrescentam que

[...] a dimensão trágica do migrante encena algo comum a todos, pois todos somos sujeitos exilados, desenraizados de nós mesmos, constituídos pelo desconhecimento enigmático da dimensão inconsciente (Rosa *et al.*, 2009, p. 498).

Zain depara-se com outros sujeitos que já fizeram esse movimento, seja na figura de Rahil, uma migrante sem papéis, vivendo de maneira ilegal no Líbano, seja na figura da menina síria que encontra no mercado e que compartilha do seu desejo de partir para a Suécia – onde, segundo ela, haveria um lugar reservado para refugiados, como uma espécie de terra prometida. Há, ainda, a representação desse movimento através da linguagem infantil, pensada a partir do encontro dessas duas personagens idealizando um reino encantado onde todos terão casa, comida e serão iguais.

Ao considerarmos a perspectiva psicanalítica do “incômodo” – o *unheimlich* elaborado por Freud (2021) –, talvez o filme possa proporcionar ao espectador esse incômodo capaz de produzir deslocamentos de desejos, tomando-o como sujeito de possíveis mudanças na medida em que passa a se reconhecer como parte

daquilo que o incomoda. Assim como Zain, que não se deixa cristalizar nas identificações com os restos da nossa história, o espectador e a espectadora podem estar sendo convidados para também deslocar desejos e posições subjetivas cristalizadas diante das desigualdades sociais e dos diversos tipos de crueldades contra as nossas infâncias. O incômodo aqui poderia provocar questões sobre o que nós podemos fazer com esta realidade. A hipótese é a de que ao se identificarem com o protagonista, os espectadores e as espectadoras possam se mobilizar no sentido de recusar e de não compactuar com uma estrutura social que ainda escraviza as mulheres e continua não oferecendo condições dignas de vida para crianças e adolescentes ao colocar parte da população no lugar de resto social. A partir disso, que seja possível a mobilização de desejos.

O cinema de Labaki, ao apresentar uma estética da crueldade, como a denunciada no filme *Cafarnaum*, convida para o exercício de uma politização da arte que transformaria a nossa percepção naturalizada do mundo. Além disso, ao colocar tal percepção em xeque, provoca incômodo e deslocamentos de desejo. O sorriso de Zain, nos instantes finais do filme, é lindo e instiga a imaginar uma sociedade em que todos e todas possam sorrir para a câmara e, por suposto, para seus contemporâneos e suas contemporâneas, de modo a criar um ambiente mais empático e hospitaleiro.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. *In*: ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARANTES, Paulo Eduardo. Sale boulot: uma janela sobre o mais colossal trabalho sujo da história. Uma visão no laboratório francês do sofrimento social.

**Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 31-60, 2011.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica.

*In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012. p. 170-213.

BINKOWSKI, Gabriel Inticher. Imigrantes religiosos, colonização e alguns dos efeitos da biopolítica sobre o sujeito: elementos psicanalíticos para pensar a relação migração e religião na atualidade. *In*: SKODA, Aldo; PARISE, Paolo; COUTINHO, Suzana Ramos; SANCHEZ, Wagner Lopes (org.). **Acolher, proteger, promover, integrar**: desafios da migração às religiões na América Latina. São Paulo: Editora Recriar, 2022.

BROIDE, Jorge; BROIDE, Emília Estivalet. **A psicanálise em situações sociais críticas**: metodologia clínica e intervenções. São Paulo: Escuta, 2016.

CAFARNAUM. Direção: Nadine Labaki. Produção: Michel Merkt e Khaled Mouzanar. Líbano: Mooz Films e associados, 2019. 1 filme (126 min).

CARAMELO. Direção: Nadine Labaki. Produção: Anne-Dominique Toussaint. Líbano: City Films Lebanon, 2009. 1 filme (95 min).

DERRIDA, Jacques. **Estados-da-alma da psicanálise**: o impossível para além da soberana crueldade. São Paulo: Escuta, 2001.

DERRIDA, Jacques. **Histoire du mensonge**: Prolégomènes. Paris: Éditions Galilée, 2012.

E AGORA, AONDE VAMOS? Direção: Nadine Labaki. Produção: Anne-Dominique Toussaint. Líbano: Les films de Beyrouth e associados, 2012. 1 filme (110 min).

FRANCE PRESSE. Cafarnaum foi feito para tentar mudar o Líbano, diz diretora Nadine Labaki. **G1**, [s. l.], 23 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/oscar/2019/noticia/2019/02/23/cafarnaum-foi-feito-para-tentar-mudar-o-libano-diz-diretora-nadine-labaki.ghhtml>. Acesso em: 28 mar. 2023.

FREUD, Sigmund. **O incômodo**: das unheimliche (1919). São Paulo: Editora Blucher, [1919] 2021.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (Unicef). **Trajetórias interrompidas**. Brasília: Unicef, 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/trajetorias-interrompidas>. Acesso em: 28 ago. 2023.

GIDDENS, Anthony. **Transformações da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Rosa M. Perez. Oeiras: Celta Editora, 1995.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. Indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1947] 1984. p. 129-155.

IMBRIZI, Jaqueline Maria; MARTINS, Aline Souza; ROSA, Miriam Debieux. O que pode a arte no campo das medidas socioeducativas? In: II COLÓQUIO ADOLESCÊNCIAS E LEIS: PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS, FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO, SAÍDAS, 2., 2019, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG; Fafich, 2019. p. 95-117.

IMBRIZI, Jaqueline Maria; STELMO, Isis de Carvalho. Transtorno explosivo: Benni, a menina que nos faz refletir sobre a falência do sistema capitalista e patriarcal. In: SPAZIANI, Raquel Baptista; ALVARENGA, Carolina Faria (org.). **Leituras sobre a sexualidade**: gênero e infâncias. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

MANO, Gustavo Caetano de Mattos. **Psicanálise, cinema e cultura pop**: os mitos no contemporâneo. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicanálise: Clínica e Cultura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). A trajetória do programa que tirou o Brasil do mapa da fome. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**, Brasília, 20 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/a-trajetoria-do-programa-que-tirou-o-brasil-do-mapa-da-fome>. Acesso em: 1 maio 2024.

RANCIÈRE, Jacques. **O inconsciente estético**. São Paulo: Editora 34, 2009.

ROSA, Miriam Debieux; BERTA, Sandra Letícia; CARIGNATO, Taeco Toma; ALENCAR, Sandra. A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 12, p. 497-511, 2009.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas: Papirus Editora, 2012.

# **Errância, lampejo, enlace**

Emília Estivalet Broide  
Miriam Debieux Rosa

O presente capítulo é um desdobramento de outro trabalho, intitulado “O avesso do mesmo lugar”, escrito em conjunto com Jaqueline Imbrizi, Julia Bartsch e Gabriel Inticher Binkowski e publicado na *Revista Estilos da Clínica*, no dossiê “Experiências de fronteira e de front: crianças imigrantes, escola e políticas da infância”. Naquela ocasião, buscamos articular uma produção cinematográfica a um caso clínico trabalhado em supervisão em um serviço de medidas socioeducativas em meio aberto. Nosso intuito foi o de pensar as geopolíticas das infâncias e das adolescências nas periferias globais como o avesso do mesmo lugar. O despertar das nossas responsabilidades nos fez unir Zain (protagonista do filme *Cafarnaum*) a Túlio, adolescente em conflito com a lei, que cumpre medida socioeducativa no Brasil de nossos tempos. Já neste capítulo, a partir das ressonâncias do primeiro texto, pretendemos lançar luz à temática do lampejo, da errância e do enlace.

O lampejo, a errância e o enlace são três elementos que nos possibilitam pensar as brechas por onde a vida pode se apresentar como riqueza e não como repetição de misérias, toda vez que o trabalho analítico se coloca a serviço do desejo. Na supervisão das equipes que trabalham com adolescentes em conflito com a lei, buscamos extrair do relato dramático e traumático do caso de um menino um acontecimento. Um acontecimento, como nos diz Derrida (2012, p. 231), supõe “a surpresa, a exposição, o inantecipável”, a fim de que a lembrança

se faça lampejo de memória e brilho no olhar, possibilitando a passagem da errância sem fim ao enlace desejante. Para colher de uma vida marcada por tragédias o fio do desejo, é necessário interrogar: como tornar possível e fazer reverberar a clínica lá onde o traumático insiste em aprisionar o desejo, incidindo de forma contundente na constituição psíquica de crianças e adolescentes?

Segundo Rosa (2022), a direção da escuta deve buscar construir ou realçar estratégias clínicas que remetem tanto à posição desejante como às modalidades de resistência aos processos de alienação. É nesse ponto que a psicanálise pode tocar aos integrantes de uma equipe multiprofissional e se constituir como momento de criação de algo novo – um acontecimento – no atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais. É nesse ponto que a psicanálise é política: traz à tona o processo transferencial em jogo na relação viva da equipe com os adolescentes. Ou seja, a psicanálise, ao colocar em cena as relações inconscientes presentes no vínculo entre os adolescentes e a equipe, desvela lugares, produz algo novo, inquietações que retiram equipe e adolescentes de um lugar de assujeitamento, tornando possível produzir um deslocamento na escuta que, muitas vezes, pela crueza das histórias de vida, vai se tornando burocrática.

A psicanálise é política quando promove o acolhimento a uma fala que surge fugaz; quando chama a atenção para a expressão no olhar que deve ser observada; quando em uma supervisão abre-se à possibilidade de aparição do inquietante efeito de sujeito no indivíduo que fala: efêmero e concreto ao mesmo tempo.

## Túlio

Túlio infraciona, é “aviãozinho” no tráfico de drogas e já esteve envolvido em roubo de carros e motos. Mora com a mãe e a avó alcoolistas e o tio esquizofrênico. O pai, usuário de crack, vive na praia e é violento. A mãe conseguiu separar-se do pai e ir do litoral para São Paulo, capital, quando Túlio lhe disse que o professor de educação física tentou abusar dele aos 9 anos. Anteriormente, Túlio havia dito à mãe que viu o pai abusar da irmã. Porém, naquela ocasião, a mãe, vítima de violência do pai, não fez nada. Entretanto, o episódio envolvendo o professor fez com que ela rompesse com a vida marcada por tantas violências. Em São Paulo, a situação na casa de Túlio não foi muito mais tranquila. A avó, muitas vezes, é amarrada em uma cadeira pela mãe de Túlio, pois, devido ao uso constante de álcool e aos acessos incontroláveis de ira, pega uma faca e ameaça matar a filha e os netos. Enfim, o caso e a vida de Túlio parecem só abrir espaço para uma narrativa na qual vão se amplificando as condições dramáticas em novas situações sem saídas.

Indago aos técnicos do serviço de medidas socioeducativas: *“Ao escutar Túlio, alguma vez vocês já viram o olho dele brilhar?”*. Segue-se um momento de silêncio e logo em seguida uma técnica diz: *“Somente uma vez. Foi quando ele falou que a mãe encontrou um bloco de notas no qual ela registrava a venda de água”*. A mãe, durante algum tempo, vendeu água em galões nas casas próximas à sua moradia e nos faróis. Aqui, um lampejo, um projeto, um caminho: Projeto Água. Ou seja, incluir a mãe no Plano Individual de Atendimento (PIA) do menino. O PIA foi um dispositivo instituído pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que criou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Trata-se de um instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o

adolescente, tendo enfoque restaurativo e devendo ser construído de forma dialogada com o adolescente e sua família, de forma a incluí-la no cumprimento da medida socioeducativa. No caso de Túlio, incluir a mãe em seu PIA propicia a ela a retomada do trabalho que, embora informal e precário, poderia indicar uma saída para a reconexão de Túlio à vida. Não se tratava meramente do trabalho em si, mas do que o trabalho da mãe significou para Túlio e sua família. Na época, conforme Túlio, as coisas em casa melhoraram muito; era possível ter uma perspectiva de futuro. Ele, a mãe e a irmã conseguiram se organizar e até lidar melhor com a avó. Conectar o trabalho da mãe à medida socioeducativa poderia servir como uma ancoragem para Túlio e sua família.

Ancoragens são como fios invisíveis que mantêm o sujeito ligado à vida diante das urgências sociais e que se embrenham pelo território físico e psíquico. Vamos puxar, amarrar e articular esses fios à rede de desejo (Broide; Broide, 2016). O brilho no olho de Túlio, ao trazer a lembrança do dinheiro que recebia com seu trabalho e da mãe com o bloco de notas dos galões de água que vendia, poderia funcionar como um lampejo de vida, uma ancoragem, uma vez que, naquela época, Túlio vivenciara um novo modo de enlaçamento familiar.

Prestar atenção aos detalhes e escutar o que Túlio fala com a voz e com o olhar redimensiona o caso para a equipe que o atende e traz elementos que propiciam ampliar o projeto de trabalho na medida socioeducativa. Muitas vezes, o Plano Individual de Atendimento, que orienta a direção do trabalho a ser desenvolvido com o adolescente, desconsidera que é necessário incluir as conexões que o indivíduo estabelece com a vida, com aqueles que servem de ancoragem para ele. O PIA não pode se transformar somente em um manual de deveres a serem pactuados entre a equipe técnica e os adolescentes durante o

cumprimento da medida socioeducativa. O PIA deve abrir-se à descoberta do que é significativo para o sujeito, a fim de ligar o adolescente à finalidade do trabalho socioeducativo em extrema conexão com a sua vida desejante.

## Lampejo

A expressão “lampejo” de Didi-Huberman (2011) nos auxilia a pensar a dimensão inconsciente na clínica e no poema: ela aponta para o fato de que uma experiência íntima, por mais subjetiva e ficcional que seja, pode aparecer como uma fagulha, tão logo encontre a justa forma de narrar e transmitir o vivido da experiência. A transmissão do vivido da experiência, que surge num lampejo, é matéria-prima do sujeito, da arte e da clínica psicanalítica.

O lampejo possibilita passar do circuito cristalizado e fixado da identificação imaginária e doentia do inexorável destino à reinvenção do presente. As políticas públicas, por meio do trabalho daqueles que as executam, devem ser capazes de se instituir como condição-suporte de processos de singularização do sujeito, promovendo uma torção *do resto à causa*. Nesse sentido, devem possibilitar que um relato, uma narrativa e uma experimentação se transformem em teorização viva de um campo e retirem a realidade de sua condição fática, lançando-a em sua dimensão desejante. Da vida precária e vulnerável à vida sustentável pelo fio do discurso e do desejo.

O lampejo faz reverberar a clínica em distintos contextos sociais, não para resolver o caso social, mas para pôr em relevo o detalhe, aquilo que faz o olho brilhar, o fio que liga o sujeito ao desejo e à vida. O lampejo é o próprio sujeito que pode criar condições de vida, para

além de toda a miséria, e pode se insurgir diante da obscenidade que o discurso hegemônico e universalizado do Outro lhe impõe como sentença de morte, desalojando-o de sua história pessoal, sociocultural e política (Rosa; Estêvão; Braga, 2017).

O lampejo é singular – “o olho que brilha” –, dirige-se a um outro, não é sem o outro, não é sem a exterioridade do mundo, tampouco se define como mera superfície na qual se inscrevem significados sociais. Ele possibilita fisgar o sujeito, incluindo a dimensão alteritária, ou seja, promovendo a passagem do desalento – na qual o sujeito não dispõe de qualquer instância de apelo – ao desamparo – em que há a inscrição da dimensão alteritária. Essa dimensão alteritária é matéria-prima no trabalho cotidiano junto às políticas públicas. Para servir de inspiração, podemos lembrar aqui a menção de Didi-Huberman a Giorgio Agamben, quando indaga: “O que mais pedir a um filósofo senão *inquietar seu tempo*, pelo fato de ter ele próprio uma relação inquieta tanto com sua história como com seu presente?” (Didi-Huberman, 2011, p. 67, grifo nosso).

O que está dito em relação ao filósofo podemos pensar em relação ao psicanalista ou à equipe que trabalha no sistema socioeducativo. A inquietação com a história e com o presente é matéria-prima e motor para que possamos incluir a dimensão alteritária. Segundo Birman (2020), na experiência do desamparo, o sujeito acredita que o Outro o queira acolher e proteger. Sabemos que o sujeito é, antes de tudo, falado pelo Outro. É instaurado em um determinado lugar social para que possa, a partir de então, endereçar sua demanda.

Por outro lado, no desalento, o sujeito não é mais acolhido pelo Outro, não encontra suporte afetivo e efetivo para que seu choro faça sentido. Errante, é lançado perigosamente nas incertezas e contingências

da existência. Quanto mais o laço social em que estamos imersos produz desigualdade, exclusão e violência, mais estamos diante do desalento, diminuindo as possibilidades de conexão com o outro semelhante, desimplicados da demanda que o outro nos endereça. Nesse ponto, nos deparamos com o desamparo discursivo no qual são lançados aqueles que ocupam o lugar de dejetos no campo social e sobre os quais incidem discursos alienantes e identitários que os criminalizam e os patologizam (Rosa; Estêvão; Braga, 2017).

O lampejo, o Projeto Água, a inscrição da mãe de Túlio no cumprimento da medida socioeducativa constituem-se como possibilidades alteritárias que restituem o sujeito, criando enlace, criando perspectiva temporal, criando possibilidades para o futuro. Busca-se tirar o sujeito do labiríntico aprisionamento à dor e ao retorno ao eterno presente, que o impossibilita de construir projetos de vida. A equipe da medida socioeducativa, ao olhar para o menino e ver quando o olho dele brilha, identifica quando aparece o lampejo, o *algo de sujeito*. O brilho no olho de Túlio nos possibilita abrir a brecha que faz passar da errância ao enlace.

## **Outra infância**

Trazemos aqui uma outra infância além da de Túlio, mas que se conecta a ela. Uma infância narrada por Geovani Martins no seu conto chamado “Espiral”, do maravilhoso livro *O sol na cabeça* (2018). Seu personagem nos coloca diante das incidências do racismo e do preconceito na constituição psíquica da criança:

Começou muito cedo. Eu não entendia. Quando passei a voltar sozinho da escola, percebi esses movimentos. Primeiro

com os moleques do colégio particular que ficava na esquina da rua da minha escola, eles tremiam quando meu bonde passava. Andando pelas ruas da Gávea, com meu uniforme escolar, me sentia como um desses moleques que me intimidavam na sala de aula. Principalmente quando passava pelo colégio particular, ou quando uma velha segurava a bolsa e atravessava a rua pra não topar comigo. Tinha vezes, naquela época, que eu gostava dessa sensação. Mas como eu já disse, eu não entendia nada do que estava acontecendo. As pessoas costumam dizer que morar em uma favela da Zona Sul é privilégio, se compararmos a outras favelas da Zona Norte, Oeste, Baixada. De certa forma, entendo esse pensamento, acredito que tenha sentido. O que pouco se fala é que diferente das outras favelas, o abismo que marca a fronteira entre o morro e o asfalto na Zona Sul é muito mais profundo (Martins, 2018, p. 17-18).

Retomamos, com o conto de Martins (2018), os processos de interiorização das externalidades que abordamos com Birman (2020) ao falar do desalento e do desamparo, uma vez que a base do laço com o outro próximo nasce da internalização do Outro como parte estrangeira do eu. O conto aponta as marcas psíquicas presentes na infância do personagem e que permanecem durante toda a vida. Do lado do psicanalista, é importante separar o que seria a alienação estrutural do sujeito ao discurso do Outro do que seria a alienação ao discurso social e ideológico (Rosa, 2022).

Tudo começou do jeito que eu mais detestava: quando eu, de tão distraído, me assustava com o susto da pessoa e, quando via, eu era o motivo, a ameaça. Prendi a respiração, o choro, me segurei, mais de uma vez, para não xingar a

velha que visivelmente se incomodava de dividir comigo, e só comigo, o ponto de ônibus. No entanto, dessa vez, ao invés de sair de perto, como sempre fazia, me aproximei. Ela tentava olhar para trás sem mostrar que estava olhando, eu ia chegando mais perto. Ela começou a olhar em volta, buscando ajuda, suplicando com os olhos, daí então coleí junto dela, mirando diretamente a bolsa, fingindo que estava interessado no que pudesse ter ali dentro, tentando parecer ser capaz de fazer qualquer coisa pra conseguir o que queria (Martins, 2018, p. 18).

A criança representa uma ameaça, mesmo sem entender o motivo. Inverte o jogo, evidenciando a intensificação da angústia da “velha”, pelo efeito de estranhamento provocado devido ao que retorna como recalcado. O sofrimento vivido pelo menino do conto, assim como o sofrimento de Túlio, é abordado por Rosa (2016) quando situa a dimensão sociopolítica do sofrimento que gera não só sintoma, mas a desarticulação subjetiva impeditiva da construção do sintoma.

Em um artigo intitulado “Do sujeito suposto suspeito às possibilidades de suposição de saber”, Andréa Guerra e colaboradoras (2015) analisam a experiência transferencial com adolescentes em conflito com a lei, marcada por uma modalização negativa, situando que o invés de uma relação de suposição de saber seria uma relação de suspeita com o outro. Desse modo, verifica-se a crença sustentada na desconfiança. A suspeita se apresenta como certeza antecipada. Emerge como resposta à desvalorização do outro semelhante.

Portanto, faz-se necessário incluir no trabalho psicanalítico as relações econômicas, imaginárias, simbólicas, políticas, pulsionais e raciais vividas no Brasil, abrindo a ferida, mostrando como a

sociedade brasileira se estruturou baseada na eliminação, no rebaixamento do outro e no esvaziamento do diferente: primeiro com os indígenas e depois com os negros escravizados. Os ecos continuam fortes ainda hoje (Broide, 2018).

Em seu “Ensaio sobre o ódio no Brasil do século 21”, Cleto refere que:

O Brasil assassina 50 mil pessoas por ano, lincha uma por dia e até agora não foi capaz de dar o nome de “guerra civil” para nenhum dos eventos que o lavaram de sangue, mesmo os mais distantes. E isso diz muito mais do que parece. Ao se combater o ódio enquanto expressão de um problema moral individual, ignora-se a sua capacidade coletiva de mobilização e, principalmente, a boçalidade deste mal, que, se não chegou agora, nunca deu tantos sinais de que não vai mais embora (Cleto, 2015, [n. p.]).

Hoje, podem-se ver claramente as formas pelas quais a violência amalgamada na sociedade brasileira se mantém discursivamente inscrita nos sujeitos: do assassinato dos jovens negros nas regiões periféricas à violência contra grupos LGBTQIA+; da população pobre deste país aos adolescentes em conflito com a lei. Também no campo da produção intelectual essas marcas existem e persistem.

Nessa perspectiva, nosso aprendizado e recuperação da história e da memória é fundamental. Portanto, a forma que a política pública adquire e a maneira como é trabalhada pelos técnicos, em sua relação transferencial com aquele que é seu destinatário, incide sobre a qualidade da imagem deste último e sobre as possibilidades de singularização e de coletivização.

Nossa aposta é que, assim como Freud redimensionou a transferência como operador clínico – tirando seu caráter de obstáculo a ser banido da experiência psicanalítica para elevá-la a motor da cura, indo do resto à causa (Broide, 2014) –, a percepção do lampejo cumpra a função de enlace que, via transferência, possibilita encontrar a brecha de vida no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei.

O susto, o estranhamento, a ameaça inscrita no campo transferencial com o outro marcam a todos, mas incidem de modo desigual dependendo de qual lado da fronteira você está. Com esse livro, Martins (2018) nos interroga sobre o lado em que estamos. Em sua obra, teoriza, reflete e instiga o leitor a percorrer o vínculo original e fundante da relação analítica: a transferência. A transferência nesse contexto emerge de forma intensa, é corporal, é vivencial, não há como apelar por uma suposta neutralidade cientificista e técnica.

## **Posição do analista**

A posição de analista nunca é grandiosa, nem deve ter grande poder de convocação. Ao contrário, o discurso analítico se constitui e é laboriosamente construído no cotidiano de uma práxis desenvolvida como um ofício, uma vez que são os pequenos gestos que podem vir a se transformar em uma obra, em ato de produção. Dessa forma, a posição de analista marcada pelo desejo, verbo aberto à invenção, coloca em pauta a recusa ao estabelecimento das certezas totalizadoras. Assim sendo, a práxis analítica é constituída pela criatividade, pela inventividade como motor da experiência. Essa inventividade é marca freudiana e é o que se espera da própria transmissão da psicanálise.

O traumático da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes e as suas consequências na constituição psíquica devem nos interrogar para que possamos construir uma práxis psicanalítica, uma política do comum baseada na suposição de saber em relação ao outro e não uma relação baseada na desconfiança, na humilhação, na qual o abismo que marca a fronteira entre o morro e o asfalto seja considerado e não vire dominação e opressão.

Somos herdeiros dessa tradição que não cinde o trabalho no campo social com a clínica privada do consultório, tampouco transpõe de forma mimética o exercício clínico de um contexto para o outro. De nossa parte, situamos que o trabalho psicanalítico nas situações sociais críticas convoca a responsabilidade do analista perante a cultura e seu mal-estar, o desalento e os interrogantes que colocam desafios e desconfortos ao pensamento teórico, ao exercício clínico e à práxis psicanalítica. Pensamos que o psicanalista, diante de situações sociais críticas, coloca em relevo algo do inconsciente lá onde a precariedade e o drama da vida humana se apresentam e clamam – num apelo resistencial – pela economia do pensamento, pela burocratização dos gestos e pelo ensurdecimento dos ouvidos perante o drama singular do sujeito em situação de vulnerabilidade.

## Referências

BIRMAN, Joel. **O sujeito na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BROIDE, Jorge; BROIDE, Emília Estivalet. **A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções**. São Paulo: Escuta, 2016.

BROIDE, Emília Estivalet. O que é o ódio? De onde ele vem? In: ROSA, Miriam Debrieux; COSTA, Ana Maria Medeiros da; PRUDENTE, Sérgio (org.). **As escritas do ódio: psicanálise e política**. São Paulo: Escuta; Fapesp, 2018.

BROIDE, Emília Estivalet. Possibilidades de singularização do sujeito nas políticas públicas: do resto à causa. **Intellectus Revista Acadêmica Digital**, v. 27, n. 1, 2014.

CLETO, Murilo Pinto. Ensaio sobre o ódio no Brasil do século 21. **Revista Fórum Semanal**, Porto Alegre, 11 out. 2015. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2015/10/11/ensaio-sobre-odio-no-brasil-do-seculo-21-14093.html>. Acesso em: 28 mar. 2023.

DERRIDA, Jacques. Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento. **Revista Cerrados: Acontecimento e Experiências Limites**, Brasília, v. 21, n. 33, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/26148/22967>. Acesso em: 28 mar. 2023.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GUERRA, Andréa Máris Campos; BROIDE, Emília Estivalet; MOREIRA, Isa Gontijo; ARANHA, Mariana da Costa. Do sujeito suposto suspeito às possibilidades de suposição de saber. In: GUERRA, Andréa Máris Campos; PENNA, Paula Dias Moreira; SOARES, Sanderson Nascimento (org.). **Direito e psicanálise II: o adolescente em foco**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015. p. 30-49.

MARTINS, Geovani. **O sol na cabeça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSA, Miriam Debrieux. Sofrimento sociopolítico, silenciamento e a clínica psicanalítica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 42, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6RKgPXpGHZ8YwHd9PHGGtnf/?lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2023.

ROSA, Miriam Debrieux. **A clínica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Pulsional, 2016.

ROSA, Miriam Debieux; ESTÊVÃO, Ivan Ramos; BRAGA, Ana Paula Musatti. Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 22, n. 3, p. 359-369, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/35354>. Acesso em: 28 mar. 2023.

# **Jovens negras da periferia e aposta na democracia**

Cláudia Maria Perrone  
Juliana Martins Costa Rancich  
Gabriela Gomes da Silva  
Flávia Tridapalli Buechler

## Introdução

O nome do nosso evento, “A clínica psicanalítica com adolescentes e sua geopolítica”,<sup>1</sup> propõe como primeira categoria analítica, na sua relação com a psicanálise, a geopolítica. Termo que nos remete às complexidades da psicanálise na América Latina que não necessariamente coincidem com as grandes narrativas psicanalíticas. Trata-se da ação interpretativa dos psicanalistas brasileiros sobre uma psicanálise descolonizada e atenta às questões urgentes que assombram as terras colonizadas. Essas questões vão da violência à melancolia, às políticas de morte e ao luto impossível pelos desaparecidos em função da repressão do Estado. Uma perspectiva regional, interseccional e transnacional exige uma confrontação crítica com a historicização dos nossos conceitos, amálgama de significantes do colonizador e do colonizado. Desse modo, nossa tarefa torna-se mais árdua, pois a divisão entre centro e periferia, colonizadores e colonizados, não coincide com a perspectiva emancipatória que a psicanálise assume por meio de sua ética. Transformar nosso discurso crítico com a geopolítica e a interseccionalidade de raça, classe e gênero, como foi proposto para o nosso trabalho, significa amplitude para lidar com as formas de sofrimento e com novas formas imaginativas do em-comum, para uma política do em-comum.

---

1 Colóquio internacional realizado em outubro de 2022.

Vivemos uma mudança cultural, uma mutação da política brasileira com a emergência de formas de violência próprias de regimes de extrema-direita, com a concomitante ameaça de restauração do autoritarismo, travestido de utopia regressiva do passado como um lugar seguro, idílico e totalmente fictício. Ouvimos o discurso da civilização contra a barbárie, com ressonâncias psicanalíticas, sem recuperar de forma devida o caráter contraditório de civilização no Brasil, que produziu violências insustentáveis até o presente. A nossa barbárie é produto do nosso processo civilizatório, ainda em vias de se estabelecer. Um dos pilares do processo civilizatório nacional foi o genocídio dos povos originários e dos negros.

O contexto histórico de dominação e hierarquização no território brasileiro é a via interpretativa para pensarmos a adolescência. A passagem adolescente é uma travessia na qual cada jovem precisa inventar uma saída na sua reescritura das ficções constitutivas da relação Sujeito-Outro. O adolescente lança novamente seus dados diante da herança recebida e tem a possibilidade de reinventar um lugar para si no laço social construindo as suas questões ou, como Lacan (2003) definiu, situando-se “a partir do Um-entre-outros, ao incluir-se entre seus semelhantes” (p. 558). Entendemos que a interseccionalidade entre gênero, raça e classe nos remete, entre outras questões, à historização do laço social diante da forte pressão neoliberal para a individualização das posições subjetivas ou pela fascinação em privilegiar marcadores sociais de índole imaginária. Nesse tempo do agora, é de extrema importância uma perspectiva de potência das nossas jovens periféricas, enquanto a maioria das pesquisas acadêmicas sobre a periferia trata da violência e das carências e poucas produções buscam a heterogeneidade das suas adolescências. Queremos falar de jovens negras, feministas e periféricas e o seu despertar para a política nas suas comunidades, sinalizando, desde

já, que entendemos as mulheres como uma classe entre as classes sociais (Lazzarato, 2022). Buscamos captar um breve momento do processo histórico de mudança social no qual jovens periféricas são sujeitas<sup>2</sup> que contam suas histórias, acessam espaços sociais e formulam um projeto de sociedade, operando politicamente para isso.

O problema das políticas que governam a nossa época instala-se exatamente no sufocamento dos espaços de fala e visibilidade para os corpos femininos, negros e periféricos (Butler, 2019; Segato, 2012). É questionável qualquer possibilidade de caracterizar o laço social atual como um espaço democrático para todos. A tradição filosófica compreende a política desde a institucionalização das instâncias de poder que pensam e atuam sobre a vida na *polis*, a vida do Um-entre-outros, mas isso nunca foi a garantia de espaços de fala e visibilidade para todos os sujeitos e territórios, pois não são quaisquer corpos que ocupam os lugares de representatividade desse poder se considerarmos a lógica colonial que fundamenta o projeto civilizatório na história do nosso país.

## **O despertar para a política: da quebrada para a quebrada**

Após as Jornadas de Junho de 2013 e a ascensão da extrema-direita no país, os jovens das periferias sentiram a impossibilidade de participar das formas clássicas do fazer político. Em 2020, 27% das mulheres se declararam negras no Brasil. No entanto, nesse mesmo ano, apenas 3% das prefeituras brasileiras eram dirigidas por

---

2 N.E.: embora não seja reconhecido pela gramática normativa, optamos por preservar as ocorrências do termo “sujeitas” – bem como as dos termos “sujeitos” e “amigues”, mais adiante no texto – como marca discursiva das autoras.

mulheres negras; nas câmaras municipais elas eram somente 5% das pessoas eleitas; no Congresso Nacional, 2%; e na Câmara dos Deputados apenas 1%.<sup>3</sup> A representação na política institucional é limitada, primeiramente, devido à desigualdade social, mas também em função da forma de organização e jogos de poder dos partidos políticos. Mas, o aumento do protagonismo das mulheres e jovens negras já prenuncia o que está por vir. São mulheres que organizam pautas políticas de comunidades, narrativas de várias gerações que desdobram experiências coloniais da persistência das desigualdades sociais, do racismo e do patriarcado estrutural, associadas ao potente legado da ancestralidade.

Muitos jovens se aproximaram de coletivos culturais como expressão dos seus ideais e ideias, que adquiriram as características de um movimento social. Seu fazer político está relacionado com suas experiências cotidianas de “estar no mundo” para lutar pela mudança das relações sociais através da arte, principalmente da música. Não por acaso, a cultura e os projetos culturais foram duramente atacados no governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro. Arte e produção de vida são a matéria-prima dos jovens, e estar na cultura da periferia é tomar partido, assumir e compartilhar uma luta.

Rassial (1999) entende que a adolescência se inscreve na história, é o momento em que o mal-estar individual se soma ao mal-estar na cultura, na medida em que põe em causa o laço social como princípio constitutivo da sociedade. O psicanalista afirma ainda:

[...] o conceito de adolescência tem somente validade, além de sua definição como noção de período de afecção

---

3 Dados de Andréa Lopes da Costa, “Gerações em diálogos, mulheres negras em resistência” (2021).

imaginária do Eu, sob o efeito desse golpe do real que seria a puberdade, se se pode isolar um momento lógico de efetuação de uma operação simbólica, com um peso tal que a estrutura subjetiva, além da imagem egóica, seja posta em causa por seu efeito ou por sua ausência, ou ainda por sua suspensão (Rassial, 1997, p. 187).

Podemos equivocarnos a citação de Rassial (1997) e pensar que é preciso considerar que a juventude negra enfrentará na sua estrutura subjetiva as complexidades das marcas do “corpo negro”? Ainda é um desafio para a psicanálise trabalhar a origem e as formas de manutenção do racismo na sociedade brasileira, compreender os efeitos da herança colonial na subjetividade. Isildinha Baptista Nogueira problematiza o processo do corpo negro:

[...] no confuso processo por que passam os negros, ser sujeito no outro significa não ser o real do seu próprio corpo, que deve ser negado para que se possa ser o outro. Mas essa imagem de si forjada na relação com o outro – e no ideal da branquidão – não só não guarda nenhuma semelhança com o real de seu corpo próprio, mas é, por este, negada, estabelecendo-se aí uma confusão entre o real e o imaginário (Nogueira, 2021, p. 53).

Na adolescência, há uma reapropriação egóica do corpo, a necessidade de construção de novos ideais e a articulação do processo entre corpo, eu e o Outro social que é branco, como apontou Isildinha Baptista Nogueira (2021). Neusa Santos Souza (2022) destacou a importância da construção social coletiva e do trabalho de elaboração de cada negra e cada negro no laço social para que o negro possa se afirmar como Um. Esse seria o espaço do agir político na adolescência,

o tempo de o sujeito retomar sua história e sua herança. O agir político é exatamente o apropriar-se da própria história a partir da ação no seu território. Historicamente, no Brasil, muitas lutas e organizações ocorreram nos espaços de produção e reprodução da vida – quilombos, aldeias, favelas. Essa experiência territorial (de classe) é compreendida como o histórico genocídio perpetrado por meio de agentes estatais e paraestatais; por uma sociabilidade marcada pela precariedade e pela invenção; por táticas e estratégias organizativas e de resistência. Não cabe discutir se o principal é raça ou classe, porque discutir classe social no Brasil é colocar a preponderância no debate racial, do mesmo modo como há indissociabilidade da luta antipcapitalista, antipatriarcal e antirracista.

### **A política: experiências de três jovens negras**

Nas suas *Teses sobre a História* (1985), Walter Benjamin propõe como narrativa dos vencidos um elemento perturbador: o retorno do que não aconteceu, o retorno da redenção perdida. A narrativa dos vencidos honra o individual e o coletivo, coaduna a ação de tomar posse de algo, mas também é da ordem da formação do sujeito que, ao conhecer, também se reconhece como conhecedor, como um agir efetivamente político. Ninguém sabe melhor o que é a periferia do que sujeitas, sujeitos e sujeites periféricos que são capazes e criadores de um “saber fazer com” (Alemán, 2010) apto a perscrutar a história vencida e ativá-la como criação política.

As mulheres negras estão onto-epistemologicamente aprisionadas em cenas de sujeição: seja no sistema penal, seja na condição de trabalhadoras sem direitos, seja como vítimas de violência. Nas memórias das jovens lideranças negras, já está presente a proposta de

ativar uma imaginação política capaz de torná-las sujeitas de seu próprio discurso que, no deslizar de relações, constrói e reconstrói sua identidade, não toda e não fixa (Gonzalez, 2020a). Elas apresentam pautas políticas de coletividades, narrativas de várias gerações e o legado da ancestralidade.

Débora e Bia, duas jovens líderes negras, entenderam que a participação nos espaços institucionais de poder é essencial para romper o lugar de silenciamento e apagamento designado às mulheres. Para tanto, um problema a ser superado é a baixa representatividade das mulheres na política. A lei que assegura 30% das candidaturas por gênero em cada partido não considera o recorte racial (Costa, 2021). A trajetória de Bia, por outro lado, deixa claro a necessidade de traduzir as condições de existência em luta política como projeto de comunidade voltado para a qualidade de vida e para a justiça social. Vamos acompanhar o percurso adolescente das lideranças negras e seu encontro com a política.<sup>4</sup>

Bia é uma jovem mulher que vive na zona norte do Rio de Janeiro. Na sua adolescência, estudou em um colégio militar e lembra “*que vivia em uma bolha e não sabia o que era política*”. Na convivência com amigos descobriu que em outras escolas existia o grêmio estudantil, que questionava os professores e a direção. Bia é fundadora da Girl Up Elza Soares (Girl Up é um movimento internacional da Fundação das Nações Unidas). Ela identificou a necessidade de fornecimento de absorventes higiênicos para as garotas e redigiu, em conjunto com o ex-deputado Renan Ferreirinha, um projeto de lei já sancionado

---

4 Os depoimentos de Bia e Débora fizeram parte do curso online Juventude e Movimentos Sociais, do Instituto Paul Singer, realizado em agosto de 2022. O depoimento de Bruna, concedido em 12 de agosto de 2022, foi realizado em comunicação pessoal com as pesquisadoras.

sobre a inclusão do item em cestas básicas em todo o estado do Rio de Janeiro (Projeto de Lei nº 8.924, de 2 de julho de 2020).<sup>5</sup>

Débora construiu um coletivo de mulheres no interior de São Paulo e é coreadora em um mandato coletivo (trata-se de um mandato compartilhado, isto é, com participação direta da sociedade nas tomadas de decisões de um político eleito). Como ela chegou na política?

*Fui uma menina de projeto, cuidada pela quebrada. Participei de um projeto de dança, “Mexe com o corpo”. Eu já era um ser coletivo e isso é parte da minha sensibilidade política. Foi pelo racismo, pelo Movimento Negro que entrei na política (Débora, 2022).*

Débora acrescenta que escolheu estudar em uma universidade federal e se preparou através de um cursinho do Movimento Negro: “O meu projeto político para o país é o projeto do Movimento Negro”.

Débora considera que ser cuidada pela quebrada

*[...] é uma tecnologia, são laços comunitários. Mas isso não dá conta da morte da juventude negra, é como os países que estão em guerra. Tem valores democráticos na quebrada. É proibido mijar no entorno porque as minas e as monas são respeitadas. Mas o Estado tem que produzir menos dor e sofrimento, e isso é democracia. Tem que fortalecer espaços*

---

5 Em 8 de março de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva promulgou o Decreto nº 11.432, que regulamenta e institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, determinando a distribuição gratuita de absorventes em farmácias populares para pessoas que menstruam que estejam matriculadas na rede pública de ensino, em situação de rua, em extrema vulnerabilidade social ou que se encontrem cumprindo medida prisional ou socioeducativa.

*produzidos pela juventude e tem que saber que existe vida pensante nos territórios periféricos. Já estamos fazendo, mas precisamos ainda acabar com muitas coisas. Quando homem negro chega a ser adulto é porque foi muito desobediente, desobedeceu e ficou vivo. [E se ele obedecer?] Morre cedo (Débora, 2022).*

Bruna é fundadora de um coletivo de mulheres negras. Como entrou na política?

*Engravidei adolescente e não tinha posto de saúde onde morava, nem creche. Eu e todas as mães sem nada, sem creche. Comecei a organizar as mulheres. Fui militante do SUS. A primeira vitória é que conseguimos um postinho (Bruna, 2022).*

Na última eleição, Bruna foi eleita uma das primeiras mulheres negras da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Bia, por sua vez, fala:

*Preciso admitir que não sabia nada. As meninas não se viam próximas da política, com alguma voz. A aprendizagem do ensino médio não é completa. Mas tem que acreditar que o que a gente sabe é suficiente para ocupar a política. Não estamos no Twitter, estamos na vida real. Agora eu me vejo capaz de empoderar as meninas do núcleo. E para organizar as coisas, eu trago muito a minha própria história. Começamos a organizar rodas de autoestima, aulas de educação sexual para mães e para as meninas, sabe, o corpo. Não é autoestima mainstream, mas questões ligadas à igualdade de gênero. Daí veio a questão dos absorventes (Bia, 2022).*

Essas três mulheres testemunham que a entrada na política implica a experiência do Real do corpo adolescente e da historização do laço social via o território. A hipótese de Verônica Gago mostra-se extremamente positiva ao definir que

[...] corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território (Gago, 2020, p. 107).

Evidencia-se com isso a relação de interdependência e defesa do comum como necessária para a existência da vida, relação de aliança que guarda uma força de potência transformativa, proporcional ao empenho a que as tecnologias neoliberais recorrem para sufocá-la. O corpo, nesses termos, amplia-se em uma rede para além dos limites da individualidade, tramando uma costura de afetos, trajetórias e memórias, em um movimento a contrapelo do esquecimento da história e da segregação dos sujeitos, ao mesmo tempo que indica caminhos para o surgimento de uma nova subjetividade política porque passível de um saber-fazer (Alemán, 2010) com as consequências de um Estado gerido por políticas de morte.

Na passagem adolescente das três jovens negras identificamos a historicização do laço social com a ruptura do tempo homogêneo e vazio descrito por Walter Benjamin (1985). No momento de decomposição do corpo social, do projeto protofascista brasileiro e de sua dinâmica político-afetiva que mais e mais tensiona o sofrimento contido em demandas sociais que não se realizam, o tempo presente das adolescências se transmuta em um ponto crítico de inflexão, gerador de rupturas, mínimas resistências do esperar. Não se trata do presente, da passagem de um “antes” e um “depois”, mas da concentração

extrema do tempo em que passado, presente e futuro coexistem e marcam uma interrupção para elaborar um conceito de história capaz de dar conta da condição de oprimidos. O passado dos vencidos – que por terem sido derrotados, não se atualizaram – está impregnado de presentes possíveis, que persistem. Para explodir o *continuum* do tempo é preciso utilizar o “material explosivo do presente”, que recoloca em jogo o passado e o futuro na heterogeneidade do tempo do agora. E nesse tempo, como escreveu Lélia Gonzalez

[a] memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, essa verdade que se estrutura como ficção (Gonzalez, 2020b, p. 78).

## **Sobre tempo, adolescência e as fraturas do país**

A adolescência é marcada como um tempo e um lugar privilegiados na convergência entre passado e futuro para criar um novo sentido, uma resignificação. Como apresentamos, a adolescência das jovens líderes negras enlaça as lutas perdidas da “tradição dos oprimidos”, como designou Walter Benjamin (1985), isto é, trata-se do efeito retroativo que o presente tem sobre o passado e corresponde a uma reivindicação que o passado tem sobre o presente. Elas propõem uma politicidade de cunho feminino, adepta de outra história e outra tradição que não a patriarcal.

As mulheres negras foram despojadas do seu corpo, da sua voz, despojadas de sua politicidade. Em 1954, Jacques Lacan escreveu: “A história não é o passado. A história é o passado na medida em que é historicizado no presente – historicizado no presente porque foi

vivido no passado” (1983, p. 21). Em um sentido histórico-psicanalítico, o passado não está simplesmente desaparecido ou morto, mas é morto-vivo – e é por isso que assombra o presente como um pesadelo, como escreveu Karl Marx (2011). Marx utilizou a palavra *Alp* do alemão, um trasgo, uma figura que, na mitologia germânica, causa pesadelos quando se senta no peito da pessoa adormecida – *Alpträume*, literalmente “sonhos de trasgo”. Se transpusermos essa imagem para a cena da história coletiva e a lermos com Benjamin, podemos acrescentar que a “tradição de todas as gerações mortas” (Marx, 2011, p. 25) continuará assombrando o presente como um pesadelo, pois o modo morto de transmissibilidade reprime a “tradição do oprimido”. Mesmo que as experiências de todas as tradições oprimidas sejam apagadas e achatadas na representação linear da “história do vencedor”, o recalcado da história retornará deslocado à cena, em formas distorcidas – como espectros mortos-vivos do nosso presente.

As três lideranças negras rejeitam a noção dos vencedores e realizam um esforço radical de imaginação política para visibilizar o pensamento e as soluções para a criação do comum que é capaz de criar políticas de vida. Elas avançaram, desde sua adolescência, em serem mulheres negras como uma condição que não é dada pelo outro, mas na construção de sujeitas da própria história, que têm um projeto de nação. O tempo do agora de suas adolescências e suas criações no laço social interrogam toda a sociedade brasileira: por que queremos a democracia?

## Referências

ALEMÁN, Jorge. **Para una izquierda lacaniana...**: intervenciones y textos. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2010.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. v. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 222-232.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

COSTA, Andréa Lopes da. Gerações em diálogos, mulheres negras em resistência. *In*: LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle (org.). **A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras**. São Paulo: Oralituras; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. p. 11-18.

GAGO, Verônica. Corpo-território: o corpo como campo de batalha. *In*: GAGO, Verônica (org.). **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020. p. 105-140.

GONZALEZ, Léila. A democracia racial: uma militância. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020a. p. 310-312.

GONZALEZ, Léila. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020b. p. 75-93.

LACAN, Jacques. Prefácio a O despertar da primavera. *In*: LACAN, Jacques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

LAZZARATO, Maurizio. **O intolerável do presente, a urgência da revolução**: minorias e classes. São Paulo: n-1 Edições, 2022.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021.

RASSIAL, Jean-Jacques. **O adolescente e o psicanalista**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

RASSIAL, Jean-Jacques. **A passagem adolescente**: da família ao laço social. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, n. 18, p. 106-131, dez. 2012.

SOUZA, Neusa Santos. **O negro visto por ele mesmo**. São Paulo: Ubu, 2022.

**Crime, trabalho e profissionalização:  
o que podem os adolescentes  
e jovens da periferia?**

Lucas Caetano Pereira de Oliveira

Bianca Ferreira Rodrigues

Juliana Marcondes Pedrosa de Souza

Jacqueline de Oliveira Moreira

Parte-se de uma pesquisa que teve como objetivo analisar as relações condicionantes que afetam a desistência do crime, utilizando como eixo de análise as diferentes estruturas sociais. No presente capítulo, objetiva-se refletir como o crime, o trabalho e a profissionalização são retratados nas narrativas de adolescentes, jovens e adultos do sexo masculino moradores de periferia urbana. Quais as possibilidades e os limites que se apresentam?

A escolha pela dimensão do trabalho se justifica uma vez que ele se configura enquanto elemento central em nossa cultura, refletindo em si as diferentes formas de estratificação e desigualdade. A marginalização leva a ocupações degradantes e a salários ínfimos, sendo a profissionalização uma das raras possibilidades de ascensão social, mas que também acaba cerceada por diversos fatores econômicos, sociais e culturais. Neste cenário, o crime surge muitas vezes como a saída possível para a tentativa de reconhecimento através do consumo, especialmente para os mais jovens.

Na tentativa de refletir sobre esse cenário, utilizaremos trechos de narrativas de sujeitos do sexo masculino, moradores de periferia urbana, que compartilham da realidade de pobreza e marginalização social. Utilizou-se o método das narrativas memorialísticas (Guerra *et al.*, 2017) como forma de coleta de dados, gravadas em áudio e posteriormente transcritas. Os participantes foram recrutados a partir da

estratégia de bola de neve, em que aqueles que participaram indicam novos participantes, ampliando a amostra de forma progressiva. Suas narrativas foram colhidas em diferentes instituições: duas unidades socioeducativas de Belo Horizonte; organizações não governamentais localizadas nos territórios; e uma unidade da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) do interior de Minas Gerais.

Ao todo, foram colhidas dezesseis narrativas ao longo do ano de 2019. Destas, oito pertenciam a sujeitos em cumprimento de pena ou medida socioeducativa, quatro correspondiam àqueles que declararam uma desistência do crime e quatro eram de sujeitos que disseram nunca terem tido qualquer envolvimento com a criminalidade. Suas idades variaram de 17 a 38 anos e apenas três deles declararam nunca terem exercido alguma função remunerada reconhecida socialmente, incluindo empregos formais, informais ou em regime de estágio ou de menor aprendiz.

Optou-se pela utilização de todas as narrativas na presente análise porque, apesar das diferenças de idade, de relação com o crime e com o trabalho e de níveis de institucionalização, observou-se uma perspectiva muito próxima entre os sujeitos a respeito dos temas aqui tratados. Os trechos de falas dispostos ao longo deste texto atestam tal proximidade de visões e permitem que as reflexões realizadas se agrupem em torno de características compartilhadas, como pobreza, marginalização e outros aspectos sociais, mas que não deixam de influenciar cada subjetividade. Nesse sentido, faz-se importante situar que as discussões serão pautadas por esses dois eixos – subjetivo e social –, a fim do estabelecimento de um recorte de classe que situe os indivíduos socialmente e diante do Estado, mas que não perca de vista as particularidades que as narrativas são capazes de transmitir.

## **Estratificação social, desigualdade e acesso ao consumo**

Apesar da instituição do Estado de bem-estar social após a Constituição de 1988, o Brasil chega ao fim da segunda década do século XXI permanecendo entre os países mais desiguais do mundo. Isso indica que o processo de modernização acelerada que se desenrolou no país não foi suficiente para diminuir o abismo social existente e garantir uma distribuição mais igualitária da riqueza, da renda, do prestígio, das oportunidades e do poder (Scalon; Santos, 2010).

O perfil dos recrutados pela Justiça no Brasil – jovens pobres, pretos e pardos de baixa escolaridade e oriundos das periferias urbanas – e a aproximação entre a aplicação da legislação penal e as políticas de assistência social permitem observar a atuação e as oportunidades que o Estado e as instituições do sistema de justiça oferecem às parcelas mais desfavorecidas da população. Enquanto as classes média e alta enxergam na educação formal, principalmente de nível superior, uma forma de ascensão social, as camadas subalternizadas, diante da dificuldade de acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais, têm como opções ocupar posições pouco valorizadas no mercado de trabalho formal, lançar mão de estratégias no mercado informal ou partir para o mercado ilegal. O envolvimento com a criminalidade apareceria então como uma alternativa para acessar bens de consumo, reconhecimento, independência e até mobilidade social (Lyra, 2013; Malvasi, 2012). Dessa maneira, o crime entra em cena como um mercado capaz de proporcionar bons rendimentos a uma mão de obra essencialmente desqualificada e desvalorizada.

Podemos dizer que o trabalho se constitui, sem dúvida, como um dos contextos sociais que estruturam a chamada cultura ocidental

moderna. Porém, enquanto lugar e valor simbólico, o trabalho se articula de maneira diversa com as diferentes faixas etárias, classes sociais e inserções territoriais. A exemplo de Moreira, Guerra e Costa (2012), não tencionamos reduzir a relação com a criminalidade a uma determinação exclusivamente econômica, na medida em que se trata de um fenômeno multifacetado que envolve, entre outras, dimensões políticas, psíquicas, históricas e familiares. Entretanto, dedicamo-nos a pensar os apelos do mercado ilegal como possibilidade de acesso ao dinheiro que proporciona o consumo e, consequentemente, certa visibilidade social.

Nas sociedades contemporâneas, a principal forma de diferenciação social se dá a partir de fatores econômicos, não havendo impedimentos formais de ordem étnica, religiosa, moral ou jurídica sobre a mobilidade social dos indivíduos. Os sistemas de estratificação social se caracterizam segundo as formas de distribuição e de concentração dos recursos, do prestígio e do poder, além das regras que legitimam essa distribuição. Assim, a sociedade estabelece como uma de suas principais metas culturais o sucesso financeiro, bem como os meios legítimos para alcançá-lo. É o que demonstra a narrativa dos sujeitos em nossa pesquisa, o reconhecimento de que o dinheiro ocupa um valor central em nossa sociedade, chegando mesmo a afirmar que “*sem dinheiro a pessoa não tem nada*” (P10).<sup>1</sup>

No entanto, embora os fins sejam universalmente compartilhados, os meios institucionalizados não estão disponíveis de maneira igualitária a todos (Merton, 1966). Isso equivale a dizer que no mundo social nem tudo é igualmente possível ou impossível para todos (Bourdieu, 1986). P8, por exemplo, passou por episódios de abandono parental e teve

---

1 A fim de manter o sigilo dos participantes, esses foram identificados pela letra P, seguida da numeração 1 a 16, correspondendo cada uma a uma narrativa diferente.

que começar a trabalhar aos 13 anos, conforme apresenta em seu relato: *“Eu comecei a trabalhar meu pai ainda tava em casa. Minha mãe que já tinha ido embora, já tinha sumido. Mas eu precisava de alguma renda pra ter alguma coisa pra mim. Então era uma necessidade”* (P8). Ou seja, também se fazem presentes as dificuldades desses sujeitos de conquistarem seu próprio dinheiro e o modo como isso acaba impactando suas trajetórias.

No caso de adolescentes, esse cenário é agravado pelo fato de que, apesar de já estarem iniciando sua entrada na cena social, ainda não são capazes de alcançar a independência financeira almejada. A inevitável sujeição aos pais e a necessidade de provar o próprio valor fazem então com que a marca, a grife, seja valorizada como uma insígnia de reconhecimento, uma maneira de se obter certo destaque. Diante disso, se a família não é capaz de proporcionar a marca, não lhes restam muitas opções. Como bem exemplifica P1, todo adolescente *“quer ter um tênis, quer ter uma roupa bonita. E nem é todo mundo que tem pai pra dar essas coisas. Mãe. [...] Aí o crime vem te oferecer isso aí, ó. Dinheiro pra você comprar suas coisas”*.

Nesse sentido, fazemos coro aos achados de Almeida e Silva (2004) que localizam, nas falas dos adolescentes acautelados pelo Estado, o crime enquanto uma alternativa às dificuldades na inserção social, cultural e profissional tradicionais:

Foi possível observar nas falas desses jovens uma crítica real à sociedade do trabalho e suas condições de mercado e uma crítica velada à sociedade do direito pois, oriundos de camadas mais pobres da população, com baixo grau de escolaridade e qualificação profissional, mostraram que encontraram nas Atividades Ilegais (Ato Infracional, Trabalho

Infantil e Trabalho em Situação de Rua) uma forma para conseguir certa autonomia financeira e, principalmente, o acesso aos bens de consumo que permitiram, de alguma forma, que eles vivenciassem sua juventude numa sociedade de consumo (Almeida; Silva, 2004, p. 99).

Esses achados ainda corroboram o trabalho de Moreira, Guerra e Costa (2012), que entrevistaram jovens a fim de analisar a sua vinculação com o mercado de drogas. Segundo tais autores, todos os sujeitos entrevistados viam no tráfico a possibilidade de acesso ao recurso financeiro e, consequentemente, de inclusão social:

Os excluídos da cultura pós-moderna são aqueles que não podem consumir. Assim, a criação do mercado informal viabiliza, para alguns, aceitação social, pois lhes oferece a senha da inclusão numa sociedade de consumo, qual seja, o poder de compra (Moreira; Guerra; Costa, 2012, p. 405).

Entretanto, a saída pela ilegalidade apenas reafirma a posição desses jovens enquanto marginalizados. A ausência de outros objetivos além do consumo, em sua acepção mais ampla, não faz com que nada se altere no *status quo* da sociedade, incluindo a já conhecida seletividade do sistema socioeducativo e penal, que recruta, em sua maioria, jovens pobres, negros e da periferia. Como descrevem Moreira, Guerra e Costa (2012, p. 416), inexistem nesses jovens “impulso transformador, sendo-lhes tão imperceptíveis as cordas a que se amarram tais quais fantoches que sequer conseguem deixar o espaço geográfico que ocupam, e onde se matam uns aos outros”.

Em contrapartida, o trabalho é capaz de se constituir como um instrumento de inclusão social e de desenvolvimento da própria identidade,

desde que seja significativo. Segundo Bendassolli e Gondim (2014), o trabalho se localiza enquanto mediador do processo de objetivação do sujeito e da subjetivação do mundo, já que pressupõe um indivíduo que toma o prescrito da tarefa como ponto de partida para sua mobilização subjetiva de engajamento com algo exterior a si mesmo. Ou seja, o trabalho possui um lugar na construção da pessoa enquanto ser moral e social, pois é dotado de um caráter mediador capaz de situá-la no mundo. A partir disso é que podemos compreender melhor a imbricada relação entre seu aspecto social e subjetivo:

Trabalhar consolida a identidade, possibilita destinos para as mais diversas e potentes demandas pulsionais, confere sentimento de pertencimento e oportuniza a construção de importantes laços fraternos que dão ensejo à construção coletiva (Concolato; Oltramari; Santos Filho, 2016, p. 2-3).

## **As diferentes formas de capital e seu empobrecimento**

Tratar a esfera econômica como único elemento de diferenciação social é incorrer num reducionismo analítico. A perspectiva desenvolvida por Max Weber traz “uma análise mais nuançada ao reconhecer um sistema diversificado e complexo das relações de classe, que se constitui na sociedade capitalista com a divisão do trabalho” (Scalon; Santos, 2010, p. 81). Weber (1982) amplia o conceito marxista de classe ao considerar que as possibilidades de mercado não são limitadas somente pela posse ou não de propriedade, mas também pela posse de credenciais ou habilidades específicas que podem se converter em recompensas como renda, empregabilidade e expectativas de ascensão social. Na visão desse autor, as pessoas de uma mesma

classe social teriam em comum chances mais ou menos parecidas de mobilidade social em função das diferentes credenciais que possuem. Seguindo o mesmo trilho, Bourdieu (1986) argumenta que para compreender a produção de diferenças de *status* entre as classes sociais e indivíduos é necessário levar em conta que o capital, além de sua forma econômica, pode assumir outras três diferentes formas.

O capital cultural se encarna em disposições, roupas, objetos, vocabulário, diplomas possuídos por uma pessoa. Aqueles que nascem nas famílias mais escolarizadas, por exemplo, convivem em um ambiente em que se valoriza hábitos como a leitura e os estudos. Dessa maneira, esses indivíduos chegam à escola já possuindo a disciplina e os códigos necessários para a decodificação e a assimilação dos conteúdos valorizados e ensinados pela instituição escolar. Por outro lado, os filhos das classes menos escolarizadas enfrentam grandes dificuldades em sua trajetória escolar, uma vez que suas práticas, hábitos e saberes muitas vezes não estão em consonância com aquilo que é exigido pela escola.

Dessa forma, o alcance escolar de um indivíduo está em grande medida ligado à sua origem social. Como demonstra P7, a universidade, por exemplo, acaba se tornando um sonho distante, significativamente dificultado pela condição financeira própria e do grupo familiar:

*Sei lá, imagina você [...] conseguir pelo Fies [Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior] cursar Biologia? Mas aí eu não tinha condições financeiras, eu não tava trabalhando ainda e meus pais não tinham condição de bancar a faculdade privada (P7).*

Diante disso, se considerarmos o fato de que as credenciais educacionais exercem grande influência sobre a chance de os indivíduos obterem bons postos de trabalho e consequentemente sobre suas chances de mobilidade social, temos aqui uma clara limitação a esses propósitos.

O conjunto de recursos disponíveis em função da respeitabilidade ou do reconhecimento que uma pessoa goza devido à sua posição social, à sua ocupação ou ao seu carisma pessoal é chamado de capital simbólico. Uma liderança comunitária, na medida em que obtém reconhecimento pelos atos realizados em prol da comunidade, acumula prestígio. Da mesma maneira, o envolvimento com a criminalidade também pode ser fonte de *status*, o que pode ser visto na narrativa dos sujeitos; neste caso, um dos que cumpriam pena na Apac:

*E dentro de baile que eu via, eu via os cara que morava perto da minha casa, morava na minha rua, não trabalhava, ficava à toa o dia inteiro, tinha as melhores mulheres do baile, tinha dinheiro, andava de carro, andava de moto. E eu com os meninos da minha idade, que andava comigo também, começou a se espelhar nessas pessoas (P16).*

Assim como afirma Malvasi (2012), o tráfico de drogas atrai os adolescentes porque é uma atividade que compõe tendências atuais de consumo, estilo de vida e valores recorrentes entre jovens de todo o mundo, que são expressos em letras de certas vertentes de estilos musicais, como os raps e os funks que retratam o culto ao risco, a procura por modos de vida intensos e a valorização dos jovens associados ao crime. Como demonstram Moreira, Guerra e Costa:

À crença num lucro rápido e fácil soma-se a visibilidade e o reconhecimento que o ingresso em grupos criminosos garante a esses jovens, principalmente ao se considerar a ostentação e o uso de armas de fogo. Afinal, a violência também gera poder, e este, sujeição, razão pela qual, empunhando um revólver, uma pistola ou mesmo um fuzil, aqueles antes invisíveis acabam tomando forma, passando a ser nomeados e temidos por suas vítimas (Moreira; Guerra; Costa, 2012, p. 407).

Por fim, é importante considerar que as redes de relações nas quais os indivíduos se inserem também funcionam como uma espécie de capital: capital social. As relações sociais são estruturadas em redes que perduram ao longo do tempo e exercem algum tipo de controle sobre os indivíduos ao incentivar ou restringir alguns atos e comportamentos. Além disso, a natureza dessas redes reflete o modo como atributos e relações são representados, mobilizados e negociados nas situações em diversos contextos. Assim, indivíduos que se relacionam predominantemente com pessoas semelhantes a eles no que diz respeito ao sexo, à ocupação e ao local de moradia tendem a ter chances reduzidas de fazer circular bens, recursos e informações sobre oportunidades de trabalho. Isso se dá porque sendo maior a probabilidade de acesso a informações redundantes, menor será a capacidade de difusão de informações diversificadas. Portanto, quanto menos homogênea e menos local a rede de um indivíduo, maiores são suas chances de conseguir boas oportunidades no mercado de trabalho e de potencializar o acúmulo de outras formas de capital (Guimarães *et al.*, 2017).

O volume total de capitais possuído por um indivíduo define a sua posição no espaço social. Adolescentes pretos e pardos moradores

de periferias, com histórico de evasão escolar e oriundos de famílias de baixo *status* socioeconômico – como são geralmente os recrutados pelo sistema de justiça –, encontram-se claramente em posições desvantajosas nesse espaço social. Esta é outra faceta dos indivíduos aqui retratados, a posse e o compartilhamento de um capital social empobrecido. A família, núcleo mais básico de socialização, já demonstra suas limitações, fruto da marginalização e da falta de recursos econômicos e culturais:

*Minha mãe, meu pai analfabeto. Meu pai pedreiro. Minha mãe ficou em função de criar os filhos, né? São seis irmãs. [...] Aí, quatro delas trabalhavam em casa de família, de doméstica, e ajudavam um pouco em casa também (P9).*

No caso daqueles em conflito com a lei, ainda é possível que a própria ação do Estado, através das medidas de institucionalização, ajude a criar e reforçar laços entre os infratores, levando à formação de uma identidade grupal e uma espécie de capital social deletério para aqueles que pretendem deixar o crime (Kirk; Wakefield, 2018). Nesse sentido, estamos às voltas com a questão do que prevalece no ambiente frequentado, o que fica claro a partir das falas: “*Porque todas as pessoas que estiveram ao meu redor, desde a infância até os dias de hoje, são, a maioria, são pessoas que se desviaram pro crime*” (P8); até mesmo, mais uma vez, se considerarmos a própria família, “*Tipo, se for fragar minha família assim, ó, todo mundo é envolvido [no crime]*” (P1).

A privação econômica das famílias de baixo *status* socioeconômico faz com que muitos dos seus jovens abandonem a escola em busca de trabalho. Almeida e Silva (2004) entrevistaram cento e quatro jovens internos em uma instituição da Fundação Estadual do Bem-Estar do

Menor (Febem)<sup>2</sup> e todos relataram ter realizado alguma atividade remunerada em algum momento de sua vida, seja legal ou ilegal. Para os autores, “existe claramente a necessidade, por parte das crianças e jovens pobres, de buscar alternativas para o seu sustento e/ou de sua família” (Almeida; Silva, 2004, p. 99). Devido à falta de qualificação e de experiência, essa camada da população é a mais afetada pelo desemprego, principalmente em épocas de crise. Segundo o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 27,2% das pessoas entre 14 e 24 anos que faziam parte da população economicamente ativa estavam desempregadas em 2016, enquanto 9,1% das pessoas de 25 a 59 anos estavam nessa mesma situação (Ipea, 2017).

Aqueles que conseguem se inserir mais cedo no mercado de trabalho muitas vezes acabam desempenhando ocupações precárias e que não oferecem oportunidades de ascensão social. Como demonstra a pesquisa realizada por Arend e Reis (2009) na rede de restaurantes *fast-food* McDonald's de Florianópolis, esta se beneficia do grande contingente de jovens desempregados, a fim de moldá-los a seu padrão de produtos e serviços, gerando uma situação ambígua na qual a precarização do trabalho se perpetua em prol da tentativa de reconhecimento social de cada jovem. Cenário preocupante que nos é oferecido por P15, outro sujeito que passou por um processo

---

2 A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) foi uma instituição brasileira criada para abrigar menores em situação de vulnerabilidade ou em conflito com a lei. Porém, devido a uma série de problemas relacionados à gestão e ao tratamento dispensado aos jovens internos, além de denúncias de violações de direitos humanos, a Febem ganhou má reputação ao longo dos anos. No estado de São Paulo, em 2006, ela foi reformulada e renomeada como Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa), refletindo uma mudança de paradigma no tratamento e na ressocialização dos jovens em conflito com a lei. Essa mudança de nome significou uma tentativa de romper com o estigma associado à antiga instituição, buscando promover uma abordagem mais humanizada e eficaz na reintegração desses jovens à sociedade.

de abandono familiar e precisou entrar para o mercado de trabalho muito jovem, sem ao menos receber um salário:

*Só esse cara trabalhei mais, quase nove meses pra ele, só em troco da comida. Trabalhava, virava tijolinho, enchia caminhão de tijolinho, amassava o barro pra ele. A gente num tinha aquela disposição, porque a gente era criança, né? Tava com os meus 14 anos (P15).*

Além disso, essa forma de inserção tende a gerar um ciclo de desvantagens, uma vez que indivíduos presos a longas jornadas de serviço dificilmente têm tempo, dinheiro ou disposição para procurar por oportunidades de qualificação e reciclagem (Guimarães; Almeida, 2013). Diante de um ambiente desfavorável, é preciso criar estratégias para ganhar a vida. As oportunidades de sobreviver na adversidade surgem nas dobras entre os mercados formal, informal, ilegal e ilícito (Hirata, 2010).

Desse modo, o mundo do crime acaba se apresentando como alternativa capaz de proporcionar bons rendimentos financeiros e reconhecimento simbólico a uma mão de obra essencialmente desqualificada e possivelmente destinada à precarização. Foi o que aconteceu com P4, que, ao se defrontar com as dificuldades de um trabalho extenuante e com retornos ínfimos, viu no crime uma saída e a propôs aos companheiros:

*Falei assim: “nó, véi, acabando esse trampo aqui não tem mais nada, minha mão tá cheia de calo, de sangue, de bolha e tudo mais. Tá difícil pra caramba. O sol batendo nas costas, tá suave ganhar essa mixaria aí”. [...] E aí foi quando a gente*

*pegou, conseguiu pegar uma droga boa, e instalou, se instalou ali na praça (P4).*

Promover uma melhor inserção da juventude na vida profissional é possível através do combate à evasão escolar e de investimentos em qualificações efetivas que aprimorem capacidades de cada sujeito e que estejam em harmonia com as demandas do mercado de trabalho. No caso daqueles em conflito com a lei, o desafio é promover uma profissionalização que seja capaz de gerar boas oportunidades e que consiga competir com as vantagens e recompensas que o mundo do crime pode oferecer. Como demonstra Pedro (2017, p. 124), para esses jovens marginalizados, “de forma surpreendente, heróis são aqueles que estão no interior da categoria ‘trabalhador’”.

### **Profissionalização e trabalho como resposta do Estado à reintegração social**

As ideias inspiradas no liberalismo político e protestantismo, como a maior valorização do indivíduo e a crença na possibilidade de restituição moral do indivíduo delinquente pelo trabalho, transformaram as formas de punição na modernidade. Nas sociedades contemporâneas, as agências dos sistemas de justiça criminal exercem um papel ambíguo entre punir e recuperar os indivíduos (Paixão, 1991).

Assim, por um lado, a punição funciona como um mecanismo de reforço do consenso e da coesão social em torno dos valores normativos, mas, por outro, é preciso preparar o indivíduo desviante para que ele seja capaz de ser reintegrado à sociedade. Nesse contexto se estabelece a ideia de que o trabalho deve ser um instrumento de reinserção social, como forma de disciplinar indivíduos para torná-los capazes de

desempenhar o papel que lhes cabe no processo produtivo (Rusche; Kirchheimer, 2004).

É o que se apresenta no método Apac – a visão do trabalho enquanto um elemento indispensável para a recuperação e a ressocialização do apenado –, como fica claro a partir de sua definição oficial: “O método Apac caracteriza-se pelo estabelecimento de uma disciplina rígida, baseada no respeito, na ordem, no trabalho e no envolvimento da família do recuperando” (Ferreira; Ottoboni, 2016, p. 20). Além disso, pudemos perceber a importância dada ao trabalho pelo método a partir da narrativa de um dos sujeitos de nossa pesquisa, que se encontrava em uma instituição “apaqueana”, colocando em cena uma progressão e um desenvolvimento do qual parece se orgulhar:

*Comecei limpando cemitério. Quando eu comecei, meu primeiro trabalho na Apac foi limpando cemitério. Ganhei uma oportunidade de tá trabalhando na tesouraria da Apac. Fiquei nela cinco anos. Hoje, sou encarregado de segurança, formado, com curso (P16).*

Essa trajetória corrobora a evidência empírica encontrada por Sampson e Laub (2005) de que o engajamento no mundo do trabalho pode levar à desistência da trajetória infracional. Isso se dá uma vez que, se o crime é mais provável quando os laços sociais estão fracos ou quebrados, conseguir um emprego é um evento que reorganiza a rede de relações dos sujeitos, fortalecendo os vínculos e fomentando oportunidades convencionais. Nos discursos dos sujeitos, isso se traduz a partir do enaltecimento do trabalho enquanto categoria oposta ao crime, ou seja, como a melhor forma de se colocar em prática o forte anseio de uma “vida digna”:

*Qualquer serviço que me pôr eu trabalho. Não sendo de mexer em computador, que isso aí eu não entendo. Só que qualquer serviço braçal, se for pra mim limpar o chão de uma casa, fazer faxina hoje, falar assim “Lá na rua tá precisando de limpar chão, de trabalhar de empregada”, pode chamar eu que eu vou. Não tenho orgulho, não tenho vergonha, não tenho orgulho nenhum disso, não (P15).*

Do mesmo modo, o investimento na profissionalização de adolescentes infratores figura como uma forma de prevenir a continuidade da trajetória infracional. Entretanto, chama a atenção o fato de que muitos dos jovens que compõem a clientela do sistema de justiça juvenil já exerceram ocupações no mercado informal (Fialho, 2013). A porosidade das fronteiras entre o mercado informal e ilegal é evidenciada por esse trânsito marcado por trajetórias laborais descontínuas e pelos esforços para sobreviver entre as adversidades num contexto histórico de desindustrialização e de flexibilização das leis trabalhistas (Hirata, 2010).

Esse contexto coincide com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), no qual a profissionalização é tratada como um direito que deve ser efetivado de forma complementar ao processo educativo, observando a condição de pessoa em desenvolvimento e orientada para uma capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho. Além disso, a lei que estabelece o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) (Brasil, 2012) coloca as instituições que formam o Sistema S (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai –, Serviço Social do Comércio – Sesc – entre outras) como possíveis parceiras na efetivação desse direito para os adolescentes usuários desse sistema. Dessa forma, a lei determina a colaboração entre o Estado, a sociedade e o mercado na

gestão da qualificação profissional dos adolescentes, principalmente daqueles que são infratores.

No entanto, a qualificação dessa população específica esbarra em uma série de obstáculos. A baixa escolaridade limita o escopo da formação profissional ofertada, fazendo com que, na maioria das vezes, esse público tenha apenas nível básico. Assim, a profissionalização ofertada pelo socioeducativo acaba não se traduzindo em um aumento da escolaridade desses jovens. A alta rotatividade também representa uma dificuldade para a formação profissional e faz com que os operadores do sistema optem por cursos de duração reduzida, representando apenas uma qualificação profissional e não uma verdadeira profissionalização. A essas dificuldades ainda se soma a escassez de recursos materiais e humanos que debilitam a qualidade dos cursos oferecidos.

Além disso, é preciso considerar que a participação nessas oficinas pode ser instrumentalizada como forma de incentivar comportamentos conformistas nas unidades de internação e semiliberdade (Fialho, 2013). Os jovens entrevistados por Fialho (2013) alegaram que trabalhavam para não ficarem ociosos e que isso era positivo na revisão do tempo de internação, uma vez que a participação nas oficinas constava na avaliação semestral de comportamento. No entanto, os internos consideravam que fora da instituição não seria possível continuar trabalhando em nenhuma das atividades oferecidas pelas oficinas profissionalizantes porque elas não possuíam sintonia com o mercado de trabalho.

Em consonância com tais achados, pudemos perceber que os adolescentes com os quais conversamos relatam uma discrepância entre seus interesses e os cursos que estão dentro das possibilidades

oferecidas, como no caso de P4, em que até houve a tentativa de inseri-lo no curso almejado, mas, como isso não foi possível, teve que se contentar com a alternativa:

*O curso que eu queria era de cabeleireiro. Porque eu sempre também tive uma vontade de aprender a mexer com cabelo, sabe? Aí, eu pedi eles curso de cabeleireiro, só que não deu pra me encaixar na vaga lá e foi de informática mesmo (P4).*

Além disso, fez-se presente um sentimento de inadequação ao ambiente ao qual são enviados, predominantemente constituído pela classe média, assim como demonstra P1, ao contrapor a posição das “patricinhas” ao seu lugar enquanto morador de favela: “*Tô fazendo o curso que o pessoal aí me arranhou. De Elétrica Predial. Do Senac [Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial]. [...] Tem altas menina bonitinha, pá. É bom, só as pati [“patricinhas”]. Nó. Foda ir lá faveladão*” (P1). Nesse sentido, cada narrativa é singular, mas possui uma implicação sócio-histórica que reflete os sucessivos estados da estrutura de distribuição de diferentes tipos de capitais que unem o indivíduo, os outros indivíduos e as atividades que eles compartilham (Bourdieu, 2006). Assim como Almeida e Silva (2004, p. 89), embrenhamo-nos “na tentativa de contribuir para um conhecimento maior sobre estes jovens e para o surgimento de novas formas de atender às necessidades dos mesmos”. Certamente estamos às voltas com políticas públicas e com sujeitos que podem se beneficiar a partir da reflexão sobre suas relações com o trabalho, o crime e a profissionalização, especialmente se consideramos a construção de uma orientação profissional e uma carreira que reflita um projeto de futuro possível.

## **Considerações finais**

A partir das narrativas dos sujeitos pudemos perceber as imbricadas relações entre crime, trabalho e profissionalização no contexto de pobreza e marginalização social das periferias urbanas. Nesse sentido, os contextos social, cultural e, principalmente, econômico são palco das limitações que esses adolescentes e jovens encontram, tanto no âmbito do trabalho quanto no da profissionalização. Eles precisam se contentar com subempregos, degradantes física e mentalmente, a fim de receber o mínimo necessário para manutenção da vida. Para aqueles que se recusam a viver com tão pouco, não restam muitas opções além da criminalidade, capaz de proporcionar o “comprar”, tão valorizado nos dias de hoje como forma de pertencimento social.

Concluimos, com isso, que as tentativas do Estado de profissionalização e de inserção no mercado de trabalho daqueles em conflito com a lei podem se constituir como alternativas às ofertas do crime, na medida em que o trabalho é capaz de situar os indivíduos socialmente e auxiliá-los no processo de sua própria constituição subjetiva. Porém, tanto o trabalho degradante quanto um trabalho que não faça sentido vão na contramão desses objetivos. Faz-se preciso então ouvir mais os sujeitos a fim de que possam transformar sua admiração aos que trabalham duro em protagonismo cultural, político e social.

## Referências

ALMEIDA, Marília Mastrocolla; SILVA, Rosalina Carvalho da. Compreendendo as estratégias de sobrevivência de jovens antes e depois da internação na Febem. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 82-102, jun. 2004. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902004000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902004000100008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 9 fev. 2025.

AREND, Sílvia Maria Fávero; REIS, Antero Maximiliano Dias dos. Juventude e restaurantes fast food: a dura face do trabalho flexível. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 142-151, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/m434QKx37qRKbt36yDTydnF/?lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando; GONDIM, Sonia Maria Guedes. Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 32, n. 1, p. 131-147, 2014. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/article/view/apl32.1.2014.09/pdf>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, John G. (ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Westport: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República; Casa Civil, 1990.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986; 7.998, de 11 de janeiro de 1990; 5.537, de 21 de novembro de 1968; 8.315, de 23 de dezembro de 1991; 8.706, de 14 de setembro de 1993; os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942; 8.621, de 10 de janeiro de 1946; e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Presidência da República; Casa Civil, 2012.

CONCOLATTO, Claudia Piccolotto; OLTRAMARI, Andrea Poletto; SANTOS FILHO, Francisco Carlos dos. Relações de trabalho e psicanálise: um diálogo em aproximação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4., 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Escola de Administração; UFRGS, 2016.

FERREIRA, Valdeci; OTTOBONI, Mário. **Método Apac**: sistematização de processos. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2016.

FIALHO, Lia Machado Fiuza. A escolarização e a profissionalização como prática educativa na “ressocialização” de jovens em conflito com a lei. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., CIRCUITO E FRONTEIRAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 2013, Cuiabá. **Anais [...]**. Cuiabá: Centro Geodésico da América do Sul, 2013.

GUERRA, Andréa Máris Campos; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; OLIVEIRA, Lorena Vianna de; LIMA, Rodrigo Goes. The narrative memoir as a psychoanalytic strategy for the research of social phenomena. **Psychology**, v. 8, n. 8, p. 1238-1253, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/318025766\\_The\\_Narrative\\_Memoir\\_as\\_a\\_Psychoanalytical\\_Strategy\\_for\\_the\\_Research\\_of\\_Social\\_Phenomena](https://www.researchgate.net/publication/318025766_The_Narrative_Memoir_as_a_Psychoanalytical_Strategy_for_the_Research_of_Social_Phenomena). Acesso em: 28 mar. 2023.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz; ALMEIDA, Mariana Eugenio. Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil. **Temas de Administração Pública**, São Paulo, v. 8, n. 2, 2013.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; BRITO, Murillo Marschner Alves; ANDRADA, Ana Carolina Silva; PICANÇO, Monise Fernandes. Os pobres e o acesso ao trabalho. Entre a ação pública e o interesse privado. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 83-105, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/tkxjp5mGysQ35VbykRxjMqw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2023.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. Brasília, DF: Ipea, 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/170505\\_bmt\\_62.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/170505_bmt_62.pdf). Acesso em: 28 mar. 2023.

KIRK, David S.; WAKEFIELD, Sara. Collateral consequences of punishment: a critical review and path forward. **Annual Review of Criminology**, San Mateo, v. 1, p. 171-194, 2018.

LYRA, Diogo. **A república dos meninos**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

MALVASI, Paulo Artur. **Interfaces da vida loka**: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MERTON, Robert K. Social Structure and Anomie. *In*: MERTON, Robert K. **Social Theory and Social Structure**. New York: The Free Press, 1966. p. 198-226.

MOREIRA, Jacqueline Oliveira de; GUERRA, Andréa Máris Campos; COSTA, Domingos Barroso da. Pós-modernidade e mercado informal de drogas ilegais: o jovem na criminalidade. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 12, n. 1-2, p. 389-418, 2012.

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou punir?** Como o Estado trata o criminoso. v. 21. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

PEDRO, Fernanda Reis Alves de Oliveira. **De “bandido” a “trabalhador”**: um estudo sobre a relação dos jovens com o trabalho a partir das medidas socioeducativas. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2004.

SAMPSON, Robert J.; LAUB, John H. A life-course view of the development of crime. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 602, n. 1, p. 12-45, 2005.

SCALON, Celi; SANTOS, José Alcides Figueiredo. Desigualdades, classes e estratificação social. *In*: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza (coord.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil**: sociologia. São Paulo: Barcarolla, 2010. p. 77-105.

WEBER, Max. Classe, estamento, partido. *In*: WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982. p. 211-228.

**A CLÍNICA PERIFÉRICA:  
INSURGÊNCIAS ADOLESCENTES**

**O adolescer como sintoma de  
denúncia social: o trabalho com  
grupos para letramento racial**

Aline Souza Martins  
Mayara Oliveira de Carvalho  
Henrique Ibrahim Tenório

Este trabalho tem como objetivo apresentar o contexto de criação da parceria institucional entre o Serviço-Escola da Universidade Mackenzie e uma escola estadual em São Paulo. A parceria surge a partir da demanda de uma aluna que estudou nessa instituição dez anos atrás. Primeiramente, apresentaremos a cena na qual a demanda da criação de um grupo de conscientização sobre o racismo é remetida à instituição, envolvendo uma questão teórica de separação entre os conceitos de *lugar de fala* e *representatividade* (Ribeiro, 2017). Posteriormente, discutiremos a metodologia de trabalho usada para a realização da intervenção e, finalmente, a descrição e análise dos relatos dos alunos durante as práticas grupais.

Para uma breve apresentação geopolítica, a escola estadual em questão está localizada na região do Capão Redondo, extremo sul de São Paulo. Historicamente, esta região, assim como os bairros próximos, como Jardim Ângela e Jardim São Luís, são um território considerado periférico e negligenciado pelo governo do estado na oferta de políticas públicas de bem-estar social. O território ficou conhecido como “Triângulo da Morte”, por ser considerado uma das regiões mais violentas da cidade de São Paulo. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1996, os bairros Jardim Ângela, Jardim São Luís e Capão Redondo ficaram atrelados a essa imagem devido à divulgação dos altos índices de homicídios no território pela mídia hegemônica (Filho, 2006). Embora a região ainda mantenha altos

índices de violência em relação a outras localidades, nos últimos anos aconteceu um grande avanço na redução desses números, entretanto, o estereótipo de região violenta se mantém.

## **Trabalho que surge da demanda do território: cena inicial**

A intervenção analisada começou a ser gestada em 2021, momento no qual os estágios ocorriam remotamente devido à recém-abertura das instituições públicas para a realização de grupos após a pandemia de covid-19. Nesse cenário, a aluna M.<sup>1</sup> sugeriu a criação de um estágio na sua antiga escola para realizar um grupo de conscientização sobre racismo. A origem da demanda de intervenção a partir de alguém do território, que voltaria na condição de estagiária para a escola onde estudou, foi notável.

Com base na psicanálise, é possível escutar uma posição ativa e desejante por parte da aluna de mudar seu entorno e sua história, e, nesse sentido, o estágio em práticas psicossociais acolhe a demanda orgânica do território. Entretanto, um estágio sobre racismo supervisionado por uma professora branca, com um grupo majoritariamente branco, seria um desafio.

Na primeira tentativa de montar o grupo para ir a campo, surgiu um impasse: os demais alunos brancos relataram um incômodo em participar do projeto, alegando que esse “não era o seu lugar de fala”. Apoiados equivocadamente no conceito de Djamila Ribeiro (2017), os alunos confundiram representatividade com lugar de fala

---

1 Em observância às diretrizes éticas, optou-se por preservar a identidade da aluna, substituindo o seu nome por “M.”.

e entenderam que não poderiam falar sobre racismo por não serem negros. Para Ribeiro (2017), esse conceito remete à localização das experiências prévias do enunciador a partir da sua realidade social, pessoal e financeira ao enunciar um discurso. Além do distanciamento em relação à realidade da escola periférica, a pergunta era como um branco falaria de racismo.

Para nossa surpresa, diante desse questionamento, a aluna M. permitiu-se enfurecer-se. Apoiada na raiva de Audre Lorde (2019), salientou para os colegas que discutir racismo era uma responsabilidade dos brancos. Na apresentação de 1981, “Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo”, Lorde diz que:

Toda mulher tem um arsenal de raiva bem abastecido que pode ser muito útil contra as opressões, pessoais e institucionais, que são a origem dessa raiva. Usada com precisão, ela pode se tornar uma poderosa fonte de energia a serviço do progresso e da mudança (Lorde, 2019, p. 159).

Dessa forma, entendemos que a raiva manifesta da aluna apontava para uma dificuldade institucional: o combate contra o racismo precisava ser responsabilidade de todos. Não se trata de culpabilizar individualmente algum aluno por usar equivocadamente o conceito de *lugar de fala*, mas assumir, a partir da teoria de Pichon (Broide, 1992), que cada manifestação do grupo era feita por um membro que se permitia ser porta-voz de si mesmo e da dinâmica grupal. Diante disso, não era mais possível “matar o mensageiro”, individualizando a questão em um aluno específico, reprimindo a enunciação do problema. A falta de conhecimento sobre o racismo e sobre as formas de combatê-lo é uma questão institucional e social:

A força das mulheres está em reconhecer as diferenças entre nós como algo produtivo e em defender sem culpa as distorções que herdamos, mas que agora são nossas e cabe a nós alterar. A raiva das mulheres pode transformar a diferença, por meio da compreensão, em poder. Pois da raiva entre semelhantes nasce a mudança, não a destruição, e o desconforto e o sentimento de perda que ela costuma causar não são fatais, mas sintomas de crescimento (Lorde, 2019, p. 164).

Como desfecho da questão, entendemos que a responsabilidade sobre o racismo era de todos, e nos colocamos a estudar juntos. M. se dispôs a dar uma aula, indicou leituras para os colegas e conseguiu uma dupla para ir a campo, H.,<sup>2</sup> um homem branco.

### **Sobre confusão entre representatividade e lugar de fala: uma questão de responsabilidade social**

Na psicanálise, entende-se que a responsabilização subjetiva acontece quando é possibilitada uma mudança na forma de se posicionar no mundo, essa mudança se inscreve no cenário sócio-simbólico de vida, sendo acolhida pelo Outro social (Guerra; Martins; Otoni, 2014). Entretanto, essa jovem exigia o contrário. Não eram os jovens da periferia que deveriam se responsabilizar pelos seus atos de agressividade na cena social, eram os brancos que deveriam se responsabilizar pela grande história do mundo que produziu o racismo estrutural através da exploração do trabalho das pessoas pretas, pelo epistemicídio do

---

2 Em observância às diretrizes éticas, optou-se por preservar a identidade do homem em questão, substituindo o seu nome por “H.”.

saber dessas pessoas, pelo roubo das suas crianças (Grosfoguel, 2011). E fazíamos não pelo desejo ou *insights* individuais, mas pela pressão da raiva daqueles que estão cansados de gritar.

Dessa cena, nasce nosso estágio, demonstrando que a transferência ultrapassa os limites da relação estagiário e grupo de usuários, que, geralmente, nos leva, na supervisão, a vivenciarmos o tema do grupo. Segundo Bechelli e Santos:

[...] a transferência no grupo é multilateral, pois engloba não somente o relacionamento dos pacientes com o terapeuta, mas, também, dos próprios membros entre si. Além disso, a transferência na situação de grupo é cruzada, pois envolve um entrelaçamento constante de experiências de significado (Bechelli; Santos, 2006, p. 113).

Assim como Spivak (2010), concordamos com Foucault (1979) que existe um sistema de poder/saber que inviabiliza e deslegitima os saberes produzidos por grupos marginalizados. Foucault (1979) argumentava que as massas devem falar por si, mas compreendia a existência de uma força superior ou interdição, fazendo com que essas vozes fossem silenciadas.

Enquanto ex-aluna da escola, M., que se identifica como negra e lésbica, proporcionou aos membros do grupo uma visão diferente em relação ao conflito identitário. Para Broide, “tal conflito está presente na maior parte dos jovens e dos grupos da periferia, sejam eles dedicados à violência ou à cultura e à transformação social” (2006, p. 176).

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” [negra, pobre] como um item respeitoso na lista de

prioridades globais. A representação não definiu. A mulher como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio (Spivak, 2010, p. 126).

Entendemos que com a ascensão do Movimento Negro nas mídias sociais na última década há uma discussão recorrente sobre quais grupos têm a responsabilidade de falar sobre opressões, envolvendo inclusive questões que tangem ao tema apropriação cultural. No entanto, faz-se necessário que pessoas brancas, privilegiadas em seus espaços de poder, interessem-se ativamente pelo racismo, visto que são os grandes responsáveis pela colonização e por seus desdobramentos históricos, que geraram a localização sistemática e arbitrária de lugares privilegiados como universais brancos. Para Djamila Ribeiro, muitas pessoas confundem representatividade com lugar de fala:

Um dos equívocos mais recorrentes que vemos acontecer é a confusão entre lugar de fala e representatividade. Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa. Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito do poder. A travesti negra fala a partir de sua localização social, assim como o homem branco cis. Se existem poucas travestis negras em espaços de privilégio, é legítimo que exista uma luta para que elas, de fato, possam ter escolhas numa sociedade que as confina num determinado lugar, logo é justa a luta por representação, apesar dos seus limites. Porém, falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo

com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem. Em outras palavras, é preciso, cada vez mais, que homens brancos cis estudem branquitude, cisgeneridade, masculinos (Ribeiro, 2017, p. 82-83).

A representatividade que a estagiária M. trouxe ao grupo de adolescentes foi perceptível desde os primeiros encontros, em especial em relação às alunas negras. Essas crianças e adolescentes puderam relatar situações iguais ou muito semelhantes às que a própria estagiária havia experienciado naquele mesmo ambiente dez anos antes. A construção do vínculo entre os adolescentes negros e negras e a dupla de estagiários foi se fortalecendo com o surgimento de um pensamento crítico-social, responsável por fazer esses alunos pensarem não apenas sobre lugar de fala (Ribeiro, 2017), mas também sobre território e espaços de poder que potencializam os discursos (Foucault, 1997).

Desse modo, é inegável que essas questões seriam transferidas para nós como colaboradores. Sabendo disso, não podíamos deixar de proporcionar a aparição do sentimento de ser desejado pela sociedade. Portanto, a figura da M. confrontou o modelo ético imposto, proporcionando assim novas vias para a realização das fantasias individuais.

### **Letramento racial: uma prática entre conversações e objetos mediadores para promover a consciência crítica em adolescentes**

Entendemos que a prática de grupos com adolescentes requer flexibilidade para acolher a cada encontro o movimento do próprio grupo – que, em associação livre, expressa-se a partir das demandas

contingenciais – e a dinamicidade, respeitando o tempo ágil do adolescente que utiliza a criatividade para perverter os objetos, criando novos sentidos a partir do seu movimento inconsciente. Assim, para o contexto do trabalho com grupos de adolescentes, optamos por mesclar duas metodologias: a conversação psicanalítica (Miller, 2005) e o uso de objetos mediadores (Vacheret; Gimenez; Abud, 2013).

Conversação psicanalítica é uma metodologia de intervenção com grupos na qual “[um] significante chama outro significante, não sendo tão importante quem o produz em um momento dado, [...] da qual esperamos um certo efeito de saber” (Miller, p. 15-16, tradução nossa).<sup>3</sup> Dessa forma, prioriza-se a multiplicidade de significantes sobre o mesmo objeto, localizando os pontos de mal-estar e criando possibilidades para que as máximas da cultura sejam questionadas. As intervenções dos facilitadores visam provocar a surpresa, buscando o sem sentido que existe além do discurso ligado à ficção de cada um.

Os objetos mediadores são utilizados no contexto de grupos psicoterapêuticos para facilitar o processo de associação livre e de elaboração. Podem ser usados objetos intermediários que facilitem a projeção de fantasias imaginárias, a fim de favorecer a discussão e, posteriormente, a transformação deste conteúdo pré-consciente ou inconsciente. Alguns desses objetos são fotografias, músicas, desenhos, pinturas, livros de histórias, esculturas, atividades com o corpo, recortes e colagem. Segundo Vacheret, Gimenez e Abud:

[...] consideramos os objetos mediadores como objetos culturais e sensoriais que, quando utilizados em um contexto grupal, visam à restauração da capacidade associativa do

---

3 “Un significante llama a otro significante, no es tan importante quién lo produce en un momento dado [...] de la cual esperamos un cierto efecto de saber.”

pré-consciente. O objeto mediador, como apoio da pulsão, favorece a capacidade de figurar a experiência vivida, auxiliando o trabalho do pré-consciente na atividade de representação, no trabalho do sonho (Vacheret; Gimenez; Abud, 2013, p. 164).

O tema central da intervenção foi a “desconstrução do racismo por meio do resgate da memória histórica”, um projeto que teve o objetivo de fazer o processo de letramento racial (Schucman, 2012) com os alunos. O letramento racial foi traduzido no Brasil pela primeira vez por Lia Vainer Schucman, na sua tese de doutorado, em 2012. A expressão *Racial Literacy* veio dos estudos da antropóloga afro-americana France Winddance Twine para designar a atitude ativa de desconstrução do racismo por parte dos brancos na qual a brancura também é racializada.

“Racial Literacy” é um conjunto de práticas que pode ser melhor caracterizado como uma “prática de leitura” – uma forma de perceber e responder individualmente às tensões das hierarquias raciais da estrutura social – que inclui o seguinte: (1) um reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude; (2) a definição do racismo como um problema social atual, em vez de um legado histórico; (3) um entendimento de que as identidades raciais são aprendidas e um resultado de práticas sociais; (4) a posse de gramática e um vocabulário racial que facilita a discussão de raça, racismo e antirracismo; (5) a capacidade de traduzir e interpretar os códigos e práticas racializadas de nossa sociedade; e (6) uma análise das formas em que o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade (Twine *apud* Schucman, 2012, p. 103-104).

Nesse sentido, a conversação e o uso dos mediadores têm como objetivo proporcionar reflexão nos adolescentes brancos, para que eles adquiram consciência dos privilégios que uma estrutura social racista oferece à branquitude e passem a agir no seu “cotidiano para desconstruir o racismo de suas identidades raciais brancas, [abrir] novos lugares, [produzir] novos sentidos ao ser branco, desidentificando a brancura da branquitude” (Schucman, 2012, p. 103). Desse modo, também é objetivo da proposta de conversação e uso dos mediadores a promoção da consciência do sofrimento sociopolítico (Rosa, 2016) para os adolescentes negros e negras, através do resgate de marcos históricos conquistados pela população afrodescendente; da racialização dos brancos; da classificação das diferenças e privilégios entre as etnias; da apresentação dos conflitos ainda vigentes como frutos de um passado extremamente brutal e opressor para as pessoas negras; e da busca por medidas com as quais possamos resgatar aspectos positivos a respeito da identidade dessas pessoas, evidenciando seus potenciais e suas características positivas que compõem a sua subjetividade.

Assim, a intervenção visou fomentar nas crianças e nos adolescentes a consciência crítica pelo desenvolvimento da posição de agentes de transformação. Na medida em que se tornam conscientes do seu contexto histórico-cultural e de suas potencialidades, espera-se que eles tenham o poder de trazer novas perspectivas em relação ao racismo para as próximas gerações. Dessa forma, realizamos um cronograma prévio que foi constantemente modificado a partir das questões discutidas nos grupos e supervisionadas semanalmente. Ao chegar ao fim do semestre, estas foram as atividades realizadas dentro do planejamento de trabalho:

| SEMANA                     | TEMA                                                                | OBJETIVOS                                                                                                    | ATIVIDADES DESENVOLVIDAS                                                                                                                                                                     |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1º ENCONTRO                | Conceito de <i>normalidade</i> e de <i>racismo</i>                  | Apresentação da proposta<br>Apresentação do grupo<br>Conhecer os alunos                                      | Debate grupal<br>Dinâmica “O que é ‘da hora’ e o que é ‘mico’” em relação à diversidade étnico-racial                                                                                        |
| 2º ENCONTRO                | Conceito de <i>normalidade</i> e de <i>privilegio</i>               | Resgate da estruturação histórica do racismo no Brasil                                                       | Análise da música “Menina pretinha”, Mc Soffia<br>Reflexão sobre de onde viemos e apagamento histórico                                                                                       |
| 3º ENCONTRO                | Colorismo, diversidade e miscigenação no Brasil                     | Introdução ao conceito de <i>identidade</i>                                                                  | Apresentação de uma das alunas e discussão sobre o conceito de <i>identidade</i>                                                                                                             |
| 4º ENCONTRO                | Naturalização do racismo                                            | Reflexão sobre coisas que falamos naturalmente, mas que têm conotações preconceituosas                       | Oficina de colorir mulheres negras importantes para a história<br>Discussão sobre o lápis “cor de pele” (rosa)                                                                               |
| 5º ENCONTRO                | Apagamento de identidades negras                                    | Reflexão sobre os desenhos<br>Reflexão sobre o conceito de <i>identidade</i> e o papel do negro na sociedade | Debate grupal<br>Discussão sobre estereótipos                                                                                                                                                |
| 6º ENCONTRO                | Aniversariantes de outubro<br>Abordagem policial                    | Compreender os diferentes tipos de abordagens e de violência policial por etnia e por localidade             | Festinha de aniversariantes do mês, dança da cadeira, muita conversa e discussão sobre racismo e violência policial                                                                          |
| 7º ENCONTRO                | É possível ter subjetividade na favela?                             | Compreender o conceito de <i>subjetividade</i> e relacionar <i>identidade</i> + <i>subjetividade</i>         | Debate grupal, assunto que começou com racismo e se desdobrou entre gênero e sexualidade e construção de papéis sociais                                                                      |
| 8º ENCONTRO                | Gênero e sexualidade                                                | Discutir a questão dos papéis sociais, machismo e homofobia                                                  | Debate grupal sobre como o machismo construiu e afetou a homofobia e outras opressões de gênero e sexualidade                                                                                |
| 9º ENCONTRO                | Gênero e sexualidade                                                | Violências estruturais contra mulheres e pessoas do movimento LGBTQIA+<br>Desideologização                   | Debate grupal e reflexão sobre o que é violência de gênero, assédio e abuso sexual                                                                                                           |
| 10º ENCONTRO<br>FECHAMENTO | Sarau para os aniversariantes de novembro<br>Como criar um coletivo | Estimular a criação de um coletivo antirracista e feminista na escola a partir do grêmio estudantil          | Reflexão sobre rede de apoio, possibilidades e ferramentas de mudança que os alunos do grêmio têm disponíveis para levar um novo olhar sobre tolerância e respeito às diversidades na escola |

### Quadro 1 – Cronograma/planejamento das atividades de cada encontro

Fonte: elaborada pelos autores.

## **Cenas da escola: um ambiente em transformação**

Assim, iniciamos as atividades na escola com o primeiro grupo no segundo semestre de 2021. Desde então, tivemos dois grupos no primeiro semestre de 2022 e três grupos no segundo semestre desse mesmo ano. Cada grupo contou com a participação de dois ou três de estagiários, que fizeram cerca de dez encontros na escola com crianças, pré-adolescentes e adolescentes. Todos os grupos subsequentes foram marcados pela memória dos alunos em relação a essa primeira experiência e obtiveram sucesso nas suas intervenções, que tiveram temáticas variadas de acordo com a demanda. Esse primeiro grupo acolheu adolescentes entre 11 e 15 anos (do 6º ano ao ensino médio). Os relatos possibilitaram a emergência da raiva diante das injustiças e da desnaturalização do racismo, além da criação de redes de apoio para suportar e reivindicar mudanças.

Uma das primeiras questões que surgiram durante os grupos se deu a partir dos relatos de um menino e de uma menina, ambos de 11 anos, que falaram da sua incompreensão por serem agredidos com xingamentos racistas por parte de amigos e colegas de escola. A partir das atividades, foi possível observar uma mudança no posicionamento dos alunos em relação ao racismo estrutural. Um dos efeitos observados foi a elevação da autoestima de uma aluna de 12 anos em relação ao seu corpo; ela assumiu um estilo que valorizou a sua beleza negra. Outra adolescente, de 15 anos, apresentava o comportamento de se automutilar (relatado pela mãe). No encontro sobre gênero e sexualidade, ela pôde elaborar seu sofrimento. Em uma tentativa de laço com a turma, ela abertamente relatou ser bissexual, comentando situações de preconceito vividas.

Um menino de 14 anos, negro retinto, relatou ter sido abordado pela polícia algumas vezes e ter sido humilhado nessas situações. A partir desses acontecimentos, ele desenvolveu trauma associado ao carro da polícia. Outro adolescente, este de 15 anos, relatou ter sido chamado de “sem futuro” pela polícia após ser preso por desacatar a autoridade em uma batida que o puniu por estar sem camisa perto do campo de futebol. Ainda, um último jovem, de 15 anos, relatou ter sido impedido de entrar em shoppings, como o JK Iguatemi, mesmo na presença da irmã que trabalhava no local.

Para Grada Kilomba (2019), o pacto narcísico da branquitude faz com que o grito contra o racismo não seja escutado, não porque ele não é alto, mas porque os ouvidos estão seletivamente surdos; na verdade, escolhe-se não ouvir. Assim, trazemos os testemunhos desses adolescentes como forma de evidenciar que cada um desses jovens denuncia com seu corpo e seu sofrimento a dinâmica social. Cada um é um mensageiro e porta-voz da estrutura social que precisa ser dita, para ser escutada, elaborada e, enfim, poder ser esquecida.

O adolescente é entendido aqui, portanto, como sintoma de uma denúncia social. Segundo dados do Datafolha de 2022, oito em cada dez adolescentes relatam sofrer de questões de saúde mental, 66% relatam ter pensamentos negativos, 58% relatam ter problemas de concentração, 53% relatam ansiedade, 34% relatam tristeza excessiva, 20% relatam transtornos alimentares, 17% relatam depressão, 13% relatam pensamentos suicidas e 6% relatam que pensam em automutilação (Mena, 2022). Esses dados deixam evidente que o sofrimento está presente como sintoma social, ou seja, um sintoma produzido por fatores relacionados à estrutura social de um contexto geopolítico específico.

## Adolescência como sintoma de denúncia social

Entendemos que a

[...] operação adolescente é fazer a transposição entre o Outro familiar para o Outro social, portanto, a adolescência como sintoma seria justamente a possibilidade de fazer algo com o pai dado, um ultrapassamento pela *père-version* do pai e servir-se dele como *sinthome*, orientando o sujeito adulto no desejo (Martins; Soares, 2012, [n. p.]).

Assim, a psicanálise compreende o fenômeno da adolescência como sintoma da puberdade, enquanto transformações corporais e psíquicas experienciadas pelo sujeito que encontra o outro e o sexo e precisa fazer algo disso. Seguindo Maria Cristina Poli, propomos:

[...] o jogo significativo *père-version* para expressar o que na neurose se apresentaria como possibilidade de ultrapassagem do “complexo de Édipo”. Seria a passagem de prescindir do Nome-do-Pai, da condição de servir-se dele, uma apropriação dos significantes que o discurso lhe oferece sem precisar pagar o preço da alienação fantasmática ao gozo do Outro... (Poli, 2005 *apud* Martins; Soares, 2012, [n. p.]).

Essa tese sobre o sujeito adolescente precisará ser revista, pois se o adolescer é sintoma, ele não o é sozinho. O processo feito da singularidade de cada sujeito se nutre do mundo, o Outro traz no verso de seu [tes]ouro a culpa e a vergonha de que todo ouro é um espólio, ou seja, cada significante carrega sua história de violências e está empoeirado com seus usos anteriores.

O “Édipo”, como nos diz Stephen Frosh (2018), não é só a historinha do sujeito diante da sua família, mas também a história de como ele (e tantos outros) foi submetido ao poder do pai e, com ele, ao poder da estrutura social patriarcal e racista. A transmissão transgeracional, segundo Frosh (2019), faz-se presente nas fantasias, na repetição e no “mau-olhado” que traz do passado os grandes traumas da nossa civilização, que violentaram e calaram grupos subalternizados e espoliados de seu saber e riqueza.

### **Conclusão: caminhos de desconstrução do olhar e luta contra o racismo em nós**

Portanto, podemos dizer que o sujeito carrega em si a história do mundo e que a *père-version* do pai no adolescer é criar a possibilidade de sobreviver ao poder instituído, subverter o lugar que lhe foi dado e criar um nome para si que sirva como resistência.

Aos brancos, cabe também reinventar nossos nomes, abrindo espaço para o saber do sujeito que é colocado como Outro, tirando a cera dos nossos ouvidos todos os dias e com ela a prepotência da totalidade. Como nos alerta Kely Oliver (2004), cabe a nós a “vigilância” sobre a colonização do nosso olhar e dos nossos pensamentos. Por nos sabermos possuídos por significantes de outros que nos foram dados na transmissão colonial de outros tempos, precisamos desaprender a ver e a pensar, mas para isso é preciso recusar o natural, pois esse é o outro que nos ocupa.

Para Kilomba (2019), os passos para romper o pacto da branquitude que mantém o racismo estrutural começam, muitas vezes, na negação da nossa responsabilidade e passam pela racionalização das

justificativas para, enfim, abrir-se um espaço para a culpa e a vergonha fazerem fissuras na imagem branca total. Só depois dessas fases podemos reconhecer o racismo em sua dimensão jurídica, social e pessoal para, finalmente, podermos criar formas de reparação histórica e descolonização do eu.

Depois dessa experiência, concluímos que a raiva é necessária para a mudança social, ela é energia depositada na esperança de transformação do adolescer não só como sintoma, mas como denúncia da estrutura de poder instituída. Precisamos “que venha o novo” para trazer movimento, abalar os saberes instituídos e os lugares de poder demarcados.

## Referências

BECHELLI, Luiz; SANTOS, Manoel. Transferência e psicoterapia de grupo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 110-117, fev. 2006.

BROIDE, Jorge. A psicoterapia psicanalítica na rua realizada através de grupo operativo: a rua enquanto instituição das populações marginalizadas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 12, p. 24-33, 1992.

BROIDE, Jorge. **A psicanálise nas situações sociais críticas**: uma abordagem grupal à violência que abate a juventude das periferias. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FILHO, Maurício Monteiro. Das manchetes policiais para a revolução social. **Portal Repórter Brasil**, São Paulo, 12 jan. 2006. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2006/01/das-manchetes-policiais-para-a-revolucao-social/>. Acesso em: 31 out. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France: (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FROSH, Stephen. **Assombrações**: psicanálise e transmissões fantasmagóricas. São Paulo: Benjamin Editorial, 2018.

FROSH, Stephen. **As políticas da psicanálise**: uma introdução à teoria freudiana e pós-freudiana. Tradução de Cristiane Izumi Nakagawa. São Paulo: Benjamin Editorial, 2019.

GROSGUÉL, Ramón. Decolonizing post-colonial studies and paradigms of political-economy: transmodernity, decolonial thinking, and global coloniality. **Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, Merced, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/21k6t3fq>. Acesso em: 28 mar. 2023.

GUERRA, Andréa Máris Campos; MARTINS, Aline Souza; OTONI, Marina Soares. Adolescência e infração: conjugando fatores subjetivos e políticos no compartilhamento de responsabilidades. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n. 109, p. 109-130, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. Os usos da raiva. *In*: LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e palestras. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Elefante, 2019. p. 133-146.

MARTINS, Aline Souza; SOARES, Sanderson Nascimento. “Meu pai tá preso, meu irmão tá preso e agora eu”: corpo encarcerado pela transmissão. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, 5.; CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, 11., 2012, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental, 2012.

MENA, Fernanda. 8 em cada 10 jovens tiveram problemas recentes de saúde mental, aponta Datafolha: ansiedade e até pensamentos suicidas afetaram brasileiros de 15 a 29 anos; mulheres são mais atingidas do que a média. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 out. 2022. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/equilibrio/2022/10/8-a-cada-10-jovens-tiveram-problemas-recentes-de-saude-mental-aponta-datafolha.shtml#:~:text=Oito%20em%20cada%20dez%20brasileiros,dados%20in%C3%A9ditos%20de%20pesquisa%20Datafolha.&text=A%20maioria%20desses%20jovens%20sofreu,crise%20de%20ansiedade%20\(53%25\)](https://www1.folha.uol.com.br/equilibrio/2022/10/8-a-cada-10-jovens-tiveram-problemas-recentes-de-saude-mental-aponta-datafolha.shtml#:~:text=Oito%20em%20cada%20dez%20brasileiros,dados%20in%C3%A9ditos%20de%20pesquisa%20Datafolha.&text=A%20maioria%20desses%20jovens%20sofreu,crise%20de%20ansiedade%20(53%25).). Acesso em: 23 ago. 2023.

MILLER, Jacques-Alain. Las relaciones de pareja. *In*: MILLER, Jacques-Alain. **La pareja y el amor**: conversaciones clínicas com Jacques Alain Miller en Barcelona. Buenos Aires: Paidós, 2005. p. 15-20.

OLIVER, Kelly. **The colonization of psychic space**: a psychoanalytic social theory of oppression. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

ROSA, Miriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. 1. ed. São Paulo: Escuta, 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VACHERET, Claudine; GIMENEZ, Guy; ABUD, Cristiane Curi. Como pensar a sinergia entre o grupo e o objeto mediador? **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 156-169, set. 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0486-641X2013000300015&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2013000300015&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 28 mar. 2023.

# **A posição ético-política da escuta-flânerie e a cena ética em Butler**

Rose Gurski  
Dieine Mércia de Oliveira

Ao longo dos últimos anos, temos nos dedicado à construção de dispositivos clínicos de escuta no campo social. No caminho dessa construção, consideramos as condições sociopolíticas dos sujeitos com os quais trabalhamos, sem negligenciar o rigor dos fundamentos psicanalíticos, assim como os aspectos éticos e políticos ligados à realidade social brasileira. Desse modo, após um tempo de escuta dos adolescentes da socioeducação, passamos a escutar os trabalhadores da socioeducação, colhendo as experiências no calor dos acontecimentos e dos conflitos cotidianos. Tal espaço de escuta foi inicialmente chamado de “posto móvel de escuta” e, posteriormente, passou a ser denominado “escuta-*flânerie*” (Pires; Gurski, 2020).

Entendemos a escuta-*flânerie* (Gurski, 2019a, 2020; Pires; Gurski, 2020) como um dispositivo de pesquisa-intervenção que se forja a partir do encontro da ética psicanalítica com os fundamentos ético-metodológicos do tema do *flâneur*, em Walter Benjamin (Benjamin, 1989). Mediante nossas experiências, a escuta-*flânerie* pode ser pensada como um modo de construir uma posição de escuta para o pesquisador-psicanalista no campo social. Por meio desse dispositivo, assumimos um caráter subversivo e não convencional de escuta, enquanto uma alternativa às pesquisas e às intervenções psicanalíticas na pólis.

Um dos teóricos que tem nos acompanhado nessa construção metodológica é o filósofo e ensaísta alemão Walter Benjamin. Benjamin trabalha com a figura do *flâneur* a partir das produções do poeta francês Charles Baudelaire. Identificamos na proposição do *flâneur* de andar a esmo uma cadência diferente das condições de aceleração, tão presentes nas grandes cidades europeias do século XIX. Tais condições se referem a uma temporalidade que aponta para a possibilidade de experimentar **cenas, lugares e pessoas** que poderiam passar despercebidos e silenciados em meio à velocidade cotidiana já naquela época.

Aproximamos a posição do *flâneur* da escuta do analista que, diante da narrativa de um paciente, pela via da atenção flutuante, escuta a dimensão infraordinária das falas enunciadas pelo paciente (Gurski, 2014; Gurski, 2019a; Gurski; Silva, 2018). Nessa direção, compreendemos que o dispositivo da escuta-*flânerie* introduz uma posição possível para a escuta do analista fora do consultório, neste caso, na instituição socioeducativa. Trata-se de pensar na escuta como uma possibilidade que arma condições para a circulação da palavra e para a transmissão das experiências vividas e, muitas vezes, silenciadas nas instituições.

Nesse trajeto, encontramos-nos com os textos de filosofia crítica e política de Judith Butler. Ainda que as análises críticas de Butler sejam tecidas nas premissas do campo da filosofia, há uma interessante interlocução com a psicanálise, na perspectiva de que esta se alinhe às teorias culturais e políticas de um modo geral (Butler, 2010).

Assim, propomos, pela via desse enlace, uma ligação entre as formas de escuta psicanalítica no laço social e a cena ética apresentada por Butler. Consideramos relevante dialogar com o conceito de *cena ética*

por ele evocar a implicação social e política que existe a partir de uma tomada de posição na escuta do sujeito singular. Também traremos para este debate o conceito de *dimensão sociopolítica do sofrimento*, cunhado por Rosa (2016). Conforme diz Rosa (2016, p. 70), é necessário “despotencializar a violência para retomar o lugar do sujeito na cena”.

A ideia de propormos um encontro entre as concepções de escuta-*flânerie*, da cena ética e da dimensão sociopolítica do sofrimento sustenta-se por percebermos, na origem desses conceitos, caminhos para um debate complexo e construtivo no que se refere ao atravessamento sociopolítico do sofrimento psíquico no laço social. Assim, conforme aponta Rosa (2016), como pesquisadores-psicanalistas, precisamos sustentar nossa escolha psicanalítica-política como uma estratégia não apenas de reflexão e produção de conhecimento, mas a partir de intervenções na esfera pública, social e crítica.

Gurski (2020) sugere que, na escuta-*flânerie*, trata-se de construir-mos, através dos diferentes espaços de escuta do sujeito, uma cena ética. A psicanalista articula a noção de Butler com as condições de narratividade de si, evocadas também pela posição do pesquisador-psicanalista na escuta-*flânerie*. A cena ética, ao estimular a narração de si, produz condições para que o sujeito encontre modos de se fazer representar desde suas próprias significações e palavras no dia a dia institucional. Além disso, a escuta-*flânerie* abre a possibilidade de o sujeito se responsabilizar de outro modo pelo que se apresenta como problemático no cotidiano da instituição, mesmo que a escuta ocorra em um espaço coletivo.

Butler ([2005] 2015), por meio de suas proposições e conceitos, busca tensionar os fatos sociais, apontando para a importância da ação

no campo da política. Ela produz um movimento próximo ao que a escuta-*flânerie* desdobra acerca da dimensão sociopolítica do sofrimento como reconhecimento das invisibilidades e precariedades.

### **O encontro com a cena ética em Butler e a escuta da dimensão sociopolítica do sofrimento**

A cena ética é trabalhada por Butler (2015) no livro *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Nele, a autora discorre sobre as questões relacionadas ao tema da ética, da responsabilidade e do reconhecimento do outro. Um dos principais argumentos da filósofa para sustentar seu posicionamento ético se dá mediante a discussão acerca do reconhecimento. Ela questiona as exigências normativas, sublinhando que todo sujeito tem direito à alteridade, opondo-se nitidamente à demanda imposta pelos padrões de normatividade.

Butler (2015, p. 34) nos ajuda a reconhecer que a ética aparece, especialmente, “onde nos encontramos, por assim dizer, nos limites do que conhecemos, mas ainda nos é exigido dar e receber reconhecimento”. Para a autora, sustentar um compromisso ético exige arriscar a travessia de fronteiras, de modo a nos desapossarmos dos padrões preestabelecidos. Nesse sentido, Kehl (2016), no prefácio do livro *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*, refere que Rosa investe em uma psicanálise “implicada”, ou seja, uma prática que sustenta a interlocução com a política e suas relações com a cultura quando propõe o desafio de pensar em formas não convencionais de intervenção. Desse modo, entendemos eticamente que o “campo da ‘escuta’ psicanalítica é muito mais vasto do que o dos consultórios particulares” (Kehl, 2016, p. 11), pois “a ética

certamente não pressupõe apenas a retórica e a análise do modo de interpelação, mas também a crítica social” (Butler, 2015, p. 170). É por meio dessa posição que Butler constrói uma teoria do sujeito na cultura que auxilia a criação de ações na esfera das políticas públicas e dos movimentos sociais.

Percebemos que a preocupação ética de Butler se assemelha ao que a escuta-*flânerie* tem sustentado em seu modo de intervir, “implicados, obrigados, derivados, sustentados por um mundo social além de nós e anterior a nós” (Butler, 2015, p. 87). Mediante a intervenção, temos como compromisso ético-político possibilitar novas formas da palavra **singular** aparecer em sua dimensão **coletiva** na instituição, indagando, sobretudo, os atravessamentos sociopolíticos por meio da escuta.

O caráter metodológico da escuta-*flânerie* proporciona esse movimento de escutar os fragmentos, os detalhes, possibilitando ouvir o que a teoria ainda não disse (Gurski, 2019b). Seguindo tal lógica, Betts (2014) comenta que a função da psicanálise em extensão – aquela que intervém na cidade e em suas instituições, quer dizer, em espaços que não somente o consultório do analista – seria a de presentificar a psicanálise no mundo, tendo em vista a especificidade dos sujeitos e as vicissitudes de suas demandas em contextos de exclusão e indiferença. Para que tal função seja evidenciada e de fato encarnada pelos operadores da psicanálise,<sup>1</sup> é preciso que as intervenções aconteçam de várias formas e, sobretudo, em diversos campos, desde o singular até o social, mirando a criação de um desejo comum. Temos ocupado essa posição com a escuta-*flânerie* não apenas quando realizamos

---

1 A expressão “operadores da psicanálise” é usada por Betts (2014) no texto “Desamparo e vulnerabilidade no laço social – a função do psicanalista”, publicado na *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*.

a intervenção na instituição, mas quando buscamos dialogar com outros campos de saberes, isto é, implicando-nos com um comum que se preocupa em fazer laço pela via do saber da experiência e de seus atravessamentos políticos contemporâneos.

De acordo com Butler (2015), o sujeito não pode narrar a si mesmo sem se responsabilizar pelas suas ações; ou seja, essa responsabilização não isenta as condições culturais nas quais está inserido. Nesse sentido, o ato de narrar e falar de si é um processo infundável, associado à própria noção de incompletude. A autora ainda acrescenta:

Não somos simples díades independentes, uma vez que nossa troca é condicionada e mediada pela linguagem, pelas convenções, pela sedimentação das normas que são de caráter social e que excedem a perspectiva daqueles envolvidos na troca (Butler, 2015, p. 35).

Estas questões trazidas por Butler nos levam a interrogar justamente se podemos tomar a escuta-*flânerie* como uma escuta passível de criar uma cena ética. Gurski (2021) comenta que a partir do pressuposto do inconsciente não há fixidez de sentidos, tudo se encontra em constante movimento. Essa menção nos direciona a outro escrito de Gurski (2019a), no qual a pesquisadora trabalha a fita de *moebius*, figura topológica presente no ensino de Jacques Lacan, “cuja continuidade entre as faces interna e externa revela aquilo que Freud [...] sinalizou: toda psicologia do sujeito é também do social” (Gurski, 2019a, p. 169). Assim, considerando as transformações de ordem histórica e suas afetações, trazemos uma cena da escuta-*flânerie* que pode ser pensada em conjugação com a construção de uma cena ética e suas possibilidades de intervenção.

*Certo dia, ao chegarmos na instituição, nos encaminhamos para a sala das chefias de equipe, lugar em que habitualmente ficam os pertences. Logo, os meninos que se encontram em Internação Provisória começam a se movimentar para ir à escola que fica no subsolo do local; descem a escada que fica em frente à porta da sala em que estávamos na companhia de dois agentes. Um desses agentes, ao observar um adolescente passar, percebe em seu rosto que “algo não estava legal” e o chama. O socioeducador pergunta o que aconteceu e o adolescente responde “tô com raiva, seu”;<sup>2</sup> e uma lágrima escorre dos seus olhos. Esse agente diz “não desce para a escola agora, porque senão tu vai te atrapalhar”, e convida Antônio<sup>3</sup> para ir até a sala, oferece um copo de água com a intenção de acalmá-lo e inicia uma conversa com o mesmo (Diário de Experiência da pesquisadora, outubro de 2019).<sup>4</sup>*

Na situação transferencial, fixadas por essa lágrima que escorria, lágrima olhada por um outro, e, portanto, legitimada para Antônio, indagamos se acaso esse gesto não faz parte da construção do que Butler denomina de cena ética. Tal provocação nos levou a refletir sobre a possibilidade de aquela lágrima ter sido “escutada” pelo socioeducador. Será que a própria cena operou um compromisso e uma responsabilidade com o outro?

---

2 “Seu” é a maneira como os adolescentes se referem aos adultos na instituição socioeducativa.

3 Nome fictício adotado a fim de garantir o anonimato dos jovens que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade na instituição em que realizamos a pesquisa-intervenção.

4 Cf. GURSKI, 2018, 2019a.

Rosa (2016) comenta que o silêncio é algo frequente nos sujeitos que se deparam com a figura do Outro,<sup>5</sup> fruto de uma perda de laço identificatório com o semelhante, especialmente porque a desimplicação na relação com o outro, sobretudo a violenta, produz um *sem-lugar* no discurso social, impossibilitando a construção de uma demanda dirigida a um outro. Por meio de nossas pesquisas e intervenções, temos nos ocupado em “recuperar um lugar de enunciação” (Rosa, 2016, p. 127) para aqueles que são vistos como elementos marginalizados e despolitizados. Ao propormos um arranjo entre aspectos psicanalíticos e a teoria crítica e política de Butler, precisamos levantar especificações e aproximações que dão corpo às problematizações que vêm sendo colocadas até o momento.

Tanto a psicanálise como as construções de Butler (2015) suspendem o juízo do ponto de vista moral, apoiando-se em um projeto ético que realiza uma crítica vigorosa à normalização e à regulação social. Butler trabalha a partir dos operadores da filosofia, enquanto a psicanálise opera sua crítica social por meio da escuta das manifestações do inconsciente no plano singular e coletivo. Desde a psicanálise, sabemos que para poder escutar o sujeito e seus restos inconscientes é preciso que ele esteja em posição de analista, ou seja, esteja operando desde sua *falta-a-ser*. Compete ao psicanalista não responder à demanda com seu ser, mas com aquilo que ele verdadeiramente é, um sujeito faltante (Lacan, [1958] 1998). Portanto, a dimensão da falta evidenciada na psicanálise é diferente das questões evocadas

---

5 Lacan, em sua obra, concebeu algumas articulações a respeito da noção de Outro (A), em francês, *Autre*. Uma dessas formulações se refere ao (grande) Outro como campo de alteridade radical que se apresenta ao (pequeno) outro (a), nosso semelhante, àquele com quem mantemos uma relação de identificação mediante o imaginário (Lacan, [1954-1955] 1985). Nessa lógica, o Outro pode ser tomado pela via do discurso, já que se encontra para além da representação de nós mesmos, e nos constitui enquanto seres de linguagem.

por Butler, já que a autora circula pelo campo da filosofia, buscando pensar o que é necessário para viabilizar um laço social ético.

Através disso que chamamos de “leitura” do campo social, Butler nos diz que para considerarmos o outro precisamos estar atentos ao conjunto de normas e discursos que envolvem os sujeitos. Nesse sentido, sugere uma ação por meio da crítica ao individualismo, sustentando a importância de o sujeito estar despossuído de si mesmo e dos padrões que o atravessam para criar um lugar próprio (Butler, 2015, [2015] 2021). Resumindo tal afirmativa: “Para construir uma história não basta uma sequência de fatos, mas trata-se da produção de tramas de significâncias, tramas de sentido” (Rosa, 2016, p. 62), ou seja, a filósofa nos mostra que só é possível a construção de um lugar próprio a partir do reconhecimento da incompletude, quando admitimos que a opacidade é fundamental para uma articulação de si mesmo com o enigma que é posto pelo outro (Butler, 2015).

Sublinhamos, neste momento, a importância de os socioeducadores estarem implicados na relação com os adolescentes, pois somente um laço dessa natureza pode vir a provocar a desnaturalização dos afetos, fazendo-os enxergar a dimensão do sofrimento sociopolítico do outro. Embora saibamos que a função de socioeducar inclui esta dimensão, observamos que, no dia a dia institucional, no calor dos acontecimentos, alguns detalhes dos laços passam despercebidos e, muitas vezes, nem são considerados.

Quando nos referimos à implicação na cena anterior, buscamos refletir a respeito da potência que há no gesto de ver e admitir a densidade subjetiva daquela lágrima. Ora, o gesto do socioeducador dá ao adolescente um lugar de sujeito que sofre e possui uma história, enxergando-o para além de um jovem que cumpre medida

socioeducativa. O trabalhador, como adulto e representante do Estado, naquele espaço, escuta os restos que Antônio deixa pelo caminho – daí a necessidade da escuta psicanalítica sobre a experiência singular de cada sujeito. Mesmo que o socioeducador desconheça sua atitude, o reconhecimento daquela lágrima tenta “impedir a transmissão do sofrimento, pela via do sintoma” social (Kehl, 2016, p. 9).

Quer dizer, o ato do socioeducador na direção do menino se torna um agente da despossessão para Butler, deixando-se afetar pelo trabalho não pela via das identificações cronificadas do ponto de vista individual, mas sim pelas identidades cristalizadas no laço social. Ao oferecer uma cena ética ao adolescente, o socioeducador cria uma abertura para que, através de sua intervenção, o sujeito possa perceber o lugar de exclusão que ocupa na vida social.

### **Arranjo de cenas: a escuta-*flânerie* e a ética da não violência**

Para dar densidade às questões relacionadas à cena ética, trazemos uma das fontes teóricas que Butler percorre para pensar a ética da não violência e, assim, realizar sua crítica. Uma delas é a concepção de violência ética apresentada por Theodor Adorno. Para Adorno, a violência ética passa a existir quando um *éthos* coletivo se torna anacrônico (Adorno, 1993), isto é, quando um conjunto de hábitos e costumes de um grupo não está de acordo com a sua época, entretanto, optam em permanecer naquela posição, desconsiderando as vivências e experiências de um grupo, iniciando um processo de violência ética, pela via da imposição.

Para o filósofo, a violência ética é ancorada em uma espécie de auto-preservação que pode contribuir para o crescimento do narcisismo moral que “não só retira o individual do mundo como também destrói a base do envolvimento moral com o mundo” (Butler, 2015, p. 138). Portanto, introduzimos, nesta produção, a concepção de Adorno ao redor do tema da violência ética, inspiradas na capacidade polissêmica da psicanálise e na construção que a própria Butler adota quando propõe novos conceitos que nascem do diálogo com autores de outros campos.

Ora, a tentativa de compreender a formação da violência ética se dá pelo modo através do qual as individualidades tomam o *éthos* e como respondem aos questionamentos éticos acerca de suas constituições (Butler, 2015). Para isso, Butler se pergunta o que é o “eu” e como ele se vincula às normas e aos outros. Mediante o reconhecimento de um certo desconhecimento sobre si mesma e sobre os outros, a autora demonstra um deslocamento possível e experienciado na psicanálise, o fenômeno da transferência.

A posição de suposto saber está presente no conceito de transferência desdobrado por Lacan e se refere àquilo que é suposto pelo paciente, na direção do psicanalista. Isto é, o paciente supõe na figura do analista que este sabe a respeito do que lhe acomete e, especialmente, sobre seu inconsciente. Em *Estou falando com as paredes: conversas na capela de Saint-Anne*, Lacan afirma que “a questão do saber do psicanalista não é, em absoluto, de saber se isso se articula ou não, mas de saber em que lugar é preciso estar para sustentá-lo” (Lacan, [1971-1972] 2011, p. 36). A aproximação com as ideias de Butler aponta para o que acontece com a escuta em transferência, a possibilidade de o sujeito reconhecer-se como sujeito desejante e autor do seu desejo.

Sobre as condições para pensar uma posição ética e não violenta a respeito do relato de si, Butler diz:

O relato que faço de mim mesma é parcial, assombrado por algo para o qual não posso conceber uma história definitiva. Não posso explicar exatamente por que surge dessa maneira, e meus esforços de reconstrução narrativa são sempre submetidos à revisão. Há algo em mim e de mim do qual não posso dar um relato (Butler, 2015, p. 56).

Como mencionado anteriormente, está no cerne de sua filosofia a noção de uma dimensão de desposseção, aquilo que não está submetido ao nosso livre arbítrio. A partir da perspectiva ética, o juízo deve ser ocupado pelo desconhecimento do sujeito sobre si, localizando nesse campo uma ética centrada na alteridade. Ou seja, temos a alteridade como elemento fundamental para a condição de uma cena ética. Desse modo, a autora comenta sobre os lapsos do inconsciente, que se fazem presentes no ato de relatar a si mesmo, naquilo que escapa e que despossui o sujeito no momento de uma cena de interpelação.

É impossível fazer um relato de si mesmo fora da estrutura de interpelação, mesmo que o interpelado continue implícito e sem nome, anônimo, indefinido. A interpelação é que define o relato que se faz de si mesmo, e este só se completa quando é efetivamente extraído e expropriado do domínio daquilo que é meu. É somente na desposseção que posso fazer e faço um relato de mim mesma (Butler, 2015, p. 51-52).

A cena de interpelação, segundo a autora, faz-se presente nos momentos em que é possível identificar condições para que o

reconhecimento do desconhecido, daquele que está sendo interpelado e daquele que interpela, ganhem espaço, ou seja, que as amarras que se apresentam em transferência possam abrir brechas às novas traduções do relato singular de cada sujeito (Butler, 2015). É nessa direção que Butler destaca a importância desse lugar de interpelação e de narrativa em seu projeto ético. Ela comenta que “a capacidade narrativa é a précondição para fazermos um relato de nós mesmos e assumirmos a responsabilidade por nossas ações através desse meio” (Butler, 2015, p. 24).

Recentemente, no livro *Os sentidos do sujeito*, Butler (2021) referiu-se ao conceito de *cena de endereçamento presente nas relações humanas*. Consideramos interessante a construção da autora referente a este conceito mediante a interseção possível com a cena de interpelação já mencionada. A cena de endereçamento diz respeito às narrativas e ações singulares de cada sujeito que operam nos relatos de si, a partir do encontro entre o “eu” e o “outro”, ou seja, nos espaços de alteridade (Butler, 2021). Importa destacar que a noção de alteridade é central na teoria butleriana. Nas palavras da autora, “o endereçamento face a face a um ‘vocês’ carrega a capacidade de conceber certo reconhecimento, qual seja, o de incluir os outros na troca potencialmente recíproca do discurso” (Butler, 2021, p. 229). Isso quer dizer que, sem uma perspectiva de reconhecimento e endereçamento a um outro, o ser humano não consegue emergir.

Quando a autora explora essa noção, produz um encontro entre as cenas – de interpelação e endereçamento – criando uma espécie de arranjo conceitual e prático que possibilita a criação de uma cena ética. Ou seja, é necessário que a cena de endereçamento aconteça através de um “eu” mediante um “tu” que, consequentemente,

interpela e opera o reconhecimento do sujeito tendo como efeito uma cena ética:

[...] não podemos nos referir a nossa própria singularidade sem entender a forma como essa singularidade se torna implicada nas singularidades dos outros, em que, como veremos, essa implicação produz um modo de ser para além da singularidade em si (Butler, 2021, p. 91).

É pela via dessa costura de cenas da experiência dos sujeitos que Butler propõe uma ética de caráter crítico, assim como nós, que radicalmente nos colocamos a contrapelo do individualismo contemporâneo e entrelaçamos suas construções teóricas com a escuta-*flânerie* justamente por assumirmos esse caráter ético e político da escuta psicanalítica no campo social.

Através das articulações que realizamos entre a escuta-*flânerie*, a cena ética e o sofrimento sociopolítico, entendemos que se forjam novas formas de pensar as cenas do laço social atual. Associar as construções butlerianas com a escuta-*flânerie* é uma forma de abrir espaço para a possibilidade de que novos arranjos façam furo na experiência de sujeitos desassistidos do ponto de vista sociopolítico, criando maneiras possíveis de lidar com os conflitos associados ao não reconhecimento dessas vidas e de suas pluralidades silenciadas. Entendemos que as proposições éticas de Butler se referem a:

[...] uma ética que não apenas confessa o desejo de viver, como também reconhece que desejar a vida significa desejar a vida para você, um desejo que implica produzir as condições políticas de vida que permitirão alianças regeneradas que não têm forma final, em que o corpo e os corpos, em

sua precariedade e sem sua promessa, mesmo no que poderia chamar de sua ética, incitam-se uns aos outros a viver (Butler, 2021, p. 223).

Nessa direção, e pensando sobre os sujeitos da socioeducação, os trabalhadores e os adolescentes, perguntamos: quais são os corpos que importam para o laço social? Poderíamos pensar a escuta-*flânerie* como um modo de construir condições para uma cena de interpelação diante das barbáries cotidianas que vivem os sujeitos da socioeducação?

*Em Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia*, Butler comenta que

Só agimos quando somos levados a agir e somos movidos por alguma coisa que nos afeta vindo de fora, a partir de um outro lugar, das vidas dos outros, nos impondo um excesso a partir do qual – e sobre o qual – agimos (Butler, 2019, p. 116).

Isso se parece com o que temos construído a partir da transferência no âmbito da escuta-*flânerie*, bem como ao que Safatle (2018) sustenta a respeito do circuito dos afetos e dos atravessamentos políticos presentes nessa intervenção.

Para Butler (2015), o que possibilita a condição para a criação da cena ética é a noção de alteridade nas relações. Isso quer dizer que, para assumirmos uma posição desde a ética da não violência, precisamos, antes de tudo, arriscar o cruzamento das fronteiras das normas sociais preestabelecidas como um compromisso ético e político. A autora inquieta-se em como pensar as relações sociais e as normas apartadas das formas de subordinação. Nas palavras da filósofa:

Talvez seja ainda mais importante reconhecer que a ética requer que nos arrisquemos precisamente nos momentos de desconhecimento, quando aquilo que nos forma diverge do que está diante de nós, quando nossa disposição para nos desfazer em relação aos outros constitui nossa chance de nos tornarmos humanos (Butler, 2015, p. 171).

O relato de si é definido como algo que sempre se manifesta *a posteriori* porque, de forma semelhante aos fundamentos da psicanálise, o sujeito se constitui no campo do Outro. Logo, o relato e a própria narrativa apresentam um limite egóico e linguístico, pois, para escutar o outro, é necessário se despir do juízo, ou seja, deixar que o sujeito se apresente com a própria narrativa, fazendo falar aquilo que se encontra invisível e, muitas vezes, indizível.

Butler (2015) diz que o relato de si fracassa justamente por se apresentar de forma opaca; ela afirma que

[se] somos formados no contexto das relações que para nós se tornam parcialmente irrecuperáveis, então essa opacidade parece estar embutida na nossa formação e é consequência da nossa condição de seres formados em relações de dependência (Butler, 2015, p. 32).

Assim, ante as experiências, é importante oferecermos condições para a construção de uma narrativa, embora reconheçamos que esse ato nunca será completo, pois é “justamente em virtude da opacidade do sujeito para consigo que ele contrai e sustenta alguns de seus vínculos éticos mais importantes” (Butler, 2015, p. 32).

Com a psicanálise aprendemos acerca da importância em escutar os detalhes mínimos, sem julgar a experiência do sujeito, preocupando-nos apenas em deixar que o outro fale em nome próprio. Nessa direção, Butler sustenta que a ética da não violência, aquela presente no espaço da cena ética, origina-se no que ela chama de “fracasso ético”, isto é, em uma “tentativa de alcançar nossa identidade social” (Butler, 2015, p. 60) que é sempre falha. Portanto, ela acredita que a cena ética, calcada no conceito da não violência, pode produzir, por meio da responsabilidade com o outro, efeitos de politização, mediante uma singularidade que une e, consequentemente, constrói um corpo político. Se, como diz Judith Butler (2015), se trata de construir uma cena ética através da escuta do sujeito e de sua singularidade, a escuta-*flânerie* (Gurski, 2019b) parece contar com as condições necessárias a um dispositivo ético-político, justamente porque, ao estimular a narração de si, produz condições para que o sujeito encontre modos de se fazer representar desde seus próprios significantes, além, é claro, de criar condições de responsabilização acerca das possibilidades de transformação social.

## Referências

ADORNO, Theodor W. **Mínima moralia**. São Paulo: Ática, 1993.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns motivos na obra de Baudelaire. In: BENJAMIN, Walter. (org.). **Obras escolhidas III**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 103-150.

BETTS, Jaime. Desamparo e vulnerabilidade no laço social – a função do psicanalista. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Porto Alegre, n. 45-46, p. 9-19, jul. 2013/jun. 2014. Disponível em: [https://appoa.org.br/uploads/arquivos/revistas/revista\\_45\\_46.pdf](https://appoa.org.br/uploads/arquivos/revistas/revista_45_46.pdf). Acesso em: 29 mar. 2023.

BUTLER, Judith. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. [Entrevista cedida a] Patrícia Porchat Pereira da Silva Knudsen. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 161-170, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/L8vVC5NzQ5n5gQz9WbY9WHk/?lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2023.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Tradução de Regina Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, [2005] 2015.

BUTLER, Judith. **Os sentidos do sujeito**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, [2015] 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [2015] 2019.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. v. 15. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, [1921] 2012. p. 9-100.

GURSKI, Rose. A escuta-flânerie como efeito ético-metodológico do encontro entre psicanálise e socioeducação. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro. v. 51, n. 2, p. 166-194, jul./dez. 2019a. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-48382019000200009&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382019000200009&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 29 mar. 2023.

GURSKI, Rose. La escena ética como efecto del encuentro entre el psicoanálisis, la socio-educación y la construcción de la escucha-flânerie. In: ZELMANOVICH, Perla; MINICELLI, Mercedes (coord.). **Resistidas e desafiadas**: las prácticas en las instituciones entre demandas, legalidades y discursos. Buenos Aires: Flacso, 2020.

GURSKI, Rose. Três tópicos para pensar a contrapelo o mal-estar na educação atual. *In*: VOLTOLINI, Rinaldo (org.). **Retratos do mal-estar contemporâneo na educação**. São Paulo: Escuta, 2014. p. 167-180.

GURSKI, Rose; SILVA, Stéphanie Strzykalski. A escuta psicanalítica de adolescentes em conflito com a lei: que ética pode sustentar esta intervenção? **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 72-98, jul./dez. 2018.

GURSKI, Rose. A escuta-flânerie como efeito do encontro entre psicanálise e socioeducação. *In*: GURSKI, Rose; PEREIRA, Marcelo (org.). **Quando a psicanálise escuta a socioeducação**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2019b.

GURSKI, Rose. A escuta-flânerie. *In*: SEMINÁRIO AVANÇADO – PSICANÁLISE, FLÂNERIE, SONHOS E TEORIA CRÍTICA: A ONIROPOLÍTICA EM CONSTRUÇÃO, 2021, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo, 2021.

GURSKI, Rose. Jovens “infratores”, o rap e o poetar: deslizamentos da “Vida Nua” à “Vida Loka”. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 17, n. 3, p. 45-56, 2018. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/5573>. Acesso em: 29 mar. 2023.

KEHL, Maria Rita. Prefácio. *In*: ROSA, Miriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. 1. ed. São Paulo: Escuta, 2016. p. 7-12.

LACAN, Jacques. A direção do tratamento e os princípios de seu poder. *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1958] 1998.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1954-1955] 1985.

LACAN, Jacques. **Estou falando com as paredes: conversas na capela de Saint-Anne**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1971-1972] 2011.

PIRES, Luísa Puricelli; GURSKI, Rose. A construção da escuta-flânerie: uma pesquisa psicanalítica com socioeducadores. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 31, 2020.

ROSA, Miriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. 1. ed. São Paulo: Escuta, 2016.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

**Relatos de uma intervenção com  
adolescentes em cumprimento de  
medida socioeducativa de internação**

Nara Gleisia Ferreira  
Pedro Teixeira Castilho

A Comissão de Mobilização e Participação Juvenil do Fórum Permanente do Sistema Socioeducativo recebeu uma proposta para contribuir na mobilização de adolescentes para participar das Conferências Livres, atividades preparatórias para a 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A partir dessa proposta, realizamos, no dia 17 de outubro de 2022, uma intervenção no Espaço Mandala da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para “escutar” o que os adolescentes, em cumprimento de medida socioeducativa de internação de Belo Horizonte, tinham a dizer sobre o tema central da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda, 2022): “Situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia de covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade” (Conanda, 2022, p. 6). Neste capítulo, tomamos as falas que surgiram durante o encontro para apresentar algumas considerações sobre como a lógica de poder se estabelece no campo institucional – reproduzindo, a partir da lógica de *biopoder* e *das fantasias racistas* de alguns profissionais, um discurso racista e violento na relação com os socioeducandos – e sobre como os adolescentes assimilam e apreendem esses discursos.

## **Um lugar para desembolar na ideia: a palavra como orientadora do encontro**

A conversação é um dispositivo proposto por Jacques-Alain Miller, na década de 1990, na França, como estratégia de trabalho no Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Criança (Cien) (Miranda; Vasconcelos; Santiago, 2006). Segundo o próprio Miller, a conversação

[...] é um modo de associação livre caso seja exitosa. A associação livre pode ser coletivizada na medida em que não somos donos dos significantes. Um significante chama outro significante, não sendo tão importante quem o produz em um momento dado. Se confiarmos na cadeia de significantes, vários participam do mesmo. Pelo menos é a ficção da conversação: produzir – não uma enunciação coletiva – senão uma “associação livre” coletivizada, da qual esperamos um certo efeito de saber. Quando as coisas me tocam, os significantes de outros me dão ideias, me ajudam e, finalmente, resulta – às vezes – algo novo, um ângulo novo, perspectivas inéditas (Miller, 2003, p. 15-16, tradução nossa).<sup>1</sup>

O ponto principal da conversação é a singularidade do sujeito e aquilo que o grupo produz a partir da conversa (Miranda; Vasconcelos; Santiago, 2006). A conversação não se trata de um enunciado coletivo,

---

1 “Una Conversación es una suerte de asociación libre, si es exitosa. La asociación libre puede ser colectivizada en la medida en que no somos dueños de los significantes. Un significante llama a otro significante, no es tan importante quién lo produce en un momento dado. Si confiamos en la cadena significativa, varios participan en lo mismo. Por lo menos es la ficción de la Conversación: producir – no una enunciação colectiva – sino una ‘asociación libre’ colectivizada, de la cual esperamos un cierto efecto de saber. Cuando las cosas pasan bien a mí los significantes de otros me dan ideas, me ayudan y, finalmente, resulta – a veces – algo nuevo, un ángulo nuevo, perspectivas inéditas.”

isto é, não se tem intenção de chegar a um consenso em relação ao tema, busca-se que os significantes sejam capturados de tal forma que provoquem o surgimento de “um saber inédito transmitido pelo próprio sujeito” no grupo, mas de forma particular (Miranda; Vasconcelos; Santiago, 2006). A conversação promove intervenções naquilo que é do “sentido comum”, ou melhor, permite interrogar de forma coletiva e, ao mesmo tempo, singular aquilo que anteriormente tinha valor de verdade absoluta (Miranda; Vasconcelos; Santiago, 2006).

Nessa medida, a conversação não é uma fala qualquer, não é uma fala para provocar alívio e “não é um falar sobre, assim como não é uma conversa com, mas entre os próprios envolvidos, acerca do tema proposto e do mal-estar que lhes concerne” (Ferreira, 2018, p. 138). A fala surge como uma possibilidade de interrogar os discursos prontos, promovendo “uma prática inédita da palavra” na tentativa de “subverter o laço social daqueles que, de alguma maneira, foram confinados ao silêncio excludente marcados por identificações” (Miranda; Vasconcelos; Santiago, 2006, [n. p.]). Ao se realizar uma conversação, não se tem a pretensão de que os sujeitos substituam uma identificação por outra melhor, nem se pretende fornecer “boas” imagens para que eles se identifiquem (Miranda; Vasconcelos; Santiago, 2006). A ambição é que os participantes consigam escutar algo que até então não tinham escutado, questionem-se, distingam o que é deles do que é fruto das nomeações recebidas dos outros, aprendam com o que foi percebido e a partir disso encontrem novas saídas (Miranda; Vasconcelos; Santiago, 2006). Logo, entendemos que a conversação pode provocar uma mudança no modo como os participantes enxergam a si próprios e as realidades vividas dentro e fora do local de realização da conversação.

## **Desembolando: algumas reflexões a partir da conversação**

A maioria das questões levantadas durante a conversação expõe aspectos que nos permitem afirmar – ainda que existam dimensões do cotidiano que desconhecemos – que há um conjunto de estruturas que interagem e interferem nas trocas entre os adolescentes e os profissionais do sistema socioeducativo. Tanto os adolescentes como os profissionais fazem parte de um processo complexo de acordos, conflitos e estereótipos que estabelece uma lógica de poder que supostamente orienta e interfere na relação. Participaram da conversação sete adolescentes de diferentes unidades de internação de Belo Horizonte (MG), com tempo de cumprimento da medida variando entre três e oito meses. Apenas três dos adolescentes estavam acutelados durante o período pandêmico.

Para iniciar a conversação, utilizamos a seguinte pergunta: o que vem à sua mente quando falamos sobre a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente?

**Jovem 1:** *Conferência lá no meu bairro é soco, tapa na cara.*

**Jovem 2:** *A polícia mesmo quando me pegou. Nuh! Bateu demais.*

**Mediador:** *Nossa ideia de conferência é diferente. Aqui, a conferência é um lugar para conversar, falar o que vocês quiserem e sentir vontade.*

**Jovem 2:** *Vocês falam de um jeito difícil.*

**Mediador:** *Difícil? Explica melhor. O que é que está difícil?*

**Jovem 2:** *É difícil de entender porque a gente conversa mais com gíria.*

**Mediador:** *E qual é a palavra que vocês usariam para isso que vamos fazer? Trocar ideia, dar o papo reto...o que mais?*

**Jovem 3:** *Desembolar... desembolar na ideia.*

**Mediador:** *Pronto. É isso, vamos desembolar! Estão acontecendo várias conferências. Várias pessoas como conselhos, promotoria, ONGs estão se reunindo para conversar sobre as violações de direitos durante a pandemia de covid-19.*

**Jovem 3:** *O adolescente ninguém quer ouvir, né?*

**Mediador:** *É para isso que estamos aqui. Foi por isso que convidamos vocês. Vocês vieram porque queremos ouvi-los.*

**Jovem 2:** *Conversar com eles é difícil também do jeito que a gente fala.*

**Mediador:** *Mas não dá para fazer igual fizeram aqui? Falar que está difícil de entender?*

**Jovem 1:** *Quando eles acham que tão certos não dá pra conversar nada, não, é só comissão.*

Mesmo após explicarmos o objetivo e os motivos do encontro, o que dissemos não ficou suficientemente claro, tanto que fomos interrogados e alertados pelos adolescentes. O “jeito difícil” de falar não se limita a nós – os mediadores –, pois os jovens também usam alguns significantes que nos são desconhecidos. A utilização particular da linguagem feita por eles cria um espaço privado e, em alguns momentos, protegido da nossa compreensão. Os fragmentos acima apontam para uma questão que diz respeito ao ato de se expressar, mas sobretudo à dificuldade de ser escutado. O não acolhimento da fala é uma metonímia de um processo que está para além das unidades, trata-se de uma reatualização da condição de desamparo e de privação vivida pelos adolescentes fora do sistema socioeducativo. Do lado de fora, eles fazem parte do grupo que historicamente é

silenciado, invisibilizado e desprovido de qualquer valor de fala. Nesse sentido, a equipe do socioeducativo torna-se mais um interlocutor que não ouve.

Diante desse cenário, “desembolar” não é mesmo tão fácil e simples quanto parece. Na gíria, “desembolar na ideia” é o mesmo que resolver pela palavra. O termo desembolar foi usado para nomear o que estávamos fazendo, mas também se aplica à operação de “desembaraçar”, “desfazer um bolô” que o sujeito adolescente realiza quando se depara com uma diversidade de respostas possíveis diante do impossível que é o surgimento de um real próprio da puberdade.

Uma das dificuldades encontradas pelo adolescente é o encontro com o Outro. Existe uma dificuldade de estabelecer laço. Cabe aqui recuperar, de forma breve, o conceito de *laço social*. Trata-se:

[...] da relação entre os seres humanos que se sustenta do discurso e, por meio dele, assume as modalidades de época e marcas de uma cultura determinada. [...] As relações são assim orientadas pelo discurso e se praticam com margens de liberdade variáveis, o que localiza o laço social enquanto o articulador dos macrocosmos social e do individual (Tizio, 2007, p. 2).

O mal-estar retratado anteriormente acontece em função do encontro dos adolescentes com a linguagem e com o Outro, não ficando restrito ao espaço das unidades. Trata-se de um problema que ocorre na interação, independentemente do lugar, o que não significa que deva ser ignorado. O encontro com o Outro é cheio de particularidades e limites, pois o “laço social é uma forma de fazer laço com o outro que conecta, e ao mesmo tempo separa, pois se sustenta sobre um vazio

que abrigará a causa do sujeito, sua singularidade” (Tizio, 2007, p. 2). Nessa medida, invariavelmente, todo trabalho institucional é vivido “no conflito, cheio de contradições” (Freire, 1989, p. 13).

**Jovem 2:** *Eles não acreditavam em mim. Eu tava falando que tava doente, com dor de garganta, aí eu tive que [fez uma cara demonstrando].*

**Mediador:** *Teve que o quê?*

**Jovem 2:** *Uai, aí eu xinguei, reclamei, não fui na aula, não saí, aí eles me levaram no posto e o médico disse que eu tinha sintoma. Aí depois deu que eu tava com covid.*

*[...] Eu, quando peguei covid, fiquei duas semanas isolado e não podia nem falar com ninguém e nem falar no telefone me deixaram. Tava todo mundo com medo de mim. Até água era difícil para eles me darem.*

Aqui, xingar, reclamar, não ir à aula surgem “como modo de saída ao impasse na relação com o Outro, ao que é experimentado a partir de um impossível de dizer” (Lacadée, 2018, p. 31). Essas ações são a manifestação do mal-estar, que surge a partir do encontro entre os jovens, a linguagem e o Outro. Falta ao adolescente repertório para traduzir em palavras aquilo que deseja e o que sente. E, em alguns momentos, também é comum que os profissionais não possuam habilidade para compreender e/ou manejar o cotidiano da instituição.

Segundo Miller, “no cerne de todo ato há um ‘Não!’ proferido em direção ao Outro” (Miller, 2014, p. 7). O autor faz uma distinção entre a passagem ao ato e o *acting out* que é importante. De forma breve, no *acting out* existe uma cena e o sujeito age nessa cena diante do Outro, existe a necessidade de um espectador – o Outro. Já na passagem ao

ato, não existe o espectador, não existe a cena e o sujeito se subtrai – ele está eventualmente morto (Miller, 2014).

As construções de Miller nos permitem compreender que, no caso apresentado, existe uma cena e um sujeito. Os adolescentes destinam suas ações aos profissionais da instituição com o objetivo de serem “levados a sério”, serem ouvidos. Essas são as saídas encontradas para assegurar que os profissionais entendam o que está sendo dito/solicitado. Talvez seja também uma forma de existir. Para Carla Capanema (2022), geralmente, os jovens em conflito com a lei revelam, com a repetição de suas ações, uma rotina do ato. Os atos são tentativas de inscrição, porém, sem intervenção, perdem a capacidade de produzir retificação subjetiva. O ato verdadeiro tem caráter de excepcionalidade e não de habitual (Capanema, 2022). Para Lacan ([1962-1963] 1997), o outro que o presencia precisa escutá-lo e interpretá-lo. À luz dessas construções, o que se revelou, por meio das falas, foi a natureza ordinária dos atos. Compreendemos que se trata de simples repetições, sem retificação subjetiva, uma vez que o posicionamento dos sujeitos não foi modificado. A sanção aplicada sem uma interpretação resolve o problema por uma sentença e banaliza o ato enquanto retira o seu sentido.

Ainda tomando o excerto anterior, compreendemos que o Jovem 2 está absorto na representação do “eu sou perigoso”. Os discursos sociais, internalizados e assimilados, tornaram-se um impeditivo para encontrar um lugar que não fosse o de alguém que provoca medo. Nesse caso, o adolescente imaginariamente provoca medo, de tal forma que a gravidade do vírus parece ficar em segundo plano, o “isolamento” é associado a ele: *“Tava todo mundo com medo de mim”*. Segundo Rosa (2010, p. 7), “a gravidade imaginária dos enunciados sociais pode ser um impeditivo para o posicionamento dos jovens”.

A população atendida pelo sistema socioeducativo é, majoritariamente, formada por negros(as), moradores(as) de periferia. Dos(as) jovens que ingressam no sistema, 78% deles(as) são negros(as), 55,41% se autodeclararam pardos(as), 22,97% se autodeclararam pretos(as) e 17,85% dos(as) adolescentes se autodeclararam brancos(as) (Minas Gerais, 2022). Eles carregam as marcas de uma história que precedeu sua inserção na sociedade (Dayrell, 1996). Apresentam uma trajetória construída a partir da família, do lugar social e das relações sociais em que estão inseridos. De acordo com Dayrell (2003), o nosso cotidiano é repleto de representações sobre a juventude (estado de transitoriedade, visão romantizada e período de crise) e representações criadas a partir de aspectos como classe social, etnia, religião e gênero, entre outros, que têm um impacto significativo na percepção dos jovens. Dessa forma, independentemente da circunstância de acautelamento, esses adolescentes estão mergulhados em representações que reforçam a marginalização (social, econômica, espacial) e reafirmam, de forma generalista, que eles “não são iguais”, “não têm valor”, “são perigosos”.

Convocado a saber sobre si mesmo, o sujeito “vê-se obrigado a substituir as formações coletivas das que se acha excluído por suas próprias formações sintomáticas” (Freud, 1921: 103). Na adolescência, o sujeito é instado a tomar uma posição discursiva, estabelecendo lugares para o seu desejo e gozo. Nessa operação psíquica, ele está às voltas com a construção de uma narrativa sobre sua origem, incluindo a alienação e a separação do campo do Outro, diz Poli (2003), construção nem individual, nem social, “pois as narrativas de origem podem ser abordadas tanto do lado da cultura (ou do Outro) como do lado do sujeito” (2003, p. 84) (Rosa, 2010, p. 5).

Pode-se dizer, então, que os adolescentes são chamados a localizar o seu lugar. Também, é nesse período que se dá a construção da identidade e da imagem a partir do Outro e dos objetos (bonés, colares, relógios, tênis da moda etc.). Contudo, “há resistências, presentes no jogo imaginário e simbólico, que se interpõem à entrada do adolescente e do jovem na cena social, considerando suas posições e seu potencial de transformação” (Rosa, 2010, p. 7). Pertencer a um grupo que vive em situação de vulnerabilidade social e que não “têm direito a voz, por [estar] num lugar no qual suas humanidades não foram reconhecidas” (Ribeiro, 2019, p. 74) é um dos motivos que dificultou a descrição dos seus direitos quando questionados.

**Jovem 4:** *Lá, respeitar, respeitar, e ficar calado.*

**Jovem 1:** *O direito que a gente mais tem lá é de ficar calado.*

**Jovem 4:** *Não dobrar a roupa de cama, não ir na escola, não fazer o para casa, falar alto...*

**Jovem 5:** *Depende do humor do agente, se ele tiver mais bravo é a comissão certa.*

**Jovem 6:** *Quer moleza, pula da tira.*

**Jovem 5:** *De rocha!*

**Mediadora:** *Eu não concordo. Pular da tira não pode ser a única opção. Acho que vocês mesmo estão mostrando que conversar é o melhor caminho. É direito! Vocês sabem o que é direito? Qual é a diferença entre direito e dever?*

**Jovem 3:** *Dever é o que tem que fazer. Direito é o que pode exigir.*

**Mediadora:** *Isso... isso mesmo. Então, quais seriam os direitos de vocês?*

**Jovem 7:** *Estudar, alimentação, essas coisas.*

**Jovem 2:** *Estudar, saúde, bolsa família, ir e vir.*

**Jovem 6:** *Liberdade, tratar bem, respeitar.*

**Jovem 4:** *A escola não é direito, é obrigação.*

**Jovem 5:** *É mesmo.*

**Jovem 1:** *Se não for para escola dá ruim.*

**Jovem 2:** *A gente faz qualquer coisa na escola, dá comissão.*

**Mediador:** *Pelo que estou entendendo, nem todos concordam com a educação ser um direito porque todos precisam ir para escola, mesmo sem querer. A escola é parte da medida. É isso? E como ficou a questão das aulas durante a pandemia?*

As falas ilustram um cenário complexo que promove cotidianamente um veto aos direitos básicos por meio da segregação e da violência simbólica que recai sobre os adolescentes em situação de acautelamento e de vulnerabilidade social. Fora das instituições, existe um funcionamento que decide quem importa e quem não importa, quem morre e quem deixa viver (Foucault, 1988) e quem pode ou não falar. Compreendemos o ato de falar como uma espécie de acordo entre quem fala e quem escuta, e o ouvir é uma “autorização em direção à/ao falante”, “alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida” (Kilomba, 2019, p. 42). Consideramos que “não deixar falar” significa que não há um profissional (além dos técnicos de referência) que os ouça. O silêncio, em outras palavras o direito de permanecer calado, que é uma prerrogativa prevista na Constituição, aqui se torna um dever.

Há uma relação importante entre o silêncio (aqui, comporta também a dimensão do não se sentir escutado) e as maneiras de disciplinar, porque a disciplina é uma forma de silenciar, de docilizar os corpos. Para o seu estabelecimento, recorre-se a vários procedimentos relacionados à organização e à arquitetura da instituição. Considerando o contexto dos sistemas socioeducativos, podemos afirmar que a rotina (horários das atividades, da escola, entre outros), o controle do

tempo (da televisão, do banho etc.) e a vigilância são utilizados a fim de criar a disciplina. As falas indicam que o processo de docilização acontece também via discursos.

Garantir a disciplina é uma maneira eficaz de manter o controle sobre o sujeito e suas ações. As relações de poder permeiam todas as interações. Entendemos o poder como uma estratégia, na qual existem relações sempre tensas e constantes (Foucault, 2003). Trata-se de

[...] admitir que esse poder exerce mais do que possui, que não é o “privilegio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito global das suas posições estratégicas – efeito que é manifestado e, por vezes, reafirmado pela posição dos que são dominados (Foucault, 2003, p. 45).

Nas unidades de internação socioeducativa, como em qualquer instituição, existem normas e costumes que regulam/controlam os adolescentes, os profissionais e as relações entre eles. As formulações foucaultianas nos permitem pensar que o poder sobre os adolescentes se dá pelo modo de administrá-los. Esse poder é exercido por meio de um exercício contínuo que amplia e/ou desenvolve uma lógica de funcionamento reforçada por todos.

As interações (discursivas ou não) entre adolescentes e equipe não se dão simplesmente por um jogo entre quem tem ou não tem o poder. Trata-se do estabelecimento das relações a partir de uma construção que precisa e passa pela participação dos jovens e de toda a comunidade socioeducativa para se sustentar.

Chama nossa atenção a frase “*quer moleza, pula da tira*”. Nela, a palavra “moleza” é associada à morte, um indício de que a vida

não possui valor, podendo ser tirada a qualquer momento. Como é possível conseguir moleza por um ato como “pular da tira”? Talvez, lançar-se à morte seja “moleza” em face da ausência de respostas ou em relação à necessidade que o sujeito adolescente tem em elaborar “um sintoma que vem, então, para ele, como uma resposta possível a esse real impossível de circunscrever, que é a ausência da relação sexual” (Stevens, 2004, p. 30).

“Pular da tira” significa (re)tirar(-se) (d)a vida, sair dali. Diante da dificuldade de ser ouvido, ou melhor, mediante a impossibilidade de tratar a angústia pela palavra, “atirar-se” se torna uma opção para “tirar” o sofrimento. Diante dessa possibilidade, o socioeducativo se parece com uma sala de espera para uma morte anunciada. Ao verbalizar, os jovens reforçam que “falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (Ribeiro, 2019, p. 64).

A covid-19 retirou de muitos o direito de existir. A população mundial foi impactada e exposta ao risco pela pandemia. Isso ajudou a aprimorar os mecanismos de controle social diante dos efeitos da infecção pelo vírus. Na tentativa de controlar a epidemia, as medidas mais recomendadas pelos órgãos de saúde foram o confinamento e o isolamento social (Britto; Silva; Castilho, 2021). Para Britto, Silva e Castilho, essas medidas remetem à ideia central de Michel Foucault de que o corpo é o foco principal de toda política, com maneiras de controle e de restrição da liberdade impostas pelo Estado. Mesmo não havendo seletividade em relação aos que são expostos à infecção pelo vírus, os negros, pobres e periféricos são a maioria das vítimas da doença, conforme o boletim epidemiológico de Belo Horizonte (Britto; Silva; Castilho, 2021).

**Mediador:** *O que mais mudou durante esse período de pandemia, além do formato das aulas?*

**Jovem 4:** *As visitas.*

**Jovem 2:** *No começo, não tinha mais visita, não tinha videoconferência, a gente teve que desembolar lá.*

**Mediador:** *Não poder receber visita deve ter sido um procedimento em função da pandemia, não? Agora, quanto à videoconferência, vocês sabem por que não podiam fazer?*

**Jovem 3:** *Para a família vir visitar tava difícil, pelo desemprego, falta de renda.*

**Jovem 5:** *Lá na unidade a gente só pode fazer duas ligações por semana, uma de dez minutos, outra de oito.*

**Jovem 2:** *Na unidade a visita é cheia de coisa também... Todo mundo tem que entrar e sair junto. Minha avó, meu avô e minha esposa foram me visitar. Meu avô tinha que sair para tomar insulina, minha namorada ia passar mais um tempão comigo. Mas aí não deixaram e não fiquei nem vinte minutos com ela.*

**Mediador:** *Dentro das unidades, todos concordam que o que mais mudou foi a questão da escola e das visitas?*

**Jovem 1:** *Durante o almoço a gente não podia conversar.*

**Jovem 5:** *Não pode dividir alimento.*

**Mediador:** *Não entendi. Como é isso?*

**Jovem 6:** *Aí, você tem condição de ter acesso a algum alimento, né? E você não pode compartilhar com o camarada que não tem condição. Parece que é coisa de regimento interno, não pode compartilhar nada. Mesmo se você não for comer mais, eles jogam no lixo, mas não deixam você dar pro outro.*

**Jovem 2:** *Agora é só dois adolescente por alojamento.*

**Mediador:** *E para quem estava fora o que mais mudou com a pandemia?*

**Jovem 6:** *Parou com os bailes.*

**Jovem 2:** *Aumentou a gasolina, desemprego. Só a minha família usava máscara, eu não usava nada.*

**Jovem 3:** *As coisas ficaram difíceis em casa.*

O imperativo “Use máscaras”, amplamente divulgado, supõe que todos os indivíduos precisam usar máscaras e que todos as possuem. Mas, infelizmente, as mídias mostraram relatos de médicos(as) e enfermeiros(as) que trabalharam sem equipamentos adequados. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) divulgou, em 16 de julho de 2020, que refugiados da Venezuela que viviam em ocupações informais em Roraima receberam *kits* contendo produtos de higiene. O título já expressava o motivo: “As pessoas aqui não têm dinheiro para comprar itens de higiene” (Unicef, 2020). Para o Jovem 2, a não utilização de máscara parece ter sido uma opção, o que compreendemos como uma conduta de risco. O jovem optou por um comportamento em que há uma possibilidade não descuidada de se machucar ou morrer, de causar danos ao seu futuro ou à saúde.

Embora o vírus não tenha escolhido quem iria infectar, ele serviu como uma forma contemporânea de “subjugar a vida ao poder da morte”. Os efeitos que apareceram foram: a interrupção dos bailes, o aumento de gasolina, o desemprego e mudanças no manejo institucional. Além disso, a (i)mobilidade – não ter ou diminuir o tempo da visita, paralisação dos bailes – também se fez presente nos depoimentos. O controle

[...] da pandemia é um excelente exemplo, o que temos é uma “biopolítica por meio da mobilidade” (Foucault, 1988). De fato, como somos constantemente, às vezes dolorosamente lembrados, a biopolítica também é uma questão

de governar a mobilidade – e a imobilidade (Britto; Silva; Castilho, 2021, p. 236).

Mesmo sem observar aspectos sociais ou culturais para a infecção, a disseminação do vírus mostrou estar relacionada a eles. A “gestão política evidencia a produção de vidas mais matáveis que outras e os efeitos dessa necropolítica” (Britto; Silva; Castilho, 2021, p. 236). Basta notar que o isolamento social, medida de proteção, não era uma possibilidade viável para indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade porque *“as coisas ficaram difíceis em casa”*.

## **Do discurso social ao campo da fantasia: as duas dimensões do racismo**

Se, em um primeiro momento trabalhamos as questões do racismo levando em consideração os aspectos do campo da política, neste segundo momento apresentaremos outro olhar sobre o racismo que estaria no campo da fantasia. Neste caso, vamos expor as fantasias de alguns agentes socioeducativos e, a partir daí, a psicanálise poderá trazer maior contribuição.

A fantasia é um conceito psicanalítico que se iniciou em Freud e tem muitos desdobramentos na obra de Lacan. Com Freud, sabemos que as fantasias podem se manifestar de maneira consciente ou inconsciente (Freud, [1908] 1995). No nosso trabalho com os agentes socioeducativos, percebemos falas racistas de alguns profissionais, que, às vezes, não percebem o que estão falando (fantasias inconscientes), ou, às vezes, percebem (fantasias conscientes), por exemplo: *“tinha que ser preto para fazer aquilo que fez”*, fala de um agente em

uma roda de conversa com o psicanalista. Esta fala foi interpretada pelo psicanalista e isso produziu um constrangimento no agente.

Queremos aqui trazer algumas outras falas dos agentes socioeducativos que podem estar no campo do que nomeamos de fantasias racistas. Entendemos que estas são fantasias racistas, uma vez que nossa escuta é uma escuta de orientação psicanalítica, e a dimensão da fantasia está em jogo nas falas desses sujeitos. Sabemos que por trás da fantasia inconsciente há a pulsão e a sua necessidade de satisfação (Freud, 1995). No nosso trabalho com os agentes, escutamos frases como: “*aquele neguinho não vai achar que vai passar batido*”. Essas fantasias racistas vêm encobrir o real da pulsão que pode se manifestar a partir do sadismo, da agressividade ou de outras manifestações pulsionais.

Com a psicanálise, podemos fazer a seguinte formulação: a fantasia fornece uma estrutura que permite que os sujeitos obtenham um tipo de satisfação a partir do Outro. As falas racistas se manifestam como a fantasia racista em ato. Nesse caso, entendemos que se existe discriminação no campo social que se reproduz a partir da lógica do biopoder e do racismo, podemos também inferir que alguns profissionais que trabalham na socioeducação são sujeitos racistas que transmitem em ato suas *fantasias raciais*. Isso quer dizer que, com a fantasia, o objeto pode ser capturado na esfera social e na cadeia significativa (no Outro), produzindo uma forma de satisfação para o sujeito (sadismo e/ou agressividade, por exemplo). Mesmo que a fantasia mostre o sujeito privado do objeto, ele, no entanto, descreve o objeto como possível no campo da fantasia.

A partir de Lacan ([1975-1976] 2007), sabemos que a fantasia não apenas torna o impossível possível, pois ela é uma forma de véu sobre o

impossível do Real. Ela o faz, ironicamente, colocando uma barreira entre o sujeito e seu objeto, para ele não ser tomado por um gozo inominável que pode produzir um efeito de devastação no sujeito, mas no caso de alguns agentes do socioeducativo, a fantasia racista ecoa no discurso social do biopoder. Para Lacan ([1957-1958] 1999), a fantasia se apresenta na relação entre o sujeito barrado e a punção do objeto *a*:  $\$ \diamond a$ .

Temos aqui, em ( $\$ \diamond a$ ), o correspondente e o suporte do desejo, o ponto em que ele se fixa em seu objeto, o qual, muito longe de ser natural, é sempre constituído por uma certa posição do sujeito em relação ao Outro. É com a ajuda dessa relação fantasística que o homem se encontra e situa seu desejo. Daí a importância das fantasias (Lacan, 1999, p. 455).

O objeto de fantasia é possível apenas enquanto é uma das maneiras de tocar o impossível do Real (Lacan, [1966-1967] 2017). Aqui, é importante evocar a fala de um agente que disse: “às vezes dá vontade de dar uns tapas nestes neguinhos [risos]”. Como psicanalistas, pontuamos essa fala e os risos do agente, e ele se esquivou dizendo ser uma brincadeira. Pela esquivia percebe-se a ação do recalque na fala do agente. A ação do psicanalista com os agentes socioeducativos, em rodas de conversas, busca inibir, recalcar ou deslocar as fantasias.

Entendemos essas falas como fantasias racistas. Sabemos que a tarefa fundamental da fantasia é transformar uma satisfação impossível, que ninguém poderia alcançar, em uma satisfação proibida, que se torna inatingível devido ao seu objeto.

A fantasia define o sujeito mediante o Outro racial que o ameaça, dando ao sujeito um *status* secundário e insignificante, impedindo-o

de desfrutar do objeto, que é monopolizado dentro da estrutura para o sujeito da fantasia. Esse outro goza no lugar do sujeito, provocando um gozo sádico ou de não reconhecimento pela raça, produzindo uma satisfação de gozo para essa fantasia racista. A fantasia é uma cena inconsciente que se apresenta em ato como discurso racista. Não basta para o psicanalista não ser racista, ele deve ser antirracista.

Nesse sentido, toda cena fantasiada é uma cena inconsciente que busca possuir o outro ou ser possuído por ele, a partir de uma gramática cujo roteiro pode se colocar de maneira passiva, reflexiva ou ativa. A fantasia apresenta em ato os desejos sexuais ou agressivos, isto é, aqueles que buscam o prazer de abraçar o corpo do outro ou de lhe fazer mal. No roteiro da cena fantasiada racista, o psicanalista deve agir visando silenciar esse gozo da pulsão racista, ou interpretá-la para ver que tipo de gozo pulsional está por trás dessa satisfação.

A fantasia racista produz um corte radical no Outro que fornece a base para o que vemos como diferença. Ela atribui prazer absoluto ao Outro racial criando uma situação de dominação com um misto de erotismo e agressividade, como se o sujeito fantasiado fosse objeto de uma “brincadeira racista” em que a cena racista pode ser reproduzida no corpo do adolescente que cumpre medida socioeducativa legitimada por uma política do biopoder, encontrando forças pulsionais no campo fantasmático. Para Lacan ([1962] 1998), em seu conhecido texto “Kant com Sade”, há uma proposta de pensar uma inversão do matema da fantasia, localizando o carrasco da cena sadiana como uma forma de gozo – o fetiche negro. A fantasia está ligada a essa experiência, a fazer homogeneidade entre a pulsão e o campo do Outro ou o corpo do outro; apresentando uma experiência de atingir o campo do outro na esfera social, e que se manifesta como um ato racista.

## **Considerações finais**

É importante salientar que as reflexões apresentadas discorrem sobre uma pequena parte das interações vividas em algumas unidades de internação socioeducativa. Dito isso, a intervenção permitiu compreender que, como em qualquer outra instituição, no socioeducativo existem estruturas que interagem e interferem na relação entre os adolescentes e os profissionais da instituição. Apesar de parecer óbvio, todos os envolvidos participam de um processo interacional complexo, repleto de particularidades, que institui uma lógica de poder que guia as interações. Poder este que se obtém ao administrar os jovens por um exercício constante que amplia e/ou desenvolve uma lógica de funcionamento.

O que se observou foi que uma das dificuldades encontradas pelo adolescente é o encontro com o Outro. Essa questão diz respeito ao mal-estar gerado pelo encontro dos adolescentes com a linguagem e com o Outro, e as atuações dos adolescentes surgem como respostas à angústia e às interações.

Além disso, as falas nos permitiram apresentar considerações importantes sobre a forma como a lógica de poder se afirma nas instituições de socioeducação. Assim, partir da ideia de biopoder e das fantasias racistas de alguns dos profissionais do sistema socioeducativo, aprofundamos a compreensão de como o discurso racista e violento é assimilado pelos adolescentes.

## Referências

BRITTO, Ana Luisa Sanders; SILVA, Marcela Dantas dos Santos; CASTILHO, Pedro Teixeira. Estudo de uma intervenção remota com adolescentes em situação de vulnerabilidade na pandemia do COVID-19. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 233-251, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/178660>. Acesso em: 4 abr. 2024.

CAPANEMA, Carla. A responsabilização do adolescente um exemplo do tratamento do ato. In: PRIMEIRO CICLO DE DEBATES BRASIL/FRANÇA: O CORPO E SEUS EXCESSOS – DESAFIOS PSICOPATOLÓGICOS, 1., 8 nov. 2022, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG; PUC Minas; Universite Rennes 2, 2022.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Conanda). Comissão organizadora da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Documento orientador**. Brasília: Conanda, 2022. Disponível em: [https://www.12cndca.org/\\_files/ugd/3ccff0\\_f6fd299fcaeb465fadf11761460b1012.pdf](https://www.12cndca.org/_files/ugd/3ccff0_f6fd299fcaeb465fadf11761460b1012.pdf). Acesso em: 1 nov. 2022.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. p. 136-162.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, set./out./nov./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 ago. 2021.

FERREIRA, Tânia. Pesquisa em psicanálise: a conversação e a entrevista clínica como ofertas de palavra – a aposta na invenção subjetiva. In: FERREIRA, Tânia; VORCARO, Angela (org.). **Pesquisa e psicanálise: do campo à escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FREUD, Sigmund. Fantasias históricas e sua relação com a bissexualidade. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, [1908] 1995.

FREIRE, Paulo. **Educadores de rua: uma abordagem crítica; alternativas de atendimento a meninos de rua**. Rio de Janeiro: Unicef, 1989.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (Unicef). “As pessoas aqui não têm dinheiro para comprar itens de higiene”. **Unicef Brasil**, [s. l.], 16 jul. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historias/pessoas-aqui-nao-tem-dinheiro-para-comprar-itens-de-higiene>. Acesso em: 4 abr. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACADÉE, Philippe. O que acontece aos quase 17 anos? *In*: GRECO, Musso (org.). **Fazer Caput**. Belo Horizonte: Coleção Redeverso, 2018. p. 27-33.

LACAN, Jacques. **O seminário**: a angústia. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, [1962-1963] 1997.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 23**: o sinthoma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1975-1976] 2007.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 5**: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1957-1958] 1999.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 14**: a lógica da fantasia. Recife: Centro de Estudos Freudianos de Recife, [1966-1967] 2017.

LACAN, Jacques. Kant com Sade. *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1962] 1998. p. 776-803.

MILLER, Jacques-Alain. Problemas de pareja, cinco modelos. *In*: MILLER, Jacques-Alain. **La pareja y el amor**: conversaciones clinicas com Jacques Alain-Miller em Barcelona. Barcelona: Eólia, 2003.

MILLER, Jacques-Alain. Jacques Lacan: observações sobre seu conceito de passagem ao ato. **Opção Lacaniana Online**, [s. l.], v. 5, p. 13, 2014. Disponível em: [http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero\\_13/Passagem\\_ao\\_ato.pdf](http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_13/Passagem_ao_ato.pdf). Acesso em: 1 nov. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). **Programa de atendimento socioeducativo do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Sejusp, 2022. Disponível em: [https://www.seguranca.mg.gov.br/images/0\\_planilhas-e-pdfs/asecretaria/Documentos/programa\\_atendimento\\_socioeducativo\\_de\\_minas\\_gerais.pdf](https://www.seguranca.mg.gov.br/images/0_planilhas-e-pdfs/asecretaria/Documentos/programa_atendimento_socioeducativo_de_minas_gerais.pdf). Acesso em: 20 jan. 2024.

MIRANDA, Margarete Pereira; VASCONCELOS, Renata Nunes; SANTIAGO, Ana Lydia Bezerra. Pesquisa em psicanálise e educação: a conversação como metodologia de pesquisa. *In: PSICANÁLISE, EDUCAÇÃO E TRANSMISSÃO*, 6., 2006, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: LEPSI.FE, 2006. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032006000100060&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032006000100060&script=sci_arttext). Acesso em: 27 jun. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

ROSA, Miriam Debieux. O jovem e o adolescente na cena social: a relação identificação, ato e inserção no grupo social. *In: POLÍTICAS PÚBLICAS EM DEBATE: CICLO DE SEMINÁRIOS*, 2010. **Anais eletrônicos** [...]. Belo Horizonte: Fundap, 2010. Disponível em: <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2013/04/o-jovem-e-o-adolescente-na-cena-social.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

STEVENS, Alexandre. Adolescência, sintoma da puberdade. **Curinga**, Ouro Preto, n. 20, p. 27-39, 2004.

TIZIO, Hebe. Novas modalidades do laço social. **asephallus**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 32-37, 2007. Disponível em: [http://www.isepol.com/asephallus/numero\\_04/pdf/artigo\\_03.pdf](http://www.isepol.com/asephallus/numero_04/pdf/artigo_03.pdf). Acesso em: 20 out. 2022.

**Intersetorialidade: desafios da  
articulação entre as políticas sociais  
na atenção ao adolescente**

Ana Cláudia Castello Branco Rena

## **Introdução**

No dia 2 de junho de 2022 completaram-se dois anos da morte de Miguel, o menino anjo. Naquele dia, por meio da grande imprensa, assistimos estarecidos às imagens de uma criança de 5 anos que adentra sozinha o elevador, mas encaminhada por uma mulher. Ela, a mulher, dá o comando no painel do elevador de um prédio de luxo na cidade do Recife, a porta se fecha e Miguel segue para seu destino trágico! Destino!? Seria possível evitar o pior? Aqui, em substituição ao termo destino, talvez seja melhor a expressão “tragédia anunciada”, para ele, Miguel, e tantas outras crianças, mães e famílias brasileiras.

Mirtes Santana, mãe de Miguel, também cumpria cotidianamente o destino de milhares de mulheres negras em nosso país, trabalhando como doméstica para sustentar sozinha o filho pequeno. Sua condição de desamparo a impedia de se afastar do trabalho durante a pandemia, seja para se proteger do vírus, seja para cuidar do filho, sem escola naquele momento de confinamento e fechamento dos estabelecimentos de ensino.

Ao refletir sobre os desafios da articulação entre as políticas sociais, em particular entre a saúde e a assistência social, ocorreu-me a história de Miguel. Talvez pela forma trágica com que ele nos deixou ou, talvez, porque esse caso “corta fundo e rente” sempre que colocamos

sob perspectiva as pessoas para as quais se justifica a construção e a consolidação da ideia de bem-estar social e de um Estado garantidor de proteção e de promoção de direitos. Tal concepção de Estado, por meio de seu gigantesco aparato que nomeamos por políticas públicas, afasta-se da origem histórica de gestor da miséria para fazer um contraponto ao desamparo social, através do direito estabelecido em nossa Constituição.

Destaco aqui que, para Freud ([1899] 1976), o desamparo faz parte da condição inerente ao ser humano, sendo justamente essa condição de fragilidade do homem que o coloca na dependência de outro, tornando imprescindíveis as relações humanas e, com isso, a necessária negociação entre os envolvidos sobre os limites da liberdade de cada um. Esse é um dos princípios do laço social, no qual abrimos mão de responder prontamente às nossas exigências pulsionais em troca de proteção, afeto e pertencimento. No entanto, em alguns casos, essa conta não fecha, e o que se vê é que o pacto não se cumpre para todos, e, ainda que o desamparo freudiano não se limite ao laço social e seja constitutivo da subjetividade, a experiência de desumanização pode se aprofundar.

Não podemos afirmar a quais políticas sociais teve acesso a pequena família de dois amores – uma mulher e seu filho –, mas, com certeza, profissionais como nós, técnicos e trabalhadores da assistência social, da saúde e da educação, em algum momento cruzaram o caminho de Mirtes. Contudo, esses trabalhadores se alinham do lado de cá do que faz fronteira com a morte; profissionais que se engajam ao lado das famílias em suas lutas cotidianas pela vida e pela sobrevivência. Isso nos mostra que, mesmo estando em frentes diversas de trabalho, temos uma pauta em comum a enfrentar: o racismo e a desigualdade estruturais, ainda que alguns de nós não se deem conta disso.

Segundo a pesquisadora Miriam Debieux Rosa (Aula inaugural – Qual é o lugar da saúde mental nas políticas de permanência?, 2022), a desigualdade social, o racismo e a violência estrutural presentes na sociedade brasileira estariam determinados por irrefutáveis marcadores sociais como classe, raça e gênero. Estes marcadores sociais cotidianamente naturalizados e preservados pela precarização de acesso aos direitos, à educação, à saúde e à moradia são formas de produção ativa do sofrimento sociopolítico por meio do silenciamento e da invisibilidade. Toda essa arquitetura da segregação para a dominação (Federici, 2019) está baseada em processos históricos de submissão, exploração e humilhação, e, nesse sentido, em uma sociedade que se pretende democrática, cabe a nós reconhecer a necessidade de enfrentamento desses processos enquanto responsabilidade de todos (Aula inaugural – Qual é o lugar da saúde mental nas políticas de permanência?, 2022).

Nessa perspectiva, e a partir do pensamento complexo como paradigma de análise para os fenômenos sociais de nossa época, passamos a considerar as ponderações de Edgar Morin para quem “é preciso reagrupar os saberes para buscar a compreensão do universo” (Morin, 1998 *apud* Silva Júnior, 1998, p. 5). Com pretensões bem mais tímidas e realistas, devemos admitir que, isolados em nossos postos de trabalho, na nossa clínica cotidiana, na academia, em nossos métodos e modelos, em nossos sistemas de gestão e organização, às vezes perdemos a noção do todo. Mesmo o sujeito, esse universo particular, que se coloca diante dos operadores das políticas públicas, pode parecer, por vezes, desfocado, opaco e refratário às nossas intervenções. Afinal, ninguém mais tem a ilusão de que qualquer campo teórico ou filosófico seja capaz de abranger a realidade humana e a ela responder em suas diversas demandas, assim como, entre nós, atores das políticas sociais, a intersetorialidade vai se tornando uma

condição, uma exigência, na mesma medida em que admitimos as limitações de nossas especialidades e de nossos campos de atuação.

Discutir a possibilidade de um modo de pensar capaz de responder ao desafio da complexidade nos ajuda a abordar a intersetorialidade desde um pressuposto filosófico, dando consistência epistemológica ao que já é da prática de muitos técnicos e analistas em suas “clínicas de borda” (Andrade; Birman, 2022; Broid, 2018). Morin nos coloca diante do maior de todos os desafios, a compreensão de “nossa comunidade de destinos”, ou seja, de como nossas escolhas individuais ou mesmo enquanto equipes, setores, departamentos ou sociedade impactam toda uma coletividade, impactam a humanidade, “por isso a coletividade é tão importante. Diante das batalhas cotidianas, estaremos juntos nas vitórias e nas derrotas” (Morin, 1998 *apud* Silva Júnior, 1998, p. 5). Parafraseando o autor em uma perspectiva bastante otimista, diante das batalhas cotidianas que alinham no campo acadêmico analistas, usuários, trabalhadores e gestores de todas as pastas (ou setores), bem como pesquisadores, professores, extensionistas, coordenadores, entre outros, estaremos juntos para celebrar os avanços ou lidar com o que ainda nos interroga e nos desterritorializa.

Essa maneira de olhar o mundo à nossa volta, evitando as simplificações, é um exercício epistêmico, mas também de uma prática cotidiana, pois é no cotidiano que o sujeito experimenta sua identidade no mundo e recolhe dele suas diversas possibilidades de fazer laço. Assim sendo, elementos como criatividade e inventividade, ou mesmo a contingência, podem potencializar os planos de intervenção em um processo em que a transdisciplinaridade faz parte da construção/desconstrução, organização/desorganização. Não se trata de prescindir da ordem, da busca da clareza e de algum nível de

pragmatismo, mas, antes, de colocar em perspectiva o que, do âmbito da contingência, do acaso e do imponderável, pode surgir como oportunidade para a construção de saídas e de soluções singulares em que o sujeito se reconheça e se implique. Ampliando a noção de Morin, Nicolescu, o mais destacado teórico da transdisciplinaridade, afirma que “entre as duas extremidades do bastão – [ou seja, entre a] simplicidade e complexidade –, falta o terceiro incluído: o próprio indivíduo” (Nicolescu, 1999, p. 14).

A *transdisciplinaridade*, um conceito piagetiano aprofundado por Basarab Nicolescu (1999), aponta para a necessidade de ultrapassarmos as relações interdisciplinares em direção à construção de uma prática transdisciplinar que propõe uma nova posição dos homens em relação aos outros homens e à natureza (Moreira *et al.*, 2019). Essa abordagem

[segundo] Silva (2007), [...] estabelece como alvo crítico o processo de fragmentação do conhecimento, as falsas dualidades “sujeito/objeto, subjetividade/objetividade [...] com o reconhecimento da existência de complexas pluralidades no mundo da vida” (p. 138) (Moreira *et al.* 2019, p. 332).

Ainda conforme Moreira e demais autores,

[...] para além do necessário e desafiador diálogo interdisciplinar que articule os vários saberes, a transdisciplinaridade nos convoca a incluir o saber do sujeito [...], alçando-o do lugar de “objeto de estudos” ao de sujeito do próprio saber. Isso significa reconhecer que o sujeito tem um saber não formal sobre si e sobre sua realidade, que deve compor, em diálogo com as demais disciplinas, o conhecimento

[técnico] científico [...]. A prática “trans” também pressupõe transformação da realidade, transformação essa que exige a perspectiva dos que estão diretamente envolvidos (Moreira *et al.*, 2019, p. 342).

A partir dessa perspectiva e alinhados ao pensamento psicanalítico, compreendemos com Vieira (2019) que esse “terceiro incluído” corresponde ao sujeito do inconsciente e, ainda que seja uma criança ou adolescente, é “responsável por sua demanda e por seu sintoma” bem como é o maior interessado pela construção de saídas a partir de seu saber (Vieira, 2019, p. 145). Dessa forma, a intersetorialidade, se tomada pelo ponto de vista da transdisciplinaridade, torna-se ainda mais desafiadora na medida em que deverá incluir o saber singular do sujeito.

## **A intersetorialidade**

O pensamento dos autores com os quais trabalhamos neste estudo, e que retoma os conceitos de *paradigma da complexidade* e de *transdisciplinaridade*, parece convergir e oferecer argumentos importantes para o debate sobre a *intersetorialidade*, conceito que acolhe os limites, as possibilidades e os desafios da articulação entre setores públicos, como a assistência social e a saúde, e destes setores com instituições e entidades civis, como organizações do movimento social e as instituições de ensino superior. Sabemos que no cotidiano dos serviços públicos são muitos os desafios que se impõem ao exercício da interdisciplinaridade, dificuldades que se estendem à articulação com atores externos e que expõem a nossa inabilidade, ora em dialogar, ora em colocar em prática projetos comuns. Essa dificuldade em dialogar pode ser da ordem da estrutura metodológica que formaliza

uma cultura técnica de especialistas, quando, por exemplo, existe um acordo tácito que estabelece que cada caso possui um dono – seja ele um técnico, serviço ou setor da sociedade, como as academias ou as organizações civis –, ou mesmo pela disputa de narrativas entre as especialidades, onde “profissionais reforçam a hierarquia entre profissionais, construídas como condições desiguais de trabalho” (Batista, 2015, p. 41). Contudo, não vamos aqui elencar os fatores, que são inúmeros, mas, antes, trilhamos um caminho mais propositivo, no sentido de pensar alternativas, sendo a intersetorialidade a que melhor responde a esse desafio.

Todavia, cabe destacar que muito antes de os teóricos se ocuparem da formulação desse conceito ele já vinha sendo experimentado na prática profissional e na condução dos casos pelos técnicos nos serviços públicos. A intersetorialidade que nasce da prática do trabalho em rede, muitas vezes sem ser nomeada, de maneira tímida, pontual e intermitente, já era compreendida como recurso do qual se fazia uso a partir de um certo cálculo e por exigência da realidade do usuário. Por vezes, essa realidade extrapola o organograma institucional, transborda as complexas plataformas digitais higienizadas e dá de ombros para as caixinhas nas quais fragmentamos o usuário na ilusão de melhor compreendê-lo. Portanto, são os sujeitos e suas famílias que nos empurram para práticas mais inventivas e integrativas. Nesse sentido, a intersetorialidade é um campo promissor por reunir experiências, conhecimentos técnico-científicos e saberes consolidados (inclusive os tradicionais) sob os mais diversos olhares.

Essa ferramenta passou a ser de interesse de diversos campos sociais preocupados com a real qualificação das políticas setoriais em função de sua proposição, que, além de articular as instituições governamentais entre si, articula estas com a sociedade civil. No entanto,

essa estratégia parece apresentar alguns desafios se confrontada com as práticas tradicionais de gestão e execução baseadas em uma compreensão fragmentada da oferta de serviços, “sobretudo se considerarmos a cultura clientelista e localista que ainda vigora na administração pública” (Nascimento, 2010, p. 96).

Assim, os campos teóricos que se interessam pela discussão da inter-setorialidade reconhecem nesse debate a importância que ela tem para as políticas públicas, ainda que admitindo uma forte hierarquização entre as políticas setoriais, nesse caso as econômicas, sociais e de desenvolvimento urbano. Dessa maneira, como nos apontam as autoras Koga (2013) e Nascimento (2010), existe a sobreposição da política econômica e das exigências do mercado em relação às políticas sociais. Esse fenômeno é facilmente identificável, tanto nos casos da saúde e da educação – pela mercantilização dos serviços previstos na Constituição Federal como obrigação do Estado, que cresce na proporção inversa do desinvestimento estatal – quanto no alto investimento público em urbanização – orientado pelos interesses econômicos específicos das empreiteiras de obras públicas.

Portanto, a disputa entre narrativas, saberes e conhecimentos que se estabelece na arena política envolvendo todos os setores garante maior ou menor volume de recursos, o que, como sabemos, impacta diretamente a atividade dos trabalhadores e dos serviços. “Essas formulações nos levam a considerar que há uma hierarquia de poder no âmbito das políticas públicas em que se destacam as políticas macroeconômicas” (Nascimento, 2010, p. 98), o que implica um embate na arena política pelos setores que concorrem entre si por recursos públicos.

A intersectorialidade não se apresenta como uma arquitetura que se opõe ou mesmo substitui o modelo setorial. Ela é concebida como uma estratégia de potencialização das políticas públicas e, sempre que possível, devemos fazer a defesa de que essa ferramenta seja pautada pelas políticas sociais, nos territórios e em diálogo com os cidadãos, com outras instituições e com coletivos da sociedade. A intersectorialidade deve, dessa maneira, refletir uma prática que privilegie “a integração de saberes e experiências” (Nascimento, 2010, p. 99) em detrimento do isolamento dos setores em análises e formulações fragmentadas e atomizadas de uma realidade complexa, diversa e muitas vezes contraditória.

Na perspectiva da pesquisadora Aldaíza Sposati (2006 *apud* Nascimento, 2010), a intersectorialidade viria como uma espécie de correção de rumos ou, ainda, como adequação do que já está em andamento no modelo setorial,

[...] corretiva de irracionalidades entre pessoal, funções ou gastos sobrepostos, pois é um mecanismo racionalizador da ação porque é uma estratégia de gestão institucional que busca trazer mais qualidade por permitir ultrapassar limites que ocorreriam na abordagem somente setorial (Sposati, 2006 *apud* Nascimento, 2010, p. 101).

Nesse sentido, a intersectorialidade deve assumir um caráter de diretriz na gestão e não um modelo solto, desconectado de uma estrutura de gestão.

Em qualquer modelo institucional, mas em particular no que se pratica no poder público, é necessário que haja um engajamento dos gestores e uma defesa da intersectorialidade para que ela chegue na

ponta como uma orientação oficial a ser aplicada em toda a extensão do setor, serviço ou departamento. Isso significa adotar uma concepção que perpassasse transversalmente o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação na prestação de serviços, bem como a formação continuada do corpo técnico e dos gestores, alterando de maneira significativa a articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses (Junqueira, 2016).

Para Koga (2002 *apud* Nascimento, 2010, p. 101), a conjugação de várias ações de diferentes secretarias não é o que configurará a intersetorialidade; essa importante observação demonstra que a intersetorialidade implica uma ação coletiva em que o problema será construído a partir da visão de muitos e que a intervenção deverá refletir, em alguma medida, o ponto de vista de cada ator, além de contemplar as contribuições de cada setor. Não se trata de um ajuntamento de propostas setorializadas, mas de uma intervenção calculada com a participação de todos, a partir de uma perspectiva integral do problema.

Sob uma concepção mais sociológica e fazendo uso da teoria da complexidade, Bronzo (2010) acrescenta que a noção de problemas complexos surge na década de 1970, em resposta a uma visão tecnicista e/ou excessivamente burocrática. Essa visão simplificada apontava soluções paliativas e pouco efetivas para problemas e fenômenos sociais caracterizados por serem abertos e com inúmeras possibilidades de abordagem a partir de diversas perspectivas teóricas, aprofundando, portanto, a disputa de narrativas. Segundo a pesquisadora,

A complexidade de um problema decorre da natureza do problema em si, mas também das interações entre os atores envolvidos. Em problemas muitos complexos nem o

problema nem a solução são claros, e existem atores com interesses e visões distintas sobre o fenômeno (Glossário das desigualdades, 2020, 1 min 28 s).

O que é que tais problemas ou fenômenos têm em comum? São problemas cujas causas são múltiplas, sendo difícil atacar o problema de forma linear ou setorial. Uma primeira aproximação para o enfrentamento de tais fenômenos consiste em percebê-los de forma integral (Glossário das desigualdades, 2020, 2 min 07 s).

Considerando esse olhar de Bronzo (Glossário das desigualdades, 2020), uma perspectiva integral do problema pressupõe uma reelaboração dos fins das políticas públicas em seu sentido e função ou objetivos; demanda também a construção de uma visão sobre o problema, suas possíveis abordagens e os níveis de intervenção que seja compartilhada entre os diferentes atores e setores envolvidos. Esse seria o princípio de um alinhamento entre diferentes setores implicados na compreensão de um determinado problema e suas múltiplas causalidades e expressões, para uma maior aproximação e recorte ou delineamento do problema.

Em uma definição mais precisa, a pesquisadora afirma que “a inter-setorialidade consiste em uma estratégia de gestão necessária para dar materialidade à visão integral de um problema” (Glossário das desigualdades, 2020, 2 min 46 s). Ou seja, a intersetorialidade operacionaliza o que já foi estabelecido a partir de uma visão integral do fenômeno. A essa perspectiva, com ênfase na gestão, outros autores acrescentam a atividade técnica, mas sempre em consonância “com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando a um efeito sinérgico” (Junqueira; Inojosa; Komatsu,

1997, p. 24). Por isso, torna-se preponderante a formação de uma cultura intersetorial que permeie todo o sistema em todas as esferas de governo. Desse modo, a adoção de uma lógica intersetorial nos processos de gestão depende também da vontade política de cada dirigente (Batista, 2015).

No campo da atividade técnica, colocar setores diferentes em diálogo também pode ser compreendido como uma ação intersetorial e que corresponde a diversos dispositivos, institucionalizados ou não, com envolvimento efetivo das equipes (como construção de caso clínico, ou caso social, fóruns intersetoriais, articulação em rede, entre outros). Mas também há iniciativas isoladas entre técnicos de setores distintos, orientados pelas possibilidades construídas com os sujeitos e suas famílias. Esses dois modelos são nomeados por Sposati (2006) como “ascendente”, quando a concepção intersetorial é aplicada na base da gestão perpassando todos os seus níveis, e “descendente”, quando a intersetorialidade é utilizada como ferramenta eventual para atender a um objetivo específico, uma meta.

Para Batista, sem prejuízo para a ação intersetorial no nível técnico, a intersetorialidade

[...] deve transcender as ações articuladas entre as políticas sociais. Seu significado não pode estar atrelado apenas à articulação de saberes e práticas intersetoriais baseadas na comunicação/acordos entre os profissionais (Batista, 2015, p. 116).

A lógica intersetorial articulada à transdisciplinaridade também pressupõe que toda demanda é legítima e que poderá ser absorvida por mais de um serviço, mas deve ser compartilhada em formas

inventivas de implicação e responsabilidade. Essa perspectiva tem efeitos para o sujeito e para a municipalidade, que consolida o trabalho em equipe e a “permanente construção de rede, mantendo abertos os canais de diálogo com os outros recursos do território (lugar psicossocial)” (Vieira, 2019, p. 148), lugar de efervescência onde cada sujeito constrói saídas com amplo conhecimento das possibilidades e limites.

### **Assistência social e saúde: ligadas pelo cordão umbilical da intersetorialidade**

O reconhecimento da intersetorialidade numa perspectiva mais institucional e de gestão pode ser localizado nas normativas das políticas em documentos oficiais – a começar pela própria Constituição Federal (1988) – que formam o tripé da seguridade social colocando em conexão as políticas da saúde, previdência e assistência social. No Sistema Único de Assistência Social (Suas), o termo intersetorialidade, ou seus correlatos (articulação, integração, interface etc.), são recorrentes nos documentos oficiais, como na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas),<sup>1</sup> que logo em seu segundo parágrafo estabelece os objetivos da assistência social, e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS),<sup>2</sup> que compreende o trabalho intersetorial como um de seus fundamentos. As políticas de saúde e de assistência social destacam-se ao apontar para a proposta intersetorial desde sua estrutura normativa, em resposta ao compromisso de concretização da proteção integral que determina o sistema de seguridade social brasileiro.

---

1 Cf. BRASIL, 1993.

2 Cf. BRASIL, 2005.

Na área da saúde, o conceito da intersetorialidade está articulado ao debate sobre a promoção, ou produção, de saúde, ampliado a partir da Reforma Sanitária, que inclui os determinantes sociais como parte do processo saúde/doença:

O movimento da Reforma Sanitária adotou um outro modo de encarar as práticas do setor de saúde, baseado no conceito de que saúde é qualidade de vida e não apenas assistência a doenças, ainda que seja isto também (Brasil, 2003a, p. 8).

A intersetorialidade nos documentos oficiais da saúde é compreendida como prática de ação política e de gestão. Além da integralidade e da complexidade, os documentos citam o caráter sistêmico dos problemas, “com seus determinantes e condicionantes interligados e interdependentes” (Brasil, 2003b). Conforme a 12ª Conferência Nacional de Saúde Sérgio Aroca:

[...] desde o profissional de saúde até o gestor do sistema já existe a consciência de que seu saber e sua atuação setorial são insuficientes para alcançar resultados efetivos e transformadores para esses problemas complexos e para promover a qualidade de vida da população (Brasil, 2003a, p. 8).

Para a pesquisadora Kátia Batista (2015, p. 39), a intersetorialidade consiste em um “ pilar estruturante da integralidade”, ou, melhor dizendo, consiste em uma ferramenta essencial na execução de políticas que se propõem a uma abordagem integral que assista o usuário naquelas necessidades previstas como responsabilidade do Estado.

No entanto, essa autora destaca que a “intersetorialidade tem sido evocada na literatura como uma resposta à insatisfação tanto no

campo filosófico quanto no campo da prática, dada a configuração segmentada do Estado” (Batista, 2015, p. 39). Ela se refere ainda ao desafio de desenvolver métodos, procedimentos e relações de cooperação em um terreno filosófico e epistemológico absolutamente compartimentado, estabelecido a partir do pensamento científico moderno. Batista (2015) refere-se à departamentalização, à desarticulação e à setorialização das ações e das políticas públicas como um efeito previsível de nosso tempo.

Conforme o pensamento moderno e disciplinar, aprendemos a pensar nossa atuação em caixinhas; nossa prática não vai muito além do paradigma científico fragmentado que recorta a realidade para compreendê-la. Assim, passamos a acreditar também no indivíduo, aquele que não se divide, idêntico a si mesmo e sempre apto a oferecer a melhor resposta para os nossos manuais. Trabalhar de maneira intersetorial exige de nós uma revisão conceitual e técnica em relação à nossa atuação e à de outros atores, possíveis parceiros na execução das políticas. A concepção de sujeito, de família e os limites éticos que devem nos orientar, entre outras coisas, precisam estar alinhados. Além disso, torna-se necessária uma reatualização de nossos paradigmas, de maneira que coloque em destaque a complexidade da realidade da população, ampliando o movimento de flexibilização em relação à estrutura formal dos sistemas políticos, apostando na centralidade do próprio sujeito em cada caso.

Muito ainda pode ser dito sobre o trabalho intersetorial, mas aqui faço um último apontamento que pode ser verificado por muitos de nós, tanto na atividade técnica como na prática de gestão: a distância que existe “entre a intenção e o gesto”.<sup>3</sup> Assim, no nível do discurso,

---

3 “Fado tropical” (1973). Letra e música: Chico Buarque e Ruy Guerra.

concordamos com a necessidade do trabalho interdisciplinar e intersetorial, mas, na prática, fazemos diferente. Para Andrade (2006, p. 281), haveria “um consenso discursivo e um dissenso prático”, resultando na distância entre a

[...] necessidade de integrar práticas e saberes, de modo a contemplar a complexa realidade e fazer frente a um Estado setorializado, permeado por poderes disciplinares e poderes de composições antagônicas, nos quais se destacam o quadro de arranjos políticos partidários, a verticalização e hierarquização, bem como os corporativismos (Mito; Nogueira, 2009, p. 230).

Democratizar as relações dentro de nossos quadros profissionais ainda é um desafio entre tantos outros obstáculos que emperram a implementação de ferramentas que auxiliariam os setores envolvidos, mas, sem dúvida, os usuários e suas famílias seriam os maiores beneficiados. Cabe destacar que essa discussão deve ser pauta em outros espaços da sociedade a partir de categorias como a interseccionalidade, os marcadores sociais da diferença, a transdisciplinaridade e a gestão coletiva. Esse debate convoca as instituições de ensino superior, em suas proposições de extensão e pesquisa, para que de fato possam contribuir na compreensão dos fenômenos sociais que há décadas flagelam a população brasileira.

### **A ética psicanalítica, a instituição, o sujeito e a circulação da fala**

A interseccionalidade parece ser facilmente reconhecida na expressão de Vieira (2019) quando a autora se refere ao “compartilhamento do

cuidado”, posto que desloca os setores envolvidos na atenção de um certo lugar prioritário definido por essa ou aquela demanda e restitui ao sujeito, em sua integralidade, o centro do pensamento e da ação. No caso dos jovens que têm sua autonomia tutelada pela família ou pelo Estado – em particular os envolvidos com atos infracionais –, sustentar a palavra do adolescente é um posicionamento ético, ainda que essa palavra encontre seu limiar no bem comum, no seu próprio bem-viver; afinal, “são sujeitos responsáveis por suas demandas e têm direito a um cuidado que leve em conta suas especificidades” (Vieira, 2009, p. 147).

Oferecer e garantir o lugar de fala do sujeito no imenso escopo normativo e metodológico de uma política pública é desafiador, mas é a forma possível de acolhimento e cuidado de um sofrimento que muitas vezes não encontra lugar justamente por sua singularidade.

Com a psicanálise, aprendemos que o sujeito não se equipara ao organismo, assim como não se deixa apreender pela noção de indivíduo, mas é efeito da relação com o Outro. O sujeito na psicanálise é, antes de tudo, o sujeito do inconsciente, ou seja, ele é atravessado pela experiência do inconsciente e por todas as implicações advindas dessa marca. Conforme Priscila Vieira (2019), quando Lacan aponta para o Outro como linguagem, como campo simbólico que funda o sujeito enquanto efeito do deslizamento da cadeia de significantes, cria uma trilha de acesso ao que se apresenta como demanda e que se articula ao sintoma, isto é,

[o sujeito] é inscrito numa cadeia simbólica que justifica sua presença no mundo – que, mais que atender suas carências fisiológicas, vai investir desejo e amor como dom simbólico

– que espera dele mais que um ser vivo, um sujeito (Vieira, 2019, p. 150).

Portanto, aceder à ordem simbólica pela cadeia significativa é tornar-se humano efetivamente.

Sob o ponto de vista psicanalítico, esse sujeito que participa da cena na cidade – a cena do desarranjo social, como a criminalidade, a violência e tantas outras – pode prefigurar noutras cenas e ser fortalecido diante da garantia de participação de cada ator. A recíproca é verdadeira quando reconhecemos a legitimidade de que cada serviço seja contemplado e valorizado em sua dimensão simbólica (em referência ao sujeito e suas demandas) e operacional (em relação às necessidades objetivas apontadas pelo caso). A intersetorialidade esbarra na disputa de poder e de narrativas, na tentativa de silenciamento daqueles que possuem uma leitura distinta do caso, da cena “traumática” ou mesmo do fenômeno social. Portanto, a circulação da fala deve seguir a mesma lógica na relação entre os setores que, abdicando da “posse do caso”, reconhece no ponto de não saber de cada serviço a possibilidade de avançar da “impotência para a impossibilidade” (Toniolo *et al.*, 2016).

A esse tempo de escuta do sujeito ou da comunidade deve corresponder um tempo de germinação da equipe concernida ao caso (Mendes, 2015) por meio do efeito que se produz em cada integrante das equipes, de maneira que

[...] um ou mais profissionais ao serem tocados cada um a seu modo por suas próprias dificuldades se tornem um aprendiz do caso, o que reorienta suas intervenções que

antes eram dirigidas pelos seus significantes mestres normatizantes da instituição (Mendes, 2015, p. 113).

É o que Mendes (2015) denomina por “efeito-equipe”: criar condições de escuta, de construção da demanda, por meio da relação transferencial.

Na formulação das profissões impossíveis descritas por Freud ([1937] 1987), a psicanálise vem se ocupando de dois ofícios (educar e governar) a serem resgatados da impotência, ou seja, a partir do favorecimento de uma “prática orientada por uma ética da palavra” que contorne o mal-estar.

Diante do mal-estar produzido por uma prática feita por muitos, atravessada pela questão social, as fronteiras entre impotência e impossibilidade parecem imprecisas, sendo que a impotência nubla a possibilidade de um trabalho orientado pelo impossível, concernido pelo não-saber e pelo real. Entendemos que as três profissões precisam tomar o “impossível” como parceiro, sendo que a psicanálise diz aos demais ofícios: é importante trabalhar a partir de um saber concernido pelo não-saber! (Toniolo *et al.*, 2016, p. 198).

Dessa forma, a construção do caso clínico pode se configurar em um promissor referencial metodológico para o trabalho intersetorial que, orientado pela psicanálise, se submete ao “desafio de uma prática coletiva, colocando a impotência e o fracasso como ponto de partida” (Mendes, 2015, p. 38). Que esse mal-estar mobilize os diversos discursos e práticas em torno do caso e permita que os afetos nas equipes subam à superfície alçados pela palavra.

## **Conclusões transitórias**

Os campos da saúde e da assistência social têm um passado em comum. A assistência social, em seu percurso histórico, já esteve anexada a diversas pastas e por um longo tempo. Em suas origens, a “assistência” articulava a atenção aos miseráveis e doentes dentro da noção de “hospitalidade”. Foi preponderante romper com essa lógica e, séculos depois, insistimos na autonomia e no fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) enquanto política que se constitui como dever do Estado e direito do cidadão, mas que se articula em estreita relação com a saúde e com os demais setores bem como com o sistema de justiça.

O trabalho intersetorial, que não admite hierarquização, mas sim priorização, coloca-se como uma dobradiça entre sistemas políticos complexos e dinâmicos e demanda a existência de espaços e instâncias de participação ampla e democrática. Diante da constatação de que as políticas públicas, quando desarticuladas, sobretudo no que se trata do combate contra a pobreza e exclusão social, cumprem menos de suas metas e objetivos do que poderiam, a intersetorialidade, seja no nível de gestão ou técnico, potencializa essa ação pública. Mesmo que represente um tema complexo e desafiador, apostamos nessa estratégia para a viabilização de direitos dos usuários das políticas públicas, em particular no enfrentamento do racismo e do patriarcado que produzem a desigualdade social em nosso país e que assolam a parcela da população a quem se destina as políticas sociais.

Atuando em um serviço de urgência psiquiátrica, um Centro de Atenção Psicossocial (Caps),<sup>4</sup> algumas vezes ouvi de colegas que

---

4 Dispositivo clínico em saúde mental do Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS/Brasil).

aquele usuário que procurava o serviço não seria para nós, pois tratava-se de um “caso social”, sendo prontamente recusado pelo Caps e orientado a procurar pela assistência social. Esses usuários são, com frequência, andarilhos ou moradores de rua. Da mesma forma, na assistência social, pude ouvir, vez ou outra, que aquele caso talvez não fosse para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), mas para o Caps, e mais uma vez cumpria-se a regra do encaminhamento.

Não é incomum que aquele caso acolhido pela assistência social porte em si um sofrimento subjetivo que Rosa (2018) denomina por “sofrimento sociopolítico”. Alguns casos mais agudos de absoluta precariedade podem causar uma devastação psíquica e emocional e uma série de adoecimentos, como quadros severos de depressão e ansiedade ou mesmo uma desorganização mental irreparável. A pobreza faz marcas subjetivas.

Assim como todo quadro psicopatológico traz em si, em alguma medida, um caso social, especialmente depois da Reforma Psiquiátrica, passamos a compreender que existem diversas formas de estar no mundo e que a experiência de pertencimento a uma comunidade pode significar o melhor “tratamento”. Para alguns estudiosos mais radicais, defensores intransigentes da desospitalização e do fim dos manicômios, os quadros em saúde mental são, antes de tudo e qualquer coisa, um “caso social”.

Recupero aqui as palavras da professora Miriam Debieux Rosa, que destaca a necessidade de ampliarmos o conceito de *saúde mental* para além das categorias nosológicas e de reconhecermos nas repetições mortíferas, que tantas vezes observamos nos serviços da assistência social, uma expressão de um adoecimento que não

encontra legitimação ou cuidado (Aula inaugural – Qual é o lugar da saúde mental nas políticas de permanência?, 2022).

Aqui reencontro Miguel e Mirtes e passo a ver sentido na presença dessa família na reflexão que nos trouxe até aqui. A partir das colocações de tantos autores, das considerações sobre o cotidiano de trabalho de tantos profissionais, da luta ativa de tantos outros que veem nas políticas públicas uma realidade possível de cidadania conquistada, compreendo que tecemos com fios cada vez mais firmes a rede de proteção e de segurança que faltou para o menino anjo, mas que pode sustentar a tantos outros.

Atribuem ao filósofo e pensador Nietzsche a seguinte frase “temos a arte para não morrer da verdade” e, por isso, encerro minhas considerações com esse poema da grande compositora Adriana Calcanhoto:

**“2 de junho” (Adriana Calcanhoto)**

*No país negro e racista  
No coração da América Latina  
Na cidade do Recife  
Terça feira 2 de junho de 2020  
Vinte e nove graus Celsius  
Céu claro  
Sai pra trabalhar a empregada  
Mesmo no meio da pandemia  
E por isso ela leva pela mão  
Miguel, cinco anos  
Nome de anjo  
Miguel Otávio  
Primeiro e único  
Trinta e cinco metros de voo*

*Do nono andar  
Cinquenta e nove segundos antes de sua mãe voltar  
O destino de Ícaro  
O sangue de preto  
As asas de ar  
No país negro e racista  
No coração da América Latina*

**Miguel Otávio de Santana, PRESENTE!**

## Referências

2 de junho. Intérprete: Adriana Calcanhotto. Rio de Janeiro: Minha Música, 2020. 1. CD.

ANDRADE, Luiz Odorico Monteiro de. **A saúde e o dilema da intersetorialidade**. São Paulo: Hucitec, 2006.

ANDRADE, Tatiane de; BIRMAN, Joel. Nas bordas da clínica: pesquisa e alteridade em psicanálise. **Revista Ágora**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/zc9Rr3QfRzZpYtfYfhC9W4J>. Acesso em: 11 mar. 2022.

AULA INAUGURAL – Qual é o lugar da saúde mental nas políticas de permanência? Produção: ANPSINEP. YouTube, 2022. Vídeo (158 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cYVUYkjCnB4>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BATISTA, Kátia Gerlânia Soares. **A estratégia da intersetorialidade como mecanismo de articulação nas ações de saúde e assistência social no município de Cajazeiras-PB**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7792?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7792?locale=pt_BR). Acesso em: 6 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 8 dez. 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004: Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **12ª Conferência Nacional de Saúde Sérgio Arouca**. “Saúde: direito de todos e dever do Estado – A saúde que temos, o SUS que queremos”. Propostas e diretrizes do Ministério da Saúde para os eixos temáticos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2003a. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Saude\\_XII/texto\\_base\\_12\\_conferencia\\_saude.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Saude_XII/texto_base_12_conferencia_saude.pdf). Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Consolidado dos relatórios das conferências estaduais de saúde**. 12ª Conferência Nacional de Saúde. Conferência Sérgio Arouca. “Saúde: direito de todos, dever do Estado – A saúde que temos, o SUS que queremos”. Brasília: Ministério da Saúde, 2003b. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/CES\\_consolidado.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/CES_consolidado.pdf). Acesso em: 6 maio 2025.

BROIDE, Jorge. A clínica psicanalítica nos espaços públicos: breves considerações históricas. *In*: BROIDE, Emília; KATZ, Ilana (org.). **Colóquio “A psicanálise nos espaços públicos”** – Mesa “A clínica psicanalítica na cidade”. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, mar. 2018. Disponível em: [https://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/arquivos\\_comunicacao/A%20clinica%20psicanalitica%20na%20cidade.pdf](https://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/arquivos_comunicacao/A%20clinica%20psicanalitica%20na%20cidade.pdf). Acesso em: 23 jun. 2022.

BRONZO, Carla. Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 35, p. 119-159, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp//index.php/PPP/article/view/200>. Acesso em: 26 out. 2022.

FADO Tropical. *Intérprete: Chico Buarque*. Compositores: Chico Buarque; Ruy Guerra. *In*: Calabar – O elogio da traição. Rio de Janeiro: Universal Music, 1973. 1 CD.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019. Disponível em: [https://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA\\_E\\_A\\_BRUXA\\_WEB-1.pdf](https://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf). Acesso: 11 fev. 2021.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica (1950[1895]). *In*: FREUD, Sigmund. **Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos**. v. 1. Rio de Janeiro: Imago, [1899] 1976. p. 165-234.

FREUD, Sigmund. Análise terminável e interminável. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. 23. Rio de Janeiro: Imago, [1937] 1987.

GLOSSÁRIO DAS DESIGUALDADES: verbete de intersectorialidade. Produção: Observatório das desigualdades UFRN. YouTube, 2020. Vídeo (5 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w1XXuUBSLBA>. Acesso em: 28 mar. 2023.

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates. Redes sociais e intersectorialidade. *In*: CORÁ, Maria Amelia Jundurian; JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates (org.). **Intersetorialidade e redes**: a trajetória do intelectual Luciano Antonio Prates Junqueira. São Paulo: Tiki Books, 2016.

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates, INOJOSA, Rose Marie; KOMATSU, Suely. Descentralização e intersetorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. *In*: UNESCO. **XI Concurso de Ensayos del CLAD**. El tránsito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública – perspectivas, posibilidades y limitaciones. Caracas: Unesco, 1997. Disponível em: [http://150.162.8.240/PNAP\\_2013\\_2/Modulo\\_4/Organizacao\\_processos\\_tomada\\_decisao/material\\_didatico/textos/Descentraliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20intersectorialidade%20na%20gest%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20municipal.pdf](http://150.162.8.240/PNAP_2013_2/Modulo_4/Organizacao_processos_tomada_decisao/material_didatico/textos/Descentraliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20intersectorialidade%20na%20gest%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20municipal.pdf). Acesso em: 23 abr. 2021.

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 16, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.paulus.com.br/assistencia-social/wp-content/uploads/2019/09/territorio.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

MENDES, Aline Aguiar. A construção do caso clínico na instituição. *In*: MENDES, Aline Aguiar. **O efeito-equipe e construção do caso clínico**. Curitiba: Editora CRV, 2015. p. 23-40.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Serviço social e saúde – desafios intelectuais e operativos. **SER Social**, Brasília, v. 11, n. 25, p. 221-243, jun./dez. 2009.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; RENA, Ana Cláudia Castello Branco; BOLANOS, Diego Fernando; OLIVEIRA, Lucas Caetano Pereira de. Teoria crítica e transdisciplinaridade: uma aposta no projeto emancipatório. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 330-347, jan. 2019.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/TDCqLhVdVrRmDXhtTBHZK/?format=pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.

ROSA, Miriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2018.

SILVA JÚNIOR, Maurício Guilherme. O complexo pensamento de Edgar Morin. **Boletim da UFMG**, p. 5, 23 set. 1998.

SPOSATI, Aldaíza. Intersetorialidade(s) na ação de serviços sociais públicos: presença e complementariedade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 85, p. 133-141, 2006. Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/nepsas/artigos/sposati-aldaiza-intersectorialidade-na-acao-de-servicos-sociais-publicos-presenca-e-complementariedade.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

TONIOLO, Lisley Braun; ALBUQUERQUE, Bruna Simões de; CUNHA, Cristiane de Freitas; BEDUSCHI, Flávia Martins. A metodologia da construção do caso na cidade: um saber para além dos protocolos e seus efeitos no trabalho da assistência social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 196-211, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/22527>. Acesso em: 28 mar. 2023.

VIEIRA, Priscila de Oliveira. Um (des)cuidado compartilhado: reflexões sobre a clínica psicanalítica com crianças e adolescentes na atenção psicossocial. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 11, n. 30, p. 145-157, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69733>. Acesso em: 28 mar. 2023.

## **Luíza e a reinvenção de sua história**

Leônia Cavalcante Teixeira

Janara Pinheiro Lopes

Evilene Abreu Silva

Olga Damasceno Nogueira de Sousa

Suênia de Lima Duarte

Adolescentes cujas vidas são marcadas por situações de vulnerabilidade constituem, ao longo dos anos, no Brasil, sujeitos que têm suas histórias inscritas na precariedade material e subjetiva e, majoritariamente, são foco de atenção das políticas públicas de assistência social no que tange ao cumprimento de medidas socioeducativas. Como nos ensinam Altoé (2010) e Sposati (1989, 2004), crianças e adolescentes pobres portam as marcas da exclusão social, bem como do aprisionamento por dispositivos de contenção e estigmatização dos corpos, das sociabilidades e dos territórios de vida.

O núcleo Psicanálise na Interdisciplinaridade, do Laboratório de Estudos sobre Psicanálise, Cultura e Subjetividade (LAEPcUS) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza, dedica-se às ações, estudos e pesquisas sobre as adolescências “matáveis” (Mbembe, 2018), cujos corpos e existências são destruídos por uma política de morte.

Com orientação da psicanálise em interface com as áreas da educação, assistência social, direito e saúde, buscou-se construir uma reflexão considerando a complexidade e dinamicidade da história de vida de uma adolescente marcada pelo desamparo, abandono e violências diversas, características de situações de vulnerabilidade social.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) reúne vários órgãos e instituições públicas com função de conduzir a execução das medidas socioeducativas, abrangendo os órgãos do Poder Judiciário (varas da infância, Ministério Público e Defensoria Pública); os governos estaduais, municipais e federal; os conselhos tutelares; os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (Creas) e outros (Cedeca, 2015). Para uma aplicação apropriada das medidas socioeducativas, os órgãos responsáveis pela execução devem estar interligados intersetorialmente com outras políticas públicas, como as de saúde, educação e profissionalização. No sistema socioeducativo, a finalidade das medidas é pedagógica, ou seja, a meta é colaborar na construção de um processo reflexivo e de planejamento de uma nova história do adolescente. Para tanto, as interfaces entre saúde, educação e profissionalização com o intuito de favorecer a ressocialização da adolescente são necessárias e cumprem papel importante para a elaboração conjunta – e, inclusive, prioritariamente, com a adolescente – do Plano Individual de Atendimento (PIA) (Cedeca, 2015).

O PIA é um instrumento essencial no cumprimento da medida socioeducativa, pois viabiliza um acompanhamento das socioeducandas, no qual suas particularidades devem ser consideradas. É o PIA que conduzirá a aplicabilidade do projeto pedagógico em um âmbito singular, atendendo às reais demandas de cada adolescente e constituindo escopos socioeducativos que oportunizem verdadeiras transformações nas suas histórias de vida (Fórum DCA Ceará, 2017).

No sistema socioeducativo do Ceará ocorreram mudanças significativas, principalmente com a criação da Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo (Seas), que visa funcionar enquanto um órgão independente em várias dimensões, como a orçamentária, a administrativa e a funcional, embora, inicialmente, estivesse vinculada

à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), administradora anterior do sistema socioeducativo do Ceará (Praciano, 2018).

A regulamentação da Seas foi uma das principais ações do Poder Executivo estadual, que buscou superar as instabilidades na socioeducação. A ideia de uma superintendência autônoma foi a forma encontrada pelo estado do Ceará de proporcionar outro funcionamento ao sistema socioeducativo e à aplicação das medidas socioeducativas, sobretudo de internação, defendendo uma proposta de um tratamento mais digno e humanizado e em consonância com as normativas que conduzem os direitos da criança e do adolescente (Praciano, 2018). À autonomia, acrescentam-se os esforços da Superintendência para cumprir as leis e incentivar o processo de formação das equipes, com cursos de capacitação para socioeducadores e equipe técnica. Todavia, para atingir uma transformação significativa na socioeducação, as medidas da Seas devem estar articuladas com outras esferas importantes, como o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, a Assembleia Legislativa e o Fórum Permanente de Organizações Não Governamentais em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA Ceará), de acordo com o que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Praciano, 2018).

No que concerne à saúde mental no sistema socioeducativo, a despeito de sua importância para a saúde pública, ela é marcada por lacunas e carência de estudos. Ressalta-se que a precária assistência e a promoção da saúde do adolescente em privação de liberdade configuram grandes desafios, seja pelo problema de articulação da rede de saúde na assistência ao adolescente institucionalizado,

seja pela sobrevivência do arranjo punitivo no sistema socioeducativo, destacando-se o aspecto adoecedor da privação de liberdade (Silva, 2020).

Sobre as políticas de saúde mental, é necessário compreender que elas articulam distintos campos de saberes e práticas institucionais, com desenvolvimento histórico específico. Além disso, cabe colocar que tanto esses saberes quanto as práticas não são, na maioria das vezes, coerentes, o que resulta em contradições entre o discurso dos projetos, programas e planos e a prática nas instituições (Silva, 2020).

Com uma história atravessada por vulnerabilidades e violências, a maioria das adolescentes autoras de atos infracionais vivencia o peso do abandono afetivo, dos abusos, das moradias precárias, das vivências escolares deficitárias e violentas e do trabalho precoce. Acrescenta-se que a maioria tem passagens por instituições de acolhimento e socioeducativas e, não raro, envolvimento com o tráfico de drogas (Silva, 2020).

Enfatizamos, com isso, a importância de uma compreensão que reconheça as marcas da vulnerabilidade social na constituição subjetiva do adolescente (Brondani *et al.*, 2021). Por situação de vulnerabilidade entende-se, também, os efeitos dos contextos escravagista, patriarcal e machista, que estão na base das constituições societárias no Brasil.

Para adolescentes autoras de ato infracional, frisamos, são outorgadas marcas de indivíduos perigosos e que necessitam, portanto, de medidas punitivas, o que intensifica a fabricação e a legitimação da concepção de adolescentes intratáveis e matáveis (Silva; Teixeira, 2021). Adolescentes autoras de ato infracional e engendradas na maquinaria do sistema socioeducativo sofrem com os efeitos perversos

do social. Além disso, a maioria tem sua vida interrompida pelo extermínio e pelo não acesso às políticas públicas de educação e de saúde, por exemplo (Silva; Teixeira, 2021).

Este escrito tem como objetivo refletir sobre a história de Luíza, adolescente de 16 anos, reincidente em cumprimento da medida socioeducativa de internação e em fase de transição de identidade de gênero. Por alguns períodos, ela se identifica com o gênero masculino, adotando o nome de Luiz. Atualmente, prefere ser chamada de Luíza, nome de registro civil. A jovem nasceu no interior do estado do Ceará, mas mora na capital atualmente.

## **Luíza e sua história**

Entre as possibilidades de pesquisa em psicanálise, inspiramo-nos na construção do caso clínico. Essa é uma rica contribuição da psicanálise para as políticas públicas. Ela surge no contexto da saúde mental pós-Reforma Psiquiátrica, sendo inaugurada pelo italiano Viganò (1999), que busca a singularidade do caso, em contraposição ao saber meramente universalizante dos sintomas propostos pela psiquiatria e dos respectivos sistemas de classificação.

Viganò (2010) define a construção do caso clínico como um dispositivo democrático e dialético. Democrático, pois cada um dos protagonistas do caso (sujeitos, familiares e instituições) pode contribuir. Consiste em juntar as narrativas desses atores no tecido social e em se debruçar nos pontos cegos. É dialético tendo em vista que a rede social se inverte, os profissionais se colocam no lugar de discente, enquanto o paciente se coloca em posição de docente. Entretanto, o saber não passa pela produção formal, mas pelo que os profissionais

podem aprender a partir da escuta desse sujeito, levando-os a se debruçarem não somente sobre o que é dito, mas também sobre os atos, as recaídas e as ausências. Ou seja, a construção do caso clínico coloca a equipe em atividade produzindo enigmas e propiciando a construção de um saber sobre o sujeito (Viganò, 2010).

Costa-Moura (2022), no prefácio do livro *Psicanálise e políticas públicas: a construção do caso clínico em equipes de saúde mental e a garantia de direitos fundamentais*, acrescenta que o trabalho dos psicanalistas nas políticas públicas possibilita o olhar singular diante do discurso homogeneizante. A clínica, dessa forma, teria muito a ensinar aos operadores do direito.

Luíza possui uma história de vida trágica, marcada por diversas formas de violência e vulnerabilidade, assim como vários jovens que residem nas periferias do estado do Ceará, marcado por índices alarmantes de extermínio da juventude como aponta o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (2016), instituído na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Segundo dados desse Comitê (2016), o Ceará tem a quinta maior capital do país em população, com 2,6 milhões de habitantes, além de ter o maior índice de homicídios na adolescência.

A vida da adolescente Luíza é marcada por violações de direitos, entre elas: violência doméstica, psicológica e sexual por parte do pai, exploração sexual, abandono por parte da mãe, restrições financeiras, ausência de convívio familiar, consumo abusivo de múltiplas substâncias psicoativas, violência física entre os progenitores e insegurança alimentar.

Diante desse cenário aterrador que iremos apresentar com mais detalhes ao longo da narrativa do caso, Luíza comete ato infracional de homicídio, cumprindo medida de internação no centro educacional dos 13 aos 15 anos. Após ficar em liberdade por alguns meses, ela se envolve em novo ato infracional, dessa vez de roubo. Novamente, cumpre medida de internação, dos seus 16 aos 17 anos. Luíza saiu do centro socioeducativo logo depois, já que completaria 18 anos em maio.

O caso clínico em questão parte da escuta de uma das autoras deste trabalho, que atendeu a adolescente pelo período de um ano em sessões individuais em um centro socioeducativo de referência no acolhimento de adolescentes do sexo feminino, transgêneros e travestis.

No caso da adolescente, o desamparo, desde cedo, foi marcante na sua vida, materializando-se em situações de abandono por pessoas que seriam, supostamente, de apoio e suporte material e subjetivo, somando-se às múltiplas violências que sofreu, desde fome até exploração sexual. Moreira (2019) afirma que a condição de desamparo estrutural anuncia a dependência do outro e, paradoxalmente, a necessidade de mediar a relação de mal-estar. Os pais de Luíza viveram juntos por dez anos. O pai era servente de pedreiro, e a mãe costureira desempregada. Luíza, com 9 anos, e o seu irmão Antônio Carlos, com 2 anos, ficaram sob responsabilidade somente do pai, alcoolista, pois a mãe saiu de casa após sofrer violência doméstica com ameaças de morte.

Luíza retomou convívio com a mãe aos 12 anos, devido à articulação do conselho tutelar de sua cidade natal, após a adolescente denunciar sofrer violência sexual pelo genitor por três anos.

A adolescente procurou o conselho tutelar, porque já tinha sido atendida por um mau comportamento na escola em outra situação. Importante ressaltar que a menina se sentia ameaçada e, já se sabendo sozinha e sem apoio de cuidadores, ela mesma endereçou um pedido de socorro a uma instituição que, na maior parte das vezes, é temida.

De fato, é preciso pensar sobre formas de atuação junto a esses sujeitos na escola, podendo se iniciar entendendo mais sobre o universo do ser criança e adolescente marcados, indiretamente ou diretamente, pela violência de gênero. Esse tipo de violência, muitas vezes, ganha destaque no ambiente educacional, um espaço de relativa liberdade e segurança, onde se ampliam as possibilidades para que crianças e adolescentes manifestem as implicações dessa experiência nas suas vidas das mais diversas formas possíveis (traumas, problemas de aprendizado, dificuldade de socialização etc.), devendo estas serem melhor investigadas por quem faz a escola. Assim, são necessários um cuidado e uma escuta sensível, principalmente por parte dos professores, que têm maior proximidade com os alunos e alunas, para chegar nesses sujeitos que vivenciam esses processos de subjetivação tão marcados pela violência. Pensando a adolescência, ela pode ser descrita como uma travessia das aparências, na qual o sujeito abandona determinadas identificações imaginárias com os pais (Quinet, 2009). Fato este que pode ter levado Luíza a fazer a denúncia, em uma aposta de que algo a protegesse, uma lei interviesse e a mantivesse segura das invasões que sofria.

Após a denúncia, o conselho tutelar encaminhou as crianças para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), visitou a escola e recolheu um bilhete de Luíza para a professora, solicitando que o conselho tutelar fosse acionado. Na escola, a equipe

também teve conhecimento de relatos do irmão da Luíza sobre atos libidinosos praticados pelo pai.

A violência sexual registra uma violência no corpo, sobretudo no psiquismo, pois atinge fortemente sua organização e seu funcionamento. É um ato de extrema violência que provoca sentimentos de confusão e solidão na criança ou adolescente, pois, situada na posição de um puro objeto de satisfação sexual para um adulto, passa a vivenciar sensações até então desconhecidas (Silva; Teixeira, 2017). O abuso sexual é uma situação traumática, excessiva, uma vez que o fato experienciado pelo sujeito é de difícil elaboração (Lapanche; Pontalis, 2001). É o que ocorre nos casos de abuso sexual de crianças ou adolescentes; é da dimensão do improvável atribuir algum sentido ao episódio (Del Bianco; Tosta, 2021).

À época, a mãe havia constituído uma nova família e concebido o segundo irmão da adolescente. Os dois filhos, Luíza e Antônio Carlos, não foram bem recebidos pelo padrasto, usuário de substâncias psicoativas, o que contribuiu para a nova configuração familiar conflituosa.

Quando Luíza foi residir com a mãe e o padrasto, houve uma difícil convivência devido à dificuldade em respeitar a autoridade da mãe. Luíza vivenciava novas amizades, frequentemente se ausentava de casa e fazia uso abusivo de substâncias psicoativas (maconha, cocaína, Rivotril, Rohypnol, loló, cigarro e bebidas alcóolicas). Essas atitudes resultaram na saída da adolescente da residência, fato que a expôs ainda mais a situações de vulnerabilidade. Com atitudes indisciplinadas e agressivas, ela foi morar com um amigo, que foi apreendido com ela. Essa conjuntura é caracterizada por experiências de violências e vulnerabilidades sociais.

Luíza e sua mãe relatam que o comportamento da adolescente, desde seus 10 anos, com frequência a colocou em situações de risco e levou ao cometimento de diversas transgressões, desde infrações na escola, ausências de casa e consumo abusivo de drogas até envolvimento em atividades de caráter sexual em troca de dinheiro, o que caracteriza exploração sexual infantojuvenil. Atualmente, está em fase de consolidação de identidade de gênero masculina. O ato infracional do homicídio que lhe foi imputado ocorreu sob o efeito de diversas drogas. Essas atitudes de Luíza refletem condutas específicas da passagem adolescente. Ressalta-se que ela teve uma adolescência institucionalizada que a difere de outras adolescências.

Nesse contexto, Douville (2002) destaca que as errâncias entre os jovens em situação de exclusão social estão relacionadas à falta de inscrição do sujeito no campo do Outro, principalmente no que diz respeito ao seu ser e à sua filiação. A partir dessa impossibilidade de nomeação, os jovens buscam outras possibilidades de se inscrever no laço social; na maioria dos casos, buscam a via das errâncias (Bemfica, 2018). Porém, é certo que o ato infrator na história de um jovem tem diversas significações, e cada caso deve ser analisado de forma singular (Silva, 2020).

A falência das instituições educacionais, entre elas a família, a comunidade e as instituições de ensino, faz com que a errância possa surgir como resposta privilegiada entre os jovens que não tardam em convocar o Outro da lei, tal como confirmam adolescentes autores de atos infracionais (Bemfica, 2018). No caso clínico-político em questão, fragmentos da história de Luíza nos fazem lembrar dessa errância em sua vida, uma vez que a adolescente relatou dificuldades em receber amparo dos seus genitores, o que a fez procurar ancoragem subjetiva na casa de amigos e no centro socioeducativo, por ter estabelecido

laços sociais através dos atos de transgressão e não pela escola ou pela família.

No período em que Luíza passou por apreensão pelo cometimento do ato infracional de homicídio, a sua mãe foi autuada por violência física contra os dois filhos mais novos. A adolescente relata que em dado momento a mãe foi presa por alguns dias por ter “espancado” seus irmãos. O pai faleceu com 48 anos, em abril de 2020, depois de três anos foragido, acusado de violência doméstica dirigida à mãe de Luíza: *“Ele foi pego morto dentro de uma cova rasa, cheio de bala”*. Atualmente, sua tia materna é responsável legal pelo seu irmão Antônio Carlos, e o irmão mais novo permanece com o pai biológico.

A partir do que foi construído no PIA, os técnicos objetivaram fortalecer os vínculos afetivos e protetivos da família. A mãe concordou em acolher a adolescente quando ela sair do centro socioeducativo, mas apresenta receios devido à ligação da filha a grupos criminosos e conflitos territoriais que são comuns em setores periféricos da cidade. A mãe apresenta precárias condições financeiras por ser dona de casa e catadora de material reciclável, vivendo de auxílios do governo em função da extrema pobreza em que se encontra.

Com a psicanálise, a condição de desamparo e a experiência de satisfação sucedida das experiências iniciais infantis são fundantes na formação do psiquismo e, também, no paradigma das circunstâncias traumáticas. Para Freud ([1895] 1990), o desamparo, como requisito para a formação do psiquismo, surge como uma condição do *infans*, cuja sobrevivência depende do Outro cuidador, o qual precisa estar disponível para atender as demandas infantis. A noção de desamparo em Freud ([1901-1905] 2016) surge ligada ao que resta de mais significativo dos vínculos da criança e que organiza a relação objetal.

Assim, a noção de desamparo infantil emerge nos primórdios da teoria psicanalítica, mas também está presente nas últimas obras freudianas. Freud ([1937] 2018) nomeou um dos seus últimos casos de “uma neurose de infância”, empregando a expressão “desamparo estrutural”, relacionada ao desamparo infantil e originário. Na experiência vivida, o desamparo diz respeito a uma repetição do desamparo constitutivo, comportando o afeto do núcleo familiar como elemento estranho e, simultaneamente, íntimo.

Quando analisamos a história de vida construída por Luíza nos atendimentos com a psicanalista, lembramos que adolescentes em situação de vulnerabilidade social necessitam de “âncoras”, elementos significativos que sustentam e impulsionam o sujeito adolescente para a vida, pois é comum que a família, diante do estado de precariedade de recursos simbólicos, não consiga fornecer o amparo e a sustentação necessários na travessia do adolecer (Broide; Broide, 2016).

Luíza relatou que, após a denúncia, o pai, que deveria responder por processo criminal, ficou foragido da polícia e faleceu sem ser preso. Alegou ainda que houve outras denúncias contra ele por violência sexual, embora na checagem do prontuário e nas consultas junto à equipe interdisciplinar do centro socioeducativo não constem outras queixas contra o pai. A mãe não compareceu a nenhuma audiência, porque não se sentia segura em ter que ir para outra cidade, onde temia pela sua vida. Luíza também foi acusada pela família paterna de ser culpada por ter sido violentada sexualmente, o que representa um senso equivocado de responsabilizar a vítima, mas que faz parte de uma realidade regida pelo patriarcado.

A permanência na situação de abuso sexual e tudo que a envolve, como a violência psíquica e emocional, com ameaças e silenciamento,

potencializam o trauma. A impossibilidade de testemunhar sobre o que ocorreu e o medo de não ser compreendida pela família situam a adolescente no total desamparo (Souza; Sei, 2019). O silenciamento e a deslegitimação do discurso de Luíza ocasionam outros traumas psíquicos e, conseqüentemente, saídas radicais pela via do corpo.

Luíza alegava que tinha muito medo de o pai encontrá-la, porque ela o denunciou. Ressaltava que o pai a mataria se a encontrasse. Então, será que a adolescente “se escondeu” do pai no centro socioeducativo ao se privar da própria liberdade depois de ter cometido o ato infracional do homicídio? Essa hipótese clínica foi constatada no decorrer dos atendimentos como uma saída inconsciente diante do sofrimento psíquico da adolescente. Luíza estava no centro socioeducativo quando encontraram o pai morto: *“Ele só podia ter um pacto com satanás, porque ele encontrava todo mundo que queria. Se ele me achasse, ele me matava”*.

Ela narrou os seus pesadelos com o pai e com a “finada”, assim nomeando a mulher que matou. Nos pesadelos diários, o pai diz que vai voltar para se vingar dela. A “finada” tinha 24 anos quando “faleceu ao bater a cabeça na briga” que teve no bar com a adolescente. Além dos pesadelos, Luíza ainda relata: *“Vejo a finada agachada encostada na parede, me olhando e dizendo que vai voltar para se vingar”*. O que possivelmente pode ser caracterizado como alucinações auditivas e visuais, que passaram a se tornar mais frequentes e incomodaram muito a adolescente, ao ponto de ela precisar de acompanhamento psiquiátrico para prescrição de medicação.

A prescrição de remédios para “acalmar” as adolescentes é comum no centro socioeducativo, o que corrobora a pesquisa realizada por Silva (2020), em que se constatou que o tratamento das demandas

em saúde mental nessas instituições era, sobretudo, medicamentoso, indicado tanto por psiquiatras quanto pelos serviços de saúde mental do Sistema Único de Saúde (SUS).

Luíza também apresentava episódios de violência autoinfligida (com marcas aparentes pelo corpo) desde os 9 anos, além de seis tentativas de suicídio que se iniciaram na mesma idade, período que relata ter começado a violência sexual por parte do genitor. No centro socioeducativo, realizou tratamento psiquiátrico, obtendo bons resultados. O tratamento medicamentoso tem alcançado os objetivos de diminuir a impulsividade e a instabilidade de humor, mesmo com a adolescente passando por períodos em que apresenta resistência ao uso da medicação.

Após os atendimentos psicanalíticos, a adolescente sempre dizia que estava aliviada, o que realça o papel crucial do centro socioeducativo na vida de Luíza. A adolescente não mais estava tomando a medicação no período em que foi atendida, pois reconhecia que ficava muito “dopada” e pedia para a psiquiatra não prescrever durante um tempo. Ela dizia não dormir direito, por causa da insônia e dos pesadelos. Seria, portanto, uma grande contribuição para a instituição um trabalho interdisciplinar que, contudo, por vezes, não é possível, diante do número insuficiente de profissionais com um regime de trabalho precarizado. Esse fato faz parte da realidade das políticas públicas e colabora, como estratégia política, para seu baixo alcance. Ressalta-se que ocorre uma rotatividade dos profissionais das políticas públicas, tanto na assistência social como na saúde mental, que, não raro, fragiliza os vínculos empregatícios, o que compromete os processos de trabalho e provoca efeitos na relação terapêutica.

De acordo com Silva (2020), as normativas que fornecem as diretrizes acerca do tratamento em saúde mental no sistema socioeducativo representam um avanço ao propor atenção integral à saúde em um espaço adequado e com equipe interdisciplinar. Contudo, ainda prevalece um tratamento baseado nos psicotrópicos, na objetualização do sofrimento psíquico das adolescentes, em que se busca por uma normatização, o que configura uma psiquiatriação do social.

As situações de violência continuaram no segundo relacionamento da mãe da adolescente. A relação conjugal com o pai do terceiro filho foi rompida, após situações de violência doméstica. O companheiro da mãe de Luíza também era alcoolista, agressivo e autoritário. Ele e Luíza não tinham bom relacionamento e brigavam bastante. A mãe chegou a ligar para o centro socioeducativo para justificar sua ausência na visita institucional à filha, porque diante da situação de violência doméstica precisou sair de casa, ficando desabrigada com os dois filhos menores. Ao ser orientada pelos técnicos da instituição sobre seus direitos, alegou que não poderia ficar sem o companheiro por condições financeiras.

O centro socioeducativo fez os devidos encaminhamentos para assegurar os direitos dos envolvidos diante da situação vulnerável em que a família se encontrava. A mãe suportou por anos e não se separou imediatamente para não colocar em risco o sustento das crianças, pois o que ela recebia de auxílio do governo ou de “bicos” não era suficiente para criar os filhos. Mas decidiu pela separação que, somada com a restrita condição financeira, resultou no acolhimento da mãe com seus dois filhos mais novos por dois meses e meio em uma instituição de amparo para famílias em Fortaleza, no mesmo período em que Luíza teve sua primeira apreensão no centro socioeducativo.

Nos atendimentos psicanalíticos, Luíza não enfatiza seus atos infracionais. Ela fala da sua paixão pela companheira Alice, problemas familiares, vida onírica, projetos de futuro, religiosidade, habilidades e oportunidades que a vida não lhe oferece.

Em cumprimento ao PIA, Luíza já fez vários cursos com certificação durante a execução da medida socioeducativa: Informática, Varejo e Vendas e Cabeleireira Profissional, considerados por ela como sendo importantes para sua inserção no mercado de trabalho. Em relação aos seus sonhos, a adolescente narra a pretensão de concluir seus estudos e trabalhar para garantir sua própria renda, entretanto ressalta que *“lá fora as oportunidades são difíceis”*.

Em reflexão sobre sua vida, a adolescente reconhece suas atitudes “erradas” e narra suas dificuldades em exercer uma atividade laboral remunerada por ser “menor de idade” e por sua orientação sexual. Sua única experiência laborativa foi como babá por alguns meses, sem vínculo formal. Demonstra bastante interesse em ser encaminhada ao Programa de Egressos da Seas, além de desejar realizar os cursos profissionalizantes da Responsabilidade Social da Universidade de Fortaleza (Unifor).

No contexto da pandemia de covid-19, muitas adolescentes ficavam de quarentena por questões de segurança sanitária. Saíam para consultas externas ou ficavam no dormitório individual por “maus comportamentos”. O funcionamento do centro socioeducativo, durante os períodos de necessidade de maior atenção sanitária, comprometeu os nossos atendimentos. Mesmo com os desafios institucionais e do período pandêmico, os atendimentos presenciais foram realizados contando com a participação e interesse da adolescente, que narrava sua história, com destaque para situações

de ruptura de laços afetivos. Mas quais serão as reinvenções da vida possíveis para Luíza quando ela se interroga: *“Ao fazer 18 anos, para onde vou?”*; *“Para o presídio, porque não serei mais adolescente para vir para o centro socioeducativo? Ou conseguirei estudar e trabalhar?”*.

### **A escuta psicanalítica como aposta na reinvenção de uma história**

O centro socioeducativo, apresenta-se como um lugar importante na vida e nas decisões de Luíza, pois ele a conduziu em questões importantes na sua trajetória, no que se refere a um acolhimento do seu sofrimento, acalutando suas demandas advindas do abandono e dos traumas vivenciados. A instituição tornou-se um espaço para assegurar os direitos dessa adolescente e dos envolvidos diante da situação vulnerável em que a família se encontrava, trabalhando no fortalecimento dos vínculos familiares, formando um grupo de apoio para Luíza, apesar dos conflitos existentes.

O contato com a família lhe dá um sentimento de pertencimento importante para sua constituição enquanto sujeito adolescente. O centro socioeducativo também servia na vida dessa adolescente como um espaço de proteção, visto que ela se sentia frequentemente ameaçada pelo pai. Um espaço para aliviar e, em momentos ímpares, associar a angústia a cenas de sua história.

Nesses atendimentos, Luíza elaborou conflitos relacionados às suas paixões, à sua vida onírica, aos seus projetos de futuro, à sua religiosidade e até às oportunidades que o mundo não lhe ofereceu.

Embora existam inúmeras dificuldades enfrentadas no cumprimento das medidas socioeducativas, reconhecemos o quanto é no caso a caso que seus efeitos e implicações podem ser analisados. A escuta de Luíza nos ensina acerca da delicadeza necessária para que cada caso possa ser acompanhado em sua singularidade.

## Referências

ALTOÉ, Sônia. **Sujeito do direito, sujeito do desejo**: direito e psicanálise. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

BEMFICA, Aline Guimarães. A errância entre o desejo e o gozo: uma reflexão a partir do trabalho com adolescentes autores de atos infracionais. **Affectio Societatis**, Medellín, v. 15, n. 28, p. 13-34, 2018.

BROIDE, Jorge; BROIDE, Emília Estivalet. **A psicanálise em situações sociais críticas**: metodologia clínica e intervenções. São Paulo: Escuta, 2016.

BRONDANI, Renata Petry; KOSTULSKI, Camila Almeida; MISSIO, Joana; SCHMITT, Fabiana Muller; ARPINI, Dorian Mônica. Percursos de jovens em contextos de vulnerabilidade social: um estudo longitudinal. **Gerais**: Revista Interinstitucional de Psicologia, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 1-25, 2021. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202021000200012&lng=pt&nrm=iso](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000200012&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 30 mar. 2023.

CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Cedeca). **Para entender o sistema socioeducativo em perguntas e respostas**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2015.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Cada vida importa**. Relatório final do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza: Governo do Ceará; Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2016. Disponível em: <https://cadavidaimporta.com.br/publicacoes/relatorio-final-cada-vida-importa>. Acesso em: 18 mar. 2023.

COSTA-MOURA, Renata. Prefácio. *In*: TEIXEIRA, Leônia Calvacante; NICOLAU, Roseane Freitas (org.). **Psicanálise e políticas públicas**: a construção do caso clínico em equipes de saúde mental e a garantia de direitos fundamentais. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2022. p. 15-18.

DEL BIANCO, Omar Moreira; TOSTA, Rosa Maria. Abuso sexual infantil, trauma e depressão na vida adulta: um estudo de caso. **Gerais**: Revista Interinstitucional de Psicologia, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 1-25, 2021. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202021000200004&lng=pt&nrm=iso](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000200004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 24 mar. 2023.

DOUVILLE, Olivier. Fundações subjetivas dos lugares na adolescência. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 10, n. 23, p. 76-89, dez. 2002. Disponível em: <https://appoa.org.br/uploads/arquivos/revistas/revista23.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

FÓRUM PERMANENTE DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EM DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇAS E DO ADOLESCENTE (Fórum DCA Ceará). **4º Relatório de Monitoramento do Sistema Socioeducativo do Ceará**. Fortaleza: Fórum DCA Ceará, 2017.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. v. 1. Rio de Janeiro: Imago, [1895] 1990. p. 337-419.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. v. 6. São Paulo: Companhia das Letras, [1901-1905] 2016.

FREUD, Sigmund. A análise finita e a infinita. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras incompletas: fundamentos da clínica psicanalítica**. v. 6. Tradução de Claudia Dornbusch. Belo Horizonte: Autêntica, [1937] 2018.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise**. 4. ed. São Paulo: Martins Editora Livraria Ltda, 2001.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. O inconsciente e a política: entre a estrangeiridade e a extimidade. **Analytica**: Revista de Psicanálise, São João del-Rei, v. 8, n. 14, p. 1-18, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/analytica/v8n14/09.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2023.

PRACIANO, Marwil Gomes. **O direito dos adolescentes e dos jovens autores de atos infracionais à educação no sistema socioeducativo do estado do Ceará**: desafios e possibilidades para o exercício de uma cidadania fortalecida. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

QUINET, Antonio. O despertar do adolescente. *In*: ALBERTI, Sonia. **Esse sujeito adolescente**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos; Contra Capa, 2009.

SILVA, Evilene Abreu. **O sofrimento psíquico e as práticas de cuidados em saúde mental às adolescentes autoras de ato infracional em cumprimento de medida socioeducativa de internação**. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://www.unifor.br/web/guest/bdtd?course=75&registration=1823587>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SILVA, Evilene Abreu; TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. A socioeducação nos tempos da necropolítica. *In*: NETO, José Maria Nogueira; ACIOLES, Marcossuel Gomes; PEQUENO, Mayrá; RAMOS, Tássia Oliveira (org.). **Psicologia, (necro)política, democracia e violação de direitos**: série diversidade de práticas em psicologia. v. 3. Fortaleza: CRP-CE; Pshcologia, 2021. p. 66-81.

SILVA, Roberta Araujo; TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. Adolescência e o traumático: sobre abuso sexual e as vicissitudes do sujeito. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 17, n. 3, p. 92-103, 2017. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/6955>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SOUZA, Carolina Cardoso Colhante de; SEI, Maíra Bonafé. Abuso sexual de crianças e adolescentes: trauma e transmissão psíquica. **Analytica: Revista de Psicanálise**, São João del-Rei, v. 8, n. 15, p. 1-20, 2019.

SPOSATI, Aldaíza. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

SPOSATI, Aldaíza. **Proteção social e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2004.

VIGANÒ, Carlo. A construção do caso clínico em saúde mental. **Curinga**, Ouro Preto, v. 13, p. 50-59, 1999.

VIGANÒ, Carlo. A construção do caso clínico. **Opção Lacaniana**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1-9, 2010.

# **Negritude e subversão do sujeito: a arte como dispositivo clínico-político**

Taiasmin da Motta Ohnmacht  
Luciane De Conti

## Introdução

O Brasil é um país formado por pessoas de origens, continentes e culturas diversas, incluindo os povos originários desta terra. Entretanto, relações de poder determinadas pela colonização e pela escravização tornaram as relações étnico-raciais ainda mais complexas ao instaurar uma espécie de hierarquia entre fenótipos e culturas (Bento, 2002). Tal hierarquia opera até os dias atuais como uma gramática social de leitura de corpos. A escolha do termo “gramática” não é aleatória, mas um apontamento inicial para a linguagem como campo no qual se desenrolam os silenciamentos, as invisibilizações, os apagamentos históricos e a segregação racial. E esta gramática indica que vivemos em um país em que a população negra e os jovens negros em especial são os principais alvos de abusos, arbitrariedades e até eliminação, inclusive pelo Estado.

A intensa concentração de um viés racial entre as mortes violentas ocorridas no Brasil não constituiu uma novidade ou mesmo um fenômeno recente. Pelo menos desde a década de 1980, quando as taxas de homicídios começam a crescer no país, vê-se também crescer os homicídios entre a população negra, especialmente na sua parcela mais jovem. [...] Nesse sentido, a desigualdade racial se perpetua nos indicadores sociais da violência ao longo do tempo e parece

não dar sinais de melhora, mesmo quando os números mais gerais apresentam queda. Os números deste Atlas, mais uma vez, comprovam essa realidade (Ipea; FBSP; IJSN, 2021, p. 49).

Como já debatemos em outro texto (Ohnmacht; Conti, 2020, p. 68), a juventude que faz parte de nossas reflexões neste capítulo “é uma juventude que tem o seu corpo e sua cultura tomados como desqualificados e perigosos devido ao traço que no laço social os universaliza e os destitui como sujeitos: a cor da pele”. Esse racismo, que diz respeito a uma gramática social, é também etnosemântico, um sintoma do discurso (Menezes *et al.*, 2020). Desse modo, enquanto o sujeito que porta traços da negritude tiver por referência central os significantes da branquitude, acabará por reproduzir a mesma lógica de desqualificação da africanidade, ainda que isso signifique algum grau de desprezo pelo próprio corpo e/ou história (Nogueira, 1998; Souza, 1983).

Portanto, articulado permanentemente na linguagem social em ato, o racismo, a partir da cor da pele (Schwarcz, 2017), dá maior ou menor visibilidade, distribui valor, regula regras sociais, produz silenciamentos. Por isso, situamos o racismo como um discurso ideológico (Almeida, 2018). Segundo Gomes

[...] a incidência do racismo sobre os negros (pretos e pardos) não se restringe à sua ascendência africana e nem à sua cultura, mas está vinculada às interpretações que recaem sobre os sinais diacríticos inscritos no corpo do negro (Gomes, 2009, p. 430).

Na linguística, sinais diacríticos são marcas gráficas que sinalizam como uma letra deve ser lida (e/é; a/à/á; c/ç). Aqui, porém, eles

indicam o modo como uma pessoa é vista socialmente a partir da cor da sua pele.

O racismo enquanto discurso ideológico que se apresenta como hegemônico produz um não lugar para sujeitos que portam traços de africanidade. Com o objetivo de pensar a arte como dispositivo clínico-político, a partir de um sarau de poesia negra, este capítulo fundamenta-se na conceituação do racismo estrutural como promotor de massificação e de apagamento do sujeito, apontando para a linguagem poética como narrativas coletivas que reorganizam os lugares de enunciação, a circulação da palavra, a subversão de lugares de poder e a reordenação do gozo fálico, possibilitando outra discursividade que permita ao sujeito fazer frente ao desamparo discursivo.

Assim, perguntamo-nos: quais possíveis posições ou articulações ocorrem ao sujeito marcado subjetivamente pela questão racial para se contrapor a signos alienantes presentes no discurso ideológico racista?

Ao propormos pensar sobre como os modos de discurso engendram o laço social e, dessa forma, constituem processos de subjetivação, precisamos falar do conceito de *Outro*. Esse conceito atravessa toda a obra de Lacan, e tem desenvolvimentos diversos. O Outro é o lugar da linguagem, do código, do significante; por vezes coincide com o registro simbólico. Preexiste ao sujeito e é campo onde o sujeito deve surgir. É um conceito que diz respeito ao entendimento do inconsciente como estrutural.

Em *O seminário*, livro 2, na aula “Introdução do grande Outro”, Lacan ([1954-1955] 1985a, p. 297) situa a diferença entre o outro semelhante e o Outro: “Há dois outros que se devem distinguir, pelo menos dois

– um outro com A (*Autre* em francês) maiúsculo e um outro com a minúsculo, que é o eu. O Outro, é dele que se trata na função da fala”. É dele que se trata na função da fala porque é sempre a um Outro que nos dirigimos quando falamos. Nunca é uma relação dual, mas uma fala mediada por um terceiro termo, o campo da linguagem.

Esse Outro não é personificado, mas é anônimo, insubstancial, não existe, “só existe na medida em que os sujeitos agem como se ele existisse” (Žižek, 2010, p. 18). Nesse sentido, o campo da linguagem não porta significações *a priori*. Contudo, para abordar o racismo como situação presente, articulado na/pela linguagem e com efeitos de subjetivação, precisamos pensar que – se, em princípio, o significante não significa nada – há algo que se enlaça em seu uso e que produz significações. Daí a importância da noção de discurso. Como nos diz Slavoj Žižek (2010), o Outro, enquanto lugar do simbólico, é o lugar da linguagem, ao qual todos nos dirigimos quando falamos. O ato da fala, os atos performáticos em referência à instância simbólica não só respondem a tal instância como se ela existisse, mas também dão existência a ela por se cumprirem, ou seja, “a única coisa que realmente existe são esses indivíduos e suas atividades, de modo que essa substância é real apenas na medida em que indivíduos acreditam nela e agem de acordo com isso” (Žižek, 2010, p. 18).

Esse Outro pode ser imaginarizado, há casos em que ele fica subjetivado, ou, dito de outro modo, encarnado, como no caso do discurso religioso (Žižek, 2010). Não seria esse também o caso do discurso racista? Sobretudo quando o significante negro assume a forma de signo a marcar o corpo afrodescendente, com efeitos na organização social e na visibilidade dada ao negro? Assim, podemos dizer que o racismo, ao se pretender discurso ideológico hegemônico, pode ser tomado no lugar do Outro, com o conseqüente apagamento do sujeito

diante de um Outro totalitário, consistente, não castrado (Rosa, 2012). Um Outro que antecipa significações sobre um sujeito, promovendo homogeneização e apagamento de singularidades.

É exatamente nesse entrelaçamento entre o discurso ideológico e racista e o sujeito do desejo que se construiu o estudo que é compartilhado neste capítulo. O conjunto de conceitos e ideias que o constituem são recortes decorrentes da pesquisa de mestrado acadêmico realizada pela primeira autora,<sup>1</sup> cujo objetivo central foi compreender como se dá a dialética sujeito-Outro, na situação em que o sujeito porta traços que remetem à negritude perante um discurso ideológico racista que se pretende total. Tal pesquisa foi realizada no Sopapo Poético, um sarau de poesia negra em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Trata-se de uma roda aberta de poesia na qual qualquer pessoa negra que quiser ler ou recitar um poema pode ocupar o centro da roda, seja o texto de autoria própria ou não, a única exigência é que o autor seja negro.

Considerando os desdobramentos da pesquisa, neste capítulo buscamos compreender a importância da arte, mais especificamente da linguagem poética, para sujeitos que encontram na malha discursiva significações cristalizadas para traços de sua herança negra. Ou seja, a linguagem poética como modo de intervenção nas formas de visibilidade e de circulação da palavra, possibilitando, por meio da subversão de lugares de poder, a reordenação do gozo fálico, com implicações clínico-políticas.

A escolha por tomar como campo de pesquisa a produção poética realizada por várias pessoas se deu com o objetivo de entender no

---

1 *Do laço social ao corpoema: enlacs entre negritude e psicanálise* (Ohnmacht, 2019).

que o traço do corpo em comum, ao ser interpretado em uma leitura social, pode imbricar-se na constituição psíquica. Nesse contexto, a fim de compreender as peculiaridades engendradas pelo racismo na subjetividade, tomamos os poemas a partir do eu enunciador e das marcas culturais, como um suposto diálogo; e com base nas contestações, questionamentos e tomadas de posição presentes nas produções poéticas, procuramos escutar quem se conta ali, o que conta e como se conta em nome próprio.

Compreendemos que o eu enunciador dos poemas não corresponde exatamente à pessoa do poeta, pois o texto é composto por um diálogo interno do enunciador que se contrapõe a um interlocutor (outro) internalizado, sendo que, ao mesmo tempo, esse enunciado está atravessado por outras vozes e inserido em um discurso que precede a própria enunciação (Teixeira, 1999). Ou seja, buscamos escutar a narrativa que o sujeito produz quando assume a possibilidade de enunciação – enunciações que se organizam em torno do significante negro – e que ao contar, em ressignificações, repetições e descontinuidades, conta de si, do outro e do Outro.

Nesse sentido, o sarau Sopapo Poético, no qual se deu a pesquisa aqui relatada, é entendido como um dispositivo clínico-político, pois consideramos o sarau de poesia como um evento que se inscreve no jogo de poder (Checchia, 2010) que perpassa as relações raciais e que, ao subverter enunciados, inaugura outros regimes de visibilidade e de circulação da palavra. Dispositivo clínico-político é compreendido aqui como um arranjo discursivo estratégico que produz formas de subjetivação, mas que, ao mesmo tempo, abre um espaço vazio, possibilitando que surja a singularidade do sujeito (Broide, 2014).

## **Poder e violência: o sarau como intervenção no social**

A escravidão buscou desumanizar as pessoas escravizadas. Por mais de três séculos pessoas originárias de diferentes regiões e de diferentes povos foram escravizadas e transportadas para o Brasil. As suas identidades e as suas referências simbólicas foram apagadas, junto com as suas origens; não eram mais pessoas provenientes de uma nação ou de um grupo étnico, passaram a ser propriedade, sem direito de ir e vir, sem direito a determinar a própria vida. Foram obrigados a esquecer suas línguas e a aprender um novo idioma, a se desfazer de suas crenças, da posição social que ocupavam em suas sociedades de origem, dos seus nomes próprios. Passaram a ser objetos, mercadorias; sobre seus corpos os senhores de escravos tudo podiam (Schwarcz; Starling, 2015). Contudo, houve resistência; os africanos trazidos para o Brasil lutaram por suas vidas e por sua dignidade como lhes foi possível:

Desde o início da escravidão, os africanos confrontaram a instituição, negando fatalmente a versão oficial de sua docilidade ao regime, assim como sua hipotética *aptidão natural* para o trabalho forçado. Eles recorreram a várias formas de protesto e recusa daquela condição que lhes foi imposta, entre as quais se incluíam o suicídio, o crime, a fuga, a insurreição, a revolta. O afrodescendente escravizado praticou, ainda, a forma não violenta ou pacífica de manifestar sua inconformidade com o sistema. Foi o mais triste e trágico tipo de rejeição – o *banzo* (Nascimento, 2016, p. 70, grifos do autor).

Os elementos históricos são incontornáveis para abordar a temática racial, mas também é necessário compreender que é uma questão atual, na medida em que diferenças fenotípicas ainda são um fator determinante para a discriminação, com implicações para o acesso à cidadania e para uma maior ou menor vulnerabilidade à violência do Estado. Seguimos com Sueli Carneiro (2005, p. 34) e “entendemos as relações raciais no Brasil como um domínio que produz e articula saberes, poderes e modos de subjetivação, conformando um dispositivo de racialidade”.

A violência acima enunciada incidiu e ainda incide sobre o corpo e o marcou/marca com um excesso de significados na linguagem social, como diz Nascimento

Um brasileiro é designado *preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo, mestiço, cabra* – ou qualquer outro eufemismo; e o que todo mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de um *homem-de-cor* (Nascimento, 2016, p. 48, grifos do autor).

Portanto, é preciso reconstituir quilombos, no sentido de espaços livres, espaços de liberdade que são também espaços de linguagem. O lugar de circulação da palavra, a luta pelo lugar de enunciação, não é uma luta menor.

É via significante que o sujeito em sua *falta-a-ser* é afetado pelo discurso. Como Lacan ([1972-1973] 1985b, p. 43) afirma em *O seminário, livro 20*: “o significante, como tal, não se refere a nada, a não ser que se refira a um discurso, quer dizer, a um modo de funcionamento, a uma utilização da linguagem como liame”. Segundo Moutian e Rosa (2015, p. 153), “o significante não está isolado, mas dependente de

todo o sistema de significações”. Esse sistema de significações está relacionado ao discurso e tem efeitos subjetivantes. Nesse contexto, como uma das formas atuais de resistência, temos a produção literária negra.

Segundo Silva, a denominação “literatura marginal” ou “periférica”, no contexto da literatura negra, não diz respeito a uma escolha estilística contracultural, “ela [literatura negra] não é um estilo circunstancial de vida, *ela é a própria vida*, de cuja condição não se pode abdicar tão facilmente, pois é fenômeno estrutural e estruturante” (2011, p. 102, grifo do autor). Assim, no caso dos negros, não se trata apenas (o que por si só já não é pouco) de uma literatura que tem por origem as periferias das cidades, mas de uma literatura que descentraliza narrativas brancas, centradas em valores estéticos eurocêntricos e excludentes de vozes negras. Ou seja, é uma literatura à margem da literatura oficial e com difícil acesso ao mercado editorial.

À margem da literatura oficial, à margem do centro urbano, à margem. A psicanalista Ana Costa (2015, p. 58) fala em bordas do discurso, de uma exclusão da circulação dos valores sociais. É a exclusão dos traços de africanidade, o seu não reconhecimento no laço social que promove um desamparo discursivo aos sujeitos que portam essas marcas. Esse desamparo é “caracterizado pela fragilização das estruturas discursivas que suportam o vínculo social, no que rege a circulação dos valores, ideais, tradições de uma cultura, e resguardam o sujeito do real” (Rosa, 2002, p. 2). Para dar conta daquilo que não se enlaça no discurso, nem conta com representações sociais possíveis, é preciso urdir um tecido para o que, de outro modo, seria vivido apenas sob o signo da angústia.

É nesse espaço vazio e como resistência que o sarau cria um ambiente que desmonta a naturalização do discurso de valores eurocentrados, possibilitando outras visibilidades e autorizações de fala. O Sopapo Poético nasceu no contexto de numerosos saraus, conhecidos como “sarau periféricos” ou de “literatura marginal periférica”, surgidos a partir dos anos 2000 no Brasil, principalmente nas periferias de São Paulo. São eventos de cunho artístico-político, organizados pelos próprios artistas que pretendem divulgar sua arte, mas percebem não ter espaço nos meios de divulgação oficiais por terem uma estética que não corresponde ao que já é legitimado como arte.

Considerando-se um sarau periférico, o Sopapo constitui outro centro, movimentando-se no sentido de combater a invisibilidade e a falta de reconhecimento que cai tão facilmente sobre as pessoas negras, suas histórias e suas produções, nas mais diversas áreas: “O movimento negro gaúcho intuiu a potência política dos sarau para impugnar os estereótipos racistas sobre os negros no Sul e redefinir as fronteiras e lugares que podem ser ocupados por eles” (Fontoura; Salom; Tettamanzy, 2016, p. 175).<sup>2</sup> O Sopapo Poético sustenta uma identidade racializada, baseada na imigração europeia. A historiografia oficial construiu um lugar de italianos e alemães, invisibilizando o negro em sua contribuição cultural, política e econômica.

Perante um imaginário construído em ideais de embranquecimento, vigentes no início do século XX, e que traz em sua narrativa o Rio Grande do Sul como um estado que alcançou tal ideal, o ativismo negro gaúcho parece ter se fortalecido como enfrentamento possível à inviabilidade simbólica, preservando tradições e expressões religiosas de origens africanas. Em tal contexto, a linguagem poética

---

2 Entre os autores desse texto constam organizadores do Sopapo Poético.

permite relativizações de identidades totais e circulação de visibilidades de diferenças.

O poeta hifeniza a identidade gaúcha (como dissemos, racializada em termos europeus) e africana (não como essência imutável, mas como ponto da diáspora atlântica originada na escravidão), com uma sofisticada elaboração intelectual e afetiva que reverte a invisibilização do negro no Sul (Fontoura; Salom; Tettamanzy, 2016, p. 173).

Ao mencionar o poeta como aquele que hifeniza uma identidade, podemos destacar a potência da palavra poética como aquela que, ao hifenizar a identidade, abre espaço para o sujeito. Sujeito, a partir da perspectiva psicanalítica, um sujeito dividido, não totalmente coincidente a uma identidade, um sujeito que sempre escapa a uma definição ou à apropriação de significações referidas a um discurso. A palavra criativa, poética como potência, produzindo novas significações, dando espaço e tempo para o sujeito advir a partir de sua ancestralidade e de suas tradições.

## **Tempo e desejo**

Faz parte da tradição africana, retomada pelo Sopapo, os símbolos da escrita Adinkra dos povos Akan, da África Central, destacando-se aqui o Sankofa, um pássaro selvagem que representa o resgate do passado, cuja tradução seria: “Não é tabu voltar para trás e recuperar o que você perdeu” (Sankofa – símbolo Adinkra, 2012, [n. p.]). O tempo não linear, o tempo do desejo, o passado que pela atividade narrativa pode operar sobre o presente remeteram-nos a Freud ([1908] 2015, p. 58), em “O poeta e o fantasiar”, que coloca a experiência do

narrar em estreita relação com o tempo, não um tempo linear, mas um tempo que se articula com o desejo.

As relações da fantasia com o tempo são muito significativas. Deve-se dizer: uma fantasia paira entre três tempos, os três momentos temporais de nossa imaginação. O trabalho psíquico se acopla a uma impressão atual, a uma oportunidade no presente, capaz de despertar um dos grandes desejos da pessoa; remonta a partir daí à lembrança de uma vivência antiga, na sua maioria uma vivência infantil, na qual aquele desejo foi realizado e cria então uma situação ligada ao futuro, que se apresenta como a realização daquele desejo, seja no sonho diurno ou na fantasia, que traz consigo os traços de sua gênese naquela oportunidade e na lembrança. Ou seja, passado, presente e futuro se alinham como um cordão percorrido pelo desejo (Freud, 2015, p. 58).

Nesse texto, Freud está se referindo à fantasia do escritor criativo, e investiga tanto o escritor que parte de material totalmente original quanto aquele que escolhe temas já conhecidos. Do primeiro, Freud (2015, p. 63) fala de um desejo de reencontro com uma vivência infantil, despertada por alguma vivência atual; do segundo fala que mesmo com temas já dados o escritor nunca está trabalhando com material totalmente sob seu controle, pois “mitos, sagas, contos de fada” provavelmente contêm fantasias de toda uma nação.

O negro brasileiro se vê desamparado na historiografia oficial. Não há, ali, referências históricas de liberdade. Nada se sabe dos nomes africanos; os sobrenomes que as pessoas negras carregam, em geral, são sobrenomes de escravistas. O tráfico de pessoas escravizadas rompeu relações de grupos de indivíduos com suas nações originárias,

rompeu relações familiares, tradições e crenças, deixando por referência central, quase única, a violência da escravidão. Em terras brasileiras, ao longo do tempo, a cultura negra busca expressão, mas tem que enfrentar, sistematicamente, a criminalização dessas expressões. Assim foi com a capoeira, com as religiões de matriz africana, com o samba, e assim é com o funk.

A sociedade brasileira remete o negro a um lugar de não pertencimento sistemático, no qual não é possível se reconhecer. Como diz Fanon:

Este racismo que se pretende racional, individual, determinado, genotípico e fenotípico transforma-se em racismo cultural. O objeto do racismo já não é o homem em particular, mas uma certa forma de existir (Fanon, [1969] 1980, p. 36).

Pode-se compreender a referência ao continente africano como uma alusão à mãe perdida, a um desejo de reencontro com o objeto perdido, com um tempo anterior à castração. Mas, além disso, pode-se compreender a referência também como uma história mítica de uma época e um lugar em que a cor da pele não era um significante de exclusão, em direção a um futuro desejado, no qual seja possível ser aceito com sua história e características próprias.

Assim, o sarau de poesia negra é um espaço de criação de uma narrativa possível e que gera um lugar na palavra que dá conta do que é vivido como desamparo social e discursivo. A narrativa está ligada à temporalidade, não ao tempo objetivo e mensurável, mas ao tempo humano, subjetivo, relacionado à vivência, à experiência. Narrar é dar conta do tempo humano (constituir sentido, organizar, estabelecer relações), dar estatuto de realidade ao que é uma experiência subjetiva (Ricoeur, 1994). Dunker, Paulon e Milán-Ramos (2016) também

falam da narrativa como tendo uma temporalidade própria. Trata-se de uma construção, não de uma rememoração, mas de uma memória construída: “O eu enunciativo serviria como marca de um processo de atualização e performatividade do sofrimento” (Dunker; Paulon; Milán-Ramos, 2016, p. 151). Nogueira assim definiu esse sofrimento histórico e atual:

A consequência disso [o não lugar social do escravo] é que o negro, no seu processo de tentar se constituir como indivíduo social, desenvolveu um horror a se identificar com seus iguais, pois estes representam, para ele, o retorno de um sentido insuportável, que tenta recalcar: a gênese histórico-social de sua condição de negro, que o remete ao estatuto de “*peça*”, em primeiro lugar; ao estatuto de “*lumpem*”, em segundo lugar (Nogueira, 1998, p. 38, grifos da autora).

É a esse lugar social, representado de forma totalizante pelo discurso racista, que o eu enunciativo dos poemas se opõe e denuncia; há uma busca por romper com os significados sociais e há o uso da negativa para colocar limite a esse discurso hegemônico, afirmando em muitos versos o direito a um lugar. Os poemas trazem uma performance de confronto, de luta pela liberdade e pela existência; o sofrimento atualizado pode ser inferido no tom de denúncia, na reivindicação pela palavra falada, gritada. É um passado que não passa.

Fanon (1980, p. 47), em texto no qual analisa o racismo e sua incidência na cultura, afirma: “O mergulho no abismo do passado é condição e fonte de liberdade”. É preciso beber no passado o presente, para não naturalizar a violência de agora, para desconstruir um lugar já estabelecido pelos fantasmas dos grupos sociais que dão certa consistência

ao discurso e que se percebe imaginariamente. É preciso esvaziar os significados, ocupar as palavras. De acordo com Benjamin ([1987] 2012), a história é preenchida de “tempo do agora”, não é um relato de fatos passados, mas de um presente que se questiona.

O tempo existe por nossa memória e por nossas expectativas individuais e compartilhadas, e tanto uma quanto outra existem como tal na medida em que sejam passíveis de serem narradas. Há assim um presente como resultado de uma história e de expectativas marcadas por uma certa posição perante o desejo. Pode-se entender o narrar, então, como uma tecitura entre tempo e discurso do Outro (diacronicamente) e que também se dá no deslizamento da cadeia significante (sincronicamente). Assim, a experiência psicanalítica mostra que narrar tem efeitos. É isso que escutamos na clínica, uma narrativa fragmentada, não linear, que possibilita o aparecimento de algo do sujeito desejante.

No caso do sarau, a fragmentação se dá pelas muitas vozes que compõem a narrativa. E se podemos supor algo de um sujeito, é um desejo de reconhecimento; uma demanda de reconhecimento que no eu enunciator se dá pela diversidade, e no nível do sujeito parece-nos estar mais ligado a um reconhecimento de singularidade, um desejo de ser escutado em sua singularidade.

Entendemos como Fanon (2008, p. 33) que falar “é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”. Mas é fundamental observar que falar é também a possibilidade de que algo do sujeito emergja no discurso, algo de sua singularidade. Ou seja, é preciso considerar o discurso, mas também o sujeito nesse campo de análise, e, de acordo com princípios que

aproximam Fanon (2008, p. 34) da psicanálise, o autor conclui que: “existe na posse da linguagem uma extraordinária potência”. É necessário, assim, ao sujeito que porta traços de africanidade, assumir outra posição de enunciação no espaço da malha discursiva, uma posição que permita a ele dar lugar a esses traços.

Com a inspiração de Gagnebin (2006), escutamos os “sopapeiros”<sup>3</sup> como narradores sucateiros, que juntam não apenas os cacos do que a história oficial descartou, mas o sofrimento que não encontrou lugar nem palavras. Os “ninguém” dos navios tumbeiros, os “ninguém” que circularam a árvore do esquecimento, os “ninguém” das lutas pela liberdade. E as lutas do passado e do presente vão se costurando em um empréstimo de fios entre os tempos; o sofrimento do passado se atualiza nos versos presentes, emprestam-se palavras aos que nunca tiveram, e o passado ajuda a dar novos sentidos às experiências do presente. Tecituras de redes entre tempos para que não fiquem apenas à deriva, mudos.

Uma sopapeira, entre um poema e outro, fala de sua experiência no sarau e afirma sentir-se como se houvesse tomado um passe. “Passe” não é uma palavra qualquer na tradição religiosa afro-brasileira, nem nas religiões espíritas, com forte atuação em território nacional. Mas também não é qualquer palavra para os psicanalistas, dizendo respeito a uma certa experiência de transmissão, ao final da qual alguém vai poder nomear a si como analista. No Sopapo, pensamos que o que opera é a transmissão de um lugar no discurso, que se dá via narrativização de experiências passadas, presentes e futuras que se articulam; uma narrativização que constrói um *corpus* discursivo, um *corpus* para um Outro, que é Imaginário e Simbólico, e que sem o

---

3 Sopapeiro é o modo como os frequentadores assíduos do sarau referem-se uns aos outros e a si mesmos.

enquadre fantasmático, que aqui denominamos *corpus*, seria vivido apenas como Real, cujo sinal inequívoco é a angústia, sem hipótese possível acerca desse desejo que vem desde o Outro.

## A arte negra

No Sopapo Poético, corpos negros são evidentes, tão evidentes que, ao adquirirem formas e cores diversas, perdem sua evidência. A estética do Sopapo, que começa pela reunião dos corpos, já é uma intervenção. Com tantas tonalidades e diversidade de traços, reconhecer-se negro é uma posição política. Pensando com Nogueira (1998) sobre a herança da escravização ser, também, a herança de um nome que não representa uma linhagem, mas uma relação de pertença, marca de propriedade, talvez esse autorreconhecimento restabeleça uma linhagem possível, no âmbito de uma ficção, naquilo que Lacan ([1956-1957] 1995, p. 259) situa de ficção como portadora de uma verdade: “A verdade tem uma estrutura, se podemos dizer, de ficção”.

Não se trata de uma ficção que possa ser entendida como um engodo, mas como uma construção narrativa que busca dar conta de uma origem impossível, pois ligada apenas ao traumático da escravização, um traumático reatualizado em enunciados depreciativos e naturalizados. Trabalhamos aqui com a ideia colocada por Neusa Santos Souza (1983) em *Tornar-se negro*, de que o negro, ao assumir para si ideais da cultura eurocêntrica, acaba por repudiar radicalmente seu próprio corpo, assim como sua cultura. Para o negro, a experiência de não possuir insígnias que o permitam se haver com o desejo do Outro prejudica a organização do gozo em gozo fálico, restando a angústia do gozo mortífero (Lacan, [1961-1962] 2003), algo vivido no corpo como

um excesso, um perigo, uma falha. Segundo Edson Sousa, é no mar de linguagem, enquanto discurso do Outro, que nos afogamos ou nos salvamos, é preciso “abrir a boca para tentar desenhar um litoral de linguagem que arme uma geografia mínima que nos situe no mundo” (Sousa, 2014, p. 268). É essa geografia, construção ficcional, que o sarau desenha a cada encontro.

O Sopapo, desse modo, constitui-se como um espaço-território, que sustenta uma escansão no discurso ideológico racista, possibilitando, assim, o compartilhamento da narrativa de uma ficção de origem e de tradição. Constitui-se como uma intervenção que mantém a boca do crocodilo aberta, delimitando a voracidade insuportável e mortífera do Outro (Lacan, [1969-1970] 1992). O Sopapo Poético não é um lugar, no sentido físico do termo; é um evento cultural que se propõe a divulgar a arte negra. Entretanto, por ser uma roda aberta à participação, ninguém define quem é artista ou o que é poesia; desse modo, as pessoas dependem apenas de uma autorização própria para ocupar o centro da roda e ler poemas próprios ou alheios, ao mesmo tempo em que são lidas como artistas. Ao vincular arte e negritude, o sarau abre um espaço sustentado pelo significante arte/artista e possibilita uma redistribuição do gozo fálico, pois são significantes que remetem à possibilidade de reconhecimento no discurso.

A estética assume, dessa forma, um aspecto ético ao colocar-se como a instância que produz diferença no que é dado como universal. Uma experiência estética que proporciona novas formas de sentir e de estar com o outro através da reunião de pessoas cuja cor da pele aparece como ponto de vulnerabilidade a um discurso que estabelece hierarquias entre fenótipos e culturas, produzindo homogeneização e apagamento das singularidades. A estética como intervenção que produz outras formas de expressão e de partilhar o sensível.

Enunciar a partir do lugar dado à arte, ou ao artista, no discurso, é assumir outra posição de enunciação no espaço da malha discursiva. Uma posição que conta com um reconhecimento social. Neste caso, arte e artistas negros(as) passam a operar como insígnias que permitem uma posição de enunciação e um enquadre fantasmático. Confere-se valor a partir de um traço: de uma não insígnia passa-se a uma insígnia.<sup>4</sup> Um traço que permite identificar-se e que autoriza tomar a palavra a partir do viés criativo.

Os poemas, no sarau, constituem-se a partir de um eu enunciador marcado por sua identidade cultural e sua origem, da qual fazem parte elementos da musicalidade e temas ligados à negritude (Fontoura; Salom; Tettamanzy, 2016). Assim, há produções mais evidenciadas pelos jovens sopapeiros em que o tema racial está fortemente associado ao tema social, como é o caso dos autores ligados ao *slam* poesia, em que a rima está mais a serviço do corte do que do lirismo. Também há poemas de formas mais consagradas, com versos metrificados, sonetos e cantigas; em outras vezes, o trabalho de linguagem é pouco evidente, o texto está mais próximo da narrativa de uma reivindicação política ou de um manifesto.

Os poemas às vezes fazem referência à *magia negra*, nomeando a percepção subjetiva de que o sarau produz efeitos. Buscando no *Dicionário Aurélio* (2004) definições da palavra magia, além das relativas ao ocultismo e ao fantástico, também encontramos definições relacionadas a ações simbólicas e, por metonímia, à arte ou à ciência: *magia das palavras*. A magia do ato criativo que produz deslocamentos, subverte nomeações e reivindica reconhecimento não se dá de modo solitário, é preciso pares, testemunhas que confirmam valor e

---

4 Conforme colocado por Poli e Rosa (2009), um traço que é um não traço, que desqualifica, que marca o que é não humano, não qualificável.

sustentem a narrativa como experiência que pode ser compartilhada (Braga; Rosa, 2018). A magia escolhida pelo sarau como expressão artística é a linguagem poética. Se no discurso há a circulação dos sentidos compartilhados no laço social, a poesia permite a desconstrução desses sentidos. É preciso desconstruir significados, mas, mais do que isso: inventar ritmos e pausas que propiciem a suspensão do sentido, das trilhas cristalizadas em significados que vêm fácil por legitimarem as relações ideológicas de poder.

Arte, magia, artistas, poesia e escritores: no deslizamento metonímico, vai-se narrando a experiência de ser negro, a violência da segregação, a invisibilidade social, a escravização e a tecitura de uma tradição. A dinâmica do Sopapo garante não apenas o lugar de enunciação como também o de testemunho. O caso do Sopapo tem suas especificidades, pois tanto narrador quanto testemunha compartilham referências de violências históricas e sociais, assim como transitam, constantemente, entre uma posição e outra (narrador e testemunha). Entretanto, garantir que o espaço de fala seja dado a cada um é também um reconhecimento de que, embora as referências sejam compartilhadas, o sofrimento, assim como sua narrativa, é sempre singular. É o testemunho enquanto reconhecimento de um sofrimento singular, de uma narrativa, que dá ao sujeito esse *passé*, ou seja, permite a inscrição em uma tradição. É em torno dessa tradição compartilhada, recriada a cada encontro, em torno de uma ficção que não é ilusão, mas criação, que o sujeito produz sua própria escrita, não individual, mas singular.

## Conclusão

Em literatura, a escansão do verso corresponde à contagem das sílabas tônicas, a fim de determinar o tamanho do verso, ou seja, o ponto de corte que implicará uma determinada classificação métrica e que também contribuirá para os efeitos de rima e ritmo do poema. Verso, para a literatura, refere-se a cada linha do poema; em latim, a palavra *versus* é aquilo que volta, o retorno, ao contrário da prosa – do latim *prosa*, termo relacionado a *prorsus* –, em que há um movimento contínuo, direto. Para o poema, mudar de linha “sugere um suspiro, impõe uma pausa” (Trevisan, 2001, p. 155).

Em *O seminário, livro 9* (Lacan, [1961-1962] 2003), a palavra “escansão” aparece como um corte no tempo, como no caso do tempo lógico ou da interpretação do analista, mas também na repetição, no retorno do significante, que em seu movimento de retorno nunca encontra uma identidade em si mesmo, mas uma diferença. Escansão diz respeito a uma diferença enquanto descontinuidade, enquanto corte para a manifestação do inconsciente. É no sentido de um corte que produz uma diferença, um corte que repete, mas não repete o mesmo, é assim que traçamos uma aproximação entre a psicanálise e o efeito da construção poética proposta pelo sarau: o ponto negro da poesia, podendo ser lido como o lugar de escansão no verso – na versão – de uma cultura tida como hegemônica.

Rancière (2009) aponta que, à posição de poder que produz enunciados reconhecidos, contrapõem-se os que têm suas falas ouvidas apenas como ruídos. O sarau usa esses próprios ruídos como linguagem poética e produz furos em um discurso de dominação, criminalização e apagamento de corpos negros. Assim, se há uma (re)partição que propicia experiências outras de visibilidade, de

circulação da palavra e de subversão de lugares de poder, há também reordenação do gozo fálico.

E é a partir desses movimentos que o sarau, enquanto evento artístico que se serve da linguagem poética, constitui-se como um dispositivo clínico-político, reposicionando o sujeito ante o desamparo discursivo. A arte retrazendo o lugar da diferença, implicando, ao mesmo tempo, a participação no comum e a separação, a partilha das partes, relacionando os modos de fazer, ser e dizer, a circulação do sentido e a ordem do dizível e do sensível. São essas formas poéticas que contribuem com a composição de novas/outras narrativas de ficção que comportem a ancestralidade e as tradições afrodescendentes como referências possíveis para crianças, jovens e adultos negros se reconhecerem como pertencentes a uma história que diz respeito a uma origem, a idiomas, a crenças e à participação na formação histórica brasileira.

## Referências

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. São Paulo: Letramento, 2018.
- AURÉLIO, Antonio. Magia. **Dicionário Aurélio**. 3. ed. São Paulo: Positivo, 2004.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, [1987] 2012.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. 169p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BRAGA, Ana Paula Musatti; ROSA, Miriam Debieux. Articulações entre psicanálise e negritude: desamparo discursivo, constituição subjetiva e traços identificatórios. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 10, n. 24, p. 89-107, 2018.
- BROIDE, Jorge. A construção de dispositivos clínicos. **Correio da Appoa**, Porto Alegre, v. 1, n. 10, nov. 2014. Disponível em: [https://appoa.org.br/correio/edicao/240/a\\_construcao\\_de\\_dispositivos\\_clinicos/156](https://appoa.org.br/correio/edicao/240/a_construcao_de_dispositivos_clinicos/156). Acesso em: 29 mar. 2023.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CHECCHIA, Marcelo Amorim. A clínica psicanalítica é um dispositivo. **A peste**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 89-100, 2010.
- COSTA, Ana Maria Medeiros. O corpo no litoral da ciência. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 1, p. 57-65, 2015.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz; PAULON, Clarice Pimentel; MILÁN-RAMOS, José Guillermo. **Análise psicanalítica de discursos: perspectivas lacanianas**. São Paulo: Estação das Letras, 2016.
- FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Tradução de Isabel Pascoal. Lisboa: Sá da Costa, [1969] 1980.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008.

FONTOURA, Pâmela Amaro; SALOM, Julio Souto; TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato. Sopapo Poético: sarau de poesia negra no extremo sul do Brasil. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 49, p. 153-181, 2016.

FREUD, Sigmund. O poeta e o fantasiar. *In*: FREUD, Sigmund. **Arte, literatura e os artistas**. 1. ed. São Paulo: Autêntica, [1908] 2015. p. 53-65.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 492-516.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP); INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Atlas da violência**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Ipea; FBSP; IJSN, 2021.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 2**: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1954-1955] 1985a.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 20**: mais, ainda. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1972-1973] 1985b.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 4**: a relação de objeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1956-1957] 1995.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 9**: a identificação. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, [1961-1962] 2003.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1969-1970] 1992.

MENEZES, Daniele; NASCIMENTO, Jefferson; SCHECHTER, Rosa; FALBO, Giselle; VIDAL, Paulo. Das impossibilidades do racismo etnosemântico à fala como saída. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. SPE, p. 124-138, 2020.

MOUNTIAN, Ilana; ROSA, Miriam Debieux. O outro: análise crítica de discurso sobre imigração e gênero. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 152-160, maio/ago., 2015.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro**. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

OHNMACHT, Taiaşmin da Motta. **Do laço social ao corpoema: enlaces entre negritude e psicanálise**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicanálise: Clínica e Cultura) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

OHNMACHT, Taiaşmin; CONTI, Luciane de. Racismo, subjetividades e a transmissão da experiência de negritude. *In*: MOREIRA, Jacqueline de Oliveira (org.). **Juventudes e contemporaneidade: reflexões e intervenções**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.

ROSA, Miriam Debieux. Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clinicopolíticas. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 41, p. 29-40, 2012.

ROSA, Miriam Debieux. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. **Revista Textura**, v. 2, n. 2, p. 42-47, 2002.

ROSA, Miriam Debieux; POLI, Maria Cristina. Experiência e linguagem como estratégias de resistência. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 21, p. 5-12, 2009.

SANKOFA – SÍMBOLA ADINKRA. **Coletivo Cultural Sankofa**, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://ccsankofa.wordpress.com/2012/09/01/sankofa-simbolo-adinkra>. Acesso em: 8 jul. 2023.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Raça, cor e linguagem. *In*: KON, Neomi Moritz; SILVA, Maria Lucia da; ABUD, Cristiane Curi (org.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 91-120.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia com novo pós-escrito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. **A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)**. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/794262>. Acesso em: 11 abr. 2019.

SOUSA, Edson. Samuel Beckett: breve gramática do inominável. In: PEREIRA, Lucia Serrano (org.). **A ficção na psicanálise**: passagem pela Outra cena. Porto Alegre: Appoa; Instituto Appoa, 2014. p. 264-276.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TEIXEIRA, Terezinha Marlene Lopes. O discurso do outro como constitutivo da Escrita. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 26, p. 43-78, jul./dez. 1999.

TREVISAN, Armindo. **A poesia**: uma iniciação à leitura poética. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre; Administração Popular, 2001.

ŽIŽEK, Slavoj. **Como ler Lacan**. Tradução de Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

# **Projeto de vida e futurabilidade: a adolescência como um analisador do tempo**

Maria Cristina Gonçalves Vicentin  
Yliah Cavalcanti Sardinha

Neste texto, pretendemos trazer uma pista sobre a nossa ação clínico-política com adolescentes que considere sua posição situada geopoliticamente, que é muitas vezes uma experiência sitiada (Dominguez, 2016), como vemos nas segregações socioespaciais com que se quer conformar as periferias.

Tal perspectiva geopolítica vem se intensificando com a radicalização das análises com base na tanatopolítica e na necropolítica (Mbembe, 2020), que colocam na linha de frente a atenção às “geografias racializadas” e sua “topografia da crueldade” (Alves, 2011, p. 117-118) com as políticas de exílio, inabilitação e morte de adolescentes e jovens por meio de estratégias de criminalização e patologização. Cabe lembrar que foi na Colômbia que se adotou pela primeira vez a palavra “descartáveis” para nomear os jovens que o narcotráfico recrutou para as muitas guerras. Mas foi ali também que pela primeira vez se chamou a atenção para pensar as adolescências da periferia global em sua potência de invenção de mundos e sua produção cultural como modos de re-existência (Martín-Barbero, 2008).

De fato, adolescentes e jovens, em especial desde a década de 1980, têm empreendido uma série de experiências corporais e de performances no espaço público – por meio da música, da dança, do grafite, da literatura marginal – que encurtam a distância entre a demanda por direitos e a sua prática. Tal é o caso do deslocamento que eles

operam do estigma para o emblema, invertendo as qualificações negativas que lhes foram imputadas na forma do orgulho da periferia, afirmando a periferia como dimensão existencial e vetor de subjetivação. Essa direção descolonizante por eles forjada tem contribuído para a politização das violências – seja daquela(s) a eles dirigida ou daquela(s) que eles protagonizam. Tal politização se faz na assunção, pelos próprios jovens, de uma luta por justiça e por acesso a direitos, o que contribui também para a arguição dos efeitos do patriarcado que têm como base a incapacitação sociopolítica dos adolescentes e jovens e o uso do discurso protecionista como argumento de dominação e de assujeitamento.

Mas a ideia de periferia global proposta pelo simpósio que deu origem a este livro levanta possibilidades de pensar o encontro entre Norte e Sul na forma dos agenciamentos coletivos de enunciação que ligam os adolescentes *descartáveis* da América Latina aos adolescentes das periferias de todo o mundo (como os imigrantes, os refugiados e todos os que vivem os efeitos das desigualdades e de outros processos coloniais). Assim, a pista que buscamos evidenciar visa conectar a disposição de rebelião dos adolescentes do Norte e do Sul, tomando o “global” não como um “universal”, mas como uma dimensão de subjetivação – impessoal e singular – e que diz respeito à relação dos adolescentes e jovens com o presente como uma dimensão privilegiada da existência.

Tomamos aqui a indicação formulada pelos sociólogos italianos Alberto Melluci (1997, 2001) e Carmen Leccardi (2005), que sugerem que os jovens são um termômetro particularmente sensível das transformações relativas ao tempo. Já nos anos de 1980, as pesquisas sobre o tempo dos jovens na Itália registravam um deslocamento: uma atenção especial ao presente como área temporal de referência;

uma passagem do futuro para o presente. Como propôs Leccardi (2005), em resposta às condições sociais de grande insegurança e de risco, alguns jovens encontram refúgio em projetos de curto prazo, na forma de um “presente estendido”. Alberto Melluci (2001), por sua vez, evoca a figura dos “nômades do presente” ou dos “pássaros migratórios” como metáfora biográfica das adolescências para chamar atenção para as experiências dos jovens como enormes “laboratórios de invenção”, não porque as projetam (suas aspirações), mas porque já as praticam. Os “nômades do presente” não perseguem uma meta, mas exploram o mundo, envoltos pelo provisório. Adquire força, nesse contexto, a tendência à experimentação – entendida, entretanto, não segundo a costumeira referência a um itinerário marcado por experimentos e erros, com o objetivo de identificar as vias mais idôneas para atingir um dado objetivo. Os “nômades do presente” rodeiam, sem uma meta precisa, por lugares não conectados, estações singulares de suas biografias, cujas conexões podem ser eventualmente identificadas como resultado de uma reflexão *ex post* e não com base em um projeto. Mais ainda, o autor sustenta que, ao reverter a definição adulta do tempo, os adolescentes contestam as variáveis dominantes de organização do tempo na sociedade. Eles revelam o poder presente na suposta neutralidade técnica da regulação temporal da sociedade.<sup>1</sup>

---

1 Tal hipótese de trabalho trazida por Melucci (1997, 2001) e Leccardi (2005) se ancora numa análise mais ampla das mudanças em curso na modernidade contemporânea, quando se esboçam novas modalidades de relação com o futuro (e com o tempo), caracterizadas por uma “crise do futuro”, quando se privilegia sua dimensão incerta. Para os mesmos autores, essas novas formas de temporalização não implicam, entretanto, a pura e simples perda do futuro e a renúncia ao projeto *tout court*. Ao contrário, uma parte, ao menos do mundo juvenil, elabora respostas capazes de neutralizar o temor paralisante do futuro, tomando a incerteza do ambiente como um dado não eliminável, que deve ser transformado em recurso graças a um exercício constante de consciência e de reflexividade. Outros jovens podem não contar com os suportes necessários para construir sua própria autonomia e são expulsos para uma identidade sem espessura temporal.

Desafiando a definição dominante do tempo, os adolescentes anunciam para o resto da sociedade que outras dimensões da experiência humana são possíveis. E fazendo isto, eles apelam à sociedade adulta para a sua responsabilidade: a de reconhecer o tempo como uma construção social e de tornar visível o poder social exercido sobre o tempo (Melucci, 1997, p. 11).

Tomaremos essa indicação para interrogar a ideia de projeto como um princípio capaz de estruturar/alavancar biografias, a partir da proposta socioeducativa que toma a elaboração de um projeto de vida como uma das direções da execução da medida.<sup>2</sup>

Obviamente, a estratégia de subjetivação investigada junto aos jovens vivendo na Europa não pode ser transferida de forma direta para o contexto perverso com o qual se defrontam jovens privados da materialidade do trabalho e do acesso a recursos para sua autorrealização, desprovidos do direito à juventude. É necessário fazer distinções entre a vida dos jovens “incluídos socialmente”, que têm redes de proteção capazes de sustentar essa construção, e as vidas dos adolescentes “excluídos socialmente”, em que os processos de vulnerabilização se intensificam, fraturando a ideia de projeto ao ofertar um futuro sem projeto.

No entanto, queremos destacar aqui a perspectiva temporal-intensiva que percorre a vida dos adolescentes e jovens nos contextos periféricos, sem perder de vista essa singular inscrição histórica e territorial.

---

2 A proposta socioeducativa e outras políticas, como as que recentemente foram adotadas para o ensino médio, privilegiam a construção do projeto de vida, sustentando a adolescência como momento de plasmar sua identidade e assumir um lugar na sociedade e um papel na dinâmica sociocomunitária em que está inserido, tendo o projeto uma centralidade nessa operação.

De fato, a visão projetista que perpassa o debate sobre adolescência e socioeducação está ancorada numa perspectiva temporal em direção ao progresso e ao bom desenvolvimento, seja como adaptação do sujeito à realidade, seja como superação de uma situação objetiva. Ou seja, a ideia de projeto que vigora nesse campo é a de uma forma de seleção – subjetivamente construída – entre múltiplos “futuros virtuais” disponíveis, capaz de destilar das fantasias e dos desejos que o substantivam objetivos alcançáveis, dotados de uma clara medida temporal. Tal perspectiva projetivista se assenta inclusive como um contraponto à tese sobre as vivências imediatistas que atravessariam a vida de jovens excluídos e marginalizados, uma vez que as necessidades do momento impedem o movimento de antecipação obrigatório para a construção do projeto (Melo, 2021; Sardinha, 2021).

É certo que os Planos Individuais de Atendimento (exigência da medida socioeducativa) têm sido vistos como projetos de orientação e de inserção de adolescentes, tendo como horizonte um projeto de vida emancipador. Mas, como aponta Melo (2021), prevalece uma perspectiva basicamente interventiva e instrumental – pautada num “melhoramento”, em termos de desenvolvimento –, e não crítico-existencial, muito menos política. Desse modo, ele se transforma em instrumento técnico de compilação de informações e contratos que cercam a família, a criança e o adolescente, servindo como ponte na atuação entre assistência social e Judiciário, deixando apenas duas escolhas possíveis para o jovem: sujeitar-se ou ser punido.

O projeto de vida é visto como uma forma de antecipação do futuro a fim de domesticá-lo e como uma busca por resultados valiosos por meio da articulação entre processos e oportunidades, que resultariam em mudanças. Assim, as premissas da noção de projeto têm

estreita ligação com a lógica neoliberal, produtivista e funcionalista, partindo de uma concepção permanente e universal de autoconsciência e autodeterminação, tomando o progresso humano como um movimento natural, linear, direcionado, crescente e expansor. Além disso, ao trabalhar com a ideia de autoconsciência e autodeterminação, prevalece a ausência de uma dimensão política na leitura da subjetivação necessariamente determinada pelos outros e pelas relações de poder e saber (Melo, 2021).

Ainda na perspectiva do mesmo autor, impossibilitada de acessar as condições necessárias para a construção do projeto, mas obrigada a construí-lo em troca de alguma ajuda subsidiária com a promessa de emancipação, essa população fica à mercê da desilusão e dos resultados decepcionantes, já que o projeto a ela imposto não apenas foi artificialmente construído, muitas vezes com um terceiro confiscando a posição de autor, mas também raramente é circunscrito sociopoliticamente.

Ou seja, no caso dos adolescentes da periferia global, para os quais há a experiência de viver permanentemente com a “angústia do aniquilamento” (Mbembe, 2020), não é apenas a relação com o território que está em jogo, mas o desenho de uma certa cronopolítica.<sup>3</sup> Nesse caso, a leitura projetivista tem pertinência? Ou estaríamos diante de uma intensificação da potência da vida, de uma forma diferente de operar o tempo, na qual o projetivo precisa ser pensado de outro modo?

---

3 Virilio e Lotringer (1984) forjam o conceito de *cronopolítica* para se referir ao governo do tempo e da vida exercido pela primazia da velocidade, que atua diretamente nas temporalidades vigentes, tendendo a abolir a própria ideia de duração. Dizem os autores que seria preciso um outro regime de temporalidade que restituísse ao homem sua condição de habitante do tempo. Assim, não bastaria uma política do espaço, mas seria preciso forjar uma política do tempo, uma cronopolítica que desafiasse o modelo dominante de controle do tempo.

## **Michel e a invenção de um outro tempo<sup>4</sup>**

Vejamos como um fragmento da narrativa com o adolescente Michel, durante seu processo de cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida, ajudar-nos-á a circunscrever esse vetor da cronopolítica. Neste trecho, encontramos adolescente e técnica durante um atendimento:

*Hoje, no entanto, eu precisava conversar com ele para conseguir algo, por mínimo que fosse, para escrever no já atrasado relatório de acompanhamento, pois haviam se passado muitos dias sem ações consideradas “efetivas”. Fiquei feliz pela sala estar mais aconchegante, quem sabe ele se sentiria mais à vontade. Esparramados, ele deitado com a cabeça em uma almofada de coração e eu o olhava, apoiada nos cotovelos. “Michel, como você tá? Você sabe que chegou de novo o momento de eu escrever pro juiz e a gente precisa rever algumas coisas. Como vai ficar aquela situação da escola? Você quer mesmo tentar ir estudar com os outros meninos ou prefere tentar aprender a ler em um lugar específico pra isso?” Enquanto eu falava ele dava leves petelecos no meu braço e perguntava sempre: “Tá doendo?”. Eu respondia que não, e continuava a odiosa saga de conseguir alguma sustentação para um relatório que mantivesse o adolescente em liberdade. Alheio ao que eu falava, Michel pega a almofada de coração bordada com um “TE ADORO”, onde apoiava a cabeça, e me pergunta o que tá escrito. Peço pra ele tentar ler primeiro, como exercício. “TEM A DOR RO”*

---

4 Esta seção apresenta o caso e a discussão do mestrado de Sardinha (2021), a partir de diário de atendimento da própria autora.

*fala ele devagarzinho, puxando o R. “Quase lá. Tenta de novo.”  
“TEM A DOR O”, repete o menino. E de repente eu ouço a dor  
no coração!*

*Lembro de um único atendimento no primeiro ano de acompanhamento onde [o adolescente me disse] que tinha dias que o coração dele doía tanto, o peito ficava tão pesado que ele não conseguia levantar da cama e que ele achava que era depressão, porque tinha visto na TV e a mãe havia lhe falado.*

*[...] Anos se passaram e agora esse coração dóido aparecia de novo. Eu ali falando, pedindo para que ele me desse algo para o relatório, alguma ação possível dentro do formatinho designado do que os outros querem da socioeducação e ele me entregava novamente o que ele queria. O tempo todo esse coração que dói estava no atendimento, os petelecos e a constante pergunta “tá doendo?”, a almofada de coração na cabeça, o coração na cabeça. Perguntei do que doía, mas ele não sabia dizer. Pouco dizia sobre si e sobre os outros. Dizia que era preciso ser “cauteloso”, não sair falando as coisas por aí. O cauteloso que lhe mantinha atento e muitas vezes garantiu sua segurança era também o que não sabia falar de si. Emudecer, passar despercebido, desaparecer. Ele finalmente tirou um novo RG, mas só foi me apresentar mais de um ano depois. Na semana seguinte a isso, perde o documento. Segue sendo o menino que nunca entregou sua identidade.*

*Muito, muito tempo depois do dia do “TE A DOR O”, Michel pega uma caneta e diz que ia dar uma entrevista para a Rede Globo, que naquele cenário era eu. Já que ele finalmente se coloca em frente às câmeras, resolvo fazer perguntas e peço*

*para que ele fale um pouco mais sobre ele. Na entrevista para a TV, ele conta que, além de fazer as pessoas rirem, ser humilde, calmo e simpático, ele também tem um coração de ouro. O “TEMA DOR O” em algum momento virou “A D’OURO”: um novo coração foi produzido. Diferente do coração que dói e é cauteloso, o coração de ouro sobe no palco, canta, dança e manda umas rimas falando sobre quem nasceu pra brilhar. Quando perguntado se ele nasceu pra brilhar, Michel desvia os olhos, falando que ele acha que não, porque só nasce pra brilhar quem tem estrutura: família, casa, carro, estudo. “Quem tem dinheiro então? Quem tem ouro?”, pergunto a ele, que concorda com a cabeça. “E quem tem o coração de ouro, não nasceu pra brilhar?”, e ele sorri, em um dos poucos momentos desarmado: “Depois dessa não tenho nem o que te responder” (Sardinha, 2021, p. 75-77).*

Um dos objetivos da medida socioeducativa imposta a Michel é a elaboração de um novo projeto de vida, a ser organizado e metrificado nas ações do Plano Individual de Atendimento. No entanto, o que Michel traz para seus atendimentos socioeducativos é esse coração que, cauteloso, aparece quando e como quer, às vezes até contra a vontade do adolescente.

O projetivo é dependente de um tempo linear e ascensor, com vínculos de causa e efeito entre o que houve e o que haverá, numa tentativa de construção contínua e direcionada, organizada e escalonada em passado, presente e futuro. Como pode o coração de Michel caber nesse tempo, quando bate no seu próprio ritmo, não necessariamente com uma direção definida, uma produção ou objetivo a ser alcançado?

Sodré (2017) salienta que essa concepção de tempo e percepção da temporalidade foi construída a partir de uma lógica da filosofia ocidental. A passagem do tempo seria um modo de subjetivação, eis que independente do movimento cosmológico (Sol, estrelas etc.), e sua tripartição em passado, presente e futuro é uma abstração na qual passado e futuro figuram enquanto objetos privilegiados pelo pensamento ocidental. O presente já nasce velho, carregado pelo que passou, transitando em movimento infinito, linear, contínuo e quantificável. A tripartição da percepção temporal causa ainda uma divisão entre tempo e espaço, como se não fossem convergentes e conviventes.

A essas restrições, Rufino e Simas (2019) vão chamar de “cárcere temporal”, ao qual o colonialismo europeu-ocidental nos submeteu e do qual nem o presente escaparia, uma vez que está submetido a essa lógica aprisionadora. Como forma de transgressão, é preciso trazer o diverso novamente para jogo, apresentado por meio de Exu e Orunmilá na tradição nagô. “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que atirou hoje” é o aforismo nagô que situa a relação de Exu enquanto fundador do tempo.<sup>5</sup> Por meio da ação/acontecimento, Exu inventa o tempo, quebra sua linearidade enquanto absoluto e propõe uma coexistência temporal em retrospectão e prospecção. A capacidade de modificar o passado não é temporal, mas temporalizante, uma temporalidade que não é constituída, mas constituinte. A partir da ação/acontecimento, é possível a Exu modificar aquilo que já estava posto, fundando seu próprio tempo, que não é tributário de começo nem fim, por ser o próprio processo (Sodré, 2017).

---

5 Sodré (2017), Rufino e Simas (2019) e Rufino (2019) se debruçam sobre esse aforismo em suas obras.

Podemos pensar que o coração que se precipita nos atendimentos inaugura o processo socioeducativo de Michel, permite que ali ele trabalhe o que lhe interessa, a seu tempo. O que anteriormente não cabia nos objetivos da medida socioeducativa e em seu Plano Individual de Atendimento passa a caber, como se sempre estivesse ali. Nessa precipitação do coração, Michel inventa a socioeducação não só para si, mas alarga seus contornos enquanto política.

Como Enugbarijó,<sup>6</sup> a boca que tudo come, as medidas socioeducativas, da forma como são propostas, são engolidas pelo fazer adolescente, para serem então devolvidas modificadas, transpassadas. Não se trata, então, de destruir o projetivo, mas de destroná-lo (Rufino, 2019). Diante daquilo que se apresenta enquanto caminho único, a encruzilhada de Exu traz infinitas possibilidades, tornando o projeto de vida nos moldes que conhecemos apenas mais uma delas.<sup>7</sup>

Isso se faz presente no acompanhamento da medida de Michel, em que houve atenção para as responsabilidades estipuladas, como os encaminhamentos e cuidados com a saúde, a escolarização e a alfabetização, os contatos com a cultura e com o esporte e o fortalecimento da família, mas não só. Criou-se escuta, espaço e tempo no sustentar conjunto com o adolescente do coração que doía, sem um conhecimento *a priori* dos desdobramentos dessa aposta.

---

6 Enugbarijó, uma das várias facetas de Exu, é “a boca do mundo” ou “a boca que tudo come”, representando a transformação por meio do ingerir e regurgitar (Rufino, 2019).

7 A lógica europeia-colonial nos leva a pensar encruzilhada como a necessidade da escolha entre dois ou mais caminhos. Exu é a própria encruzilhada, a existência nas inúmeras possibilidades: “A potência da encruzilhada é o que chamo de cruzo, que é o movimento enquanto sendo o próprio Exu. O cruzo é o devir, o movimento inacabado, saliente, não ordenado e inapreensível” (Rufino, 2019, p. 18).

Exu tem um melhor amigo, Orunmilá, a quem todos recorrem quando necessitam de conselhos e direcionamento, sendo essa divindade também portadora da potência dos caminhos. Dizem Rufino e Simas:

Nesse sentido, caminho está implicado à noção de possibilidade, imprevisibilidade e inacabamento. É rigorosamente o inverso de “estrada”, que pressupõe a rota previamente traçada, com ponto de partida e chegada, sem atalhos (Rufino; Simas, 2019, p. 38).

Mais do que as possibilidades do vir a ser, Orunmilá carrega a sabedoria sobre as condutas que potencializam ou despotencializam a condição do ser/estar. Enxergando o dinamismo das existências, Orunmilá aponta para um exercício do ser/sendo, trabalhando as responsabilidades das múltiplas maneiras de ser/estar em contato com todas as demais existências. Em vez de considerar o adulto e a completude de um projeto como momento de plenitude, o que se sugere é uma potência a ser cultivada em todos os momentos. Não uma potência do ser, mas uma potência do ser.

## **Considerações finais**

A socioeducação forjada por Michel não dá respostas; ao contrário, faz-nos sustentar o inacabamento, a descolonização da ideia de adulto e “melhoramento” pelo projeto de vida, sugerindo uma cronopolítica exusíaca (Rufino; Simas, 2019), considerando que “os futuros são inscritos no presente como possibilidades imanentes, e não como desenvolvimento necessário de um código” (Berardi; Silva, 2019, p. 182). Acompanhando Franco Berardi e Regina Silva (2019, p.

182), a futurabilidade é a pluralidade dos futuros inscritos no presente e, também, é a composição mutável da intenção coletiva.

A Rede Coletivo Amarrações tem substituído a ideia de projeto pela de sonho, tem sustentado dispositivos clínico-políticos que buscam acompanhar essa performatização do sofrimento sociopolítico em sua incidência coletiva, mas também em sua futurabilidade.

Construir espaços que sustentem a contradição e a pluralidade de caminhos permite transpassar uma rigidez projetiva, apostando em uma construção outra do futuro, na qual crianças e adolescentes possam participar das invenções do tempo.

## Referências

ALVES, Jaime Amparo. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 22, p. 108-134, 2011.

BERARDI, Franco; SILVA, Regina. **Depois do futuro**. São Paulo: Ubu, 2019.

DOMINGUEZ, Alfredo Nanteras. Juventudes situadas y sitiadas. In: DOMINGUEZ, Alfredo Nanteras (org.). **Juventudes sitiadas y resistências afectivas**. Tomo I. Violencias y aniquilamento. Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana; Gedisa, 2016.

LECCARDI, Carmen. Para um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, p. 35-57, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens. In: BORELLI, Sílvia; FREIRE FILHO, João (org.). **Culturas juvenis no século XXI**. São Paulo: EDUC, 2008. p. 9-32.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 Edições, 2020.

MELO, Eduardo Rezende. **Direito ao desenvolvimento**. Arqueologia de um dispositivo na subjetivação de crianças e adolescentes. São Paulo: Intermeios, 2021.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 5-14, set./out./nov/dez. 1997. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24781997000200002&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781997000200002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 11 dez. 2022.

MELUCCI, Alberto. **Invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

RUFINO, Luiz; SIMAS, Luiz Antonio. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SARDINHA, Yliah Cavalcanti. **Do projetivo ao manifestante: socioeducação, projeto de vida e intensidades adolescentes**. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

VIRILIO, Paul; LOTRINGER, Sylvere. **Guerra pura: a militarização do cotidiano**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

## **Sobre os(as) autores(as)**

### **Aline Souza Martins**

Professora doutora da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Psicóloga e psicanalista. Membro do Laboratório de Psicanálise Sociedade e Política (Psopol) e do Grupo de Estudos, Pesquisas e Escritas Feministas (Gepef).

E-mail: [alinesouza.martins@mackenzie.br](mailto:alinesouza.martins@mackenzie.br)

### **Ana Cláudia Castello Branco Rena**

Psicóloga clínica. Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pesquisadora colaboradora no Laboratório de Estudos e Pesquisa em Psicanálise e Crítica Social (Lapicris/PUC Minas). Pesquisadora colaboradora do Núcleo de Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (Psilacs/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG). Pesquisadora colaboradora no projeto de pesquisa “Coorte retrospectiva dos feminicídios em Minas Gerais” e do subprojeto “Oportunidades perdidas na resposta à violência contra mulheres e meninas no setor saúde” (Instituto René Rachou, Fiocruz Minas).

E-mail: [anaclaudiarena@gmail.com](mailto:anaclaudiarena@gmail.com)

### **Andréa Máris Campos Guerra**

Professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, onde coordena o Núcleo Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (@psilacs). Doutora em Teoria Psicanalítica com Estudos Aprofundados na França (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil/Universidade RENNES II, França), Pós-doutora (Paris, VIII-França) e professora convidada na França, Bélgica e Colômbia. Pesquisadora com Bolsa de Produtividade 2 (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Coordena a coleção editorial Decolonização e Psicanálise com a Editora n-1. Autora de vários livros e

membra do Grupo de Trabalho Psicanálise, Política e Clínica da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia; do Coletivo Amarrações; da Rede Interamericana de Pesquisa em Psicanálise e Política; da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental e da Rede Internacional de Investigação em Criminologia e Psicanálise.

E-mail: andreamcguerra@gmail.com

### **Bianca Ferreira Rodrigues**

Doutoranda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestra e graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei. Bolsista da Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Concentrou seus estudos na interface entre psicanálise, instituições e questões sociais da contemporaneidade. Atua como psicóloga clínica e acredita na riqueza que advém do encontro de sujeito, corpo e sociedade.

E-mail: biancaferreira025@gmail.com

### **Carolina Nassau Ribeiro**

Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Psicanalista e professora em cursos de extensão e pós-graduação, atua na interface entre clínica psicanalítica, sofrimento psíquico, adolescência e contemporaneidade. É autora do livro *Reduzir-se a nada*, além de artigos acadêmicos e de capítulos de livros.

E-mail: carolnassau@gmail.com

### **Cláudia Maria Perrone**

Psicóloga e psicanalista. Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Appoa). Professora do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: claudia.perrone@ufrgs.br

### **Dieine Mércia de Oliveira**

Psicóloga. Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura (UFRGS). Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica (USP). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura (Nuppec/UFRGS).

E-mail: oliveiradieine@yahoo.com.br

### **Emília Estivalet Broide**

Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestra em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública (USP). Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-doutora em Psicologia Clínica pela USP, onde integra o Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política (Psopol). Coordenadora da Rede SUR Psicanálise e Intervenção Social. É autora do livro *A supervisão como interrogante da práxis analítica: desejo de analista e a transmissão da psicanálise* (Escuta, 2017) e coautora dos livros *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções* (Escuta, 2016) e *População de rua: pesquisa social participativa – Censo, perfil demográfico e condições de vida na cidade de São Paulo* (Coleção Práxis Psicanalítica, Juruá Editora, 2018), além de diversos artigos na área da psicanálise e políticas públicas.

E-mail: emilia\_bro@uol.com.br

### **Evilene Abreu Silva**

Doutoranda em psicologia. Bolsista da Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza. Membro do Laboratório de Estudos sobre Psicanálise, Cultura e Subjetividade (LAEPUS/Unifor). Psicóloga clínica.

E-mail: evileneabreu30@gmail.com

### **Flávia Tridapalli Buechler**

Psicóloga e psicanalista. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
E-mail: flaviatbuechler@gmail.com

### **Gabriel Inticher Binkowski**

Psicanalista e professor no Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP). Membro do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política (Psopol/USP) e da Unité Transversale de Recherche Psychogenèse et Psychopathologie. Coordena o eixo de atendimentos clínicos do Grupo Veredas: Psicanálise e Imigração e é um dos coordenadores do Grupo Interuniversitário de Investigação em Religião, Laço Social e Psicanálise (Relapso).  
E-mail: binkowski@usp.br

### **Gabriela Gomes da Silva**

Psicóloga. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
E-mail: gabriela.gs2011@gmail.com

### **Henrique Ibrahim Tenório**

Aluno de graduação em Psicologia na Universidade Presbiteriana Mackenzie.  
E-mail: henrique.ibrahim.tenorio@gmail.com

### **Jacqueline de Oliveira Moreira**

Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestra em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Psicanalista. Bolsista Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.  
E-mail: jackdrawin@yahoo.com.br

### **Jaquelina Imbrizi**

Professora associada III da Universidade Federal de São Paulo (Câmpus Baixada Santista). Membro do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política (Psopol/USP) e do Coletivo Internacional Amarrasções – Psicanálise e Políticas com Juventudes e uma das coordenadoras do Laboratório de Psicanálise, Arte, Política e Sociedade (LaPPAS/Unifesp – Câmpus Guarulhos e Baixada Santista).

E-mail: jaquelina.imbrizi@unifesp.br

### **Janara Pinheiro Lopes**

Professora do curso de graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza. Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia (Unifor). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Especialista em Psicologia Hospitalar pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (Faveni – Espírito Santo). Membro do Laboratório de Estudos sobre Psicanálise, Cultura e Subjetividade (LAEPUS/Unifor). Psicóloga clínica e psicanalista.

E-mail: janarapinheiro@unifor.br

### **Julia Bartsch**

Psicanalista e mestra em Psicologia Clínica (Instituto de Psicologia/USP). Membro do Grupo Veredas, braço do Laboratório de Psicanálise, Política e Sociedade (USP).

E-mail: jbartsch.psi@gmail.com

### **Juliana Martins Costa Rancich**

Psicóloga e psicanalista. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: julianamartinscosta@gmail.com

### **Juliana Marcondes Pedrosa de Souza**

Possui graduação em Psicologia pelo Centro Universitário Newton Paiva, mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei. Tem experiência na gestão acadêmica e na gestão de projetos sociais. Atua como professora universitária na Uninassau (Belo Horizonte, Minas Gerais) e na Pós-graduação do Grupo Unis. Pesquisa os seguintes temas: políticas públicas da infância e juventude; processos psicossociais; e violência e juventude.

E-mail: juliana.marcondespedrosa@gmail.com

### **Leônia Cavalcante Teixeira**

Professora titular do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza. Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com Pós-doutorado em Psicologia (Capes) na Universidade Aberta de Lisboa. Psicóloga e psicanalista. Membro do Laboratório de Estudos sobre Psicanálise, Cultura e Subjetividade (LAEPUS); do Grupo de Trabalho Psicanálise, Política e Clínica da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp); da Rede Internacional Coletivo Amarracões – Psicanálise & Políticas com Juventudes; e do Movimento Cada Vida I – A universidade na prevenção e no enfrentamento da violência no Ceará.

E-mail: leonia.ct@gmail.com

### **Lucas Caetano Pereira de Oliveira**

Doutorando e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2020) e graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição (2016). Fez um período de mobilidade acadêmica na Universidade do Porto (2015). Desde 2012, é pesquisador associado ao centro de estudo de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp). Atualmente desenvolve pesquisas sobre o trabalho

infantojuvenil no tráfico de drogas e o papel do trabalho na transição entre a adolescência e a idade adulta.

E-mail: kaetanolucas@gmail.com

### **Luciane De Conti**

Psicóloga, docente e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Psicanálise, Clínica e Cultura e do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana (UFRGS). Doutora em Psicologia do Desenvolvimento pela UFRGS. Membro da Rede Internacional Coletivo Amarrações e do Grupo de Trabalho Psicanálise, Política e Clínica da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp). Coordenadora do Núcleo de Estudos em Psicanálise e Infâncias (NEPIs/UFRGS).

E-mail: luciane.conti@ufrgs.br

### **Maria Cristina Gonçalves Vicentin**

Docente do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho e da Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP (IP-USP). Membro do Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política do IP-USP e do grupo de pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Memória (IEA-USP).

E-mail: cristinavicentin@usp.br

### **Mayara Oliveira de Carvalho**

Aluna de graduação em Psicologia na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

E-mail: mayara.contact@gmail.com

### **Miriam Debieux Rosa**

Psicanalista, professora titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Coordena o Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política (Psopol) e o Grupo Veredas: Psicanálise e Imigração. Pró-reitora adjunta para Inclusão e Pertencimento da Universidade de São Paulo (2022-2026). Pesquisadora

do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com o estudo “Silenciamento, racismos e sonhos em tempos de pandemia e isolamento social: questões para a clínica psicanalítica”. Pós-doutorado pela Université Paris Diderot, PARIS 7, França (CNPq, 2015-2016), na temática de Violência e Imigração. Publica artigos e livros, destacando-se *A clínica psicanalítica face ao sofrimento sócio-político* (Escuta; Fapesp, 2016, Prêmio Jabuti em 2017). É uma das organizadoras, entre outros, dos livros: *As escritas do ódio: psicanálise e política* (Escuta; Fapesp, 2017) e *Violência e psicanálise: atualizações e intersaberes* (Ed. Ipusp, 2021).

E-mail: debieux@terra.com.br

### **Nara Gleisia Ferreira**

Bacharelado e licenciatura em Letras, com pós-graduação em Psicanálise: clínica com criança e adolescente. Atualmente cursando mestrado profissional em Educação e Docência pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: naragleisia@hotmail.com

### **Nádia Laguárdia de Lima**

Psicóloga, psicanalista, professora associada do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-doutorado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do grupo de pesquisa Além da Tela: psicanálise e cultura digital. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas Psicanalíticas e Educacionais (Lepsi).

E-mail: nadia.laguardia@gmail.com

### **Olga Damasceno Nogueira de Sousa**

Mestra e graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Especialista em Saúde Mental Coletiva – Programa Residência Integrada em Saúde – pela

Escola de Saúde Pública do Ceará. Psicanalista e integrante do Laboratório Psicanálise Cultura e Subjetividade (LAEpCUS/UNIFOR).

E-mail: olganogueiradesousa@gmail.com

### **Pedro Teixeira Castilho**

Psicólogo, psicanalista, com mestrado em Literatura e Psicanálise pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutor em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo e pós-doutorando em Psicologia Clínica pela New School of Social Research. Professor do curso de graduação e da pós-graduação da Faculdade de Educação da UFMG, vem realizando pesquisas nas áreas de políticas públicas; adolescência em conflito com a lei; inclusão social; psicanálise; violência; educação social; toxicomania; e contemporaneidade.

E-mail: contatocastilho@gmail.com

### **Rose Gurski**

Psicóloga e psicanalista pela Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Appoa). Professora associada do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-graduação Psicanálise: clínica e cultura (UFRGS) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica (USP). Coordenadora do Eixo 3 do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura (Nuppec). Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Coordenadora do Eixo 3 – Psicanálise, Educação, Intervenções Sociopolíticas e Teoria Crítica do Nuppec/UFRGS.

E-mail: rosegurski@ufrgs.br

### **Suênia de Lima Duarte**

Docente do curso de Educação Física da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestre em Educação pela UERN. Psicóloga e psicanalista.

Especialista em Desenvolvimento Infantil pela UERN e doutoranda em Psicologia do Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Membro do Laboratório de Estudos sobre Psicanálise, Cultura e Subjetividade (LAEPUS/Unifor).

E-mail: limaduarte@uern.br

### **Taiasmin da Motta Ohnmacht**

Psicóloga, psicanalista e escritora. Pós-graduada em Assessoria Linguística e Revisão Textual pela Faculdade Porto Alegrense (2013), mestra em Psicanálise: Clínica e Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2019), com pesquisa sobre relações raciais. É membro do Instituto de Pesquisa em Psicanálise e Relações de Gênero (Ipperg). Participou da organização do livro *Da vida que resiste – Vivências de psicólogas(os) entre a ditadura e a democracia* (CRPRS, 2014); é coautora do texto “Racismo, subjetividades e a transmissão da experiência de negritude”, capítulo do livro *Juventudes e contemporaneidade: reflexões e intervenções* (Edunisc, 2020), autora do artigo “Cada um vê o sol do meio-dia da porta de sua casa”, na revista *Psicanálise e Relações Raciais* da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (2020), coautora do artigo “Anti-narciso e o devir revolucionário de Franz Fanon: diálogos entre psicanálise, política e racismo”, capítulo do livro *Por uma psicanálise antirracista – a psicanálise na encruzilhada* (Hucitec, 2022), e do artigo “O estrangeiro em psicanálise: contribuições a partir das obras de Neusa Santos Souza e Isildinha Baptista Nogueira”, na *SIG Revista de Psicanálise* (SIG, 2022). Atua na área clínica.

E-mail: taiasmin.mo@gmail.com

### **Yliah Cavalcanti Sardinha**

Graduada em direito pela UNESP; mestre em Psicologia Social pela PUC-SP; supervisora clínico-institucional de serviços da rede de proteção integral de crianças e adolescentes.

E-mail: yliahsardinha@gmail.com

Este livro foi produzido pela Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais (EdUEMG) em novembro de 2025. O texto foi composto em Source Sans 3, por Paul D. Hunt, e Source Serif 4, por Frank Grießhammer. Para obter mais informações sobre outros títulos da EdUEMG, visite o site: [editora.uemg.br](http://editora.uemg.br).

## Confira outros títulos da Editora UEMG

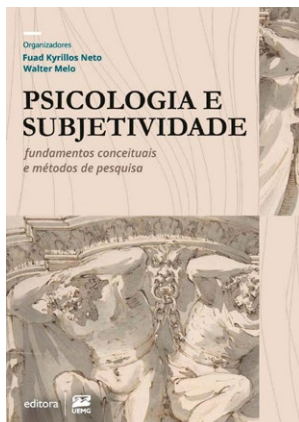


### **Luto e morte em tempos de pandemia: reflexões a partir da psicologia**

Jacqueline de Oliveira Moreira (org.)

O livro promove uma reflexão sobre a perspectiva psicológica diante da pandemia da covid-19. Os autores fizeram uma análise sobre as mortes e lutos possíveis e impossíveis, com uma abordagem focada na saúde psíquica frente ao trauma da nova doença. Além disso, buscaram desenvolver uma pesquisa que envolvesse luto, angústia e morte com os sujeitos afetados pela situação: sejam profissionais de saúde, sejam usuários de redes sociais. Outra temática presente na obra é o cenário político do país e sua relação com a necropolítica.

Acesse em: [editora.uemg.br/catalogo](http://editora.uemg.br/catalogo)



**Psicologia e subjetividade:  
fundamentos conceituais e métodos de pesquisa**  
Fuad Kyrillos Neto e Walter Melo (org.)

Nesta obra, são apresentados manuscritos que levam o leitor a refletir sobre os fundamentos conceituais e metodológicos de uma psicologia, cujo cerne é o compromisso com a escuta da história de vida dos sujeitos e seus contatos com a alteridade, pilares da subjetividade.

Acesse em: [editora.uemg.br/catalogo](http://editora.uemg.br/catalogo)